

**UNIVERSIDADE DE SOROCABA  
PRÓ-REITORIA ACADÊMICA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**Adriana Rosmaninho Caldeira de Oliveira**

**ENTRE RETALHOS COTIDIANOS,  
PRÁTICAS DISCURSIVAS E DROGAS:  
PERSPECTIVA ECOLOGISTA DE EDUCAÇÃO.**

**Sorocaba / SP 2015**

**Adriana Rosmaninho Caldeira de Oliveira**

**ENTRE RETALHOS COTIDIANOS,  
PRÁTICAS DISCURSIVAS E DROGAS:  
PERSPECTIVA ECOLOGISTA DE EDUCAÇÃO.**

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba, como exigência parcial para obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Antônio dos Santos Reigota

**Sorocaba / SP 2015**

### **Ficha Catalográfica**

Oliveira, Adriana Rosmaninho Caldeira de

O45e Entre retalhos cotidianos, práticas discursivas e drogas : perspectiva ecologista de educação / Adriana Rosmaninho Caldeira de Oliveira. -- Sorocaba, SP, 2015.

221 p.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Antônio dos Santos Reigota.

Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Sorocaba, Sorocaba, SP, 2015.

**Adriana Rosmaninho Caldeira de Oliveira**

**ENTRE RETALHOS COTIDIANOS,  
PRÁTICAS DISCURSIVAS E DROGAS:  
PERSPECTIVA ECOLOGISTA DE EDUCAÇÃO.**

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora no Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade de Sorocaba.

**Aprovada em:**

**BANCA EXAMINADORA:**

Ass.: \_\_\_\_\_

Pres.: Prof. Dr. Marcos Antônio dos Santos Reigota, Uniso

Ass.: \_\_\_\_\_

1º Exam.: Prof. Dra. Yoko Oshiro Franco

Ass.: \_\_\_\_\_

2º Exam.: Profª Dra. Raquel Aparecida Oliveira

Ass.: \_\_\_\_\_

3º Exam.: Profª Dra. Alda Regina Tognini Romaguera

Ass.: \_\_\_\_\_

4º Exam.: Profª Dra. Marta Bastos Catunda

Para meu filho, João

## AGRADECIMENTOS

Expressar agradecimentos é sempre muito difícil, pois sabemos de antemão que a lista ficará incompleta...

Ao meu orientador, Professor Dr. Marcos Antônio dos Santos Reigota, com admiração e respeito pela competência teórica e pela forma de conduzir suas orientações e contribuições nessa longa caminhada.

As professoras que participaram da banca de qualificação pelas valiosas contribuições.

À querida Ana Godoy, não fosse o estímulo, o carinho, a dedicação e a fé incansável esta tese de encontros e desencontros não existiria. Nossos encontros para exercício de escrita me possibilitaram achar graça e prazer no ato de publicizar minha leitura de mundo.

Ao Valter, companheiro querido de tantas viagens, pelo carinho, paciência infinita, aguçada crítica e principalmente pela força que nos une e faz do nosso amor o mais intenso e o maior. “Entre tantos anos, entre tantos outros, que sorte a nossa, hein? Entre tantas paixões, esse encontro, nós dois, esse amor...” (Vanessa da Mata). Obrigada pela sua força, por sua dedicação, pela espera paciente nos momentos de ausência, por toda a sua capacidade de compreensão, por sua confiança em mim, enfim, pela sua presença em minha vida. Esta vitória é nossa!

Ao João, meu querido filho, que me mantém no trilho pelo sonho de um mundo melhor para todas as pessoas. Bolota, perdão pelos momentos de ausência exigidos nessa empreitada. Prometo ser muito mais sua. Vamos poder dançar juntos, cantar juntos, ler juntos, brincar juntos, passear juntos e viver muito mais vezes juntos como fazíamos antes do doutorado. Que tal?

Aos amigos de todas as horas: Marcos Garcia, Simone Conejo, Viviane Melo, Kelen Leite, Adriana Pereira, Dulce Ferreira e Teresa Melo. Cada qual presente do seu jeito por me incentivarem a seguir a trilha do conhecimento.

Aos colegas e amigos queridos do Grupo de Pesquisa Perspectiva Ecologista de Educação, por terem compartilhado da produção deste trabalho e ajudado a vislumbrar as praticas discursivas sobre drogas no cotidiano escolar por meio de uma sensibilidade criativa da educação dentro de uma perspectiva ecologista;

Às professoras e professores, alunos e alunas que participaram das conversas do cotidiano; sem vocês esta tese teria uma outra versão.

Agradecimento aos meus pais, Mário e Francisca, que com suas vozes presentes em mim, me ajudam a construir de forma alegre o valor do conhecimento.

Em suma, tudo é político,  
mas toda política é ao mesmo  
tempo macropolítica e micropolítica

Gilles Deleuze e Félix Guattari. *Mil Platôs*

## RESUMO

O tema das drogas está presente, em nossos dias, em diversos locais e a produção de sentido sobre as drogas marca nossas relações em muitas esferas, dentre estas, a escola tem papel fundamental. Esta tese explora as práticas discursivas sobre drogas por meio das trajetórias e narrativas no/do cotidiano escolar, sob a Perspectiva Ecologista de Educação. O caminho teórico desta pesquisa está pautado nos pensamentos de Michel Foucault e Paulo Freire. Dividida em duas partes, a primeira traça um percurso histórico sobre a questão das drogas, destacando a produção de sentido a partir do início do século XX, com o intuito de estabelecer um solo comum de compreensão que permita operar com os conceitos de estigma, estereótipo e senso comum forjados sobre o tema no decorrer do tempo. Neste sentido, a tese considera a droga como fenômeno plural, cuja manifestação é tecida por uma multidimensionalidade de aspectos visíveis e ambíguos, cujas nuances e sinuosidades não permite um conceito único e universal, exigindo ser abordado na concretude das relações. Na segunda parte, a partir das narrativas recolhidas no campo-tema de pesquisa, configura-se um certo olhar, um modo de compreender o outro que não é neutro, ao contrário, está repleto de preconceitos, julgamentos, sentimentos que são afetados pelas mediações das mídias, das escolas, das famílias, das religiões. Lançando um olhar crítico sobre esse espaço tão multifacetado que é a escola, a tese busca apreender as práticas discursivas sobre drogas no cotidiano escolar a partir das narrativas ficcionais. Esse recurso metodológico propicia que a escrita seja perpassada por pessoas, lugares, acontecimentos enquanto um conjunto de múltiplas fontes que apresentam diferentes versões sobre o tema. Elas são recortes que evidenciam discursos e práticas pedagógicas, ou não, no cotidiano escolar voltados para as drogas (seu uso, sua proibição, sua criminalização) e os usuários. Considera-se que, ao mesmo tempo em que o cotidiano escolar reproduz e ressoa as relações de poder produzidas historicamente pela sociedade, indica, nas relações entre professores, professoras, alunos e alunas, a possibilidade de criação de brechas para a constituição de uma outra prática nas relações educacionais em torno da questão das drogas.

**Palavras-chave:** Práticas discursivas. Drogas. Cotidiano escolar. Produção de sentido. Narrativas ficcionais.

## **ABSTRACT**

The drug subject is present today in various locations and the generation of meaning on drugs marks our relationships in many spheres and among these the school plays a fundamental role. This thesis explores the discursive practices of drugs through the paths and narratives in/from the school routine under the Ecologist Perspective of Education. The theoretical path of this research is guided by the thoughts of Michel Foucault and Paulo Freire. Divided into two parts, the first traces a historical path on the drug issue, highlighting the generation of meaning from the early twentieth century, in order to establish a common ground of understanding that allows to operate with the concepts of stigma, stereotype and common sense forged on the subject over time. In this sense, the thesis considers the drug as a plural phenomenon, whose manifestation is woven by a multidimensionality of visible and ambiguous aspects, whose nuances and meanderings does not allow a single, universal concept, demanding to be addressed in the reality of relations. In the second part, based upon the narratives collected in the research field topic, a certain look is configured, a way of understanding the one who is not neutral, on the contrary, is full of prejudice, judgment, feelings that are affected by mediation by the media, schools, families, religions. Casting a critical look at this multifaceted space that is the school, the thesis attempts to grasp the discursive practices about drugs in school life based on fictional narratives. This methodological approach allows that the writing is permeated by people, locations, and events as a set of multiple sources with different views on the subject. They are clippings that show speeches and teaching practices, or not, in daily school life, addressing drugs (its use, its prohibition, its criminalization) and its users. It is considered that while the school routine generates and resonates power relationships historically produced by society, it generates amongst the relationships between teachers and students the possibility of creating spaces to develop other practices in educational relations surrounding the drugs issue.

**Keywords:** Discursive practices. Drugs. School routine. Production of meaning. Fictional narratives.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Vinho Maltino produzido com folhas de coca.....	51
Figura 2 – Propagandas das cigarrilhas Grimault .....	52
Figura 3 – Vaporizador de ópio, indicado para asma.....	53
Figura 4 – Um frasco de heroína Bayer.....	54
Quadro 1 – Lista das drogas controladas (ONU, 1961) .....	81
Figura 5 – Cabeçalho do site.....	124
Figura 6 – Da droga para lama.....	125
Figura 7 – O México como narcoestado na mão da máfia.....	126

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
CRR	Centro Regional de Referência
DMT	Dimetil-Triptamina
ECOSOC	Conselho Econômico e Social das Nações Unidas
EUA	Estados Unidos da América
HTCP	Horário de Trabalho Coletivo Pedagógico
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
ICAP	International Center for Alcohol Policies
JIFE	Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes
LSD	Dietilamida do Ácido Lisérgico
MEC	Ministério da Educação
OICS	Órgão Internacional de Controle dos Estupefacientes
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organizações das Nações Unidas
OPAS	Organização Pan-Americana de Saúde
PIB	Produto Interno Bruto
PNUCID	Programa das Nações Unidas para o Controle Internacional das Drogas
PROERD	Programa Educacional de Resistência às Drogas
RD	Redução de Danos
SENAD	Secretaria Nacional Sobre Drogas
THC	Tetrahydrocannabinol
UDI	Usuários de Drogas Intravenosas
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos
UNDCP	United Nations International Drug Control Programme
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
UNISO	Universidade de Sorocaba
UNODC	United Nations Office on Drugs and Crime
USP	Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	13
Vamos às apresentações .....	14
Os autores e a organização do texto .....	24
<b>PARTE I</b> .....	29
Tantos medos e outras coragens .....	31
<b>2 DROGA: UMA PALAVRA, MUITOS SENTIDOS – O QUE A LITERATURA SOBRE O TEMA TEM DITO</b> .....	35
Em busca de uma definição .....	35
A história das drogas: do uso à expansão, a proibição e a explosão do consumo .....	40
Refletindo sobre os sentidos produzidos pelo termo “droga” .....	60
Junky – alguns recortes .....	65
<b>3 POLÍTICAS DE DROGAS</b> .....	67
O proibicionismo - a abstinência como fim .....	69
Alternativas ao proibicionismo .....	74
Um panorama da legislação hegemônica .....	79
Reverberações do proibicionismo .....	85
Usar e abster-se .....	90
<b>4 A DROGA COMO UMA PRÁTICA SOCIOCULTURAL</b> .....	93
Uma questão cultural e política .....	97
As drogas e o senso comum .....	99
O mercado da droga .....	109
Droga e violência .....	113
A droga da vez .....	116
<b>5 PASSAGEM</b> .....	119
Um caminho longo para dizer duas ou três coisas .....	122
<b>PARTE II</b> .....	135
Os outros e eu .....	137
<b>6 O OLHAR DE ESTRANGEIRO NOS DIVERSOS LUGARES: EMPATIA COM O OUTRO</b> .....	139
Conversações .....	143
Colonizador/colonizado .....	151
As drogas no mundo contemporâneo .....	155
As drogas e a mídia .....	159

<b>7 DROGAS E AMBIENTE ESCOLAR</b> .....	163
<b>A arte das narrativas ficcionais no/do/com o cotidiano escolar</b> .....	165
<b>Qual prevenção?</b> .....	167
<b>A propósito do proibicionismo em pleno HTCP</b> .....	168
<b>Liberdade assistida</b> .....	169
<b>Professor Mediador: mediar o quê?</b> .....	171
<b>O Proerd está em todo lugar, o que produz?</b> .....	174
<b>Uma possível leitura das relações de poder</b> .....	177
<b>Ecos e reverberações das práticas discursivas nos cotidianos escolares</b> .....	180
<b>Alteridade, singularidade e droga</b> .....	182
<b>Pedagogização da sociedade</b> .....	183
<b>Estigmas, senso comum, mídias e drogas</b> .....	186
<b>Cultura em risco</b> .....	189
<b>8 CONSIDERAÇÕES FINAIS - POR UMA PERSPECTIVA ECOLOGISTA DE DUCAÇÃO</b> .....	195
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	199



## 1 INTRODUÇÃO

Ver é muito complicado. Isso é estranho porque os olhos, de todos os órgãos dos sentidos, são os de mais fácil compreensão científica. A sua física é idêntica à física óptica de uma máquina fotográfica: o objeto do lado de fora aparece refletido do lado de dentro. Mas existe algo na visão que não pertence à física.

Rubem Alves. *A complicada arte de ver.*

Rubem Alves nos diz que há muitas pessoas de visão perfeita que nada veem. O ato de ver não é, portanto, coisa simples ou natural. Precisa ser aprendido. Foi a partir desse espírito que mergulhei nesse trabalho, com a intenção de ver além daquilo que os outros já viram, mas, ao mesmo tempo, aberta também à magia, ao encanto que me permitiu enriquecer a escrita, saborear as imagens e tonalidades tão ricas do cotidiano. E, numa provocação contínua, tentar aprender a ver, com os olhos da sabedoria, para enxergar um pouco o que se esconde nos detalhes. Assim, sinto este estudo como um aprendizado sobre os meus olhares e modos de ver, confiante na ideia de que, se aprender a ver é uma das principais aventuras, o ato de aprender, como afirma Paulo Freire (1996, p. 69), “é construir, reconstruir, constatar para mudar, o que não se faz sem abertura ao risco e à aventura do espírito.”

Compreender, perceber e assumir a importância, as implicações e os significados que possuem os nossos olhares quando se comprometem amorosamente com aquilo que veem marca a forma como nos colocamos no mundo. Rubem Alves nos ajuda a traduzir essa importância de modo bastante criativo, ao dizer:

A diferença se encontra no lugar onde os olhos são guardados. Se os olhos estão na caixa de ferramentas, eles são apenas ferramentas que usamos por sua função prática. Com eles vemos objetos, sinais luminosos, nomes de ruas — e ajustamos a nossa ação. O ver se subordina ao fazer. Isso é necessário. Mas é muito pobre. Os olhos não gozam... Mas, quando os olhos estão na caixa dos brinquedos, eles se transformam em órgãos de prazer: brincam com o que veem, olham pelo prazer de olhar, querem fazer amor com o mundo. (ALVES, R., 2004, [s.p.]).

Percebo, hoje, que não posso fazer uma pesquisa sem revolucionar os modos como aprendi a olhar as pessoas, os cenários e os fatos. No entanto, sei que, apesar dos meus limites, foi guardando os olhos na caixa de brinquedos que a realidade se fez presente em cada ponto deste caminhar. Nesta caixa, meus olhos estiveram atentos aos sentidos produzidos na linguagem, nas redes tecidas no cotidiano, e animaram o esforço para construir as sínteses

sobre as observações implicadas e as trocas dialógicas com os sujeitos envolvidos na pesquisa.

Esta pesquisa se fez no empenho em buscar aberturas ao diálogo com o outro. E talvez seja isso que tenha permitido minha leitura de mundo sobre o tema, tramando as suposições e bordando as argumentações possíveis. As pistas sinuosas percorridas nesse tempo contribuíram para a organização e o direcionamento da aventura no campo, e foram marcadas pela surpresa diante do desconhecido.

Como perspectiva para construir as reflexões desta pesquisa, assumi considerar as drogas como fenômeno plural cuja manifestação é tecida por uma multidimensionalidade de aspectos visíveis, ambíguos, dispersos, escondidos, fluidos, em que suas nuances e sinuosidades não permitem uma apreensão conceitual única e universal.

### **Vamos às apresentações**

*Para começar, acredito ser fundamental uma apresentação de quem sou e como me tornei o que sou. Sou natural de Niterói, Rio de Janeiro, moro em Sorocaba desde 2011. Minha atuação política e profissional está ligada à saúde mental e, de uns 12 anos para cá, ao tema das drogas. Sou professora universitária, graduada em Psicologia e Mestre em Tecnologia Educacional para Saúde.*

*Venho de uma família católica de classe média carioca. Mãe professora de alfabetização em escola pública de periferia e pai economista. Nossa casa sempre foi ponto de encontro dos amigos de meus pais para estudo e discussão política. Cresci ouvindo conceitos pautados em justiça social, democracia, cidadania, entre tantos outros. A forma aberta como em casa as relações foram estabelecidas, através do direito de perguntar, de discordar, de criticar, enfim relação pautada no diálogo, marca a busca de como venho tentando desempenhar o papel de professora.*

*Na década de 1980, durante minha adolescência, comecei a me interessar pelos movimentos sociais. Era o auge da Teologia da Libertação, e me aproximo de algumas atividades ligadas às Comunidades Eclesiais de Base. Foi neste contexto que se deu meu primeiro contato com a Educação Popular e a teoria de Paulo Freire.*

*Nesse espaço vivido na comunidade da Ititioca, favela localizada em Niterói, participei da implantação dos círculos de cultura, que tinham a intenção de proporcionar o diálogo a fim de promover espaços de alfabetização de adultos. Lá, alfabetizar não se restringia a ensinar a*

*escrever e falar corretamente e nem ensinar as pessoas a fazerem contas. Alfabetizar era um conjunto de ações em que o sentido da vida, a cidadania estavam presentes. Alfabetizar estava pautado na formação da pessoa.*

*Os anos seguintes foram vividos entre a militância política e o descortinamento do mundo psi. A aproximação com o movimento social de Luta Antimanicomial foi quase que apenas uma consequência. Este movimento tem como proposta a discussão dos direitos de cidadania e da legislação em relação ao portador de sofrimento mental. Um dos lemas da Luta é 'por uma sociedade sem manicômios', verdadeiras prisões violadoras dos Direitos Humanos.*

*Ingresso como psicóloga, no início dos anos 1990, na Secretaria de Saúde de Belford Roxo. Na época, o município ainda passava pelo<sup>1</sup> processo de emancipação de Nova Iguaçu e sofria com o título de localidade mais violenta do mundo, segundo os dados amplamente divulgados pela Organização das Nações Unidas, nos anos 80.*

*Início meu trabalho num posto de saúde. Buscava utilizar os conceitos apreendidos na graduação, o modelo privatista do consultório particular, que, claro, se apresentava ineficaz; incapaz de entender as questões suscitadas nas demandas dos que apareciam na porta do consultório dos postos de saúde. Não conseguia compreender as relações da clínica psicológica imersa nas questões sociais. Encontrava-me em um lugar de profundo desconforto. O discurso trazido pelas pessoas que buscavam alívio de suas dores nas unidades de saúde daquele município me soava estranho. Parecia que estava atravessando um lugar cheio de histórias escabrosas, mas percebia que estas histórias aconteciam com pessoas que não estavam muito distantes. Os conceitos, preconceitos, enfim a forma de lidar com as questões da vida apresentavam-se distintas das minhas. Era o encontro de dois mundos, um com pouco acesso aos direitos sociais – como educação, saúde, moradia e segurança; outro em que a crença em uma sociedade justa era direito de todos e todas e realidade em nosso País. Tinha dificuldade em compreender o que me era dito e, fundamentalmente, o que era silenciado.*

*É a partir deste desconforto que me aproximo cada vez mais de uma visão psicossocial do mundo, em que a sociedade é compreendida como uma produção humana e o homem e a mulher, uma produção social. Passo a flertar com autores até então ignorados por mim, e me*

---

<sup>1</sup> Leonardo Rabelo de Matos Silva. Belford Roxo: Razões para a queda da criminalidade. *Revista Âmbito Jurídico*. Disponível em: <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=3642](http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=3642)>. Acesso em: 30 out. 2014.

*aprofundo nas leituras de Michel Foucault com os livros Vigiar e Punir e A História da Sexualidade 1 – Vontade de saber. Essas leituras me colocavam a refletir sobre minha vida, profissão, meu posicionamento político.*

*Quando hoje penso nos projetos em que me envolvi na Secretaria Municipal de Saúde de Belford Roxo e na Secretaria Municipal de Assistência Social de Niterói, percebo o quanto aprendi. Percebo o quanto foi fundamental para mim, naquela época, e continua sendo hoje, o exercício a que me entregava e me entrego de pensar a prática para melhor praticar.*

*Transito por diversos temas, mulheres vítimas de violência, pacientes com hanseníase, população de rua, usuários de drogas. Nestes universos, tive minha segunda aproximação com a teoria de Paulo Freire, particularmente com aquilo que nela é uma busca contínua do diálogo com pessoas interessadas em problematizar, pensar a liberdade.*

*Em todos os segmentos, o formato do trabalho era semelhante. Grupos em que os temas trabalho, gênero, sexualidade, uso de drogas, saúde, questão racial, violência, direitos humanos, eram sempre recorrentes. Valíamos-nos de diversas estratégias, teatro, música, filmes, e muitas rodas de conversa. A temática das drogas foi se tornando cada vez mais presente em meus pensamentos e atividades. Atualmente, ela ocupa grande parte de meus esforços intelectuais para compreender um pouco aspectos complexos da vida cotidiana.*

*A educação e o cotidiano escolar são os amores mais recentes e, por isso, mais intensos e cheios de novidades. Aproximei-me da educação no início dos anos 2000. Nesta época, formada e atuando como psicóloga clínica por mais de 15 anos, estava em crise com a psicologia clínica, buscava novos paradigmas e cada vez mais me aproximava da psicologia social. Apesar das crises, reconhecia-me como psicóloga, mas me sentia incompleta, precisava ampliar minhas atuações. Havia me qualificado como mestre em Educação em Saúde no Núcleo de Tecnologias Educacionais para a Saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro, mas não me percebia como uma profissional da educação.*

*Surgiu a oportunidade de ministrar aulas em cursos de pós-graduação lato sensu de uma universidade privada do Rio de Janeiro, em disciplinas mais afins com a psicologia. Não havia o debate sobre um projeto político pedagógico. Mantive essas atividades por cerca de uma década, mas não me sentia, ou melhor, não me identificava como uma professora, muito menos como pesquisadora. Os vínculos*

*com o trabalho eram precários, sem qualquer garantia de continuidade. Não estava clara em mim a função política da educação como uma potência para a transformação. Com o decorrer do tempo, fui me apropriando desse novo papel, e com isso veio o envolvimento, a paixão. Como toda paixão, fui permitindo que os espaços dedicados a esse modo de ver o mundo fossem se ampliando e tornando-se mais consistentes. Com a educação fazendo parte de minha vida profissional, passo a recorrer a outros teóricos, como Boaventura de Souza Santos, Silvio Gallo, Gilles Deleuze, Felix Guattari, dentre tantos, e principalmente Paulo Freire, que ocupava um lugar de grande relevância.*

*Em 2006, vou morar no interior do Amazonas, mais especificamente em São Gabriel da Cachoeira, município na fronteira do Brasil com Colômbia e Venezuela, encrustado na floresta amazônica, distante 1000 km de Manaus via fluvial. Fui acompanhar meu marido por ocasião de transferência profissional. Esta mudança me possibilita ousar. Abandono alguns empregos, de outros saio de licença sem vencimentos. Ousadia numa viagem para dentro de mim. Embrenhar-me num novo mundo, com estéticas, éticas e costumes tão diversos, colocaram-me diante dessa imensidão como uma estrangeira nativa.*

*Lá sou aprovada no concurso para professor do magistério superior para as áreas de Psicologia na Universidade Federal do Amazonas, e assumo integralmente o papel de professora. É a partir de então que começo a viver cotidianamente o universo da educação. O cotidiano escolar/universitário passou a fazer parte de minha prática, as práticas diárias e rotineiras permeiam minhas inquietações.*

*Os temas em minhas disciplinas começaram a ser norteados pelas vivências diárias e cotidianas das turmas. De maneira quase intuitiva mesclava a prática/teoria/prática, no sentido de analisar, refletir sobre essas práticas ‘pequenas’, cotidianas.*

*Mais uma mudança de cidade, agora, Sorocaba, no interior do estado de São Paulo, em 2011. Novos colegas de trabalho, novos ares, novas parcerias na Universidade Federal de São Carlos. Passo a ministrar disciplinas para quatro cursos de graduação distintos, três deles dentro das Ciências Humanas e um nas Ciências Exatas. Todas as disciplinas, de alguma forma, estavam relacionadas à introdução à Psicologia. O campus da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) em Sorocaba não possuía curso de Psicologia e a opção era adequar-me ao que era possível. Os alunos dos semestres iniciais mostram-se cheios de curiosidade. Mas, no decorrer do tempo, vão se tornando embotados, sem brilho nos olhos, porém cheios de regras*

*(im)postas, conceitos rígidos, engessados – talvez por acreditarem que seja este o modelo esperado para os futuros profissionais.*

*Num dado momento, o grupo de trabalho no qual estou inserida foi selecionado em edital nacional para implantar um dispositivo de educação continuada para profissionais que atuam com usuários de crack, álcool e outras drogas, proposto pela Secretaria Nacional sobre Drogas (Senad). O Centro Regional de Referência (CRR/UFSCar Sorocaba) tem como marca o respeito à liberdade do usuário e ao sofrimento das famílias. A discussão está pautada numa abordagem ao usuário no local onde ele se encontra, levando em consideração suas condições de vida, facilitando o seu acesso à rede de serviços dos municípios, oferecendo assistência multi e interdisciplinar e fortalecendo a cidadania e dignidade.*

*Ocupo a coordenação adjunta desse projeto. Com isso, vou me familiarizando com as formas de pensar e ver/ler o mundo, nesse novo território. A vanguarda e o conservadorismo andam lado a lado, principalmente quando o tema são as drogas.*

*É neste contexto que ingresso no doutorado em Educação na Universidade Sorocaba (Uniso). Entre idas e vindas, chego ao Grupo de Pesquisa Perspectiva Ecologista de Educação, coordenado pelo professor Dr. Marcos Reigota. Este Grupo de Pesquisa trabalha numa perspectiva política, ética e estética de atuação do professor e da professora, situando-se na dimensão política do cotidiano escolar e na corrente pós-moderna de educação, entendendo a educação ambiental, ecológica, como uma educação para uma prática política, ou seja, para a construção da cidadania, da participação, do sentimento de pertencimento.*

*Característica marcante do orientador, professor Marcos Reigota, é sua generosidade e abertura para novos temas, o que me fez sentir acolhida, enfim, pertencente a esse grupo. O trabalho desenvolvido no grupo de pesquisa nos permite utilizar como possibilidade metodológica a etnografia, as narrativas, as biografias e as produções culturais mais diversas – aqui, no doutorado, pesquisando o tema das drogas no cotidiano escolar, a partir das práticas discursivas que os três temas ou universos se encontram. Assim vou caminhando, percorrendo lugares diversos, retracando caminhos percorridos.*

Esta tese nasce da conexão entre vários temas que me são muito caros. Ela é, sobretudo, um intenso exercício para pensar a questão das drogas desde a articulação entre saberes diversos, em que busco evidenciar e analisar as práticas discursivas sobre drogas por meio das trajetórias e narrativas no/do cotidiano escolar. Interessa saber como os discursos dos educadores são enunciados em relação aos alunos, alunas e pais de alunos usuários de drogas. Como são colocadas em pauta outras possibilidades de reflexão/ação em proveito da perspectiva de uma educação para autonomia.

Com esses olhares, o meu encontro com o “outro” deu-se através da incursão pelo campo empírico e das formulações teóricas que permitiram construir explicações articuladas sobre o tema das drogas no cotidiano escolar. Estar no campo-tema exigiu, além do ‘mergulho’ (OLIVEIRA; ALVES, N., 2001, p. 8) necessário para permitir o entendimento, levar em conta seu contexto e sua complexidade, sobretudo as limitações, as incertezas e a curiosidade da pesquisadora. Como indica Nilda Alves (2001, p. 26), “do conflito e do diálogo dos conhecimentos existentes nas redes formadas” entre os indivíduos envolvidos nesse processo de pesquisa é que se torna possível apreender e dar visibilidade às práticas discursivas presentes no cotidiano escolar.

A expressão campo-tema foi utilizada por Peter Spink (2003) para enfatizar que um campo de investigação não é um “universo” distante, separado e independente do/a pesquisador/a. Ou seja, ele não é um “universo empírico” ou o “lugar” onde fazemos nossas observações. Mas uma “[...] rede complexa de sentidos, que vai sendo construída num constante diálogo acerca do tema de pesquisa. Diálogo esse ‘debatido’, ‘negociado’ e ‘arguido’, situado dentro de um processo que tem tempo e lugar históricos” (SPINK, P., 2003, p. 28).

Procurou trazer à cena as questões sobre droga no cotidiano escolar através da construção realizada no diálogo com diferentes vozes e discursos, de pesquisadores do campo do álcool e outras drogas, de pesquisadores sociais, de profissionais especializados e não especializados, enfim, de pessoas. Para isso, é preciso mergulhar no campo-tema, o que significa prestar atenção aos inúmeros pequenos incidentes do cotidiano que estão associados ao tema de pesquisa e que podem trazer pistas valiosas sobre o problema em pauta.

Meu cuidado foi o de almejar, no trabalho ora apresentado, uma diferenciação em relação àquelas imagens corriqueiras, e por vezes confusas, que comumente repercutem quando há alguma discussão em torno desses dois temas. Em geral, as drogas estão associadas aos problemas sociais, entre os quais a violência (com suas causas e seus efeitos) praticada pelas camadas empobrecidas, por exemplo, negros organizados em gangues. Parto, portanto,

da necessidade de um trabalho que desenvolva métodos e metodologias complexos e enredados, como salientam Oliveira e Nilda Alves (2001, p. 11). Por isso, expresso novamente a compreensão de que as drogas serão sempre compreendidas como acontecimentos multifacetados, constituídos de múltiplos aspectos. Para apreender seus contornos, é imprescindível entrelaçar o contexto social, político, cultural, econômico, com o desejo de fugir da clareza linear e das afirmações apressadas, o que revela o anseio de tecê-las sem perder de vista a sua complexidade. Para mim, essa foi a parte da aventura-pesquisadora, constitutiva do desafio para traduzir-se em texto e contexto.

Ao longo do processo, guardamos anotações, riscos e rabiscos em cadernetinhas, em telas de computador, em papéis soltos... Foi preciso então organizar os diários de campo, que portam também uma série de escritos das intensidades experimentadas. A intensidade de nossas impressões, de nossas sensações, fica inscrita nele, tal como se inscreve em nós; e é por meio delas que somos surpreendidos pelo que não conhecíamos. A partir desses posicionamentos, produzimos narrativas que vão dando sentido ao mundo, e que nos permitem acessar os modos de pensar e sentir que nele e com ele se engendram. Narrar é uma manifestação que acompanha o homem e a mulher desde seus primórdios. É contando histórias que as pessoas organizam suas experiências e dão sentido a elas, e com isso podem ampliar ou restringir suas possibilidades existenciais.

As trajetórias e narrativas são o meio utilizado neste estudo, tendo como base as ideias pedagógicas freirianas que afirmam a importância do conhecimento e reconhecimento de si como processo fundamental na constituição de sujeitos que praticam sua própria história; dos “sujeitos da história” (FREIRE, 1987).

Ao criar as narrativas, foram feitas escolhas, que permeiam toda a tese. Essas escolhas foram marcadas pelo meu olhar, pelos sujeitos que cruzaram minha trajetória, pelos problemas relacionados ao tema e pelos múltiplos encontros que se deram. Se fossem outros a escrever sobre o tema, certamente as trilhas escolhidas seriam também outras.

Algumas narrativas e/ou trajetórias são apresentadas na forma de “interlúdios” entre as seções da tese, funcionando como disparadores da reflexão feita na seção subsequente. Essas narrativas são fruto do campo-tema<sup>2</sup> de pesquisa, recolhidas nos encontros com professores e professoras, alunos e alunas e outros tantos atores que fazem parte do universo do cotidiano escolar, e que são fundamentais para podermos, através das práticas discursivas, nos aproximar da produção de sentido no cotidiano. São ferramentas que possibilitam acessar

---

<sup>2</sup> Cf. SPINK, P., 2003, p. 28.

certa percepção de si como processo, aspecto importante na constituição dos sujeitos da história.

Trata-se de narrativas recolhidas das práticas pedagógicas vivenciadas no cotidiano escolar, por onde circula uma variedade de pessoas, ideias, crenças, culturas, anseios. Uma verdadeira colcha de retalhos, tamanhas são as diferenças dos sujeitos que nele convivem. Essa colcha de retalhos é tecida em suas tramas por outras menores, que se emendam em fios tão tênues que nem sempre é perceptível onde se iniciam características de uma e onde terminam as das outras. Essas teias permeiam as relações cotidianas do indivíduo, aproximações com saberes e fazeres, estruturando suas formas de agir no e sobre o mundo. Surgem nas mais diversas dimensões: na familiar, na do bairro, dos afetos e desafetos, no espaço escolar e em muitas outras. Nesse mesmo sentido, construímos as redes de conhecimento, em relação às quais Nilda Alves (2012, p. 1) afirma:

[...] em seu viver cotidiano, os seres humanos se articulam em múltiplas redes educativas que formam e nas quais se formam – como cidadãos, trabalhadores, habitantes de *espaçotempos* diversos, criadores de conhecimentos e significações e de expressões artísticas, membros de coletivos vários (famílias, religiões, expressões nas mídias), usuários de processos midiáticos etc.

Algumas dessas narrativas foram captadas no/com campo-tema de pesquisa, outras dizem de minha própria formação, são narrativas de meu percurso de vida e de meu percurso profissional. Ao valer-me das narrativas ficcionais, aproprio-me da ficcionalização como maneira de deixar que a escrita seja perpassada por pessoas, lugares, acontecimentos enquanto um conjunto de múltiplas fontes que apresentam diferentes versões sobre o tema. Elas são recortes que evidenciam discursos e práticas pedagógicas, ou não, no cotidiano escolar. Entrecruzando os textos, abordam assuntos ora presenciados, ora ouvidos ou vividos por mim nos diferentes níveis de ensino, mas também se relacionam com memórias em que os eventos produziram repercussões, por isso “não são verdades, nem mentira, mas uma forma criativa [...] de organizar e comunicar situações vividas e imaginadas” (REIGOTA, 1999c, p. 80).

É esta perspectiva/prática que orienta os encontros e discussões que ocorrem nos Seminários do doutorado, nas disciplinas do curso e no Grupo de Pesquisa Perspectiva Ecológica de Educação do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Sorocaba (Uniso). Assim, as trocas cotidianas com os/as colegas e os diálogos com o orientador integram esta pesquisa, uma vez que nos seminários/encontros são lançadas perguntas e ofertadas narrativas que pontuam ou apontam os caminhos das práticas dos/as mestrandos e doutorandos no campo da Educação. Entende-se que é necessário mergulhar de

modo pleno em outras possibilidades lógicas, a fim de que seja possível desinvisibilizar tais modos de produção de saber e, assim, apropriar-se das “mil maneiras de caça não autorizadas nas quais o cotidiano se inventa” (CERTEAU, 1994, p. 38).

A partir das narrativas recolhidas no campo-tema de pesquisa, cujo assunto primordial é “as drogas”, discorro/narro a configuração de certo olhar, de um modo de se (me) colocar, de compreender o outro, uma vez que construir um modo de ler o mundo se faz a partir do lugar onde nos colocamos. Mas o (nosso) olhar não é neutro, ao contrário, ele está repleto de preconceitos, julgamentos, sentimentos que são afetados pelas mediações das mídias, das escolas, das famílias, das religiões etc. Nesse sentido, o olhar de estrangeiro, aquele que enxerga com estranhamento e interesse ao mesmo tempo, possibilita certa perplexidade necessária provocada pelo encontro das culturas que são para nós as mais distantes, levando tal encontro à modificação do olhar que se tinha sobre si mesmo e sobre o outro. Pois presas a uma única cultura, ficamos cegos às outras e míopes em relação a nossa.

Ser capaz de apreender o outro na plenitude da sua dignidade, dos seus direitos e, sobretudo, da sua diferença, é o que nos possibilita as diversas experiências e suas tramas. A experiência e elaboração da alteridade levam a ver aquilo que nem se consegue imaginar em razão da dificuldade em prestar atenção ao que é habitual, familiar, cotidiano e considerado evidente. É a partir dessa perspectiva que nos construímos incessantemente como sujeitos.

Decidida a assumir esse olhar, compartilhado com os principais autores que ampliaram minhas reflexões, constatei que, para comprometer-me na imersão no entorno da tese, era preciso reconhecer a multiplicidade da vida ali presente, sem reduzi-la a um esquema homogeneizador. Como sugere Nilda Alves (2001, p. 8), é preciso que os sentidos sejam imersos nas histórias ouvidas e partilhadas, que os sentimentos sejam participados coletivamente para que possamos compreender melhor não somente o campo investigado, mas também nossas próprias possibilidades como sujeitos.

Trabalhamos com o conceito de cotidiano escolar acompanhando a formulação de um grupo de pesquisadores que tem como expoente a educadora Nilda Alves. A partir dessa maneira de traduzir o cotidiano escolar, Nilda Alves (2001) define alguns movimentos que tornam possível desvendar as lógicas dos cotidianos. O primeiro movimento, “o sentimento do mundo” (ALVES, N., 2001, p. 18), trata da necessidade do mergulho nos cotidianos a fim de que se conheça muito mais do que a visão nos apresenta. Para pesquisar e sentir os cotidianos, é necessário então ultrapassar tais limites, e “executar um mergulho com todos os sentidos no que desejo estudar” (ALVES, N., 2001, p. 15).

O segundo movimento, por sua vez, indica a elevação de um patamar criativo e dialógico para pensar que somos múltiplos e produzimos efeitos de *causaconsequência* no exercício da docência. Nilda Alves (2001, p. 27) propõe uma subversão das teorias que já conhecemos, aprendemos e estudamos. Tidas como verdades que se repetem na prática, o que se pretende nesse movimento é compreender as múltiplas fontes teóricas como hipóteses que não visam à confirmação, na medida em que o cotidiano se reinventa a cada ação.

O terceiro movimento aponta a junção das redes educativas incidindo no potencial criativo e cognitivo de cada indivíduo, favorecendo escolhas e seu desenvolvimento. A autora propõe a ampliação de nossas convicções sobre o que pode ser definido como fonte de conhecimento. Passa a ser de interesse tudo aquilo que é percebido, sentido, narrado. Assim como os cotidianos se tecem nas diferenças, naquilo que é heterogêneo, na diversidade de seus sujeitos e de suas relações, certamente também serão diversas as fontes que permitirão o estudo de sua complexidade (ALVES, N., 2001, p. 27).

O quarto movimento propõe um outro modo de registrar, de escrever aquilo que é investigado, de maneira a tornar esse registro uma verdadeira ponte entre os praticantes do cotidiano. Ao narrar, o escritor participa daquilo que narra. Considerando, portanto, a importância das narrativas nas pesquisas nos/dos cotidianos é que se destaca a multiplicidade de informações contidas nelas. Tais narrativas trazem para o ‘hoje’ momentos e sentimentos que estiveram/estão presentes nas redes de sujeitos que compõem cada um dos praticantes de uma realidade cotidiana (ALVES, N., 2001, p. 30).

No quinto e último movimento, a autora trata da existência e dos sentimentos dos praticantes que saltam a cada acontecimento narrado e que, por tantas vezes, a objetividade de quem investiga não é capaz de expressar. Nilda Alves (2003, p. 6) explica que “o que de fato interessa nas pesquisas nos/dos/com os cotidianos são as pessoas, os praticantes”. Compreendemos aquilo que construímos pela nossa investigação por meio da linguagem dos outros, em outras palavras, a melhor maneira de vermos a nós mesmos é vermo-nos pelos olhos dos demais.

No entrecruzar das diversas narrativas, e no encontro entre elas e uma constelação de autores, busco me debruçar sobre as inquietações que me atravessam como professora, para pensar possibilidades de uma educação libertadora, conforme nos propôs Paulo Freire, o libertário, cujos poucos e breves escritos sobre drogas nos oferecem algumas pistas de caminhos a trilhar.

Na *Pedagogia do Oprimido* (1987), encontramos a história do “borracho de Santiago”, em que Freire elogia a postura acolhedora de um psiquiatra, seu orientando, na abordagem do uso de álcool nas classes populares:

Imaginemos, agora, o insucesso de um educador [...] “moralista”, que fosse fazer prédicas a esses homens contra o alcoolismo, apresentando-lhes como exemplo de virtude o que, para eles, não é manifestação de virtude. (FREIRE, 1987, p. 132).

Em *Pedagogia da indignação* (2000), Freire fala de drogas a partir de sua luta contra a dependência de tabaco. Desta ponte de empatia, deste esforço em colocar-se no lugar do outro, tanto no que diz respeito à vulnerabilidade quanto à potência, Freire (2000, p. 47) diz:

Com a vontade enfraquecida, a resistência frágil, a identidade posta em dúvida, a autoestima esfarrapada, não se pode lutar. Desta forma, não se luta contra a exploração das classes dominantes como não se luta contra o poder do álcool, do fumo ou da maconha. Como não se pode lutar, por faltar coragem, vontade, rebeldia, se não se tem amanhã, se não se tem esperança. Falta amanhã aos “esfarrapados do mundo” como falta amanhã aos subjugados pelas drogas.

A falta de perspectiva em relação ao futuro, a um futuro mais justo, dificulta a resistência contra a exploração praticada pelos dominantes, assim como em relação às drogas.

### **Os autores e a organização do texto**

A parceria com os autores foi indispensável para a construção da tese. Alguns estiveram mais presentes, enquanto outros contribuíram com questões pontuais ao longo da escrita. Por isso, quero destacar a importância do pensamento contundente de Michel Foucault. Nos estudos de Foucault, tive a oportunidade de destacar os escritos que tratam das relações de poder e os conceitos de biopolítica e biopoder, assim como noções relacionadas ao corpo dócil e útil à produção de práticas disciplinares.

Com Deleuze e Guattari fui provocada com ideias de pensar conceitos como dispositivos, ferramentas, algo que é inventado, criado, produzido a partir das condições dadas e que opera no âmbito mesmo destas condições. O conceito é um dispositivo que faz pensar. Nossa prática, como intercessores, coloca-nos em condição de não nos refugiarmos na “reflexão sobre”, mas de operar, criar, experimentar sem ser “agitando velhos conceitos estereotipados como esqueletos destinados a intimidar toda criação, [...] [não se contentando] em limpar, raspar os ossos” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 109); deixando emergir as

multiplicidades – tais como os conceitos e experimentações criados na frutífera parceria entre Deleuze e Guattari.

Com Paulo Freire, mergulho no princípio libertário que a educação pode assumir e suas categorias fundamentais: esperança, práxis (a prática desenvolvida e refletida para ser realizada como nova prática), autonomia, conscientização, cultura e diálogo.

Mary Jane Spink possibilita adentrar o território das práticas discursivas como produção de sentido. O discurso tem muitas formas: históricas, culturais e intersubjetivas. Assim, por meio da linguagem, o sujeito transforma a realidade em que vive e a si mesmo, constrói a existência, ou seja, lhe confere sentido. É essa capacidade do sujeito – de incessantemente atribuir sentidos provendo seu constante devir e o das coisas – que interessa à prática discursiva.

A partir de Nilda Alves, conceitos como cotidiano escolar, redes de conhecimento, tessituras do conhecimento vão sendo descortinados conforme são tecidos os conhecimentos nos *espaçotempos* potentes da escola.

Com Reigota, foi possível estabelecer conexões para a construção de uma perspectiva ecologista de educação calcada numa abordagem política, ética e estética de atuação do professor e da professora, e no papel fundamental que as narrativas têm aí.

Para que possamos caminhar, tracei um percurso com alguns pontos onde convido o leitor e a leitora a se demorar um pouco. Estes pontos funcionam como marcadores, lugares reflexivos que considero importantes e por onde desenho um percurso.

A tese está dividida em duas grandes partes. A primeira aborda o tema das drogas de forma ampla. Traz conceitos/noções relacionados ao termo, os efeitos, os discursos, as políticas, possibilitando um panorama sobre o assunto, um pano de fundo, uma base para que saibamos sobre qual perspectiva as práticas discursivas sobre drogas adentram no cotidiano escolar. Esta primeira parte se divide em três seções:

A segunda seção intitula-se “Droga: uma palavra, muitos sentidos – breve revisão da literatura sobre o tema”. Nela, procuro fazer uma introdução ao tema das drogas. Início fazendo uma breve retrospectiva sobre o termo droga na história, assinalando seus usos e suas variações, e pontuando a presença das práticas discursivas na formação de um conceito.

Na terceira seção, intitulada “Políticas de Drogas”, busco traçar um panorama destas políticas desde o final do século XIX até as primeiras décadas do século XXI, destacando seus múltiplos efeitos e expressões. O traçado desse caminho é composto pelos seguintes marcadores/lugares reflexivos: Política Proibicionista, Algumas Alternativas ao Proibicionismo, Um Panorama da Legislação Hegemônica, e Reverberações dessa Política.

Na quarta seção, cujo título é “A droga como uma prática sociocultural”, trabalho o tema sob a ótica de como a política hegemônica das drogas, o proibicionismo, mostra-se uma estratégia plena de potencialidades em termos de controle social e criminalização de parcelas da população. Ao longo dela, trago novamente alguns marcadores/lugares reflexivos ao debate: Uma questão cultural e política, As drogas e o senso comum, A economia da droga, Droga e violência, e A droga da vez – o falso problema.

Entre a primeira e a segunda parte construí uma “Passagem”, é a quinta seção, que abriga o texto cujo título é “Um caminho longo para dizer duas ou três coisas”, em que procuro resgatar conceitos e marcações que servem de base de sustentação para tratar o tema das drogas no cotidiano escolar.

A segunda parte da tese trata de como o tema das drogas adentra o cotidiano escolar; um mergulho na leitura de mundo em que a trama entre saúde mental, escola e drogas passa a ser o espaço privilegiado de estudo e pesquisa. Nesta parte, conceitos como cotidiano escolar, redes de conhecimento, tessituras do conhecimento, práticas discursivas serão trabalhados.

A sexta seção versa, então, sobre a construção de “Um outro olhar”. Um olhar de estrangeiro, que passa a refletir sobre a mídia na abordagem do tema drogas, assim como sobre o jargão “Guerra às drogas”, que é utilizado em determinadas situações, construindo narrativas coletivas cheias de resiliências (FREIRE, 1996) e carentes de resistência. O termo resiliência, aqui, está relacionado com a capacidade dos indivíduos de ressignificar e continuar sendo propositivos, mesmo quando o ambiente ou situação não sofre uma mudança total. A resiliência nasce quando existe o comprometimento e o enfrentamento dos problemas reais em vista de uma vida mais potente. Este mesmo olhar enxerga, investiga e reflete sobre o tema das drogas nas/para as escolas e suas reverberações, além de buscar analisar os discursos que circulam na escola sobre o uso de drogas, em que aquele tido como discurso verdadeiro é o institucionalizado, a saber: usar drogas mata, o usuário de droga é criminoso, doente, delinquente. A esse discurso é conferida uma articulação de práticas, como, por exemplo, sistemas de internação, tratamento médico, confinamento, prisão.

Na sétima seção, denominada “Drogas e ambiente escolar”, apresento um conjunto de narrativas ficcionais sobre drogas no cotidiano escolar. Com elas busco problematizar as drogas e o ambiente escolar, trazendo para mais perto os autores e perspectivas privilegiados, fundamentais para o entendimento e a construção do conhecimento sobre o tema no cotidiano escolar. Através dessas narrativas ficcionais, reflito sobre os ecos e reverberações das práticas discursivas nos cotidianos escolares. Apresento reflexões sobre as noções de alteridade, singularidade e drogas; o processo de pedagogização da sociedade; estigmas, senso comum,

mídias e drogas, e cultura em risco. A partir dessas noções, trago algumas considerações sobre a produção de sentido presente no cotidiano escolar em que o tema das drogas se faz presente.

Por fim teço considerações sobre a perspectiva ecologista de educação como uma possibilidade de enfrentamento político no campo da educação de temas tão desafiadores e complexos como as drogas na contemporaneidade.



## PARTE I

Eu vejo o futuro repetir o passado  
Eu vejo um museu de grandes novidades

*Cazuza. O Tempo Não Para.*



### Tantos medos e outras coragens<sup>3</sup>

*Acredito que já nascemos com um percurso mais ou menos definido pelos desejos dos outros sobre nossas vidas. E foi assim, a partir do desejo do outro contido em mim, que fui, ainda criança, dando algum sentido ao mundo ao meu redor, assumindo papéis.*

*Desde que entrei na escola, por volta dos quatro anos, passei a sentir um medo irreconhecível, vivia muito assustada com os estranhos que passavam pela rua. Tinha verdadeiro pânico de ser esquecida na escola, de me perder na rua, de me sentir só e abandonada. Era um contraste, já que em casa era muito falante, comunicativa e alegre. Adorava uma conversa, puxava papo com qualquer um, e aceitava o chamamento de qualquer pessoa que me propunha um dedo de prosa.*

*Mas esse jeito de ver o mundo, para minha família, não parecia seguro, era necessário colocar rédeas naquela criança tão extrovertida. E com isso surge uma história “torta” que tinha como intenção me proteger dos estranhos. Minha madrinha, a Dinda, era empregada doméstica em nossa casa e morava conosco. Nutríamos um amor profundo uma pela outra. Ela tinha em mim a filha que nunca teve e eu tinha para com ela o amor mais genuíno que uma criança pode ter por aqueles que escolhem para ocupar o lugar de continente para os afetos.*

*A história era mais ou menos assim: quando eu ainda era bebê, uma mendiga que ficava a circular pelo entorno de nosso bairro havia me sequestrado de dentro de meu berço, por eu ser um bebê muito bonito e simpático. Tal mulher conseguira entrar em nosso apartamento porque minha irmã mais velha, de apenas três anos, deixara a porta aberta.*

*Quando a mendiga sai comigo nos braços, uma vizinha dá o alerta, aos gritos. Com o susto, a mendiga desiste de me levar com ela, me deixando no corredor do prédio, mas não sem antes prometer voltar para me buscar.*

*Esta história era tão bem construída, com riqueza nos tantos fatos entrelaçados, que não havia possibilidade de dúvida quanto a sua veracidade. Com isso, fui construindo em mim um bicho papão bastante real, que tinha um corpo, identificado como uma mulher que andava pelas ruas carregando um saco de bugigangas. Era um personagem que mesclava miséria e sofrimento, e que permeou minhas memórias infantis.*

---

<sup>3</sup> Título em homenagem ao livro de história infantil de Roseana Murray, *Tantos Medos e Outras Coragens* (1999).

*Esse sentimento me acompanhou por muito tempo. Nem sempre os que me protegiam sabiam a diferença entre sentimento e realidade. Minha família tinha a ingenuidade de acreditar que eu estaria mais protegida apenas por não me aventurar para além de seus olhos.*

*Afinal, o medo me ensinava a duvidar da vida, me paralisava. Só consegui ter um controle maior dessa dor conforme crescia e assumia espaços mais autônomos na vida; ia me apoderando de meu território. Como se, de alguma forma, fosse me tornando amiga do medo.*

*Durante a adolescência, estava mais solta, e comecei assim a flertar com algumas bandeiras sobre o meu modo de ler o mundo. Era preciso enfrentar o medo, fazer dele meu aliado; de alguma forma transformá-lo em alguma coragem. Nessa altura, algo me sugeria que existe, neste mundo, mais medo de coisas más do que coisas más propriamente ditas. Buscava, então, engajar-me em espaços onde a busca pela igualdade, justiça social e possibilidades de transformação da sociedade estivessem de alguma forma presentes.*

*A figura do bicho papão, este que me apavorara durante a infância, ainda se fazia presente, porém, nessa época, com outra tonalidade. Aquelas pessoas que se encontravam nas ruas a carregar uma infinidade de tralhas e quinquilharias em suas enormes sacolas causavam-me certa curiosidade. O que as levava a viver daquela forma? – era o pensamento que me acompanhava. Muitas contradições conviviam em mim.*

*Fui mudando, crescendo e ampliando mundos, conhecendo outros sentidos diferentes daqueles que se apresentavam em minha vida até então. Ingresso no curso de Psicologia. Queria entender porque certas pessoas chegavam àquela situação tão difícil.*

*A entrada na universidade foi um dos mais marcantes períodos de minha vida, no que se refere à ampliação do sentido que a vida tomava. Vivia uma metamorfose. Parecia uma borboleta recém-saída de seu casulo. Queria pousar em todas as flores, árvores, espaços. Beber de todas as fontes.*

*Esse desabrochar foi marcado por grandes experiências, nem todas bonitas, agradáveis e palatáveis. Muitas vivências foram dolorosas, sofridas, porém não menos importantes. E com este desabrochar, novos sentidos foram sendo construídos. Fui desenvolvendo um certo aprendizado para resolver meus conflitos, buscando equacionar a relação sonho e realidade quase que cotidianamente.*

*Muitas vezes me percebia superestimando os obstáculos, os sofrimentos. Era o medo se fazendo presente. Tudo parecia eterno, a*

*intensidade dos acontecimentos diários tomavam proporções maiores que o meu desejo.*

*A atuação profissional foi fator preponderante no processo de amadurecimento. Busco caminhos pelo desejo de conhecer melhor esses outros. Aprender a ouvir, aprender a sentir, aprender a ver o outro foi fundamental para conseguir me enxergar.*

*Tenho a sensação de que o mundo se repete quase como numa espiral. E dentro desta espiral busco novas formas, novos sentidos e me mantenho em movimento. Vou perdendo a ilusão de que o sol e as oportunidades são iguais para todos. As indignações e os questionamentos sobre os abismos que separam as oportunidades de vida das pessoas passam a ser mais esparsos. Percebo que vou endurecendo, a sensibilidade ao modo de vida do outro vai perdendo sua potência. Somente a crítica e o questionamento são capazes de romper com o processo de cristalização da vida cotidiana.*

*A desmistificação do medo se torna fundamental. É um trabalho contínuo. Tenho a sensação de vivermos em permanente situação de emergência, onde as liberdades individuais devem ser contidas, a privacidade pode ser invadida e a racionalidade deve ser suspensa. Todas essas restrições dificultam a nossa organização como grupo, tornam a ética inconsistente e o desrespeito ao outro uma constância-*

*A militância tornou-se uma opção; militância por um mundo mais justo, menos agressivo e principalmente com menos medos e mais coragens. Por um mundo mais potente nas relações de troca, na valorização da convivência. Esse desafio vem me acompanhando.*

*Para esse trajeto, ao contrário das expectativas de uma “receita” para o sentido da vida, invisto na importância da elaboração de projetos de vida pessoais e únicos, que permitam o investimento na subjetividade e na relação com as pessoas e o ambiente em geral.*



## 2 DROGA: UMA PALAVRA, MUITOS SENTIDOS – O QUE A LITERATURA SOBRE O TEMA TEM DITO

Esta pesquisa versa sobre as drogas, as práticas discursivas sobre drogas e os cotidianos escolares, e, por conseguinte abre-se às noções sobre o termo droga em sua articulação com os momentos históricos. Como o foco de análise são as conversas ou possibilidades de conversas entre educadores e alunos, enfim, comunidade escolar, adentramos o terreno das práticas discursivas, aspecto teórico que será discutido mais profundamente em capítulo futuro.

Para este momento, nos deteremos na busca por uma definição do que é droga e como esse termo foi cunhado na história da humanidade – lembrando que as substâncias psicoativas eram muito mais liberadas que proibidas. Conforme a época, o termo droga esteve atrelado ao divino, mundano ou satânico, considerando a rede de relações e práticas sociais estabelecidas em seu cotidiano.

### Em busca de uma definição

Se hoje em dia sairmos perguntando de forma bastante aleatória “o que é droga?”, a maioria das respostas será embasada em exemplos e não em critérios. E as substâncias citadas serão extremamente diversificadas. No senso comum, o termo está relacionado às substâncias proibidas, como maconha, *crack*, cocaína. Há ainda um grupo menor de pessoas que pode se valer da palavra droga para designar o álcool e o tabaco; essas pessoas são aquelas que relacionam o termo droga “àquilo que faz mal”. Muitos profissionais de saúde podem associar o termo a medicamentos de modo geral. Esta grande diversidade de respostas decorre do fato de o termo ser vago e admitir uma infinidade de interpretações.

Segundo o historiador Henrique Carneiro (2005), do século XVI ao XVIII a palavra “droga” remetia ao termo holandês *droog*, que significava produtos secos, e servia para designar um conjunto de substâncias naturais utilizadas, principalmente, na alimentação e na medicina (CARNEIRO, 2005)<sup>4</sup>. Mas, na mesma época, o termo ainda foi utilizado na tinturaria, ou para designar substâncias que poderiam ser consumidas por mero prazer, tais como cravo, canela, ópio, *cannabis*, dentre outras.

---

<sup>4</sup> Cf. especialmente a página 11 do capítulo intitulado “Transformações do significado da palavra ‘droga’: das especiarias coloniais ao proibicionismo contemporâneo”.

Por muito tempo, a palavra droga, durante o período colonial, representou um conjunto de riquezas exóticas de uso medicamentoso e/ou alimentício que atualmente chamamos de especiarias.

Apesar de nos encontrarmos em meio aos vários significados atribuídos à palavra droga, ao longo do tempo foi se estabelecendo uma concordância sobre aquilo a que o termo droga se refere, isto é, qualquer substância que, em contato com os corpos vivos, altera o modo de funcionamento de seu sistema nervoso. No entanto, não se pode perder de vista que esta definição, aparentemente objetiva, é recortada por juízos de valor.

Desde o final do século passado até os dias de hoje, o termo droga, segundo a definição da Organização Mundial de Saúde (OMS), abrange qualquer substância não produzida pelo organismo que tem a propriedade de atuar sobre um ou mais de seus sistemas produzindo alterações em seu funcionamento (GALDURÓZ, NOTO, CARLINI, 1997).

No que se refere à atribuição de sentidos à palavra, Vargas (2006) mostra que há uma visão terapêutica que serve de base para a restrição do vocábulo a uma classe específica de substâncias. Ou seja, uma restrição fundada em critérios medicamentosos que faz com que algumas substâncias sejam classificadas como alimento, algumas como medicamento, outras como droga (no sentido mais estrito) e outras como veneno. Contudo, apenas o recorte médico não basta, é preciso também lembrar que a ilegalidade e a criminalização de determinadas substâncias (entre elas maconha, cocaína, crack, alucinógenos, opióides etc.) contribuíram significativamente para que estas se tornassem alvo de debate público, perseguição policial e julgamento moral. Posto isso, pode-se dizer, portanto, que os processos de medicalização e criminalização configuram a base da restrição do vocábulo, tal como o compreendemos hoje.

Entende-se por drogas justamente aquelas substâncias que, ao longo do século XX, foram consideradas como tal. A esse duplo processo, Vargas deu o nome de “*dispositivo da droga*”<sup>5</sup> num sentido muito próximo ao que Foucault estabeleceu para o “*dispositivo da sexualidade*”:

---

<sup>5</sup> Numa entrevista datada de 1977, Foucault assim define o que ele compreende por dispositivo: “[...] um conjunto absolutamente heterogêneo que compreende discursos, instituições, estruturas arquitetônicas, decisões regulativas, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais e filantrópicas, em resumo: tanto o dito quanto o não-dito, eis os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se estabelece entre esses elementos [...] de natureza essencialmente estratégica, implica uma certa manipulação de relações de força, de uma intervenção racional e harmônica de força, seja para orientá-la em uma certa direção, seja para bloqueá-la, ou para estabilizá-la e utilizá-la. O dispositivo é sempre inscrito em um jogo de poder e, ao mesmo tempo, sempre ligado aos limites do saber, que dele derivam e, na mesma medida, o condicionam”. (FOUCAULT, 2001 p. 299). Em outras palavras, dispositivo é um conjunto heterogêneo, linguístico e não linguístico, que inclui virtualmente qualquer coisa no mesmo título: discursos, instituições, edifícios, leis, medidas de polícia, proposições filosóficas, etc. O dispositivo em si mesmo é a rede que se estabelece entre estes

[...] problema de repressão e de incitação, a “droga”, [...] não existiu desde sempre, sendo invenção social recente. De fato, mais do que se apropriar da experiência do consumo de “drogas”, o que as sociedades contemporâneas parecem ter feito foi criar literalmente o próprio fenômeno das “drogas” (VARGAS, 2006, p. 211).

De que forma? Produzindo-as em laboratório e em escala industrial, medicalizando e criminalizando as experiências de consumo.

Assim, nenhum outro termo parece ser tão amplamente empregado como droga, termo capaz de representar por si só todo o debate contemporâneo, e que é empregado universalmente (FIORE, 2006). Diante disso, faz-se necessário problematizar a própria noção de droga. Para isso, é essencial que apresentemos algumas definições. Optamos, inicialmente, pela explicação de Escotado (2003, p. 9):

[...] uma substância que, em vez de 'ser vencida' pelo corpo (e assimilada como simples nutriente), é capaz de 'vencê-lo', provocando — em doses insignificamente pequenas quando comparadas com as de outros alimentos — grandes alterações orgânicas, anímicas ou de ambos os tipos.

O autor ainda enfatiza que:

A particular história das drogas ilumina a história geral da humanidade com uma luz própria, como quando abrimos a janela até então fechada pelo horizonte, e aparecem as mesmas coisas sob uma perspectiva nova. (ESCOHOTADO, 2003, p. 7).

Vale salientar que, principalmente nos países andinos, como Peru, Bolívia, Colômbia e Equador, a distinção entre drogas ilícitas e o uso tradicional de algumas substâncias psicotrópicas, como a folha da coca, por exemplo, é fundamental para o entendimento da problemática. Nestes países, a folha de coca é usada como um fitoterápico que auxilia no trabalho e esforço físico em grandes altitudes. Diferente da cocaína que pode provocar uso problemático e danos à saúde. Podemos perceber tal necessidade de discriminação na citação do documento produzido pelo governo da Bolívia, *Estudio de prevalencia del consumo de drogas en hogares de diez ciudades de Bolivia – 2007*.

Una de las premisas fundamentales de la política de lucha contra el narcotráfico es la diferenciación clara y contundente entre la hoja de coca en su estado natural, y la cocaína como una droga que provoca adicción y daña a la salud humana. [...] Por una parte, la hoja de coca es elemento sustancial de la historia y cultura de los pueblos originarios y del pueblo boliviano. La Mama Coca o Imalmama ha sido centro de la espiritualidad y de las relaciones económico-sociales de las poblaciones andino-amazónicas desde hace 3.000 años, merced a sus aplicaciones medicinales y valores nutricionales. (BOLÍVIA, 2007, p. 7).

---

elementos. Tem sempre uma função estratégica concreta e se inscreve sempre numa relação de poder. Como tal, resulta do cruzamento de relações de poder e de relações de saber.

No entanto, não é possível abandonar a noção de droga. A utilização do termo substâncias psicoativas, de um lado, é eficaz no sentido de combater os juízos de valor agregados, mas, de outro, continua mantendo uma forte carga medicalizante – a mesma carga que justamente contribuiu para a restrição do vocábulo. Porém, é importante ressaltar que para uma substância ser psicoativa pressupõe-se a existência da sua relação com um sujeito. Ou seja, a “droga” só realiza-se enquanto tal a partir da relação entre substância e indivíduo. Entendimento que aparentemente é óbvio, mas que é raro nas políticas relacionadas às “drogas ilícitas”, que encerram suas ações proibitivas na substância em si (NERY FILHO, 2010).

Desse modo, ao invés de recusar o termo, penso que este fato nos faz buscar compreender como esta palavra alimenta julgamentos morais que, de acordo com o contexto em que é concebida e vivenciada, pode ganhar significações muito díspares.

Da perspectiva das práticas discursivas, abordagem conceitual que orienta esse trabalho, é preciso ter em mente que a linguagem é ação, e produz efeitos<sup>6</sup>.

Quando falamos, estamos invariavelmente realizando ações – acusando, perguntando, justificando etc. – produzindo um jogo de posicionamentos com nossos interlocutores, tenhamos ou não essa intenção [...]. Um texto escrito constitui um ato de fala impresso, um elemento de comunicação verbal que provoca discussões ativas: pode ser elogiado, comentado, criticado, pode orientar trabalhos posteriores (SPINK, M., 2004, p. 47).

A linguagem em ação é também considerada uma prática discursiva, referindo-se à forma como a pessoa cria, transforma e ressignifica os fenômenos. A linguagem não só diz como é o mundo, mas também o constitui. Alguns autores nomeiam esta característica como “papel performático da linguagem” (GUANAES, 2006; SPINK, M., 2004). Cada descrição e explicação sustenta e suporta alguns padrões de exclusão e convida a outros. Alterar descrições significa deixar de lado algumas ações e adotar outras. Assim, as diferentes formas de descrever o mundo levam a diferentes formas de agir sobre o mundo.

Produzir sentido é algo essencial do ser humano. É através desta atividade ininterrupta que construímos as noções sobre objetos e fenômenos que nos guiam para lidar com as situações a nossa volta. De forma mais elaborada, Mary Jane Spink (2004, p. 41) descreve a produção de sentidos:

Sentido é uma construção social, um empreendimento coletivo mais precisamente interativo, por meio do qual as pessoas, na dinâmica das relações sociais,

---

<sup>6</sup> Cf. SPINK, M., 2004, p. 26.

historicamente datadas e culturalmente localizadas, constroem os termos a partir dos quais compreendem e lidam com as situações e fenômenos a sua volta.

Para Iñiguez (2004, p. 145), “a análise do discurso se converte em um exercício mais de negociação do que de exposição, no sentido de estar sempre aberta ao debate e à discussão das interpretações realizadas”. Ao revelar e identificar práticas discursivas, o objetivo da análise do discurso seria abrir caminhos para outras possibilidades de entendimento, levando à transformação.

Seguindo na trilha da construção de sentido dada pelas práticas discursivas, a existência de um grupo de pessoas que não considera o álcool, a cafeína ou o tabaco como uma droga seria um indicador de uma interpretação mais restritiva do termo, na qual as drogas são associadas às substâncias psicoativas e proibidas.

Este sentido que a palavra “droga” adquiriu na atualidade está em consonância com o contexto internacional, marcado pelo controle de drogas, que se configurou a partir dos tratados da Organização das Nações Unidas (ONU) de 1961, 1971 e 1988, e que tinham como objetivos controlar a produção e distribuição de substâncias, bem como proibir o uso de uma série delas.

A Convenção Única sobre Entorpecentes, de 1961, foi fruto de um trabalho de centralização de todas as convenções internacionais de drogas ocorridos antes de 1946, ano de início das atividades da Organização das Nações Unidas (ONU)<sup>7</sup>. Esta convenção, até hoje, orienta toda a política internacional e as leis regionais sobre drogas. Nela, os países signatários continuam a reconhecer que o uso de narcóticos era “indispensável para aliviar a dor”, mas passam a tratar a dependência de drogas como um sério problema para o indivíduo. O foco da convenção será o controle da oferta e a repressão. Apenas um, dos cinquenta artigos do documento, cita o tratamento de dependentes e a prevenção ao abuso. A Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas, de 1971, foi criada para lidar com a explosão da produção e do consumo de drogas sintéticas. Na década de 1960, houve uma explosão do abuso de drogas no Ocidente, principalmente das substâncias sintéticas produzidas pela indústria farmacêutica, como estimulantes anfetamínicos, sedativos e LSD. Como o alvo dessa convenção eram drogas produzidas por indústrias importantes para a economia de países desenvolvidos, e politicamente influentes na ONU, os controles impostos são muito mais brandos. A Convenção sobre Tráfico Ilícito de Narcóticos e Substâncias Psicotrópicas, de 1988, fornece

---

<sup>7</sup> Há que se lembrar que a Segunda Grande Guerra não só colocou em circulação uma série de substâncias, mas foi campo experimental para a experimentação de sua eficácia, como a morfina, as anfetaminas e metanfetaminas e o álcool.

medidas abrangentes contra o tráfico de drogas, inclusive métodos contra a lavagem de dinheiro e o fortalecimento do controle de percussores químicos. Ela também fornece informações para uma cooperação internacional por meio, por exemplo, da extradição de traficantes de drogas, seu transporte e procedimentos de transferência.

Na convenção de 1961, chegou-se a colocar como objetivo a eliminação do consumo de ópio num prazo de 15 anos e da coca e da maconha em 25 anos. As Convenções, ainda hoje, visam à eliminação de qualquer uso recreativo, ritual, experimental ou de automedicação da coca, cocaína, ópio, heroína, maconha e diversas outras drogas<sup>8</sup>.

De modo geral, as convenções promovidas pela ONU fortaleceram o estigma criado em torno do que é ilícito, e conforme os valores culturais e morais foram aderindo ao termo drogas, este chegou a tornar-se sinônimo de ‘coisa de pouco valor ou desagradável’<sup>9</sup>.

Há outras definições importantes no que diz respeito às drogas. Estas podem ser classificadas quanto a sua origem como naturais, sintéticas e semissintéticas<sup>10</sup>, e quanto aos seus efeitos sobre o comportamento e a percepção. A forma mais simples e popular, dentro desta classificação, divide as drogas em estimulantes, depressoras e perturbadoras<sup>11</sup>. Talvez a classificação que tenha maior impacto na economia global e na vida de seus consumidores está relacionada ao *status* legal. A classificação jurídica das drogas tem relação direta com a forma de produção, distribuição e consumo (CARNEIRO, 2011), e é historicamente datada em cada época.

Neste estudo, o uso da palavra ‘droga’ estará associado à droga psicoativa, ou seja, aquilo que é capaz de causar alterações de comportamento e/ou percepção, independente de seu *status* legal, tendo em vista que inclusive a própria legalidade ou não é atravessada por juízos de valores.

### **A história das drogas: do uso à expansão, a proibição e a explosão do consumo**

O consumo de drogas existe desde os primórdios da história do homem, em praticamente todas as culturas conhecidas. Perde-se nos tempos a tradição de consumo – cada

---

<sup>8</sup> Como, por exemplo, as substâncias sintéticas, metilendioximetanfetamina, mais conhecida por ecstasy, LSD, que vem a ser a sigla do dietilamida do ácido lisérgico, dentre outras (PAULINO, 1988).

<sup>9</sup> Existem outros significados para este verbete como: “Bagatela; nada: dar em droga, arruinar-se, dar empantana; não ter resultado nenhum.” (NOVO DICCIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA CANDIDO DE FIGUEIREDO, 1913). “Coisa de pouca utilidade ou cuja aplicação se desconhece” (DICCIONÁRIO PRIBERAM DA LÍNGUA PORTUGUESA, 2008-2013).

<sup>10</sup> Cf. ARAUJO, 2012, p. 16.

<sup>11</sup> Cf. ARAUJO, 2002, p. 17.

povo e cada cultura foram criando as suas. Algumas vezes, o homem buscou nas drogas a nutrição, noutras medicação para as suas doenças, outras vezes ainda, recreação – como alimentar sonhos ou alcançar o transcendente, influenciar o humor, alcançar a paz ou a excitação, ou, enfim, simplesmente abstrair-se do mundo que o cerca e o perturba em dado momento da sua existência (KOUTOUZIS, 1997). Esses são alguns dos motivos que aparecem, desde sempre, associados ao desejo por alguma droga.

De todo modo, o uso de drogas é inseparável dos inúmeros contextos nos quais está inserido. Desde o místico, associado aos rituais e à busca de transcendência, até o econômico, do qual a Guerra do Ópio e a economia paralela de países como a Colômbia são alguns exemplos. Em nosso meio, praticamente todas as pessoas fazem uso de algum tipo de droga. Medicamentos, álcool, tabaco e cafeína são drogas legalmente comercializadas. Cada cultura determina quais drogas devem ser consideradas legais e ilegais, e essa determinação está mais relacionada a aspectos antropológicos e econômicos do que a morais ou éticos, ou mesmo aos efeitos ou características farmacológicas das substâncias em questão (DALLA-DÉA, 2004).

De acordo com Carneiro (2011b), a história das bebidas alcoólicas e das drogas remete a um âmbito pouco conhecido da história das sociedades humanas; o sentido da vida material, da cultura material, o que o homem come, bebe, veste, onde mora e, também, os remédios com que se cura e se consola. Acrescenta ainda que as drogas e os alimentos são efetivamente os únicos produtos que ingerimos.

No período dos impérios coloniais, as drogas foram usadas predominantemente como moeda de troca. Desde esta época, as três principais drogas de origem natural são a planta da *cannabis*, o arbusto da coca e a papoula do ópio.

Ainda que as incursões na produção das primeiras substâncias sintéticas tenham ocorrido no século XIX, é no século XX que a ciência farmacêutica obteve um enorme salto, investindo na pesquisa e produção de drogas sintéticas. Uma das primeiras substâncias a se destacar foi a anfetamina.

Começamos por fazer um percurso na história da humanidade com relação ao uso de cada uma dessas substâncias.

Quando surgiram as primeiras civilizações, os grupos humanos já estavam familiarizados com as drogas para alterar seus sentidos e comportamento.

Podemos investigar quando os homens e mulheres começaram a usar drogas e teremos uma série de datas, mas se formos investigar o motivo que levou a humanidade a buscar as drogas, as atividades espirituais e religiosas aparecem como principal motivo. Diversos estudiosos em uso de drogas na Antiguidade, como Escohotado (1998) e Koutouzis (1997),

indicam que essas experiências místicas vividas pelos nossos ancestrais deram início aos primeiros rituais religiosos. O poder medicinal de algumas drogas, o caráter visionário de outras podem ter sido a razão para que diferentes povos, em diversas épocas, considerassem essas plantas como sagradas.

As drogas tinham aplicações religiosas e medicinais, mas também eram usadas socialmente e por prazer. Muitas plantas com poderes sensoriais e medicinais podiam ser encontradas por toda parte do mundo.

Estudos arqueológicos com múmias no Vale de Azapa, no norte do Chile, apontam o uso da ayahuasca<sup>12</sup> (cipó) e de DMT (Dimetil-triptamina, substância encontrada nas folhas utilizadas em mistura com o jagube) na região, no período de 500 a 1000 d.C, provavelmente em rituais xamânicos (OGALDE et al., 2009).

Existem muitas variedades de tabaco, a mais consagrada é *Nicotina tabacum*. O nome científico atribuído ao tabaco está relacionado ao componente químico nicotina, que é um estimulante do sistema nervoso central. Há muita divergência quanto à origem do tabaco. Há relatos históricos de que na Pérsia se cultivou e fumou diversas espécies de tabaco antes mesmo da descoberta das Américas. Mas seu uso estava comumente relacionado às cerimônias religiosas e aos rituais mágicos, principalmente nas sociedades indígenas da América Central, aproximadamente no ano de 1000 a.C.<sup>13</sup>.

Vários historiadores (CARNEIRO, 2005b; VARELLA, 2005; ESCOHOTADO, 2003) consideram o tabaco como sendo de origem americana, onde foi cultivado pelos indígenas, tanto da América do Sul como do Norte. Uma das hipóteses mais prováveis é a de que a planta teria surgido nos vales orientais dos Andes Bolivianos, difundindo-se pelo território brasileiro através das migrações indígenas, sobretudo Tupi-Guarani.

A produção de álcool também tem igualmente seus primeiro registros na Antiguidade, estando presente em nossas civilizações há a aproximadamente 10.000 anos. O primeiro relato data por volta de 8000 a.C, no Norte da China, onde foram analisados os jarros utilizados pelas pessoas. As análises dos jarros revelaram que se tratava de uma bebida que continha arroz, mel e um tipo de cereja, tudo fermentado. Os sumérios, por volta de 8000 a.C, haviam registrado uma receita de cerveja<sup>14</sup>.

---

<sup>12</sup> Ayahuasca é o nome dado a um chá de efeito psicoativo feito a partir da mistura de algumas plantas de origem amazônica com o cipó Jagube (*Banisteriopsis caapi*), e que vem sendo usado de forma ritual por culturas indígenas há muito tempo. Este uso se espalhou por diversas regiões do Brasil e do mundo e se diversificou. Cf. GOMES, 2011, p. 10.

<sup>13</sup> Cf. FERNANDES, 2007, p. 25.

<sup>14</sup> Cf. ARAUJO, 2012, p. 25.

As civilizações que viviam na confluência dos rios Tigre e Eufrates, atual Iraque, aperfeiçoaram essa fórmula dos chineses e criaram vários tipos de bebidas alcoólicas, sendo que a maioria das bebidas era à base de trigo e cevada, dando origem a uma grande variedade de cervejas. Se inicialmente a cerveja era uma bebida da aristocracia, logo alcançaria o povo. Por volta de 2200 a.C., a cerveja era recomendada como tônico para mulheres que estivessem amamentando.

Assim, no Egito, os trabalhadores que construíram as pirâmides de Gizé ganhavam cinco litros de cerveja por dia, e esta era uma forma de conter os trabalhadores. No entanto, se embriagar com cerveja tinha se tornado um ato muito comum, e, por volta de 2500 a.C, a elite egípcia passou a migrar para outra bebida: o vinho. Há relatos de que alguns reis tenham sido enterrados com litros de vinho, para que na outra vida não passassem vontade. Os egípcios acreditavam que as bebidas fermentadas eliminavam os germes e parasitas e deveriam ser usadas como medicamentos, especialmente na luta contra os parasitas provenientes das águas do Nilo.

De acordo com Escotado (2003), por volta de 1800 a.C., há registros da proibição do consumo de cerveja, sendo esta considerada a “perdição da alma”<sup>15</sup>.

Este tranquilo emprego de diversas drogas não significa que os gregos ignorem um “problema de toxicomania”, como dizemos hoje. O que os diferencia de nós é que a periculosidade social e individual das drogas se concentrou no vinho. Símbolo de Dionísio, um deus-planta que suspende as fronteiras da identidade pessoal e chama a periódicas orgias, o vinho rompeu na Grécia – usando as palavras de Nietzsche – como “um terrível estranho, capaz de reduzir a ruínas a casa que lhe oferecesse abrigo” (ESCOHOTADO, 2003, p. 26).

Entre os gregos antigos, a comida, a bebida e o sexo são ressaltados, recebendo sua devida importância. Porém, satisfazer as necessidades e prazeres do corpo era visto como indício de sabedoria ou “temperança” para aqueles que o faziam com equilíbrio (FOUCAULT, 2003).

O ópio é um suco espesso extraído dos frutos imaturos de várias espécies de papoulas. Os primeiros registros de objetos que serviram para queimar o ópio foram encontrados numa gruta, na Espanha, em 4200 a.C. Suas propriedades medicinais são atribuídas por Hipócrates, no século V a.C.; Aristóteles indica a papoula do ópio como calmante e sonífero, além de suas virtudes mágicas e religiosas (DUARTE, 2005). Vale notar que, para os gregos, o uso medicinal, religioso e social das drogas era mais ou menos a mesma coisa. A visão desse povo

---

<sup>15</sup> Cf. ESCOHOTADO, 2003, p. 20.

sobre psicoativos, assim como sobre diversos outros elementos de sua cultura, foi integralmente assimilada pela civilização romana (ARAUJO, 2012).

Na civilização romana, o ópio, de maneira geral, era consumido em grandes quantidades em todo o Império, tendo grande importância, simbolizando o sono e a morte. Sua venda era taxada e seu preço fixado pelo governo. Apesar dessa forma de uso não há registro de problemas da saúde causados pelo abuso da substância entre os romanos<sup>16</sup>. Foi ainda no Império Romano que as propriedades analgésicas do ópio passaram a ser reconhecidas.

Se no período entre a queda de Roma, no século V d.C, e o século XII a Europa Ocidental passou por uma estagnação intelectual, a civilização Islâmica floresce a partir do século IX, reativando o estudo de várias artes e ciências utilizadas pelos romanos e gregos. Com isso, o ópio passou a ser utilizado como potente analgésico. No apogeu da civilização Islâmica, com a dominação do comércio no Oceano Índico, o ópio é introduzido na Índia e posteriormente na China, tendo seu uso voltado basicamente para o controle da diarreia.

Ao nos determos na planta da *cannabis*, tudo indica que sua origem se deu na Ásia Central. Consta-se que a história da sua difusão pelo mundo se confunde com a das migrações dos povos.

Inicialmente a *cannabis* foi cultivada por suas fibras, pelo óleo extraído dos seus grãos e para servir como forragem para animais. Em 8000 a.C, era utilizada na China para a produção de papel, mas é somente a partir de registros realizados por volta 2700 a.C. que a planta foi reconhecida, por suas propriedades psicoativas, como sedativo para tratamento da alienação mental.

Na Europa Ocidental, a sua cultura passa a ser conhecida nos séculos I e II, pois os romanos utilizam-na para os cordames dos seus navios. Mas é a partir do final do século XII que a *cannabis* é difundida para a África, através do Egito, onde o seu uso recreativo atinge todas as classes sociais sob o nome de haxixe, isto é, “erva”, em árabe.

Atualmente a *cannabis* cresce de modo selvagem na Ásia Central, observa-se ainda que sua destruição maciça entra em conflito com aspectos ecológicos da recuperação de áreas desérticas.

Já o consumo tradicional da folha da coca data de cerca de cinco mil anos atrás. A produção desta planta encontra-se quase que somente nos países andinos: Colômbia, Bolívia e Peru. O hábito da mastigação da folha de coca<sup>17</sup> tem acompanhado a vida das populações

---

<sup>16</sup> Cf. ARAUJO, 2012, p. 32.

<sup>17</sup> Cf. KOUTOUZIS, 1997, p. 29.

daquela região nas suas funções laborais, sociais e de manifestação ritual. Seu uso aparece ligado particularmente ao alívio do esforço físico e mental provocado pelo trabalho em grande altitude.

Muitas também são as referências sobre o vinho no cristianismo. A Bíblia Sagrada traz uma série de passagens que demonstram a importância do vinho para a religião cristã, entretanto, o papel do álcool no cristianismo era muito mais simbólico do que prático.

Enquanto as antigas religiões utilizavam as drogas para a aproximação com os deuses através da capacidade da substância em causar alterações de comportamento e/ou percepção, o cristianismo investia, por sua vez, na capacidade de autossugestão pelo exercício da fé, através da Eucaristia<sup>18</sup>. Muitas drogas eram consideradas os próprios deuses corporificados, como no caso do vinho, visto como a representação de Dionísio/Baco, e como bebida que simboliza, nas cerimônias, o sangue de Cristo<sup>19</sup>.

Com o processo de cristianização<sup>20</sup> do Império Romano, as antigas ideias pagãs em relação às substâncias psicoativas foram sendo abandonadas pela cultura greco-romana. A embriaguez consciente, a automedicação e a fronteira entre moral e direito foram deixadas de lado, pois os sacerdotes da nova religião e os imperadores recém-convertidos ao cristianismo passaram a perseguir todos os que exerciam práticas consideradas como contrárias a nova fé (ESCOHOTADO, 1998). A Igreja se posicionou contrária às velhas práticas pagãs, tentando aniquilar qualquer traço de suas antigas crenças e aprendizados, incluindo aí as extensas listas de derivados da papoula e as fórmulas compostas por elementos psicoativos.

Com o passar dos tempos, os rituais em muitas religiões passaram a ter mais importância que as substâncias, anteriormente consideradas sagradas, porém, no cristianismo, além de abandonar o uso de substâncias, passou-se a proibir o uso de ervas com finalidades medicinais. Os rituais que faziam uso de drogas alucinógenas passaram a ser considerados ‘feitiçarias’<sup>21</sup>.

Entre os séculos X e XV multiplicaram-se os pensadores humanistas que questionavam a soberania da Igreja Católica, que, como resposta, iniciou a intensa perseguição ao que se considerava, na época, como heresia. Sendo as ‘bruxas’, as drogas<sup>22</sup> e

---

<sup>18</sup> “Quem come a minha carne e bebe o meu sangue, permanece em mim e eu nele” (JÓ, 6.57).

<sup>19</sup> Cf. CARNEIRO, 2005a, p. 15.

<sup>20</sup> Nome que se dá ao processo de conversão de indivíduos ao cristianismo. Foi posta em prática através da demonização dos deuses pagãos e de suas práticas tradicionais, creditadas como bruxaria. Este processo evoluiu para um banimento declarado dos ritos existentes, sob pena de tortura e morte, caso os indivíduos não se convertessem a fé cristã. O termo pode descrever um fenômeno histórico, que provocou a conversão em massa de povos inteiros no período de 250 a 750 d. C. (POMIAN, 1993).

<sup>21</sup> Cf. ARAUJO, 2012, p. 35.

<sup>22</sup> Cf. ESCOHOTADO, 1998, p. 290.

suas inspirações pagãs os alvos ideais dessa caçada. Este período ficou conhecido como o período de “caça às bruxas”. Em geral, as bruxas eram mulheres que conheciam as ervas e produziam remédios a partir delas, com finalidades medicinais ou afrodisíacas. Este período histórico também se encontrava entremeadado de questões econômicas e políticas da época.

Já na Idade Média, a comercialização de vinho e cerveja cresce. No século XIV, a Europa sofreu com a epidemia da peste negra, responsável por matar 90% das pessoas infectadas. Mas, na Bélgica, para tentar controlar a infecção, proibiu-se o consumo de água, visto seu alto grau de contaminação, de modo que os cristãos só poderiam consumir cerveja. Essa medida teve um relevante papel para a Bélgica, diminuindo o número de infectados.

\*\*\*

O Renascimento foi um importante movimento de ordem artística, cultural e científica que se deflagrou na passagem da Idade Média para a Moderna. Em um quadro de sensíveis transformações que não mais correspondiam ao conjunto de valores apregoados pelo pensamento medieval, o Renascimento apresentou um novo conjunto de temas e interesses nos meios científicos e culturais da época.

Ao contrário do que possa parecer, o Renascimento não pode ser visto como uma radical ruptura com o mundo medieval. A Razão, de acordo com o pensamento renascentista, era uma manifestação do espírito humano que colocava o indivíduo mais próximo de Deus. Ao exercer sua capacidade de questionar o mundo, o homem simplesmente dava vazão a um dom concedido por Deus. Outro aspecto fundamental evidenciado nas obras renascentistas era o privilégio dado às ações humanas, ou humanismo. Tal característica fazia-se notar na reprodução de situações do cotidiano e na rigorosa reprodução dos traços e formas humanas (naturalismo).

Essa valorização das ações humanas abriu um diálogo com a burguesia que vinha florescendo desde a Baixa Idade Média. Suas ações pelo mundo, a circulação por diferentes espaços e seu ímpeto individualista proporcionaram o ressurgimento da efervescência urbana, consequência do novo modelo econômico comercial que possibilitou o aparecimento de uma nova classe social: a burguesia mercantil, que teve um papel fundamental na política de solidificação dos territórios e das monarquias nacionais e no financiamento de todo um instrumental técnico científico e artístico<sup>23</sup>. É interessante ressaltar que muitos burgueses, ao entusiasmarem-se com as temáticas do Renascimento, financiavam muitos artistas e cientistas

---

<sup>23</sup> Cf. SEVCENKO, 1985, p. 12.

surgidos entre os séculos XIV e XVI. Além disso, podemos ainda destacar a busca por prazeres (hedonismo) como outro aspecto fundamental que colocava o individualismo da modernidade em voga. É nesse cenário que o renascimento tem sua inserção no mundo das drogas. (SEVCENKO, 1985).

Nessa época, as substâncias psicoativas ganham espaço nas descobertas de sua utilização para uso recreativo e medicinal. Enquanto a Santa Inquisição caçava, perseguia e queimava as bruxas, alguns outros personagens do Renascimento conseguiam estudar e aplicar conhecimentos sobre as plantas medicinais e psicoativas.

Na Europa, mais precisamente na Escola de Salerno, marco do ensino de medicina na Europa durante a Idade Média, o ópio, que se mantém na fronteira entre a fitoterapia e o elixir de feitiçaria, no Renascimento será integrado ao uso farmacológico, aí permanecendo até início do século XX, apesar de ser observado na China, desde o século XI, algum uso de ópio para fins medicinais e também como narcótico<sup>24</sup>. Calcula-se que no século XVIII já havia cerca de um milhão de chineses viciados em ópio. Tal fenômeno, do ponto de vista dos traficantes de drogas, significava um amplo espaço comercial a ser conquistado (MARTINS, 2007), uma vez que o consumo da droga era acessível tanto aos moradores das cidades quanto aos pobres, que a utilizavam em pequenos locais públicos.

Os alquimistas deixaram um grande legado, visto que eram os profissionais que recorriam às plantas para diversos fins. Uma de suas maiores contribuições para o mundo das drogas foi o desenvolvimento de destiladores, que permitiam fabricar licores e aguardentes. Mas foi com a introdução de um resfriador de serpentina que se tornou possível a destilação de bebidas alcólicas duas ou três vezes mais fortes, como o uísque e a vodca, do que as produzidas então, que possuíam apenas 20% de teor alcóolico<sup>25</sup>.

Com o início da era das grandes navegações e descobrimentos, as drogas estavam entre os principais produtos do mercado mundial. Dentre elas, as folhas de cocaína, o tabaco, a *cannabis*, só para citar algumas.

Durante a colonização espanhola nas Américas, o uso da mastigação da folha da coca desempenhava papel importante, os colonizadores forçavam os escravos a utilizarem a folha de coca para aumentar a produtividade, minimizar o cansaço e suavizar as duras imposições desse trabalho. A partir do século XIX, com a aproximação das independências e os tempos

---

<sup>24</sup> O termo *narcótico* refere-se a uma variedade de substâncias que fazem adormecer, reduzem ou eliminam a sensibilidade.

<sup>25</sup> Cf. ESCOHOTADO, 1998, p. 299.

de guerra, a folha de coca passa a ser utilizada por todos os combatentes, já que seu uso permitia suportar a fadiga e os rigores do clima dos Andes.

Até mesmo a Igreja Católica que no início da colonização, no século XVI, apregoava a erradicação do arbusto da coca e da sua folha, por tomá-la como símbolo das crenças nativas – o talismã do diabo –, rendeu-se ao cultivo da planta, dado seu valor econômico, a ponto de não apenas a Coroa espanhola cobrar tributo sobre a coca, como a própria Igreja dela arrecadar o dízimo.

Este valor econômico estava marcado no escambo entre os depósitos de folha de coca e os de produtos alimentares, que permitem socorrer os indigentes, aprovisionar o exército e a população em períodos de fome, e a mão-de-obra para os grandes trabalhos. Outras substâncias psicoativas eram utilizadas frequentemente por índios das Américas. Diversos são os relatos de jesuítas e espanhóis sobre a infusão da ayahuasca utilizada pelos índios a partir do século XVIII com caráter medicinal e religioso (GOMES, 2011).

Mas é no período das grandes navegações que os europeus passam a ter acesso ao tabaco, cuja ampla difusão por todos os continentes se dará no início da colonização europeia, tornando-se inclusive moeda corrente no tráfico de escravos. Nesta época, surgem diversas publicações científicas sobre o tabaco e seus benefícios para a saúde, chegando ser chamado de “erva santa”<sup>26</sup>.

A partir do século XVII, o hábito de fumar cigarros de tabaco havia sido disseminado por grande parte da Europa, tendo sido, inclusive, inserido em todos os ramos das manifestações culturais. A presença do tabaco ficou marcada por poetas como Baudelaire, Fernando Pessoa, Augusto dos Anjos, entre outros tantos. Na literatura de ficção, podemos citar Tchekov, Thomas Mann, Graciliano Ramos que chegaram a abordar o tabaco como tema central ou correlato em suas obras.

Uma derivação de seu foi o hábito de aspirar rapé, que perdurou até o final do século XIX, e estava relacionado à nobreza, configurando-se como símbolo de *status* social.

Por volta do século XVII, nenhuma droga, naquele período, tornou-se tão popular em tão pouco tempo. Essa popularidade impulsionou um poderoso mercado, que, por sua vez, motivou as primeiras políticas de drogas da era Moderna<sup>27</sup>.

Entretanto, o período proibicionista sobre o tabaco não durou muito. Apesar das penas serem extremamente duras, a população fumante crescia de forma avassaladora, e tornou-se extremamente difícil, para os governos, sustentar medida tão impopular. Além disso, países

---

<sup>26</sup> Cf. ESCOHOTADO, 1998 p. 28.

<sup>27</sup> Cf. ARAUJO, 2012, p. 43.

como Inglaterra, Espanha, Portugal e Holanda passaram a despontar no mercado internacional com fortunas feitas a partir da venda e dos impostos sobre o tabaco. No final do século XVII, os interesses econômicos já haviam suplantado os interesses morais e religiosos e, desde então, o uso da droga passou a ser lícito.

A *cannabis* provavelmente foi introduzida no Brasil através dos escravos africanos oriundos de Angola. Todavia, foi na Jamaica, pela mão dos ingleses, que a sua cultura (com a designação de *ganja*) se intensificou para a obtenção de fibras. Das Caraíbas para o México foi um salto, onde ela é rebatizada sob o nome mais vulgarizado – *marijuana*.

Deste roteiro percorrido pela *cannabis*, percebemos que a planta poderia se caracterizar para dois fins. Em um deles sobressai o aproveitamento das fibras, usadas estrategicamente na produção das cordas, velas, bem como na pintura e nos vernizes dos navios que partem à descoberta do mundo. Em outro, o uso ganha uma nova dupla face: aquela das propriedades terapêuticas, como analgésico e sonífero; e aquela das propriedades recreativas e místicas.

Com o passar dos anos o uso não medicinal da planta se disseminou entre os negros escravos, atingindo também os índios brasileiros, que passaram inclusive a cultivá-la para uso próprio. Pouco se cuidava então desse uso, dado estar mais restrito às camadas socioeconômicas menos favorecidas, não chamando a atenção da classe dominante branca (CARLINI, 2006).

Mais uma vez, fica bastante clara a relação entre a produção, comercialização e proibição das substâncias psicotrópicas e os interesses econômicos vigentes no período.

\*\*\*

No início da Era Moderna, a botânica e a farmacologia foram responsáveis pelas investigações de novas e velhas plantas em busca de cura para as mazelas humanas, ganhando um grande impulso com o Iluminismo, no século XVII.

Nesse período, segundo Duarte (2005), as ciências farmacêuticas emergiram como atividade diferenciada, e as substâncias psicoativas, que até então se apresentavam somente na forma de sucos, chás e poções feitas de plantas naturais, passaram a ser levadas para os laboratórios e foram multiplicadas, artificialmente, em diversos derivados sintéticos. Por causa das guerras e epidemias, a farmacologia teve grande impulso e visibilidade, principalmente no tratamento de soldados feridos em batalhas.

A química moderna permitiu criar drogas mais potentes com a purificação dos extratos naturais. A primeira “essência” descoberta foi a do ópio, em 1805. Esta substância havia sido utilizada por seus efeitos analgésicos e sedativos, dando origem à morfina. Este advento incentivou cientistas da época que chegaram a isolar e identificar várias essências de drogas psicoativas como, por exemplo, a cafeína (no café) e a nicotina (no tabaco).

No século XIX, o uso farmacológico<sup>28</sup> das folhas de coca também despertou o interesse dos cientistas, uma vez que a ingestão dessa substância era valorizada, pois os indígenas suportavam trabalho extenuante enquanto mascavam as folhas. A folha de coca passa a ser pesquisada por diversos cientistas da época. Dentre eles, destacam-se, em 1855, o químico alemão Friedrich Gaedecke, que identifica o ingrediente ativo a partir do mergulho das folhas de coca numa mistura de álcool e água; em 1859, o químico alemão Albert Niemann conseguiu, pela primeira vez, isolar a cocaína e confirmar o poder estimulante da planta; em 1884, Karl Koller descobriu que o olho humano tornava-se insensível à dor com o uso de cocaína, representando o primeiro passo para a anestesia local; em 1902, Willstatt (prêmio Nobel) produziu cocaína sintética em laboratório<sup>29</sup>.

Mas foi em 1863 que um químico da Córsega, Ângelo Mariani, inventou uma mistura de folhas de coca com vinho, denominando-a “Vinho Mariani”. Essa bebida foi experimentada e apreciada por pessoas famosas, como Thomas Edson, H. G. Wells, Jules Verne e o Papa Leão XIII, que premiou o químico com uma medalha de ouro<sup>30</sup>.

Em 1886, John Styth Pemberton criou um “*soft drink*” isento de álcool, para manter-se de acordo com os princípios do puritanismo religioso da sociedade americana do século XIX. A bebida era composta de cocaína e extrato de noz de cola<sup>31</sup>, que era utilizado como tônico para o cérebro e os nervos. Assim nasceu a Coca-Cola, que desde 1906 substituiu a cocaína por cafeína<sup>32</sup>. A cocaína, chegando a se tornar a planta da “moda”, era utilizada em medicamentos, vinhos (Figura 1), dentre outras formas.

---

<sup>28</sup> A farmacologia é a ciência que estuda como as drogas interagem com os sistemas biológicos. Como ciência, nasceu em meados do século XIX.

<sup>29</sup> Cf. FERREIRA; MARTINI, 2001, p. 97

<sup>30</sup> Cf. Ibidem, p. 97

<sup>31</sup> A noz provém da árvore da espécie *Cola nítida* e *Cola acuminata*, de origem africana, mas encontrada em diversos países, inclusive no Brasil. Da noz é extraído o xarope que passou a integrar a as bebidas de Cola (como a Coca-cola e Pepsi-cola).

<sup>32</sup> Cf. Ibidem, p. 98

**Figura 1 - Vinho Maltino produzido com folhas de coca<sup>33</sup>**



Fonte: BATISTA, V., 2013, p. 5

Em 1884, Sigmund Freud publicou um artigo intitulado “Über coca” (“Sobre a cocaína”), no qual defendeu seu uso terapêutico como “estimulante, afrodisíaco, anestésico local, assim como indicado no tratamento da asma, doenças consuptivas, desordens digestivas, exaustão nervosa, histeria, sífilis e mesmo o mal-estar relacionado a altitude” (FREUD, 1884, p.123). Um ano mais tarde, em 1885, Freud relata a morte de um amigo, o médico Ernst von Fleischl-Marxow, a quem recomendou o uso do alcaloide. Desse momento em diante Freud, demonstrando coragem intelectual e moral abandona o uso e a indicação da substância a amigos e pacientes. Longe de sua própria ingenuidade, este Freud amargo de 1895, assume que sabe que não há balas mágicas e não há substâncias que sejam apenas boas ou más, independentemente da natureza humana<sup>34</sup>. Sigmund Freud usou a cocaína como estimulante e analgésico – e acreditava que a droga podia ajudar a curar diversos problemas físicos e mentais, incluindo a depressão e o vício em morfina. Usou-a ainda em tratamentos e pesquisas que antecederam suas teorias psicanalíticas (COHEN, 2014).

No texto “O mal-estar na civilização” (FREUD, 1996 [1930]), o recurso às drogas é entendido como uma resposta possível do sujeito ao mal-estar que é inerente tanto ao processo de formação das sociedades e culturas quanto à própria constituição psíquica do ser humano.

De acordo com Freud (1930), destes, o método mais "interessante" de evitar o sofrimento são as substâncias psicoativas, por agirem diretamente sobre a química do corpo humano e, assim, tornar os indivíduos insensíveis à própria desgraça. Pois, segundo ele, “todo sofrimento nada mais é do que sensação; só existe na medida em que o sentimos, e só o

<sup>33</sup> Este vinho de coca foi fabricado pela Maltine Manufacturing Company de Nova York. A dosagem indicada: “Uma taça cheia junto com ou imediatamente após as refeições.” (BATISTA, V., 2013, p. 5).

<sup>34</sup> Cf. BASTOS, 2001, p. 115-117.

sentimos como consequência de certos modos pelos quais nosso organismo está regulado” (FREUD, 1996 [1930], p. 85). Nesse sentido, certas substâncias psicoativas “quando presentes no sangue ou tecidos provocam em nós, diretamente, sensações prazerosas, alterando tanto também as condições que dirigem nossa sensibilidade, que nos tornamos incapazes de receber impulsos desagradáveis” (FREUD, 1996 [1930], p. 86).

A rápida ascensão do consumo de cocaína logo mostrou que a droga despertava, em grande número de seus usuários, um consumo compulsivo e nocivo de substâncias como álcool e opiáceos, surgindo então as primeiras leis de controle das drogas.

A *cannabis* medicinal era utilizada há milênios no Oriente, mas apenas por volta do século XIX chega à Europa. Especialmente na Índia e na China, a *cannabis* medicinal era usada como inebriante, como afrodisíaco, como remédio para dores de cabeça, reumatismo, problemas do sistema nervoso, digestivo e urinário, entre outros tantos.

No Brasil, a *cannabis* medicinal passou a ser comercializada nas boticas entre os séculos XIX e XX. O produto mais popular nas farmácias brasileiras eram os “cigarros índios” Grimault, nos anos de 1888, (Figura 2) indicando-as para asma, catarrhos, insônia, roncaduras e flatos<sup>35</sup>.

**Figura 2 – Propagandas das cigarrilhas Grimault**



Fonte: BATISTA, V., 2013, p. 316.

Ainda no século XIX, a *cannabis* começa a perder o prestígio como medicamento, por diversos fatores, que vão desde a dificuldade dos médicos em mensurar a dose necessária até o grande aumento do preço devido ao crescimento da demanda.

<sup>35</sup> Cf. CARLINI, 2006, p. 315.

O tabaco (*Nicotiana tabacum*), por sua vez, com seu potencial psicotrópico de reduzir a ansiedade e aquecer paliativamente no frio, devido as suas funções relaxantes e calmantes, foi tido como um bem valioso de grande sucesso na Europa. Os cigarros e charutos estabeleciam uma conexão com o “mundo civilizado europeu” e com o ideário da modernidade; era uma nova moda, um novo hábito, sinal de sucesso, distinção e virilidade masculina (ou ousadia feminina). Sevcenko relata:

O café e o cigarro [...] permaneceram restritos a setores limitados da população e círculos estreitos das elites. Sua autentica popularização só ocorreria na segunda metade do século XX, mediante sobretudo seu nexo com a Revolução Científico-Tecnológica, ao redor de 1870, e sua associação intrínseca, em virtude de suas propriedades estimulantes, com os novos ritmos do trabalho e fragmentação da experiência urbana (SEVCENKO, 1998, p. 531).

Com relação ao ópio, durante o século XIX e início do século XX diversos produtos são comercializados livremente nas boticas, seja para uso farmacológico (Figura 3) ou recreativo (Figura 4).

**Figura 3- Vaporizador de ópio, indicado para asma<sup>36</sup>**



Fonte: BATISTA, V., 2013, p. 8.

<sup>36</sup> Este National Vaporizer Vapor-OL era indicado “Para asma e outras afecções espasmódicas”. O líquido volátil era colocado numa panela e aquecido por um lampião de querosene. Cf. BATISTA, V., 2013, p. 8.

**Figura 4 - Um frasco de heroína Bayer<sup>37</sup>**

Fonte: TARSO, 2012, p. 48.

A Inglaterra, em plena Segunda Revolução Industrial, buscava avidamente mercados consumidores para seus produtos industrializados, porém, as medidas protecionistas chinesas dificultavam o acesso dos britânicos ao amplo mercado consumidor chinês.

Em razão das medidas de proibição do consumo e venda de ópio pelo governo chinês, os ingleses passaram a vender o ópio de forma ilegal para a população da China, como forma de ampliar os lucros (KOUTOUZIS, 1997). O ópio produzido na Índia, colônia britânica, era altamente viciante; e rapidamente os ingleses estavam vendendo toneladas de ópio na China, tornando o vício uma epidemia<sup>38</sup>.

Na segunda metade do século XIX (1856-1860), ocorre a Guerra do Ópio dentro do contexto do Imperialismo e Neocolonialismo. A Inglaterra tinha como objetivo manter e controlar o comércio do produto, e os conflitos internacionais refletiam as diferenças entre as potências da época em relação ao controle da venda e do consumo de ópio e seu reflexo na economia mundial. Estas diferenças estavam postas pela oposição entre o proibicionismo chinês e o interesse inglês na “legalização” do ópio na China, por motivos puramente comerciais; num processo de colonização em que imperavam razões estritas de proveito econômico.

Ainda no século XIX, com a Revolução Industrial, ocorre o barateamento e uma maior produção de bebidas alcoólicas, aumentando o consumo. É durante esse período que o consumo excessivo de álcool passa a ser visto como doença ou desordem. Alheio a tudo isso, em 1865, o químico Louis Pasteur, tentando entender a transformação do açúcar em álcool,

<sup>37</sup> Um frasco de heroína Bayer. Entre 1890 e 1910, a heroína foi utilizada como um substituto não viciante da morfina e remédio contra tosse para crianças. Cf. TARSO, 2012, p. 48.

<sup>38</sup> Como resultado dessa incitação mercantil inglesa, as importações anuais de ópio na China passaram, durante o século XIX, de 200 para 6.500 toneladas. Cf. UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME, 2008, p. 175.

descobre a pasteurização, que consiste numa forma de eliminar microrganismos pelo aquecimento; talvez tenha sido sua “aversão” aos germes que o levou a afirmar que o vinho era a bebida mais higiênica, uma vez que nela ele não encontrou germes (BERTONI, 2006).

Os rastros deixados pela cocaína na cultura ocidental podem ser exemplificados na literatura por Arthur Conan Doyle que, por volta de 1870, descreve seu maior personagem, o detetive Sherlock Homes, como usuário recreativo de ópio e cocaína injetáveis (DOYLE, 2005). Assim como se ressalta uma afinidade curiosa da cocaína com o romance policial do autor inglês Robert Louis Stevenson. O romancista teria escrito *Dr. Jekyll e Mr Hyde* sob o efeito da droga, sendo que os dois protagonistas representam com exatidão o fenômeno de dissociação de personalidade em dependentes da substância. Tratava-se, na realidade, de prática comum, entre outras muitas, no final do século XIX e início do XX (STEVENSON, 2011). Tal como a relatada por Walter Benjamim, em 1926, no livro *Haxixe*, onde o autor discorre detalhadamente sobre o uso da droga. Mas foi Enrico Malatesta, teórico anarquista, o primeiro a pensar a relação entre o proibicionismo e as causas sociais, em 1922, no texto “Le danger de la cocaine: une proposition... qui ne sera pas acceptée” (PASSETTI, 1991).

Com esse breve histórico, fica claro que, desde os primórdios até o início do século XX, algumas substâncias, dependendo do momento histórico e dos interesses da época, foram ou não aceitas, foram ou não consideradas legais, tiveram ou não seu uso disseminado. A coca, por exemplo, não foi totalmente proibida, pois seu uso era lucrativo para os governos hegemônicos (na venda do produto e no aumento da produtividade do trabalho escravo). As bebidas com teor alcoólico foram absorvidas pela cultura predominante, expurgados de seus significados religiosos e identitários-culturais, mesmo com a pregação contrária ao seu uso, por parte da Igreja. O cacau (que não foi comentado por nós) transformou-se na base do chocolate, alimento de consumo mundial e que contém anandamida – um neurotransmissor canabinóide, com efeito parecido ao da maconha (DI TOMASO et al., 1996). O café e o tabaco, por sua vez, expandiram-se de forma incontável, apesar das tentativas de controle por parte de alguns líderes e do discurso médico dominante adverso (MACRAE, 2001).

\*\*\*

Os primeiros anos do século XX são marcados pelo início da proibição das drogas no mundo. Em 1909, os EUA organizam um encontro internacional na cidade de Xangai, na China. Esta estratégia estava relacionada com o controle da expansão e do consumo de ópio.

A Comissão Internacional do Ópio inaugurava então o primeiro passo rumo à política internacional de proibição das drogas, em vigor até hoje.

Até meados do século, foram formulados três tratados sob a liderança dos EUA, com um objetivo extremamente claro: a proibição maciça do ópio – consumo, produção e venda. Os demais países que participavam desses tratados tinham objetivos menos proibitivos, buscavam apenas o controle da produção e a proibição da exportação. Foi nesta época que os americanos se debruçaram sobre o comércio internacional do ópio, transformando o fato em crime no âmbito da comunidade internacional.

Em relação ao álcool, devido ao consumo excessivo, os EUA decretam em 1920 a Lei Seca, que perdurou por quase 12 anos. A Lei proibia a fabricação, venda, troca, transporte, importação, exportação, distribuição, posse e consumo de bebida alcoólica, e foi considerada por muitos um desastre para a saúde pública e para a economia americana, pois os impostos sobre bebidas alcoólicas eram responsáveis por mais da metade da arrecadação do governo. Essa medida fortaleceu e ampliou a máfia e o contrabando. A Lei Seca nos EUA conseguiu manter o uso de álcool em níveis baixos, mas contribuiu para aumentar a corrupção e a criminalidade<sup>39</sup>.

Em 1952, o alcoolismo passou a ser tratado como doença. Mas só em 1967 o conceito de alcoolismo foi incorporado pela Organização Mundial da Saúde na Classificação Internacional das Doenças (CID-8). A dependência de álcool foi caracterizada pelo uso compulsivo de bebidas alcoólicas e pela manifestação de sintomas de abstinência após a cessação do uso.

Atualmente, em média, cada pessoa consome 5 litros de álcool puro, e os países têm criado leis que visam certo controle sobre quem ingere e em quais circunstâncias. Caso do Brasil, onde foi criada a lei que proíbe a venda de álcool para menores de idade, e a Lei Seca, que proíbe que se dirija veículos após a ingestão de álcool, na tentativa de evitar a grande quantidade de acidentes de trânsito.

Concomitante à crescente política proibicionista das drogas, ao longo de todo o século XX, a produção de drogas medicamentosas aumentou de maneira praticamente ininterrupta, sobretudo a partir da década de 1940, quando se produziu um incremento espetacular no número de novos fármacos introduzidos na terapêutica. Processo que foi conhecido como “explosão terapêutica” e/ou “invasão farmacêutica” (VARGAS, 2008, p. 51).

---

<sup>39</sup> Cf. ARAÚJO, 2012, p. 63.

Mais amplamente, a invasão farmacêutica é parte constituinte de um processo mais abrangente de medicalização dos corpos e da vida, processo esse contemporâneo ao desenvolvimento do capitalismo em fins do século XVIII e início do século XIX (FOUCAULT, 1998).

Se, por um lado, a introdução de drogas terapêuticas garantiu uma maior expectativa de vida para milhões de pessoas, por outro, trouxe diversos efeitos nefastos decorrentes do seu uso, pois “[...] quanto mais potentes se tornam os remédios empregados pela medicina, mais numerosos se tornam os problemas de possíveis efeitos colaterais deletérios” (VARGAS, 2008, p. 51).

A percepção desses problemas é contemporânea da própria introdução dos medicamentos na terapia; no entanto, a preocupação com a segurança dos fármacos é mais recente.

É também a partir do século XX que a sociedade experimenta uma cisão, separando drogas e fármacos e, assim, estabelecendo limites entre o legal e o ilegal, e também entre o remédio e o veneno. Essa partilha baseada na moralidade é produzida por um dispositivo das drogas num sentido próximo do que estabeleceu Foucault para a sexualidade<sup>40</sup>, já que, mais do que se apropriar da experiência do consumo de drogas, as sociedades contemporâneas literalmente criaram o fenômeno das drogas por meio do duplo processo da invasão farmacêutica e da criminalização das drogas.

Na década de 1920, a indústria farmacêutica investiu fortemente na produção das drogas sintéticas, sendo que as mais difundidas eram a efedrina – inicialmente destinada ao tratamento da asma e da congestão nasal –, as anfetaminas, que serviam a diversos males como asma, casos brandos de depressão, narcolepsia e dependência química, e as metanfetaminas, que tinham efeitos semelhantes aos das anfetaminas, porém mais intensos.

A divulgação do espectro de atuação da anfetamina popularizou-a de tal forma que era utilizada amplamente sem prescrição. O uso se dava preferencialmente pela recém-criada geração de pessoas diagnosticadas com depressão; sua outra indicação com forte apelo era como pílulas para o emagrecimento. Os efeitos da anfetamina assemelham-se aos efeitos da adrenalina<sup>41</sup>.

---

<sup>40</sup> Cf. FOUCAULT, 1999, p. 152.

<sup>41</sup> A adrenalina é um hormônio que nos coloca em estado de alerta, aumentando a concentração, o estado de alerta e diminuem a sensibilidade à dor, à fome e à sede, além da necessidade de dormir. Cf. ARAUJO, 2012, p. 67.

Por volta dos anos de 1940, surgiram nos EUA os primeiros relatos de pacientes com dependência de anfetamina. Mesmo assim, as anfetaminas e metanfetaminas foram muito utilizadas por combatentes durante a Segunda Guerra Mundial.

Entretanto, na Idade Contemporânea<sup>42</sup>, existem outras características decorrentes das transformações do século XX. A partir de 1960, além das características até então apresentadas, o consumo de substâncias psicoativas evoluiu nos segmentos de contracultura, como o movimento *hippie*, passando a representar um modo de contestação da sociedade daquele momento, adquirindo novos significados<sup>43</sup>. O uso de algumas substâncias psicoativas, que hoje são consideradas ilegais, até 1920 era tão comum que, nos Estados Unidos da América do Norte, existiam estabelecimentos destinados àqueles que quisessem fumar o ópio (em cachimbo ou narguilé).

O surgimento do LSD<sup>44</sup> e a onda psicodélica estão intimamente associados. A substância que originou o LSD é produzida por um fungo, e suas propriedades medicinais – como o estímulo para as contrações nos partos, contenção da hemorragia após o nascimento, entre outras – eram conhecidas havia séculos (ESCOHOTADO, 2003). A versão sintética da droga foi utilizada para fins de autoconhecimento, seja para “liberar material reprimido” de pacientes em psicoterapia ou como experimento de médicos que utilizavam a droga para produzir uma espécie de psicose e assim conhecer o estado mental de doentes mentais<sup>45</sup>.

O LSD ganha notoriedade com o uso da substância pela classe artística, numa época em que a tônica era “abrir a mente”. Este movimento também se associou ao *antiestablishment* em que, para muitos jovens da década de 1960, usar drogas configurava-se num ato político, equivalente aos protestos contra a Guerra do Vietnã.

Com as pesquisas baseadas no isolamento das moléculas de remédios naturais, várias outras substâncias puderam ter seus princípios ativos estudados em relação aos seus potenciais de efeito terapêutico. Com a *cannabis* as pesquisas tardaram a iniciar; seu princípio

---

<sup>42</sup> A Idade Contemporânea está marcada, de maneira geral, pela “dupla revolução”, termo utilizado por Eric Hobsbawm em seu livro *Era das Revoluções*. Juntas, a Revolução Francesa e a Revolução Industrial lançaram as bases da economia e da política do mundo em que vivemos hoje. Por isso, marcam o final da Idade Moderna e o princípio da Idade Contemporânea. Diz o historiador: “se a economia do mundo do século XIX foi formada principalmente sob a influência da revolução industrial britânica, sua política e ideologia foram formadas fundamentalmente pela Revolução Francesa. A Grã-Bretanha forneceu o modelo para as ferrovias e fábricas [...] A França forneceu o vocabulário e os temas da política liberal” (HOBSBAWM, 2009, p. 71).

<sup>43</sup> Cf. ISRAEL-PINTO, 2012, p. 33.

<sup>44</sup> LSD é a sigla para a dietilamida do ácido lisérgico, que é uma das mais potentes substâncias alucinógenas conhecidas. Cf. PAULINO, 1988.

<sup>45</sup> Cf. ARAUJO, 2012, p. 70.

ativo, o THC<sup>46</sup>, só foi isolado em 1964. Porém, nessa época, os estudos sobre suas ações e eficácia oscilam bastante, sem que haja uma constância para maiores investimentos na área (ARAÚJO, 2012).

No início da década de 1990, há um *boom* nas pesquisas com a planta e seu princípio ativo após a descoberta de suas ações em áreas como comunicação, memória, sistema imune, fome, sensação de dor e outros processos relacionados ao sistema nervoso. Contemporaneamente, apesar dos avanços no que diz respeito ao uso da *cannabis* como medicamento, esta ainda é primordialmente utilizada para uso recreativo<sup>47</sup>.

As substâncias psicotrópicas usadas em rituais xamânicos são bastantes presentes principalmente no Noroeste Amazônico. Tendo a *ayahuasca* como principal droga, seu uso e o contexto em que é feito variam muito entre as etnias que a utilizam no Noroeste Amazônico. Além disso, vem sendo utilizada também pelas comunidades ribeirinhas e mestiças do Peru, Amazônia Boliviana, Equador e Colômbia (GOMES, 2011).

O uso desta infusão de forma ritualizada, que leva a diversas modificações na experiência de mundo e de si, muitas vezes ligado a questões religiosas ou terapêuticas, expandiu-se, sendo, no entanto, recebido e tratado de diferentes formas por cada sociedade e região do mundo em que chegou. Dependendo da forma como esse uso é recebido e percebido pela sociedade de cada país, é tratado de diferentes formas no seu processo de proibição ou regulamentação.

Quando é tratada como droga, insere-se no debate sobre os perigos e a proibição das substâncias. No entanto, como o fenômeno do uso da *ayahuasca* está em uma região fronteiriça entre droga, terapia, religião ou bem cultural, em alguns casos, este dispositivo entra em atrito com outra legislação referente a estes outros temas.

No Peru, o uso da *ayahuasca* é feito tradicionalmente por diversas etnias e pela população e é considerada como uma das substâncias da medicina tradicional<sup>48</sup>. No Brasil, a expansão de seu uso da Amazônia para o resto do País se deu acompanhada de alterações e adaptações rituais, de acordo com cada grupo que passava a utilizar o chá (MACRAE, 2008).

O processo de regulamentação do uso, no Brasil, contou com a participação de diversas áreas do conhecimento e de representantes das instituições que usam o chá, resultando na construção de uma resolução que permite o uso ritualístico religioso. Além

---

<sup>46</sup> THC é a abreviatura de delta-9-tetrahidrocanabinol, molécula responsável por boa parte dos efeitos terapêuticos da planta. Cf. ESCOHOTADO, 2003.

<sup>47</sup> Cf. ARAÚJO, 2012, p. 76.

<sup>48</sup> Medicina tradicional Esta é considerada “o conjunto de conceitos, atitudes, e condutas de determinado grupo étnico, relacionadas com a saúde e enfermidade que não podem ser integradas à corrente geral do enfoque científico e racional” (GOMES, 2011, p. 15).

disso, abriu a possibilidade para estudos científicos nas diversas áreas sobre o uso terapêutico deste chá. Muitos dos grupos que usam a *ayahuasca* salientam suas propriedades terapêuticas, como é o caso do Santo Daime ou da Barquinha<sup>49</sup>.

A presença do tabaco na sociedade do século passado é marcada por uma enorme expansão mundial após as duas grandes guerras mundiais, quando então o cigarro passa a ser associada ao charme, à rebeldia e à liberdade. Cada uma dessas qualidades colava, aderiu à substância de um modo singular, conforme o grupo social que estivesse fazendo uso da droga. Paralelamente a este fenômeno, estudos médicos passam a demonstrar associações entre tabagismo e doenças clínicas, como enfisema e câncer.

A droga mais comum, hoje, no mundo, é o tabaco. Dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) demonstram que o maior dano à saúde pública mundial no século 20 foi causado pelo tabaco, seguido do álcool. Carneiro (2011b) destaca que o tabaco, sozinho, teria sido o maior vilão da história da humanidade, tendo matado mais do que todas as guerras, numa cifra de 5 milhões de mortos por ano, o que totalizaria meio bilhão em todo o século.

Por volta de 1980, inicia-se um combate mais efetivo ao hábito de fumar. Atualmente, diversos países têm leis que proíbem o uso do tabaco em locais fechados, transportes públicos, lojas, sinalizando certa restrição ao uso indiscriminado.

As bebidas alcoólicas também apresentam um imenso histórico de danos à saúde humana. Seu uso excessivo causa cirrose, problemas mentais e crises de violência, especialmente doméstica, além de colaborar para causar a maior parte dos acidentes de trânsito (CARNEIRO, 2011b).

### **Refletindo sobre os sentidos produzidos pelo termo “droga”**

As informações sobre a produção de sentido dada ao termo droga foram pautadas a partir da perspectiva teórica das práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano, fundamentadas no construcionismo social (SPINK, M., 1999). Nessa perspectiva, os sentidos dados ao termo droga não emergem do nada. Eles circulam em determinados cenários histórico-sociais e são constituídas por várias pessoas, com base em elos anteriores, cujo endereçamento e finalidade são múltiplos.

Portanto, questionar a pesquisa e a construção do conhecimento envolve a articulação de saberes híbridos como os percursos rizomáticos, sugeridos por Deleuze e Guattari (1995),

---

<sup>49</sup> Cf. GOMES, 2011, p. 16.

que estabelecem conexões e produzem novas relações, e que promovem o questionamento e forçam a pensar não somente sobre aquilo que é explicitado como valor, verdade ou realidade, mas também sobre aquilo que permanece fora das apreensões que compreendem a ação humana. Assim sendo, a perspectiva construcionista nos instiga a pensar as noções da centralidade dos saberes em termos de autenticidade, legitimidade e relevância ao conferir um caráter relativista em relação ao contexto cultural de produção e circulação do conhecimento científico/acadêmico.

O construcionismo social tem contribuído com férteis reflexões teóricas e metodológicas, enfocando a linguagem – neste trabalho entendida como práticas discursivas – na busca de compreender os processos de institucionalização que tornaram certos acontecimentos “essencializados”. Para autores como Kenneth Gergen, Tomás Ibáñez, Lupicinio Íñiguez e Mary Jane Spink, entre outros, o construcionismo não se caracteriza como uma teoria, uma vez que não pretende postular verdades a partir de princípios pré-estabelecidos e inquestionáveis. Caracteriza-se, então, como um movimento, uma postura crítica diante do mundo.

Para Tomás Ibáñez (2001), questionar os processos ordinários que regem a vida cotidiana e os variados artifícios que dotam de sentido o senso comum, tais como o sentimento de pertença e as noções de realidade, verdade e ciência, pode ser um ponto de partida para a formação de investigadores construcionistas.

Abandonar a crença de que o conhecimento válido, ou adequado, é adequado precisamente porque representa corretamente aquilo sobre o qual versa, é um passo obrigatório para desembocar sobre uma perspectiva construcionista. Este passo conduz a situar o conhecimento científico como conhecimento simplesmente relativo, mesmo que seja apenas em termos de relativismo conceitual. O conhecimento científico recorre a conceitos e categorias que são estritamente convencionais, isto é, que não representam nada além daquilo que já havíamos decidido que representariam. (IBÁÑEZ, 2001, p. 253).

De acordo com Kenneth Gergen, o construcionismo nos convida:

[...] a adotar uma atitude de curiosidade infinita, a nos mantermos constantemente abertos ao que cada tradição traz de riquezas e combinações impensadas. Se admitimos que as realidades de hoje dependem dos acordos que alcancemos hoje, ante nós abrem-se enormes possibilidades. Não estamos destinados a repetir o passado; a inovação através da colaboração abre perspectivas novas (GERGEN, 2006, p. 56).

A realidade, para o construcionismo, só existe na interdependência do conhecimento que se produz sobre ela, sendo configurada num emaranhado de versões construídas coletivamente, permitindo uma atitude *relativista*.

Ainda conforme Gergen (1985), o construcionismo social busca compreender de que maneira as pessoas geram significados sobre si mesmas e o mundo, entendendo que o próprio ato de significar algo é construtor de realidades. A postura ética e crítica implicada nessa compreensão repercute na postura do pesquisador, que vai ser assimilado no processo de produção de sentido, não existindo, portanto, uma verdade única e irrefutável a ser descoberta ou um ponto de vista privilegiado para o entendimento daquilo que se toma para pesquisar.

Os sentidos são gerados por meio do diálogo e do discurso e não são dados *a priori*, isto é, anteriores à investigação a ser feita, mas se constituem no próprio ato de conversar (ANDERSON; GOOLISHIAN, 1998).

Segundo Gergen (1985), o potencial de mudança do significado deriva da ação de outra pessoa na conversação, ou seja, apenas na ação conjunta com outras pessoas podemos entender a função dos sentidos construídos dentro de cada relação.

O alinhamento desta perspectiva se dá através de uma vertente da Psicologia Social que pode ser compreendida como a utilização dos pressupostos da Prática Discursiva no estudo de temas considerados para ela relevantes. Uma de suas principais características é a ideia da linguagem como elemento produtor de realidades e agente de práticas sociais.

O movimento construcionista, como uma perspectiva crítica em Psicologia Social, enfoca o estudo das práticas discursivas, considerando a linguagem como prática que provoca efeitos. Essa perspectiva possibilita estudos que focalizam acontecimentos na interface entre os usos da linguagem e as condições de sua produção e veiculação; trata-se de uma perspectiva que se opõe às vertentes representacionistas.

Para Íñiguez (2003), se for possível identificar algo como característica que norteie o movimento construcionista, é justamente essa postura crítica, de constante questionamento daquilo que é considerado como óbvio ou natural, ou que se estabilizou, tornando-se uma verdade cristalizada. Nesta perspectiva, enfatiza-se que os acontecimentos são construídos sócio-historicamente, circulando sob inúmeras versões.

Pautados nos estudos de Michel Foucault, consideramos “linguagem agenciada” e “discurso” como *práticas discursivas*, uma vez que essas noções são concebidas como formas de ação no mundo, práticas que, quando exercidas, provocam efeitos como qualquer outra ação. Foucault (1996, 2000) adotou o termo “práticas discursivas” para expressar as condições de uso de discursos, conjuntos de enunciados ou formações discursivas que possibilitam o exercício de saberes, operando e instituindo acontecimentos em campos estratégicos (exercitando poderes).

Portanto, para Foucault (1996), não há produção de discursos que não seja regulada por relações de poder estabelecidas a partir de procedimentos que funcionam como interdições, supressões, fronteiras e limites, que, por sua vez, tendem a dominar a ampla proliferação de uma formação discursiva. Em suas análises, o autor não separa procedimentos (que controlam, selecionam e organizam) dos enunciados. Proceder analisando as relações constitutivas dos discursos, identificando quais os procedimentos que possibilitam sua emergência e os sustentam: os agenciamentos, interesses, posicionamentos e efeitos. Foucault define assim a prática discursiva:

Não podemos confundi-la com a operação expressiva pela qual um indivíduo formula uma ideia, um desejo, uma imagem; nem com a atividade racional que pode ser acionada em um sistema de inferência; nem com a “competência” de um sujeito falante, quando constrói frases gramaticais; é um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa. (FOUCAULT, 2000, p. 136).

O construcionismo social privilegia a linguagem e o discurso como objeto de estudo, sendo estes compreendidos como ações pelas quais as pessoas descrevem e explicam o mundo em que vivem (Gergen, 1985). Outra reflexão valiosa do construcionismo social é a afirmação de que o conhecimento é uma prática social, produzida coletivamente e localizada historicamente (Spink, M., 2004).

E, por fim, fundamenta-se nas práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano, em especial em Mary Jane Spink (1999, p. 35), para quem “Produzir sentido [...] é o que permite lidar com situações e fenômenos do dia-a-dia, do cotidiano. Podemos fazer um recorte das atividades do cotidiano e analisar os processos de produção de sentido.”

Ao considerar que os *sentidos* são construídos socialmente, em um empreendimento coletivo, mais precisamente interativo, por meio do qual as pessoas constroem os termos a partir dos quais compreendem e lidam com as situações e fenômenos a sua volta, sendo o motor da ação humana (SPINK, M., 2004).

Conforme diversos autores (MACRAE, 2001; DUARTE, 2005; ESCOHOTADO, 2003), ininterruptamente houve a presença de aspectos socioculturais nas relações dos indivíduos com as substâncias psicoativas. Observando o breve quadro histórico construído nesse capítulo, compreendemos que o uso de substâncias psicoativas pode ser considerado, também, um fenômeno comportamental, pois em todas as épocas e sociedades sempre existiram substâncias capazes de alterar tanto o pensamento quanto a percepção e o comportamento. Segundo MacRae (2001), a busca, pelos indivíduos, por um estado alterado

de consciência (para a sedação ou a exaltação) foi uma ambição constante por toda a parte, em todos os séculos. Não houve civilização que não procurasse, eventualmente, escapar à “normalidade” com a ajuda do álcool, tabaco, chá, café e plantas de todas as espécies. Mas a conotação dada ao termo droga vem sendo associada a um conceito moral. Henrique Carneiro em “Filtros, Mezinhas e Triacas”, relata toda a história das drogas, dos temperos e das comidas, para no fim defender a tese de que “a droga, como objeto claro e definido nunca existiu”. E afirma: “a droga sempre foi antes de tudo um conceito moral” (CARNEIRO, 1994, p. 157).

Diante dessa breve retrospectiva, é possível constatar que o uso das diferentes substâncias psicoativas esteve atrelado a maior ou menor tolerância social e cultural, dependendo de contextos religiosos, políticos e econômicos.

## **Junky – alguns recortes**

*Sempre se formula a mesma questão: por que um sujeito se torna viciado?*

*A resposta é que, em geral, ele não pretende se tornar viciado. Ninguém levanta de manhã e resolve se viciar. Demora pelo menos dois meses, com duas aplicações diárias, para se ficar realmente dependente. E ninguém sabe de fato o que é fissura por droga pesada até passar por vários períodos de dependência. Eu demorei quase quatro meses para ficar dependente pela primeira vez, e, mesmo então, os sintomas da privação da droga foram suaves. Não acho exagero afirmar que é preciso um ano e várias centenas de injeções para se produzir um verdadeiro viciado.*

*Outras questões, é claro, poderiam ser formuladas: por que você resolveu experimentar entorpecentes? Por que continuou a usá-los tempo suficiente para se viciar? Bem, você se vicia em entorpecentes quando não tem motivações fortes que apontem para outras direções. A droga pesada ganha por desistência. Eu a experimentei por curiosidade. Ia tomando umas picadas sempre que descolava a droga. Acabei fígado. A maioria dos viciados com quem conversei relata a mesma experiência. Ninguém começou a usar drogas por algum motivo especial. Apenas foram tomando seus picos até se verem fígados. Quem nunca foi viciado não consegue entender o que significa precisar da droga pesada com a urgência do vício. Ninguém decide virar viciado. Certa manhã o sujeito acorda fissurado e pronto — é um viciado.*

*Nunca me arrependi da minha experiência com drogas. Acho que estou melhor de saúde agora, depois de ter tomado drogas pesadas em vários períodos da vida, do que estaria se nunca tivesse me viciado. Quando se para de crescer, se morre. Um viciado nunca para de crescer. A maioria dos usuários costuma cortar a dependência periodicamente, o que envolve o encolhimento do organismo e a substituição das células dependentes da droga. Um usuário está em contínuo processo de encolhimento e crescimento no seu ciclo diário de carência e satisfação através da picada.*

*Os viciados, na maioria, parecem mais jovens do que são. Recentemente, cientistas fizeram experiências com um verme que obrigavam a encolher pela privação de alimento. Repetindo periodicamente esse processo de encolhimento, mantiveram o verme em crescimento contínuo, o que prolongou indefinidamente sua vida. Se um junky (viciado em droga pesada, junk) pudesse se manter num*

*constante estado de dependência e cura, talvez conseguisse viver até uma idade assombrosa.*

*Droga pesada – junk – é uma equação celular que ensina ao usuário (junkie) verdades de validade universal. Aprendi muito usando junk: vi a vida sendo medida em conta-gotas com solução de morfina. Senti a privação agônica da droga – a chamada “fissura” – e o alívio prazeroso quando as células sedentas de junk bebiam da agulha. É possível que todo prazer seja apenas alívio. Aprendi o estoicismo celular que a droga ensina ao usuário. Vi uma cela repleta de junkies fissurados, silentes e imóveis em suas misérias estanques. Eles sabiam o quanto era inútil reclamar ou se mover. Sabiam que ninguém ali podia ajudar ninguém. Não há nenhum recurso, nenhum segredo que alguém possua e possa te oferecer.*

*Aprendi a equação junk. Droga pesada não é um meio de aumentar o prazer de viver. Junk não é um barato. É um meio de vida<sup>50</sup>.*

---

<sup>50</sup> Recorte de texto do livro *Junky* de William S. Burroughs. O livro foi escrito em 1949 como uma narrativa que é uma mescla de confissões do autor que foi dependente de drogas por catorze anos.

### 3 POLÍTICAS DE DROGAS

O consumo de substâncias psicotrópicas faz parte de um repertório que compõe as mais diferentes culturas desde há muitos séculos. Assim, o papel desenvolvido pela economia das drogas está marcado nessa história.

Durante a época das grandes navegações, nos séculos XVI e XVII, as principais riquezas buscadas eram as drogas. Das Índias vinham especiarias, como a pimenta, a canela e a noz moscada. Estas buscas impulsionaram as grandes navegações em direção às novas terras assim como a viagem marítima em volta do globo terrestre pela primeira vez.

Das Américas eram encaminhados ao continente Europeu o pau-brasil, o açúcar e o tabaco, todos igualmente denominados “drogas” pelos homens deste período.

Portugal e Espanha reeditam a escravidão de africanos para o novo continente a fim de garantir a produção de açúcar e álcool. O chocolate e o tabaco foram por longo tempo monopólio da realeza e do clero.

De acordo com Mansur e Carlini (1993), há cerca de um século podia-se encontrar facilmente à venda nas farmácias de grande parte dos países ocidentais pastilhas de cocaína e cigarros indianos de maconha. Nenhuma das substâncias psicotrópicas hoje elencadas sob a rubrica “drogas”, de uso medicinal ou não, era objeto de controle estatal, não cabendo qualquer tipo de sanção legal para quem as produzisse, as comercializasse ou as consumisse. O controle sobre o uso dessas substâncias era regido, tão somente, por códigos morais.

O “problema das drogas” foi constituído em torno de algumas substâncias que passariam a ter sua circulação e seu consumo proibidos, e tem sua origem, como mostram os estudos de Scheerer (1993) e Escohotado (1998), relacionada ao que se tornou conhecido como “problema do ópio”. Durante o século XIX, houve, sobretudo na China e nos EUA, uma popularização do consumo de ópio e de seus derivados, principalmente a morfina e o láudano. Os altos índices de consumo dessas substâncias, que preocupavam as autoridades desses países, fizeram com que, sob a iniciativa do governo norte-americano, fossem convocadas as primeiras comissões internacionais para tratar do “problema do ópio”.

Na China, a expansão do consumo de ópio esteve ligada, sem dúvida, ao incentivo comercial prestado pelos ingleses. O costume de fumar ópio havia sido introduzido, entre os chineses, pelos portugueses no início do século XVIII. Esse hábito seria consolidado e explorado pelos ingleses em seu especial interesse pelo chá. Explica-se:

A China era praticamente a única produtora de chá e não se interessava por nenhum produto inglês, exceto a prata e o ópio. Desse modo, não querendo pagar o chá com pratarias,

a Companhia das Índias Orientais introduziu o cultivo de papoulas e a produção de ópio na Índia, em sua possessão de Bengala, de onde passou a monopolizar a produção e o comércio de ópio no sul asiático e a inundar a China com esse produto<sup>51</sup>. Como resultado dessa incitação mercantil inglesa, as importações anuais de ópio na China passaram, durante o século XIX, de 200 para 6.500 toneladas, segundo as estimativas de Reins (1991) referidas no documento da United Nations Office on Drugs and Crime - Unodoc (2008).

Concomitante à situação no sudeste asiático, houve nos Estados Unidos um significativo aumento do consumo de derivados de ópio, que faziam parte da composição de diversos medicamentos de livre comércio naquele país. A morfina, utilizada como anestésico nos campos de batalha na Guerra da Secessão (1861-1865), também não demoraria a ter seu uso difundido entre a população norte-americana. O consumo de ópio entre os norte-americanos iniciou-se, a partir da segunda metade do século XIX, com o contato com povos do sudeste asiático, que se deu pela migração de contingentes populacionais chineses para a construção de linhas férreas na costa oeste americana e com a invasão militar americana às Filipinas<sup>52</sup>.

À discussão do “problema do ópio” foram dedicadas duas convenções internacionais, a Convenção Filipina do Ópio (1903) e a Convenção de Xangai (1909). Nessas duas convenções lideradas pelos EUA, contrariando principalmente os interesses ingleses, foram elaboradas recomendações internacionais para o controle tanto do ópio quanto da cocaína e de seus derivados. Até então, as atenções internacionais estavam voltadas apenas para o “problema do ópio”.

Mas é no início do século XX que o fenômeno do proibicionismo tem seu início de fato, com a Lei Seca nos Estados Unidos (1920 a 1933), com a proibição do comércio e consumo do álcool. Período em que houve grande aumento da criminalidade e violência.

A questão, portanto, é entender o movimento que excomungou um conjunto de substâncias enquanto canonizou outro ao longo dos últimos séculos. As forças políticas e econômicas, nesse caso, foram fundamentais para que esse corte moral fosse efetuado. Como indica Escohotado sobre o caso dos Estados Unidos:

Antes da abolição da escravatura, nos Estados Unidos não existia o temor ao ópio, que surgiu apenas quando uma maciça imigração chinesa, destinada a suprir a mão-de-obra negra, começou a incomodar os sindicatos. Foi também o medo aos imigrantes – fundamentalmente irlandeses e judeus – que precipitou a condenação do álcool pela Lei Seca. Nessa ocasião, as reivindicações políticas da população

---

<sup>51</sup> Cf. VARGAS, 2001, p. 197.

<sup>52</sup> Cf. VARGAS, 2001, p. 198.

negra do sul eram muito preocupantes e a cocaína – a origem da Coca-Cola – acabou simbolizando uma droga de negros degenerados (ESCOHOTADO, 1998, p. 29).

### **O proibicionismo - a abstinência como fim**

A partir da Lei Seca nos Estados Unidos, que durou apenas 13 anos, no início do século XX, e teve o foco na proibição do comércio e consumo do álcool, foi banido todo o circuito de produção, circulação e comercialização de bebidas alcoólicas no território estadunidense, decisão que significou o lançamento de um negócio fortemente desenvolvido e de um hábito amplamente difundido nas sombras da clandestinidade (RODRIGUES, 2004a).

O efeito causado pela lei foi totalmente contrário ao que era esperado. Ao invés de acabar com o consumo de álcool, com os problemas sociais, entre outros, a lei gerou a desmoralização das autoridades, o aumento da corrupção, explosões da criminalidade em diversos estados e o enriquecimento das máfias que dominavam o contrabando de bebidas alcoólicas.

A revogação constitucional da Lei Seca se dá em 1933. Com os argumentos que a legalização das bebidas geraria mais empregos, elevaria a economia e aumentaria a arrecadação de impostos, o congresso norte-americano legaliza a cerveja. Porém, a agência de estado criada com a finalidade de repressão ao álcool não foi extinta, passando a utilizar os meios proibicionistas para o uso da *cannabis*, incluída no rol das substâncias restritas, que contava com os opióides e a cocaína. Vale ressaltar que o cultivo da *cannabis* era usado há milênios para produção de tecidos, cordas, velas de barcos de papel; além do uso recreativo/tradicional por grupos étnicos minoritários.

Logo em seguida à revogação da Lei Seca, nos EUA, o Departamento de Narcóticos Norte-Americano, com o apoio da igreja, da indústria e da burguesia, desencadeou uma intensa campanha contra o uso de maconha, estabelecendo leis mais rigorosas e usando a imprensa como arma para alertar a população sobre os riscos de consumo. Tal guerra contra as drogas sempre esteve fortemente marcada por um caráter racial e xenófobo presente nas campanhas políticas e publicitárias. Associada a grupos sociais considerados perigosos pela maioria norte-americana branca e protestante, a maconha era relacionada aos mexicanos, assim como a cocaína aos negros e o ópio aos chineses (SAAD, 2010).

Percebemos aqui como as relações de poder se estabelecem como prática social, ultrapassando o nível estatal e se estendendo por toda a sociedade.

Para Foucault “o Poder” não existe. Existem, sim, práticas ou relações de poder. Logo, o poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona em rede e que, portanto, deve ser entendido antes como uma tática, manobra ou estratégia mais do que como uma coisa, um objeto ou bem. Em *Vigiar e Punir*, ele afirma:

Ora, o estudo desta microfísica supõe que o poder nela exercido não seja concebido como uma propriedade, mas como uma estratégia, que seus efeitos de dominação não sejam atribuídos a uma ‘apropriação’, mas a disposições, a manobras, a táticas, a técnicas, a funcionamentos; que se desvenda nele antes uma rede de relações sempre tensas, sempre em atividade, do que um privilégio que se pudesse deter, que se seja dado como modelo antes da batalha perpétua do que o contrato que faz uma cessão ou uma conquista que apodera de um domínio. Temos, em suma, de admitir que esse poder se exerce mais do que se possui, que não é ‘privilégio’ adquirida ou conservado da classe dominante mas o efeito de conjunto de suas posições estratégicas – efeito manifestado e às vezes reconduzido pela posição dos que são dominados (FOUCAULT, 1987, p. 29).

O poder do Estado funciona como um mecanismo que está presente em toda a tessitura da sociedade e, desta forma, se manifesta como uma prática social. As práticas e as relações de poder são disseminadas por todos os setores da sociedade, ou seja, uma relação de forças recíproca que é exercida de formas variadas e em diversas instituições, sendo, para alguns, indispensável para a sobrevivência da sociedade moderna.

Dizendo poder, não quero significar “o poder”, como um conjunto de instituições e aparelhos que garantem a sujeição dos cidadãos num determinado estado. Também não entendo poder como um modo de sujeição que, por oposição à violência, tenha a forma de regra. Enfim, não entendo o poder como um sistema geral de dominação exercida por um elemento ou grupo sobre o outro e cujos efeitos, por derivações sucessivas, atravessem o corpo social inteiro. A análise em termos de poder não deve postular, como dados iniciais, a soberania do Estado, a forma de lei ou a unidade global de uma dominação; estas são apenas e, antes de mais nada, suas formas terminais. Parece-me que se deve compreender o poder, primeiro, como a multiplicidade de correlações de forças imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas da sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais.

[...]

O poder está em toda parte, não porque engloba tudo e sim porque provém de todos os lugares [...]. O poder não é uma instituição e nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada (FOUCAULT, 1999, p. 88-89).

Ainda segundo Foucault, a partir do século XVIII ocorreu profunda transformação no Ocidente em relação aos mecanismos de poder. O poder soberano, o direito de causar a morte ou de deixar viver que o caracteriza, dá lugar a “um poder que gera a vida e a faz se ordenar em função de seus reclamos” (FOUCAULT, 1999, p. 128). O século XVIII marca o processo

de entrada da vida política na história isto é, a entrada dos fenômenos próprios à vida humana na ordem do saber e nos cálculos do poder, de modo que os processos relacionados à vida humana começam a ser levados em conta pelos mecanismos de poder e de saber que tentam controlá-los e modificá-los. Diz Foucault:

O homem ocidental aprende pouco a pouco o que é ser uma espécie viva num mundo vivo, ter um corpo, condições de existência, probabilidade de vida, saúde individual e coletiva, forças que se podem modificar, e um espaço em que se pode reparti-las de modo ótimo. Pela primeira vez na história, sem dúvida, o biológico reflete-se no político; o fato de viver não é mais esse sustentáculo inacessível que só emerge de tempos em tempos, no acaso da morte e de sua fatalidade: cai, em parte, no campo de controle do saber e de intervenção do poder. (FOUCAULT, 1999, p. 134).

Assim como o sexo, o uso de drogas também foi inscrito em uma lógica de controle e disciplinamento dos corpos por meio da medicalização. As primeiras legislações proibicionistas nos EUA tinham como foco muito menos a defesa da saúde e da vida das pessoas usuárias de drogas e muito mais o controle social das populações indesejáveis, como os latinos (relacionados ao uso de maconha), os negros (relacionados ao uso de cocaína) e os asiáticos (relacionados ao uso de ópio), conforme pode ser visto no documentário canadense *Grass*, de Ron Mann, de 1999<sup>53</sup>.

O surgimento do “dispositivo”<sup>54</sup> da droga” está relacionado, portanto, com a articulação de distintos saberes, fazendo recair sobre determinadas substâncias e pessoas que delas fazem uso os efeitos de um processo de intensa demonização (PETUCO, 2007). Com tal articulação, a questão das drogas psicoativas transformou-se num grande problema que justapõe três planos de graves ameaças: a moral, a saúde pública e a segurança pública.

Com o aumento da intensidade da violência relacionada ao tráfico de drogas ilícitas, tem início um processo de elaboração de outras posturas de enfrentamento da questão do uso de substâncias psicoativas. Tanto conservadores como progressistas tendem a criticar o modelo de banimento legal dos psicoativos conduzido pelos EUA e aceito pela maioria dos governos no mundo. De acordo com a perspectiva proibicionista que vem sendo utilizada desde o início do século XX até os dias de hoje, o objetivo é a erradicação do uso de qualquer droga que altere a consciência e/ou a percepção da realidade.

A criminalização e o combate ao uso e à venda de psicoativos ilícitos potencializaram-se com a emergência, na década de 1970, do narcotráfico, entendido como o complexo

<sup>53</sup> O filme *Grass* (Canadá, 1999, 80 min. Direção: Ron Mann), apesar de dar um toque hollywoodiano aos “fatos”, ajuda a ilustrar sua proposta de pesquisa. O documentário não realiza apologia ao uso da *Canabis*, mas discute, em termos gerais, quanto um Estado pode interferir na liberdade de cada cidadão.

<sup>54</sup> Dispositivo no sentido foucaultiano de “estratégia de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles” (FOUCAULT, 1999, p. 125).

empresarial clandestino que conecta redes várias de produção e comercialização de drogas proibidas. Mas é a partir do governo de Richard Nixon, em 1971, e de seus sucessores na presidência dos EUA, que a tônica ao combate às substâncias psicotrópicas ilícitas tomou impulso. Na conferência de imprensa que lançou a “guerra às drogas”<sup>55</sup>, Nixon (1971 apud ARAÚJO, 2012, p. 78) afirma: “O abuso de drogas é o inimigo público número um dos EUA. Para lutar e vencer esse inimigo, é necessário empreender uma nova ofensiva total”.

Nesta época, o controle internacional de psicotrópicos estava sob a égide da Convenção Única da Organização das Nações Unidas sobre Psicotrópicos, estabelecida em 1961, que sintetizava várias convenções realizadas desde o Congresso de Xangai, em 1909. O objetivo de todas as normas internacionais era o banimento de todo e qualquer uso de drogas que não tivesse finalidade médica. Está marcada aí a orientação dada pelos EUA na política externa, que travava uma luta pela medicalização e pela extinção do uso tradicional ou hedonista dos psicotrópicos.

No Brasil, se as drogas importadas, a heroína e a cocaína, passam a ser perigosas ao se difundirem entre segmentos marginais, uma outra substância, a maconha, tornou-se alvo de estudos condenatórios e repressão policial quando deixou as populações que dela faziam uso há muitas gerações (sertanejos, comunidades indígenas, negras e caboclas) e ganhou consumidores entre as crescentes camadas pobres urbanas no país (MACRAE; SIMÕES, 2000). Da estigmatização para a criminalização, o ritmo foi ditado, como nos Estados Unidos, pela capacidade das práticas sociais e de governo em relacionar “grupos” e “venenos perigosos”.

Esta postura de combate às drogas tornou-se hábil na esfera estratégica da política externa. Dividiu o mundo em países produtores de drogas, ligados ao narcotráfico e, portanto agressores, e países consumidores, os países alvo, “vítimas” das máfias (PASSETTI, 1991). A “guerra às drogas” era desenhada sob uma postura governamental dirigida à exteriorização do problema da produção de psicoativos e à repressão interna dos consumidores e organizações narcotraficantes. Com esta postura, foram instauradas, a um só tempo, a disciplinarização, a vigilância e o controle dos grupos sociais ameaçadores da ordem interna

---

<sup>55</sup> A premissa da *guerra às drogas* é a de que o mundo se divide entre *países produtores* e *países consumidores* de drogas proibidas. Nessa lógica, os países tidos como *consumidores* – entendidos como *vítimas* – teriam o direito de se *defender*. A divisão estanque entre *países produtores* e *países consumidores* nunca se verificou dessa forma, o que não impediu que se cristalizasse como um discurso que exteriorizava o problema, de modo a acionar uma prática de *defesa nacional*. Cf. PASSETTI, 1991.

(como negros, hispânicos e jovens pacifistas) e a militarização da proibição às drogas como artifício de política externa<sup>56</sup>.

A política repressiva e intervencionista, sedimentada por Nixon, virou sinônimo do que hoje é conhecido como “guerra às drogas”, e foi adotada por todos os presidentes norte-americanos, com exceção de Jimmy Carter. Em 1976, Carter chegou a defender a descriminalização da maconha e leis mais brandas para o usuário de drogas<sup>57</sup>.

Apesar do grande impacto da “guerra às drogas” na política internacional, seu eco não foi unânime, alguns países da Europa puseram em prática experiências opostas ao proibicionismo conduzido pelas Nações Unidas. A Itália despenalizou a posse para o uso de qualquer droga em 1975 – lei revogada em 1990 e recuperada em 1993. Durante mesma década, a Espanha teve a mesma postura, sem que houvesse revogação da lei. A Holanda, em 1976, promoveu a legalização da maconha. Estes países foram exceção, uma vez que grande parte do mundo parecia mergulhada na maré proibicionista.

Décadas de proibicionismo não trouxeram a erradicação do consumo. Ao confrontar dados estatísticos provenientes das mais diversas fontes, analistas da questão das drogas ilícitas, tanto os progressistas quanto os conservadores, detectam um fato perturbador: o mercado clandestino só fez crescer, assim como o consumo, em termos absolutos e relativos. O aumento dos gastos destinados ao combate policial e militar ao narcotráfico não reverteu em sua extinção, como prometiam os discursos proibicionistas formulados nos países do Norte e do Sul. A violência produzida pelas máfias narcotraficantes, e as consequências individuais do uso de substâncias adulteradas e ministradas sem segurança, produziram vozes críticas nos Estados proibicionistas. O combate às drogas passou a ser visto, por intelectuais, profissionais de saúde e cientistas sociais de vários continentes, como uma guerra impossível de vencer. Segundo essa perspectiva, um dos equívocos do regime legal do proibicionismo é a ênfase dada à coerção policial em detrimento de uma preocupação maior com a prevenção ao uso (RODRIGUES, 2004a).

Uma ótica daquela proibicionista propunha alternativas que buscassem minimizar os perigos para os que optaram pela ebriedade. Essa visão reformista, genericamente conhecida como redução de danos, pretende buscar formas de administrar o hábito de utilizar drogas psicoativas. A ênfase, neste caso, não deve recair no julgamento moral, se um (ou um conjunto de) comportamento é bom ou ruim, certo ou errado, mas, sim, se ele é seguro ou inseguro, e se está mais ou menos associado a riscos e danos (FONSECA, 2005).

---

<sup>56</sup> Cf. RODRIGUES, 2003b, p. 260.

<sup>57</sup> Cf. ARAÚJO, 2012, p. 78.

## Alternativas ao proibicionismo

O proibicionismo às drogas se mantém, na atualidade, sustentado nas relações internacionais pelas três convenções de controle às drogas pactuadas, respectivamente, em 1961, 1971 e 1988 (UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME, 2013) pela Organização das Nações Unidas. E a noção de droga utilizada nas práticas proibicionistas só se sustenta a partir de uma perspectiva moralista (CORRÊA, 2010). A proibição se estruturou historicamente a partir de camadas de moralismo, racismo, seletividade penal e preocupação com a saúde pública.

No entanto, de forma simultânea, há políticas nacionais em curso, principalmente no continente Europeu, que começam a experimentar a despenalização do uso de certas drogas, porém, são ainda tímidas para produzir novas estratégias para o arranjo mercantil das drogas, muito embora estabeleçam algumas alternativas à política proibicionista até então hegemônica. Mais recentemente, em 2014, o Uruguai adotou uma política de legalização da *cannabis*, tornando-se o primeiro país da América Latina a se inscrever entre aqueles que optam por novos e mais eficazes paradigmas na luta contra o narcotráfico e o consumo de drogas.

No final da década de 80 e início da década de 90 do século XX, o agravamento epidêmico da Aids e a intensificação das questões relativas à insegurança e criminalidade associadas ao consumo de drogas ilícitas determinaram um esforço sem precedentes de debate público, reflexão e de formulação de propostas em torno de políticas alternativas para o problema das substâncias psicoativas (ESCOHOTADO, 1998). Na procura de alternativas para minimizar a natureza dos efeitos causados pela complexidade deste tema relacionado às drogas, muitos países buscaram na redução de danos uma possibilidade para o enfrentamento da questão.

A ideia de Redução de Danos (RD) relacionada ao uso de drogas tem duas vertentes. A primeira nasce na Grã-Bretanha, em 1926, com as recomendações de um relatório que ficou conhecido como Relatório Rolleston, que estabelecia o direito dos médicos ingleses de prescreverem suprimentos regulares de opiáceos aos dependentes dessas drogas. Esse estudo concluiu que os usuários problemáticos de opiáceos poderiam, com ajuda especializada, reduzir os danos decorrentes do uso, mesmo sem se abster da droga<sup>58</sup>.

---

<sup>58</sup> Cf. FONSECA, 2005, p. 30.

A segunda vertente só surge no início da década de 1980, na Holanda. A partir de então, os princípios da proposta de RD começaram a ser sistematizados na forma de programas. Por iniciativa de uma associação de usuários de drogas, deu-se início à distribuição de seringas entre usuários de drogas intravenosas (UDI), proposta ousada que visava combater uma epidemia de hepatite B entre os usuários. Logo em seguida, o sistema de saúde holandês adotou esse programa e passou a distribuir seringas, com o intuito de evitar que fossem compartilhadas e, assim, diminuir a transmissão da doença entre os UDI. Essa visão se tornou paradigmática, particularmente por sua utilização para auxiliar a frear a epidemia de Aids nas décadas de 1980-90.

Diversos países, como Inglaterra, Alemanha, Suíça, Austrália, Canadá, Portugal, Chile, Argentina, Uruguai e Brasil, adotaram as políticas e estratégias de redução de danos, a partir da epidemia de HIV nas décadas de 80 e 90 do século XX, com o propósito de prevenir a contaminação pelo vírus, bem como outros riscos associados ao uso de drogas.

As ações e medidas que fazem parte de um programa de redução de danos podem variar de um país (e sociedade) para outro, de acordo com uma série de fatores, tais como: características epidemiológicas, valores e culturas singulares de cada local, padrões de consumo e tipos de drogas utilizadas, recursos financeiros disponíveis e efetivamente mobilizados, entre outros (BRASIL, 2001). Depreende-se daí que as estratégias de redução de danos compreendem as medidas postas em prática com o objetivo de minimizar os danos à saúde relacionados com o uso de drogas.

O sentido da prevenção seria o de diminuir os riscos associados ao uso de drogas, entre os quais destacamos o padrão de uso habitual ou de dependência, dirigir sob o efeito de alguma substância psicoativa, *overdose*, o compartilhamento de seringas ou de cachimbos, o uso de drogas associado a comportamentos de risco (sexo sem proteção, esportes radicais, violência, etc.).

Considerando esta perspectiva, a questão do uso de drogas passa a ser compreendida de outra maneira: as drogas não devem ser classificadas *a priori* como substâncias maléficas, mas sim como substâncias neutras, ou como drogas leves ou pesadas. Este modo de pensar, que ainda permanece caracterizado pelo essencialismo, passou a ser utilizado por certa vertente cientificista médico-moral. Na verdade, nenhuma droga é em si mesma leve ou pesada. O único julgamento pertinente é aquele derivado do encontro entre substância, sujeito e momento/meio sociocultural<sup>59</sup>. Só poderíamos valorar as drogas na relação com o homem,

---

<sup>59</sup> Cf. ACSELRAD, 2005, p. 54.

no contexto em que se estabelece o sentido do uso, seja ele recreacional, medicinal, compulsivo etc.

Como política social, a Redução de Danos (RD) atua no fio da navalha, uma vez que legalidade não é sinônimo de segurança, e droga não é sinônimo de ilegalidade – o caso do álcool é aqui paradigmático, inclusive porque não há apenas a produção legal do álcool, mas também uma intensa produção ilícita, sendo comuns os casos de envenenamento (DELGADO, 2005).

É necessário problematizar a adoção da RD como alternativa ao proibicionismo. Segundo estudiosos no assunto, como Petuco (2010), podemos nos deparar com abordagens que investem em autonomia e cuidado e com outras que investem em disciplinamento e controle. Cada uma das opções tem suas técnicas, suas dinâmicas, seus “procedimentos” levados a cabo por bons ou maus profissionais. Portanto, não é de técnica que estamos falando, mas de política; da postura política proibicionista, de forma ampla, inclusive do proibicionismo às drogas.

Podemos pensar em pelo menos dois tipos de clínica para as pessoas que usam drogas, a clínica do acolhimento ou a clínica disciplinadora. Acolher diz respeito à nossa capacidade de aceitar as diferentes formas de ser e estar no mundo, à nossa abertura diante da diversidade; trata-se de uma postura ética diante da vida, do trabalho, do cuidado. A clínica disciplinadora, por outro lado, diz respeito às práticas sociais inscritas na ordem do discurso por meio de dispositivos disciplinadores provenientes de diferentes campos, e que insistem em criminalizar as drogas ilícitas em detrimento daquelas consideradas “legais” (FISCHER, 2010).

No Brasil, a Redução de Danos traçou um percurso clínico-político (PASSOS, 2004 e PASSOS; BENEVIDES, 2001, 2004) por meio do qual ultrapassou o contexto local, em Santos, e ganhou projeção no cenário nacional.

No Brasil, a prefeitura da cidade de Santos, em 1989, anunciou um serviço de troca de seringas entre os usuários de drogas injetáveis com o objetivo de conter a disseminação do vírus da AIDS, que fazia da cidade recordista em número de casos da doença no país. O Ministério Público embargou o projeto e apreendeu o material, por considerá-lo estimulador do uso de drogas ilícitas. Os médicos tiveram que responder a diversos processos. Impedidos de fornecer seringas para usuários de drogas injetáveis como forma de evitar a AIDS, os técnicos implantaram alternativas, também dentro de uma lógica de redução de danos, como o uso de hipoclorito de sódio para a desinfecção de agulhas e seringas reutilizadas (SODELLI, 2010).

É somente durante a década de 90 do século XX, com a atuação das organizações civis, que a redução de danos se afirmará, gradativamente, como política governamental. Em 1994, o Conselho Federal de Entorpecentes deu parecer favorável à realização de atividades de Redução de Danos (RD), e o primeiro programa brasileiro sistemático começou em 1995, em Salvador (Bahia) (ANDRADE, 2004). Se considerarmos o primeiro programa de Redução de Danos desenvolvido na Holanda, constatamos que demoramos quase quinze anos para oficializar o primeiro programa de RD no País. O atraso em adotar o programa como uma política pública de prevenção do HIV/Aids no Brasil trouxe sérias consequências para o controle dessa epidemia (CRUZ, 2011).

A Redução de Danos aparece nos documentos oficiais como uma estratégia, como uma possibilidade, em que o método utilizado para o tratamento é baseado no aumento do grau de liberdade e de corresponsabilidade, possibilitando o protagonismo dos usuários e familiares, transformando vidas.

No ano de 2012, no Brasil, foram amplamente divulgadas pelos meios de comunicação internações compulsórias de pessoas dependentes de *crack*, inicialmente realizadas na cidade do Rio de Janeiro e, posteriormente, na cidade de São Paulo (KELTER; SILVA, 2013), abrindo espaço para o debate sobre a internação compulsória dos usuários, uma vez que alguns estados e municípios passaram a utilizar a internação compulsória como principal forma para lidar com a dependência de drogas. Em nota técnica, a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), representação regional da Organização Mundial da Saúde (OMS) no continente americano, trouxe a público críticas na condução da política brasileira de tratamento do usuário no enfrentamento do uso de drogas, declarando que a “priorização de medida extrema como a internação compulsória” está na “contramão do conhecimento científico sobre o tema” e pode “exacerbar as condições de vulnerabilidade e exclusão social dos usuários de drogas” (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE, 2013, [s.p.]). Ainda segundo a nota, o Brasil “priorizou a implantação de serviços comunitários para o tratamento da dependência de álcool e outras drogas e o resultado foi a expansão da rede de atendimento e do acesso ao tratamento” (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE, 2013, [s.p.]). Todavia, prossegue a nota,

[...] ainda que a lei nº 10.216/2001 descreva a internação como uma das estratégias possíveis para o tratamento dos transtornos mentais<sup>60</sup>, ultimamente, alguns Estados e Municípios tem utilizado a internação como principal forma para lidar com a dependência de drogas. [...] A OPAS/OMS no Brasil considera inadequada e

---

<sup>60</sup> Cf. Lei nº 10216/2001 que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. (BRASIL, 2001).

ineficaz a adoção da internação involuntária ou compulsória como estratégia central para o tratamento da dependência de drogas (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE, 2013, [s.p.]).

A política e a estratégia de redução de danos podem, sob alguns aspectos, ser analisadas a partir da perspectiva de Paulo Freire (1999). Nesse caso, a prática de campo e o conceito de RD se ampliam, na medida em que se entende que o uso de substâncias psicoativas se dá em um contexto social, histórico e econômico distinto. O consumo de drogas entre jovens de diferentes classes sociais ocorre de forma diferente. Os fatores que possibilitam enxergar tanto as diferentes formas de uso como as condições psicológicas e sociais podem ser delimitados desde uma análise sobre o acesso às políticas públicas essenciais; esta visão é fundamental para a compreensão da redução de danos como instrumento de educação popular.

É preciso ter em mente que a Educação Popular não visa criar sujeitos subalternos educados: sujeitos limpos, polidos, alfabetizados, bebendo água fervida, comendo farinha de soja e utilizando fossas sépticas. Visa sim participar do esforço que fazem hoje as categorias de sujeitos subalternos – os sujeitos marginalizados, o índio, o negro, a mulher, o pobre – para a organização do trabalho político que, passo a passo, abra caminho para a conquista de sua autonomia. É uma estratégia de construção da participação popular no redirecionamento da vida social marcada por uma perspectiva histórica, reconhecendo os pequenos passos e os movimentos das forças sociais em busca do controle de seu próprio destino (STOTZ, 1994).

O conceito de Educação Popular só pode ser aplicado à RD quando se leva em consideração a dimensão pedagógica da própria prática, que busca garantir a autonomia do sujeito no seu acompanhamento e a sua postura crítica diante do consumo e da realidade que o cerca.

O enfoque da pedagogia libertadora de Freire aposta numa formação que prepare os sujeitos para uma atuação em um mundo que lhes exige, incessantemente, se posicionar diante das escolhas existenciais. É no enfrentamento dessas escolhas que os sujeitos terão a capacidade de criar possibilidades em face das contingências. Somente com uma educação que priorize a liberdade de construção e reconstrução e, em consequência, a criatividade, será possível a formação de um cidadão consciente de suas escolhas (FREIRE, 1999). Como podemos perceber abaixo, nas considerações feitas por Freire (1999, p. 73),

De um modo geral, os analistas de nossa formação histórico-cultural, têm insistido direta ou indiretamente na nossa ‘inexperiência democrática’. Na ausência, no tipo de formação que tivemos, daquelas condições necessárias à criação de um

comportamento participante, que nos tivesse levado à feitura de nossa sociedade, com ‘nossas próprias mãos’ [...] a essência da própria democracia.

Aprofundar a prática da redução de danos tendo como horizonte a metodologia freiriana possibilita a construção de uma ação prática e crítica. Pressupõe compreender que o melhor caminho para lidar com o fenômeno do uso de drogas não é o de decidir e definir pelos outros quais os comportamentos mais adequados e corretos. Muito diferente disso, é construir, junto com o outro, possibilidades de escolhas mais autênticas, mais livres, diminuindo vulnerabilidades, e tendo, nesse contexto, como protagonista da ação a pessoa que faz uso de drogas (PETUCO, 2009).

Uma das razões que interferem diretamente no cuidado de dependentes de álcool e outras drogas é o estigma, que faz com que os usuários sejam vistos como perigosos, violentos, e únicos responsáveis pela sua condição. Diversas razões podem justificar a estigmatização do usuário de drogas, incluindo o fato de que, muitas vezes, o consumo de drogas não é visto como um problema de saúde, mas como falha de caráter, fazendo com que seja atribuída ao usuário a responsabilidade pelo aparecimento e pela solução do seu problema. Tal postura restringe as possibilidades de acolhimento e acesso para pessoas que apresentam problemas com o uso de drogas (RONZANI; NOTO; SILVEIRA, 2014).

Erving Goffman (1975) foi pioneiro em pensar o conceito de estigma numa perspectiva social. O autor define estigma como um atributo depreciativo e estereotipado, que constitui uma linguagem de relações. Para Goffman, “um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem” (GOFFMAN, 1975, p. 13), de modo que a sociedade institui como as pessoas devem ser, e torna esse “deve ser” algo natural e normal.

Os usuários de drogas sofrem constantemente com os efeitos do processo de estigmatização, tais como perda da autoestima, restrição das interações sociais e perspectivas limitadas de recuperação, que influenciam negativamente no tratamento. Além disso, as informações deturpadas transmitidas pela mídia somadas à falta de conhecimento sobre o transtorno faz com que os usuários de drogas sejam temidos e vistos como incapazes de se recuperar, e com que sofram com a desconfiança, os estereótipos, o preconceito e a discriminação.

### **Um panorama da legislação hegemônica**

Se por um lado o uso de drogas é considerado um “problema de saúde pública”, por outro é tratado como “questão de polícia”. O regime internacional de controle das drogas está

pautado por três convenções internacionais que estabelecem as bases do Direito Internacional sobre o controle de drogas ilícitas. Estas Convenções têm como fundamento a seguinte diretriz: todas as drogas definidas pelas Convenções como ilícitas só podem ter fins medicinais e de pesquisa, quaisquer outros fins são qualificados como crime. Nesse sentido, as políticas derivadas dessas Convenções buscam eliminar qualquer uso recreativo, ritual, experimental ou de automedicação. Seu sistema de controle baseia-se essencialmente em políticas de repressão, sanção e punição.

Juntas, tais Convenções constituem o marco legal sobre a questão e determinam as medidas gerais sobre o tráfico e o abuso de drogas para os países signatários. O discurso habitual de que se valem os governantes, a grande imprensa e o cidadão comum na contemporaneidade é um amálgama dessas convenções, que paulatinamente foram associando o uso de drogas, o tráfico, a migração transformando-os em questão de segurança.

A Convenção Única Sobre Entorpecentes, estabelecida em 1961, até hoje, orienta toda a política internacional e as leis regionais sobre drogas. Nela, os países signatários continuam a reconhecer o uso de narcóticos como substância “indispensável para aliviar a dor”, mas tratam a dependência de drogas como um sério problema para o indivíduo. O foco da convenção foi pautado no controle da oferta e na repressão. Apenas um dos cinquenta artigos do documento cita o tratamento de dependentes e a prevenção ao abuso.

A fim de inibir a produção, a convenção não considera ilegal apenas a venda de produtos feitos com a droga, mas qualquer cultivo não autorizado. A mudança é sutil, mas como a fiscalização dessa regra custa caro, isso contribuiu para deslocar a produção de drogas para os países mais pobres, enquanto o consumo continuou mais concentrado nos países ricos.

A convenção também criou, pela primeira vez, uma escala para enquadrar as substâncias em diferentes níveis de controle, com a maconha e a folha de coca entre as mais perigosas. Ela não criou uma categoria de “drogas ilícitas”, embora na prática, tenha feito isso.

Assim, as listas foram compostas e orientadas pelas seguintes lógicas descritas no Quadro 1, a seguir.

**Quadro 1 - Lista das drogas controladas (ONU, 1961)**

CONVENÇÃO ÚNICA SOBRE ENTORPECENTES	
LISTA I	
Entorpecentes, predominantemente, de origem vegetal – sujeitos a todas as medidas de fiscalização aplicáveis da Convenção.	
Alguns entorpecentes mais conhecidos	Cannabis (resina, extratos e tintura); coca (folhas); cocaína, concentrado de palha de dormideira <sup>61</sup> ; heroína; metadona; morfina; ópio e seus sais.
LISTA II	
Entorpecentes sintetizados pela indústria farmacêutica – sujeitos a todas as medidas de fiscalização, exceto ao comércio a varejo.	
Alguns entorpecentes mais conhecidos	Acetildihidrocodeína; codeína e seus derivados
LISTA III	
Sujeitos às medidas de fiscalização da Lista II, excetuando certos tipos de estimativas (Art. 19), estatísticas (Art. 20); licença para fabricação dos preparados (Art. 31) e sua renovação periódica (Art. 29)	
Preparados: substâncias sintéticas	Dos entorpecentes da lista I e II, que não ultrapassam dosagens prescritas de concentração e que ofereçam “muito pouco ou nenhum perigo de abuso” e de “perigo à saúde pública”
LISTA IV	
Sujeitos às medidas de fiscalização da Lista I, acrescida de mais duas por serem consideradas “particularmente perigosas” as suas propriedades. a) as Partes <i>adotarão</i> todas as medidas especiais de fiscalização que julguem necessárias [...]; b) as Partes <i>proibirão</i> a produção, fabricação, exportação e importação, comércio, posse ou uso de tais entorpecentes, se, no seu conceito pelas condições existentes em seu país este é o meio mais eficaz de proteger a saúde e bem-estar público. Esse dispositivo não se aplicará as quantidades necessárias para pesquisa médica e científica apenas, incluídas as experiências clínicas com tais entorpecentes feitas sob ou sujeitas à supervisão e fiscalização das ditas Partes. (Art. 2, 5, grifos meus).	
Entorpecentes proibidos, essencialmente de origem vegetal	Cannabis e sua resina, cetobemidona; desomorfina; heroína e seus sais

Fonte: BRASIL, 1964.

No Brasil, com o golpe militar de 1964, abriu-se espaço para a implantação do que Nilo Batista (1977) denominou de “modelo bélico” no tratamento da questão das drogas, pautado na internacionalização do controle, que, ainda que rompesse com o modelo sanitário, preservava dele o estereótipo da dependência e da doença.

A Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas, elaborada dez anos mais tarde, em 1971, foi organizada para tentar lidar com a crescente variedade de drogas que surgiram nos

<sup>61</sup> A palha de dormideira se refere a todas as partes (com exceção) da planta especial, a Papoula, depois de cortada, sendo o seu concentrado obtido quando a palha entra em determinado processo para concentração dos seus alcaloides e passível de comercialização.

anos 1960 e início da década de 1970, incluindo mercadorias produzidas pelas indústrias farmacêuticas, como alucinógenos, anfetaminas e barbitúricos, no rol das drogas controladas. Nessa convenção, além do controle internacional sobre as drogas industrializadas, observou-se em suas disposições penais a intenção de diferenciar os agentes do mercado ilícito das drogas controladas daqueles que as consumiam. Para estes, foi previsto pena com medidas administrativas e educativas, e não a extensão de sanção com privação de liberdade.

Esta convenção, da qual o Brasil é signatário, inseriu-se em território nacional alicerçada no discurso da delação e da colaboração. Neste período, há um claro desenvolvimento e ascensão do Estado de Polícia em detrimento do Estado de Direito, em que a metáfora da guerra é traduzida no combate e na eliminação do inimigo do Estado: o traficante de drogas. Aqueles considerados como traficantes quando eram jovens sucumbiam ao cancelamento da matrícula escolar e ainda eram incentivados a delatar outros envolvidos com drogas. Não só o cidadão comum, mas “Professores e diretores da rede de ensino deveriam delatar também, tinham o dever jurídico de encaminhar os alunos suspeitos de envolvimento com drogas, fato que consistia em prestação de serviço relevante” (PEDRINHA, 2009, p. 5492) para a Nação. Nesse sentido, a escola desempenhou papel importante na construção histórica da criminalização das drogas.

Combater o tráfico e colaborar para que fossem identificados os usuários e fossem aplicadas as medidas de recuperação com internação para tratamento psiquiátrico, encontrava abrigo na discursividade da Segurança Nacional sobre a qual se fundavam os argumentos da ditadura que passará a associar as drogas a todos os grupos avessos ao regime.

No ano de 1972, foi pactuado o Protocolo de Emendas à Convenção Única sobre Entorpecentes das Nações Unidas, tendo como características principais a formalização de quatro listas que classificavam novas drogas cujo consumo crescera desde a Convenção Única de 1961: a lista I reunia as drogas visionárias (LSD, mescalina, psilocibina, THC etc.); a lista II classificava as anfetaminas; a III e a IV, os diferentes tipos de barbitúricos. Importante salientar que a única classificação referente às drogas estritamente proibidas era a da lista I, que agrupava as substâncias psicodélicas. O critério para essa divisão se baseava na atualização dos conceitos de uso médico/científico, aplicados mais uma vez à definição terapêutica do que era psicofármaco decoroso (os “remédios”) ou indecoroso (as “drogas”). Cocaína, maconha e heroína continuavam proibidas sob o rótulo de narcóticos, e a criação de

uma nova classificação (“psicotrópicos”) veio como artifício para enquadrar novos tipos de drogas disseminados nos anos 1960<sup>62</sup>.

Tratava-se de período histórico de grande efervescência da juventude norte-americana (e não apenas dela); um clima de frustração com o “sonho americano” pairava sobre a sociedade. Foi neste contexto que os Estados Unidos da América (EUA) elegeram Richard Nixon, em 1968, com a promessa de restaurar “a lei e a ordem”. Para grande parte da população americana, e não só para ela, as drogas eram a causa de todos os problemas. Quarenta e cinco por cento dos jovens de 18 a 21 anos haviam experimentado maconha, a guerra do Vietnã deixava um legado de dez a quinze por cento dos soldados viciados em heroína.

A terceira Convenção, criada quase duas décadas depois, em 1988, intitulada Convenção contra o Tráfico Ilícito de Drogas Narcóticas e Substâncias Psicotrópicas propôs tratar de questões específicas diretamente relacionadas ao tráfico de drogas, tais como: o controle de precursores (substâncias que em si não são perigosas, mas que servem para a produção de drogas ilícitas) ou o combate à lavagem de dinheiro. Esta Convenção representava o auge da expectativa de que a repressão poderia levar a um “mundo livre de drogas”, ou ao menos reduzir drasticamente o consumo e a produção de drogas ilícitas. A ênfase na repressão se faz sentir em seu título – a questão não é mais, como nos diplomas precedentes, “*sobre* entorpecentes” ou “*sobre* substâncias psicotrópicas”, mas, agora, “*contra* o tráfico ilícito de entorpecentes e substâncias psicotrópicas”.

Recuando em relação ao estabelecido em 1971, a Convenção de 1988 indica a incriminação do usuário na posse de drogas para fins de exclusivo consumo pessoal e a imposição da prisão como pena nesse caso. Esta indicação causou bastante questionamento na época, pois o texto trazia na definição de ‘tráfico ilícito’ a posse, compra ou cultivo de drogas para uso pessoal.

Esta Convenção nitidamente se inspira na política de “guerra às drogas”, lançada na década anterior e aprofundada naqueles anos 80 do século XX. Essa “guerra”, naturalmente, não é uma “guerra” apenas contra as drogas, dirigindo-se, sim, como quaisquer guerras, contra as pessoas, aqui contra as pessoas dos produtores, comerciantes e consumidores das substâncias e matérias primas proibidas.

Essa escalada repressiva da legislação internacional voltada para as drogas tornadas ilícitas se reproduz internamente, em cada país. Pela primeira vez uma convenção da ONU

---

<sup>62</sup> Cf. RODRIGUES, 2004, p. 81-2.

trata de temas como lavagem de dinheiro, confisco de bens, extradição, cooperação internacional e controle de precursores químicos para a fabricação de drogas. O documento também reconhece em sua introdução que o tráfico gera grande lucro financeiro para grupos criminosos e isso “ameaça a estabilidade, a segurança e a soberania dos Estados” (BOITEUX, 2006, p. 42).

Em consonância com as legislações internacionais da ONU, a Constituição brasileira de 1988 determinou que tráfico de drogas configurava-se como crime inafiançável; e mais tarde, em 1990, com a lei de Crimes Hediondos (Lei nº 8.072 de 1990), foram proibidos o indulto e a liberdade provisória para o crime de tráfico e ainda foram dobrados os prazos processuais, com o intuito de se postergar a prisão provisória. Marcando assim viés punitivo e um estratégico mecanismo de controle no Estado brasileiro, que vai culminar na militarização da política criminal de drogas no país<sup>63</sup>.

A política proibicionista defendida pela ONU vem sendo questionada na prática por alguns países europeus, que decidiram dar outros rumos às suas políticas internas, por reconhecerem os excessos do modelo vigente. Porém, os países do hemisfério Sul que participam da agenda de segurança norte-americana, seja por sua chamada “fragilidade institucional”, seja por sua importância geopolítica, ou ainda pela necessidade de consolidação das democracias liberais e da economia de mercado, continuam atrelados à política proibicionista, permanecendo reféns das sanções econômico-políticas.

As três Convenções das Nações Unidas sobre o tema das drogas (de 1961, 1971 e 1988) criaram a obrigação de criar, dentro da ONU, órgãos encarregados de controlar a evolução mundial do fenômeno do abuso e do tráfico de drogas, que monitorassem o cumprimento das obrigações contraídas nas Convenções pelos Estados-Membros.

Dentro da estrutura organizacional da ONU, os órgãos encarregados da luta contra as drogas são constituídos por três poderes: o “poder político”, exercido pela Assembleia Geral, do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) e da Comissão sobre Estupefacientes, locais onde as opções de política de combate às drogas são debatidas e definidas; o “poder judiciário”, com o Órgão Internacional de Controle dos Estupefacientes (OICS), organismo independente com poder de impor sanções no caso de desrespeito às convenções; e o “executivo” constituído pelo Programa das Nações Unidas para o Controle Internacional das Drogas (PNUCID).

---

<sup>63</sup> Cf. PEDRINHA, 2009, p. 5494-5495.

Em 1998, dez anos após a última Convenção Internacional, em assembleia destinada à discussão do problema mundial das drogas, pela primeira vez a política de Redução de Danos foi incorporada à política de drogas da ONU (UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME, 1998).

Uma década mais tarde, em 2008, com a reavaliação das estratégias de controle às drogas, a ONU produz documento que descreve os dez princípios gerais que orientam o tratamento da dependência de drogas. Um deles, intitulado “Tratamento da dependência de drogas, direitos humanos e dignidade do paciente”, explicita que o direito à autonomia e autodeterminação, o combate ao estigma, ao preconceito e à discriminação e o respeito aos direitos humanos devem ser observados em qualquer estratégia de tratamento para a dependência de drogas. O documento também recomenda que o tratamento não deva ser imposto aos pacientes. A internação compulsória é considerada uma medida extrema, a ser aplicada apenas em situações excepcionais de crise, com alto risco para o paciente ou terceiros, e deve ser realizada em condições e com duração especificada em Lei, devendo ter justificativa clara e emergencial, sendo de caráter pontual e de curta duração (UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME, 2008).

### **Reverberações do proibicionismo**

No ano que marca o centenário do combate às drogas, iniciado há 100 anos quando a Comissão sobre o Ópio se reuniu em Xangai a fim de impedir uma epidemia de ópio, o prefácio do Relatório Anual sobre Drogas, publicado em 2009, traz a seguinte colocação: “[...] tem-se ouvido algumas poucas vozes, porém em número crescente, entre os políticos, a imprensa e até na opinião pública, dizendo: o enfrentamento às drogas não está funcionando.” (UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME, 2009, p. 1).

Neste documento, a United Nations Office on Drugs and Crime (Unodoc) ressaltou que a aplicação das Convenções das Nações Unidas sobre drogas ilícitas produziu várias consequências negativas inesperadas e indesejáveis, resultando daí a necessidade de um debate acerca dos modos e meios para lidar com esses efeitos. Mesmo iniciando com um debate sobre o fim do controle às drogas, ao final do documento a Unodoc afirma que o proibicionismo ainda se mantém como a alternativa eficiente e eficaz, e propõe um endurecimento nas normas.

Todavia, a partir dos anos 1980, a lista de críticos ao modelo proibicionista proposto pelas Nações Unidas se expandiu, incluindo pensadores, intelectuais, enfim formadores de opinião de grande influência.

O economista Gary Becker, Nobel de 1992, e outros dois colegas da Universidade de Cambridge, na Inglaterra, fizeram contas e desenharam como seria esse mundo na prática. No estudo *A Teoria Econômica dos Bens Ilegais: O Caso das Drogas* (BECKER; MURPHY; GROSSMAN, 2004), concluíram que é mais eficiente controlar o consumo de drogas via legalização, porque ela é muito mais barata que a proibição. Os autores retomaram argumentos utilitaristas para afirmar que o uso de drogas não era o ideal, mas que a proibição era pior pelos custos que gerava (em violência, dinheiro e violação das liberdades individuais). Então, a melhor maneira de *controlar* as drogas seria *legalizando-as*. Com isso, o grande mercado ilícito seria suprimido, empresas legais poderiam se dedicar ao negócio, o direito dos consumidores seria respeitado e os impostos gerados com a tributação serviriam para financiar campanhas de conscientização *contra* as drogas e para tratamento de adictos.

Em 2009, a Comissão Latino-Americana sobre Drogas e Democracia produziu um documento intitulado *Drogas e Democracia: rumo a um novo paradigma* apresentado ao debate público sobre o problema das drogas. Criada pelos ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso do Brasil, César Gaviria da Colômbia e Ernesto Zedillo do México e integrada por 17 personalidades independentes, a Comissão avaliou o impacto das políticas de “guerra contra as drogas” e formulou recomendações para estratégias mais eficientes, seguras e humanas. As propostas apresentadas nesta Declaração configuram uma mudança profunda de paradigma no entendimento e enfrentamento do problema das drogas na América Latina. No documento, a Comissão defende a *descriminalização do uso* das chamadas “drogas leves”, principalmente da maconha<sup>64</sup>. *Descriminalizar o uso* significa não tratar o usuário como criminoso, o que não implica “deixá-lo livre”: ao ser considerado “usuário”, o indivíduo passa a ser capturado por um circuito de penas alternativas (prestação de serviços à comunidade ou, até mesmo, tratamento médico compulsório) (RODRIGUES, 2008). Para os traficantes, permanece a punição prisional, e, para as drogas, mantém-se a proibição. Líderes (antigos e atuais) de vários países, como Portugal, Colômbia e Guatemala, por exemplo, passaram a defender reformas na legislação sobre drogas.

Tanto os argumentos liberais pela *legalização* quanto os discursos a favor da *descriminalização* não fazem apologia às drogas. Pelo contrário, consideram os psicoativos nocivos e indesejáveis. Dessa forma, poderíamos dizer que, em geral, esses pontos de vista

---

<sup>64</sup> Cf. COMISSÃO LATINO-AMERICANA SOBRE DROGAS E DEMOCRACIA, 2009.

são desfavoráveis ao consumo, mas consideram o proibicionismo um modo pouco eficaz para controlá-lo. Seus defensores argumentam que seria preciso considerar as drogas como um problema de saúde pública e não de segurança pública.

Deste modo o proibicionismo evidencia-se como apenas uma das opções na consecução das políticas para controlar a produção, a distribuição e o uso de drogas, sendo as outras duas a descriminalização e a legalização.

Sinteticamente, as características gerais das três alternativas podem ser assim apresentadas:

- Proibição – as atividades de produzir, distribuir, vender, comprar, portar drogas em qualquer quantidade são consideradas crimes. As penas ligadas ao uso costumam ser mais brandas, mas em muitos países também levam à privação de liberdade, incluindo a prisão perpétua e a morte. A compra e a venda podem ser autorizadas por órgãos competentes em casos específicos quando é comprovado que a droga será usada com finalidades religiosas, medicinais ou científicas. Tem como objetivo principal a diminuição da oferta das drogas proscritas para aumentar seu preço e reduzir a oportunidade de consumo. Essa é a política dominante nos 183 países signatários das três convenções sobre drogas da ONU, de 1961, 1971 e 1988. As regras desses tratados se aplicam a mais de cem substâncias naturais e sintéticas (UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME, 2013).

- Descriminalização – a expressão tem diferentes interpretações, mas geralmente é usada quando se extinguem as penas criminais para usuários de drogas. Em alguns países também é chamada de despenalização. Usuários flagrados com pequenas quantidades de drogas (para uso pessoal) recebem no máximo penas administrativas, como multas. Se forem dependentes também podem ser obrigados a se tratar. Portar grandes quantidades de drogas ou vende-las continuam levando à prisão. A descriminalização pode ser feita mudando a lei ou o modo como os juízes a interpretam. Como objetivo principal, este sistema busca reduzir danos para usuários e dependentes e concentrar esforços na prevenção e no combate à oferta. Este sistema existe em alguns países da Europa e da América Latina, e em alguns estados norte-americanos e australianos, para o caso da maconha. Em Portugal e México a descriminalização vale para qualquer droga em pequena quantidade.

- Legalização – o modo de funcionamento desse sistema está baseado no estabelecimento de regras, pelo governo, para o comércio de cada droga, impondo restrições de idade, locais e horários, por exemplo, e/ou exigindo registro e autorizações especiais para compra e venda. Geralmente, quanto mais perigosa é a droga tanto mais rigoroso e restritivo é o controle sobre o seu mercado. Neste sistema, o foco está na redução do uso problemático de

drogas e nos efeitos causados pela criação de mercados ilegais. Esta política já existe no mundo inteiro em relação ao álcool e ao tabaco, a não ser em países islâmicos onde o álcool geralmente é ilegal. O mesmo ocorre com medicamentos que necessitam de prescrição médica. A compra de pequenas quantidades de maconha para uso pessoal também são toleradas no Uruguai, em algumas regiões da Holanda, Espanha e alguns estados dos EUA, como no estado de Washington e do Estado do Colorado. No Canadá e em cerca de 10 estados dos EUA o uso medicinal está legalizado.

No Brasil, a temática sobre novos sistemas de regulação das drogas está em evidência. As marchas da maconha tiveram garantido, pelo Supremo Tribunal Federal, em 2011, o direito de se realizarem, após dez anos de proibição. Países latinos como Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador México, Uruguai e Peru reviram conceitos sobre o assunto durante a primeira década do século XXI; mudaram suas leis de drogas nesse período visando eliminar ou reduzir as penas para usuários (TRANSNATIONAL INSTITUTE, 2010).

A postura desses países não se limita ao fato de seguir uma tendência global, essas nações estão entre os principais interessados no assunto, visto que todas se encontram na categoria de produtores ou de rota de drogas para os mercados norte-americano e europeu, tendo de arcar com uma série de problemas políticos, econômicos e sociais que o tráfico impõe.

A discussão sobre políticas de drogas está relacionada à sobre quem deve ter o direito de produzir, comprar e vender essas substâncias ou não, e de que maneira isso deveria ser feito na prática. Vivemos numa sociedade capitalista de consumo, praticamente todos os bens disponíveis são distribuídos seguindo regras específicas e transparentes. O mesmo ocorre com as drogas. A controvérsia sobre esta questão está marcada sobre qual seria o modo menos prejudicial de produzir, distribuir, ou não, as drogas.

Os que defendem a proibição acreditam numa lógica baseada na punição aos infratores, com leis rigorosas e fiscalização ostensiva. Quanto maior o castigo e maior o número de testemunhas, menos pessoas se atreveriam a desobedecer às leis. Cabe ao Estado responsabilidade de definir o que é bom para os seus cidadãos, e se aceita essa intromissão na liberdade individual como preço a ser pago pela suposta garantia de bem-estar. Esta é uma das possíveis relações entre Estado e cidadãos (BOITEUX, 2009a).

Para o grupo com discursos favoráveis à descriminalização, existem razões polêmicas que devem ser enfrentadas para a legalização das drogas. Dentre elas estão o enfrentamento dos fatores sociais e econômicos que levam as pessoas a usá-las. A maior parte do uso ilegal e legal de drogas é recreacional. A pobreza e o desespero estão na raiz da grande parcela do uso

problemático da droga, e somente dirigindo-se a estas causas fundamentais é que se pode esperar diminuir significativamente o número de pessoas com uso problemático de drogas.

A eliminação do mercado do tráfico é outra questão que precisa ser tratada. O mercado de drogas é comandado pela demanda, e milhões de pessoas demandam drogas atualmente ilegais. Se a produção, suprimento e uso de algumas drogas são criminalizados, cria-se um vazio que é preenchido pelo crime organizado. Os lucros neste mercado são da ordem de bilhões de dólares<sup>65</sup>. A legalização força o crime organizado a sair do comércio de drogas, acaba com sua renda e permite regular e controlar o mercado (isto é prescrever, licenciar, controlar a venda a menores, regular a propaganda etc.).

Assim como qualquer outra mercadoria numa sociedade de consumo, o preço das drogas está associado à oferta e à procura. No caso do preço das drogas ilegais, este é determinado por um mercado de grande demanda e não regulado. Alguns usuários dependentes recorrem ao roubo para conseguir dinheiro (corresponde a 50% do crime contra a propriedade na Inglaterra e é estimado em 5 bilhões de dólares por ano) (GRIEVE, 2009). Grande parte da violência associada com o negócio ilegal da droga resulta de sua ilegalidade.

Desde 2009, a prevalência do uso de drogas no mundo permanece estável, segundo o UNODC (2014). Cerca de 243 milhões de pessoas, ou 5% da população global entre 15 e 64 anos de idade, usaram drogas ilícitas em 2012. Usuários de drogas problemáticos, por outro lado, somaram por volta de 27 milhões, aproximadamente 0,6% da população adulta mundial, ou uma em cada 200 pessoas.

A política proibicionista apostou que, combinando leis punitivas com repressão policial, eliminaria hábitos relacionados às drogas que eram, muitas vezes, seculares. Não conseguiu. Ao contrário, abriu um campo de ilegalidades que apenas cresceu nas décadas de vigência da proibição. Há alguns anos, foi veiculada no Brasil uma campanha que acusava o usuário de financiar o tráfico. No entanto, o consumo de psicoativos existia antes da proibição e continuou sob ela, só que um mercado inteiro passou para a ilegalidade e, com isso, inúmeras pessoas, com seus hábitos e negócios, tornaram-se criminosas. O mercado de drogas não foi eliminado por decreto nem por repressão. Assim, o que financia o tráfico de drogas não é o usuário, mas a proibição.

O filósofo Michel Foucault afirmou que o frustrava que “sempre o problema das drogas seja tratado em termos de liberdade ou proibição”. Isso, porque,

---

<sup>65</sup> A ONU estima que o tráfico movimentou 400 bilhões de dólares no mundo, equivalente ao PIB do México. Para comparar, a indústria farmacêutica global fatura 300 bilhões; a do tabaco, 204 bilhões; a do álcool, 252 bilhões (UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME, 2014, p 2).

[o] puritanismo, que coloca o problema das drogas — um puritanismo que implica que se deve estar contra ou a favor — é uma atitude equivocada. As drogas já fazem parte de nossa cultura. Da mesma forma que há boa música e má música, há boas e más drogas. E, então, da mesma forma que não podemos dizer somos “contra” a música, não podemos dizer que somos “contra” as drogas. (FOUCAULT, 2004, p. 265).

## Usar e abster-se

*Quando pequena teve hepatite, e naquela época o tratamento era repouso e muitas guloseimas extremamente doces. Chegava a consumir um quilo de suspiros por dia. Esse hábito foi facilmente absorvido no cotidiano, mesmo após o fim da enfermidade.*

*O resultado de tanto exagero foram quilos e quilos a mais. Logo o pediatra a encaminhou para tratamento com endocrinologista, quando tinha apenas 10 anos. Esse foi o primeiro de muitos regimes para emagrecimento a que se submeteu.*

*O caminho foi longo, e vieram as dietas em combinação com diversas drogas. As anfetaminas começaram a fazer parte de sua vida ainda muito menina. Todas as dietas tinham uma conversa que dependendo do profissional se aproximava mais ou menos da reeducação alimentar.*

*O sonho do emagrecimento rápido e milagroso através de medicamentos permeava seus desejos juvenis. Mas esses medicamentos só obtinham um emagrecimento ilusório, que depois se transformava num sobrepeso maior ainda.*

*O uso desses remédios funcionava sempre da mesma forma. Ela utiliza por algum tempo o medicamento para emagrecer e rapidamente via seu corpo definhando em poucos dias, mas quando parava com a medicação via o seu corpo inchar numa velocidade mais impressionante do que a verificada no processo emagrecimento.*

*Desesperada, ela repetia novamente a medicação, entrando num ciclo vicioso e colocando a sua saúde em risco; o remédio podia ser comprado nas farmácias, desde que tivesse alguma receita médica, algum controle.*

*A questão da legalidade dos medicamentos era sempre ponto de partida para uma conversa com quem viesse questionar seu uso. Por muito tempo chegava a sentir que aquelas drogas não interferiam em nada na sua rotina. Mas o corpo ficava marcado, marcas muitas*

*vezes invisíveis. Ao parar de emagrecer, retornava ao médico que trocava de substância para manter o efeito.*

*O abuso dessas substâncias causava euforia e certa excitação motora e psíquica. Além desses efeitos, a supressão do apetite e a sensação de estar mais alerta foram importantes fatores para o início e a manutenção do consumo inadequado dessas drogas.*

*No início do consumo de anfetaminas, frequentemente sentia o aumento da energia, uma melhora das habilidades para interação social, e euforia. Aquele remédio a fazia sentir necessidade de consumir a droga para melhorar sua performance nos estudos e na vida social, bem como aperfeiçoar sua aparência física – perder peso.*

*Fez dietas com mais de vinte médicos. Alguns eram famosos por suas fórmulas de medicação manipulada em farmácias artesanais. Um deles era conhecido na cidade como o Doutor Sergio “Caveirinha”. Título concedido pela população da cidade em razão do grande êxito em deixar seus pacientes magros.*

*Essa saga durou quase três décadas. Até que num determinado momento as anfetaminas foram proibidas no País. A menina que nesta época já era mulher, se sentiu órfã, desprotegida e até mesmo traída. Ficava a pensar: – Como eles resolvem de uma hora pra outra dizer que um remédio que usei a vida inteira é proibido e faz mal a saúde?!?!*

*Ao parar de tomar o remédio, perdia o controle da alimentação, ficava irritada, só pensava em comida a qualquer hora do dia. Foram momentos difíceis, a interrupção abrupta no uso contínuo da droga causou vários efeitos. Rapidamente surgiam possibilidades de burlar a lei. Chegava aos ouvidos dos usuários de anfetamina que países como Argentina e Uruguai ainda estavam vendendo livremente essas drogas. Começou a trazer clandestinamente anfetamina para seu uso. Mas a regularidade para o acesso da droga foi se tornando cada vez mais difícil.*

*A abstinência foi inevitável. Algumas sensações eram frequentes: a sensação de estar deprimida, ansiosa, sem energia e com muita vontade de consumir a droga. As memórias relacionadas ao consumo do estimulante vinham veementemente à tona, bem como um forte impulso de buscar por ela. Nesta fase, insônia e aumento do apetite foram bastante comuns. A procura por farmácias clandestinas e a confecção de receitas médicas falsas também ocorreram frequentemente para a obtenção da droga.*

*Em uma fase mais avançada da síndrome de abstinência das anfetaminas, muito comumente sentia redução significativa da*

*energia física necessária para o exercício das atividades diárias, fadiga, falta de interesse nas atividades corriqueiras. Com o passar do tempo e muita angústia, a sensação de falta de energia, ansiedade e irritabilidade foram se atenuando, mas a flutuação dessa gama de sensações e sentimentos demorou quase um ano para passar.*

## 4 A DROGA COMO UMA PRÁTICA SOCIOCULTURAL

A oferta de bibliografias sobre a história das drogas vincula, como vimos, a passagem das plantas mágicas para o rol das mercadorias a partir do fomento do mercantilismo e da colonização, recebendo especial ênfase no século XIX com o desenvolvimento da indústria química e farmacêutica. Portanto, “trata-se de uma história que acompanhou e se inseriu na fundação do projeto civilizatório moderno com determinações e repercussões não exclusivamente econômicas” (LIMA, 2009, p. 87). Desse modo, a história das drogas também apresenta a multidimensionalidade própria da modernidade, que se pode dividir em três subsistemas – econômico, político e cultural.

Entretanto, sabemos que, no decorrer do tempo, as substâncias psicoativas têm satisfeito necessidades que podem ser físicas, culturais, religiosas, ritualísticas etc., ou seja, essas substâncias acompanham a própria história da humanidade. Neste contexto, o autor Henrique Carneiro (2002, p. 116-117) enfatiza que:

A primeira questão a se definir é a de que as drogas são necessidades humanas. Seu uso milenar em quase todas as culturas humanas corresponde a necessidades médicas, religiosas e gregárias. Não apenas o álcool, mas quase todas as drogas são parte indispensável dos ritos de sociabilidade, cura, devoção, consolo e prazer. Por isso, as drogas foram divinizadas em inúmeras sociedades.

Extrapolando épocas e tempos, a droga não cessa de desenvolver um papel social e cultural. O debate sobre formas variadas de consumo de drogas lícitas e ilícitas está marcado pela relação triangular entre o sujeito, a droga e o contexto em que é consumida. De acordo com Olivenstein (1984), “a dependência de drogas não deve ser considerada somente como um fenômeno psicoquímico, mas um fenômeno ativo, voluntarista, um modo de existência, uma relação com a vida” (OLIVENSTEIN, 1984, p. 85).

Segundo Gilberto Velho (1997),

[...] toda realidade é, sob o ponto de vista sociológico, construída e não naturalmente dada. [...] A relação das sociedades humanas com as drogas expressa simultaneamente uma relação com a natureza e um processo singular de 'construção social da realidade'. (VELHO, 1997, p. 9-10).

Com o aprofundamento do conhecimento sobre os efeitos das drogas no organismo e sua ação sobre o comportamento humano, as sociedades passaram a utilizá-las em diferentes contextos e com finalidades variadas: desde o uso em rituais religiosos e mágicos, assim como também para a cura ou paliativos para doenças, até a sua utilização como estratégia de dominação e como fator político de alienação.

Joel Birman (1993) nos diz que

[...] desde o século XIX e no século XX, o consumo regular de drogas foi aumentando progressivamente na nossa tradição, mas sem colocar problemas maiores até os anos cinquenta. O início dos anos sessenta indicou uma mudança significativa nos hábitos de consumo de drogas, na medida em que, pelo movimento da contracultura, se constituiu um novo 'ethos', onde as drogas passaram a ocupar uma posição estratégica. As drogas passaram a ser a forma privilegiada de acesso para um outro mundo, revelado na sua tessitura pelas transformações perceptivas provocadas pelas drogas [...]. Entretanto, a 'criminalização' das drogas produziu uma inflexão decisiva neste universo, subvertendo o seu sistema de regras e de valores. A difusão social do seu consumo em escala assustadora foi um efeito direto deste processo de criminalização que teve no narcotráfico o seu agenciador fundamental no espaço social. Da condição inicial de ser um signo emblemático de uma visão de mundo 'underground', as drogas se inscreveram no circuito do comércio e das finanças internacionais. Enfim, as drogas se deslocaram do campo regulado pela 'economia dos signos' para o campo da 'economia política'. (BIRMAN, 1993, p. 59-60).

A produção de novos valores, universalizados através dos meios de comunicação e associados às experiências históricas e culturais do indivíduo, produzem determinadas formas de expressão nos diferentes segmentos da sociedade. O desejo e/ou a necessidade de pertencer a uma ordem sociocultural mais ampla do que aquela permitida pela realidade imediata, isto é, seguir um "modelo" que se tornou referencial para o conjunto da sociedade como "ideal de vida", pode levar o sujeito a adotar diferentes formas de comportamento, em busca da superação das fronteiras de um cotidiano que não lhe satisfaz.

É bastante comum se dizer que uma abordagem exclusivamente farmacológica da questão da droga não é suficiente, e que os efeitos tanto individuais e subjetivos quanto sociais do uso de substâncias psicoativas só podem ser entendidos a partir de uma perspectiva biopsicossocial.

Edward MacRae, em seu texto *Antropologia: Aspectos Sociais, Culturais e Ritualísticos* (2001), traz grande contribuição ao afirmar que não existe droga antes de qualquer experiência, uma vez que é a atividade simbólica e o conjunto das motivações no consumidor que transformam uma substância psicotrópica em droga, levando à sua integração de maneira estável na estrutura motivacional daquele que a consome. A noção do consumidor como sujeito ativo, não necessariamente dotado de uma personalidade patogênica, mas alguém que, como todo ser humano, utiliza símbolos para se comunicar consigo mesmo e com seu ambiente, é valorizada em sua abordagem sobre o tema. Estes elementos simbólicos, ao escaparem a toda determinação estrita, significam que a subjetividade e, portanto, a identidade do indivíduo não é adquirida em definitivo e é constantemente posta em questão cada vez que ele interage com seu meio. Assim, uma substância química só se torna uma

droga provocando dependência dentro de um determinado contexto de relações entre o simbólico e o ambiente. A partir desse ponto de vista, no estudo da evolução do uso abusivo de drogas, seu efeito puramente fisiológico importa pouco, já que se trata de compreender a interpretação que o indivíduo dá de sua experiência, de seu estado e da motivação que o impele a um consumo repetido da droga. Torna-se, então, importante estudar o que o usuário de substâncias psicoativas considera indispensável à satisfação de suas principais necessidades no plano social, cultural, afetivo e cognitivo.

Olivenstein (1997), por sua vez, diz que as sociedades modernas tentam evitar suas crises através da planificação, criando mecanismos reguladores da angústia. Assim, diz o autor, “é necessário inventar outros reguladores da angústia social, daí o desenvolvimento extraordinário da psicoquímica” (OLIVENSTEIN, 1997, p. 22). O autor ainda refere-se ao encontro da angústia individual e da angústia coletiva, que se acentua cada vez mais, tendo em vista que,

[...] diante de dificuldades econômicas e sociais, o grupo encarregado de proteger os cidadãos, o Estado, sacrifica certos grupos sociais. Sabemos, por exemplo, o quanto é traumatizante a negação do direito ao trabalho. Não será, portanto, paradoxal, assistirmos ao desenvolvimento de uma das últimas tentativas das pessoas encontrarem uma solução individual para a angústia. Esta tentativa, que é a droga, evolui de uma maneira que homologa uma nova ‘lei da selva’, com isto não permitindo à toxicomania tornar-se um encontro igualitário com o nirvana. (OLIVENSTEIN, 1997, p. 22).

Por outro lado, verificamos que, muitas vezes, mesmo aqueles mais privilegiados, que podem se beneficiar dos recursos (psicanálise, terapias de grupo etc.) para evitar a angústia mencionada pelo autor, lançam mão de outras alternativas na tentativa de encontrar algo que os ajude a suportar aquilo que, para eles, é "insuportável". Neste cenário, a droga (lícita e/ou ilícita) surge como uma dessas alternativas, cujo impacto para o sujeito que a consome estará relacionado ao "lugar" que essa droga vai ocupar em sua vida. Desta forma, como a realidade atual nos mostra, o fenômeno do abuso de drogas não é um "privilegio" das classes menos favorecidas.

Ao reduzir a questão do uso abusivo das drogas à sua vertente psicopatológica, perde-se de vista a dimensão existencial do fenômeno, suas raízes antropológicas, sua propagação no mundo moderno em razão de mudanças políticas, econômicas e culturais, inclusive como íntima conexão com os padrões consumistas marcados pelo sistema dominante.

A cultura hegemônica na atualidade é claramente capitalista, e exige que o sujeito se submeta ao imperativo do consumo. A globalização do consumo impôs a produção em massa de objetos que são formas de gozo. Daí que se pode inferir que tanto o uso abusivo de drogas

quanto a anorexia, a bulimia, a dependência ao computador, enfim, todas estas formas seriam expressões atuais do mal-estar na cultura. Desde este ponto de vista, somos todos consumidores e também somos todos objetos de consumo. Assim para Freda (1997, p. 34),

[...] o discurso capitalista define o sujeito pelo consumo: mais ele consome mais ele é um homem. A única coisa que o consumidor esquece, é que a mais valia, o mais gozar, é sempre o capitalista que o devora. Não existe distribuição homogênea, este ponto escapa ao consumidor e faz dele um sujeito da ilusão.

O fenômeno do abuso de drogas deve, portanto, ser contextualizado e analisado como pertencente a um conjunto no qual pode estar integrado de modos distintos. Não devemos ignorar também que

[...] o uso de drogas por diferentes grupos só é possível nas nossas circunstâncias sócio-históricas, a partir da existência de redes nacionais e internacionais que expressam interesses políticos e econômicos. Assim, o fenômeno cultural apresenta a sua inevitável dimensão de poder. (VELHO, 1993, p. 277).

Considerar o complexo contexto sociocultural no qual as questões do uso de drogas estão imersas pode, então, favorecer um estudo mais rigoroso sobre esse fenômeno. Assim, os problemas que o abuso traz nos conduzem para um cenário social em que seus efeitos poderiam ser reduzidos, se fossem tratados sob uma outra ótica.

Portanto, tratar socialmente a questão do uso e do abuso de drogas (sejam elas lícitas ou ilícitas) significa compreender a complexidade das relações sociais estabelecidas nesse contexto, suas representações e significados, levando-se em consideração a história de vida do indivíduo, sua subjetividade, singularidade e visão de mundo. Além disso, deve-se buscar entender o lugar que a droga ocupa na vida desse indivíduo e na sociedade, e o tipo de relação que ambos estabelecem com determinadas substâncias.

Esses diferentes tipos de relação precisam ser pensados de forma multifacetada, tendo em vista a rede de fatores (sociais, econômicos, políticos, psicológicos, religiosos, históricos) implicados no fenômeno, e levando-se em conta a forma como esses fatores atuam na *subjetividade* e no *processo de singularização* do indivíduo.

Segundo Guattari e Rolnik:

[...] quando vivemos nossa própria existência, nós a vivemos com as palavras de uma língua que pertence a cem milhões de pessoas; nós a vivemos com um sistema de trocas econômicas que pertence a todo um campo social; nós a vivemos com representações de modos de produção totalmente serializados. No entanto, nós vamos viver e morrer numa relação totalmente singular com esse cruzamento. O que é verdadeiro para qualquer processo de criação é verdadeiro para a vida. (GUATTARI; ROLINK, 1986, p. 69).

E prosseguem:

[...] o que há é simplesmente uma produção de subjetividade. Não somente uma produção da subjetividade individuada – subjetividade dos indivíduos – mas uma produção de subjetividade social, uma produção da subjetividade que se pode encontrar em todos os níveis da produção e do consumo. E mais ainda: uma produção da subjetividade inconsciente. A meu ver, essa grande fábrica, essa máquina capitalística produz inclusive aquilo que acontece conosco quando sonhamos, quando devaneamos, quando fantasiemos, quando nos apaixonamos e assim por diante. (GUATTARI; ROLINK, 1986, p. 16).

A partir dessa argumentação, os autores propõem a ideia de que é possível desenvolver modos de subjetivação singulares, a que chamam de processos de singularização:

[...] uma maneira de recusar todos esses modos de codificação preestabelecidos, todos esses modos de manipulação e de telecomando, recusá-los para construir, de certa forma, modos de sensibilidade, modos de relação com o outro, modos de produção, modos de criatividade que produzam uma subjetividade singular. Uma singularização existencial que coincida com um desejo, com um gosto de viver, com uma vontade de construir o mundo no qual nos encontramos, com a instauração de dispositivos para mudar os tipos de sociedade, os tipos de valores que não são os nossos. (GUATTARI; ROLINK, 1986, p. 17).

Assim, pode-se pensar que as diferentes formas de relação sujeito/droga, verificadas no atual cenário social, expressam singularidades construídas a partir do vivido no cotidiano de cada indivíduo, influenciadas por fatores que funcionam ora como "protetores", ora como "de risco" para a sua saúde e para a sua vida. A droga no mundo contemporâneo é globalizante. Tanto ela quanto o usuário e os efeitos engendradas pelo consumo extrapolam toda e qualquer individuação, seja de pessoa ou lugar, ou ainda de tempo.

### **Uma questão cultural e política**

A delinquência, ilegalidade dominada, é um agente para a ilegalidade dos grupos dominantes. [...] Os tráficos de armas, os de álcool nos países de lei seca, ou mais recentemente os de droga mostrariam da mesma maneira esse funcionamento da "delinquência útil", a existência de uma proibição legal cria em torno dela um campo de práticas ilegais, sobre o qual se chega a exercer controle e a tirar um lucro ilícito por meio de elementos ilegais, mas tornados manejáveis por sua organização em delinquência. Esta é um instrumento para gerir e explorar as ilegalidades.

Michel Foucault, *Vigiar e Punir*.

Diversas substâncias psicoativas, conforme MacRae (2007), vêm sendo usadas para um grande leque de finalidades, que se estendem do seu emprego lúdico, com fins

estritamente prazerosos, até o desencadeamento de estados de êxtase místico/religioso. O uso para os fins curativos, também tem imprimido sua importância seja no interior de práticas religiosas tradicionais, seja no contexto médico-científico da atualidade. Esses usos foram raramente concebidos como ameaçadores à ordem social constituída, exceto durante o período da caça aos heréticos e às bruxas.

No entanto, em fins do século XIX e início do século XX, a partir da implantação de uma nova ordem médica, entendeu-se que este comportamento precisava ser monitorado por organizações especialmente criadas para este fim. O grande problema desta decisão parece ter sido a perda do significado ancestral desta prática, em uma decisão de enquadrá-lo num sistema de proibições e punições, estranho a sua natureza.

Ainda segundo MacRae,

De forma análoga ao que havia ocorrido durante a Idade Média, a certas drogas foram atribuídos naturezas intrinsecamente nefastas, mudando-se somente o rótulo, ao invés de serem concebidas como demoníacas passaram a ser vistas como criadoras de dependência. Em ambas as situações observamos um processo de atribuição a essas substâncias de certos poderes de enfeitiçamento quase impossíveis de resistir pelo indivíduo. Isso se acentuou de tal maneira que logo outras variáveis, como as de natureza sócio-cultural foram obscurecidas e sua importância muitas vezes negada. (MACRAE, 2007, p. 1).

Nas décadas de 1960/70, o consumo de drogas teve, inclusive, uma configuração diferenciada: estava associado a discursos e movimentos de contracultura, incluindo o objeto droga positiva e significativamente. Esses movimentos de contracultura enfatizavam a liberdade individual associada a questões sociais, propondo modos de vida alternativos e questionando o consumismo, o militarismo, o valor do trabalho e a repressão intrínseca à sociedade moderna (MOURÃO, 2003).

Somente a partir da década de 1980, especialmente depois do advento da epidemia da Aids e de outras doenças transmissíveis pelo sangue, o enfoque biopsicossocial do uso de drogas começou a receber maior credibilidade e a influência do contexto sociocultural do uso passou a ser objeto de pesquisas mais amplas (MACRAE, 2007).

O consumo de drogas psicoativas é considerado uma questão de ordem social, não somente em função de sua alta frequência, mas principalmente devido às possíveis consequências prejudiciais para a saúde dos indivíduos e, conseqüentemente, para a sociedade.

De fato, a classificação que distingue drogas lícitas e ilícitas faz-nos esquecer da velha sabedoria grega, para a qual as drogas não eram boas ou más, legais ou ilegais, leves ou

pesadas, mas antes substâncias cuja ação, como remédio ou como veneno, dependia da dose e da forma do seu uso. A necessidade de aprender a conhecer os efeitos diretos e secundários, os seus mecanismos de ação e a forma de uso das drogas, as de natureza sociocultural foram obscurecidas e sua importância muitas vezes negada. Por via do conhecimento haverá possibilidade de melhor gerir o consumo de substâncias. Por oposição, um estado de ignorância apenas contribuirá para o consumo descontrolado e, conseqüentemente, problemático, até porque, de acordo com Escohotado (2003), em nenhuma situação a mera proibição constituiu, isoladamente, fator de abandono do consumo de substâncias. Agora o desafio que se coloca prende-se com um investimento no conhecimento ou, pelo contrário, com uma aposta na ignorância.

É importante que se tenha claro que o pano de fundo está dado pela política proibicionista, atualmente hegemônica em nossa sociedade. As normas internacionais celebradas desde a Convenção Única da ONU sobre Drogas, em 1961, consagraram o proibicionismo como a forma de tratar o “tema das drogas psicoativas” no mundo, calcado na postura estadunidense de repressão e fiscalização máximas. Porém, alguns questionamentos e colocações se fazem necessários para alinharmos parâmetros e alguns paradigmas sobre o tema.

### **As drogas e o senso comum**

Em um de seus trabalhos, Jodelet (2009) estudou a representação social da doença mental em pequenas vilas francesas, onde os doentes mentais são hospedados com as famílias locais. Uma das crenças apresentadas pelos indivíduos da comunidade é a de que se deveria lavar os pertences da pessoa “louca” em separado, para evitar a contaminação. Esse pode ser um exemplo claro de imaginário social. Imaginário porque se refere a uma representação que não tem respaldo na ciência ou na existência, social porque coletivo (pertencente ou comum a um determinado grupo social), ou seja, culturalmente inventado.

Tendo como parâmetro a consideração proposta por Jodelet (2009) do que é “culturalmente inventado”, não seria excessivo afirmar que as drogas são vistas por uma grande parcela da população como um dos flagelos desse e do século passado, cúmplice da Aids e de toda uma variedade de crimes e delinquências. Ao lado da vulgarização do conhecimento pela mídia e por diversificadas ações, estruturadas ou não, de caráter preventivo, o que o senso comum sabe sobre elas guarda uma enorme distância do que

efetivamente são, e as formações imaginárias em relação aos que delas fazem uso terminam por reforçar a tendência ao consumo, à marginalização e, sobretudo, à criminalidade.

Estamos assim diante de um paradoxo, pois quanto mais ‘informado’ menos se sabe, e quanto mais se faz ‘prevenção’, mais se produz o efeito contrário do estímulo, sobretudo quando se volta para os adolescentes. Neste contexto, extremamente confuso, está subjacente a situação de quase pânico, de medo permanente que permeia as relações entre pais e filhos, que alimenta uma percepção do mundo social construída no estado de ‘consciência alterada’, psicologicamente estimulada, não por substâncias químicas, mas pela desinformação, pelos preconceitos e estereótipos. (ESPINHEIRA, 1993, p. 3, 4).

A seguir discutiremos algumas dessas construções sociais mais presentes na sociedade brasileira sobre o uso de drogas.

Talvez a mais comum das formações imaginárias, das construções sociais no cenário brasileiro, consiste em não se considerar as drogas legais ou lícitas – por exemplo, o álcool, o tabaco e os medicamentos tranquilizantes – como as principais produtoras de situações problemáticas com relação ao uso e abuso dessas substâncias.

Em recente pesquisa publicada na revista *Scientific Reports*, analisou-se a letalidade de sete drogas e concluiu-se que a maconha é a menos perigosa em nível individual, sendo 144 vezes menos mortal que o álcool. Das sete drogas incluídas no estudo, o álcool foi considerada a mais perigosa em nível individual, seguido pela heroína, cocaína, tabaco, ecstasy, metanfetamina e maconha (LACHENMEIER, REHM, 2015).

Segundo Jacobina e Nery Filho, ninguém pensa no álcool ou nos tranquilizantes como “drogas”, sendo as substâncias psicoativas mais consumidas no Brasil e as que mais causam sérios danos (JACOBINA; NERY FILHO, 1999, p. 33).

As indústrias do tabaco e das bebidas alcoólicas, entretanto, geram impostos exorbitantes, e não só por isso, mas devido à popularidade que tem, o cigarro é o grande exemplo de droga sedutora e extremamente letal, mas paradoxalmente legal, enquanto outras substâncias, muitas vezes pouco ofensivas à saúde, são rigorosamente proibidas ou bem restritas, como os alucinógenos e a maconha o são na maioria dos países do Ocidente e do Oriente. Segundo Boiteux (2006), o estudo da questão da droga como problema sociocultural inclui a avaliação do custo social da proibição, a ser medido não só em termos de saúde pública, mas também em termos culturais, econômicos, sociais e jurídicos.

Outra construção social é a de que qualquer uso resultará em dependência. O fato de experimentar não significa necessariamente dar o primeiro passo para a dependência. Zinberg (1984) desenvolveu um estudo onde verificou que há uma larga escala de padrões de uso.

Alguns indivíduos podem manter o uso de drogas sob controle, evitando os efeitos destrutivos, o uso excessivo ou o abuso.

Uma terceira construção social concerne à associação existente entre drogas ilícitas, exclusão e marginalidade. Segundo Espinheira (1993), nossa cultura ainda não reconheceu o uso controlado das drogas ilícitas. Todos os usuários são declarados "desviantes", e são uma "ameaça" para a sociedade, ou são "doentes" necessitando de ajuda, ou "criminosos" passíveis de punição. Para ele, a inter-relação de fatores de personalidade e sociais é que determina a qualidade do uso de drogas. O impacto que o uso de drogas ilícitas causa na família pode provocar reações de rejeição e exclusão do usuário, levando, muitas vezes, ao aumento do consumo. Além disso, o "terror" que habita o imaginário social com relação a essas drogas frequentemente leva à banalização do uso de outras drogas (lícitas), que, se usadas de forma abusiva, podem provocar efeitos tão destrutivos quanto os das primeiras.

Uma quarta associação imaginária é a vinculação reducionista do uso de drogas ilícitas à improdutividade e à violência. E, dentro dessa visão, o consumo de drogas ilícitas pode ser visto como um coadjuvante deflagrador de diversas formas de violência. Contudo, vários desses discursos não se apoiam, necessariamente, em fatos presenciados de agressões por usuários. Também são ambíguas as referências que estabelecem nexos entre violência contra terceiros e uso de drogas.

Ao analisar as políticas públicas, é preciso tentar estimar então o *custo social da droga*, constituído não só pelos sanitários (doenças provocadas pelo consumo), mas também pelos gastos com prevenção e repressão, acidentes e, sobretudo, o custo da delinquência ligada à droga.

O custo social da droga é calculado através da soma do custo individual, (abrange o conjunto das despesas diretamente assumidas pelos consumidores da droga. Em primeiro lugar, encontram-se as somas destinadas à compra da droga, depois, o número de mortes entre os utilizadores e, enfim, as doenças provocadas pelo consumo) com o custo externo (compreende as despesas impostas à sociedade pelos consumidores de drogas). Esta rubrica abrange os gastos gerados pela prevenção e a repressão de drogas ilegais, o custo dos acidentes envolvendo terceiros ou danos à infraestrutura ligados ao abuso de droga e, sobretudo, o custo da delinquência associada à droga. (KOPP, 1998, p. 222).

Apesar das dificuldades em estimar custos tão complexos, é necessário fazê-lo, na medida em que seu desconhecimento fortalece o próprio modelo proibicionista que, baseado na premissa da eficácia da proibição, considera que seus benefícios compensam os custos.

O discurso proibicionista vende o assunto "droga" como um tabu. Nele, as substâncias proibidas representam o mal absoluto, a corrupção da juventude e a negação dos valores

morais, ignorando completamente outras representações, costumes e culturas. É normalizador, e alça algumas drogas, tidas por imorais e perigosas, à categoria de ilícitas. Segundo Boiteux (2006, p. 234),

O discurso considera a droga uma ameaça intolerável e inaceitável à população, a ponto de sua proibição constituir um imperativo absoluto, e nesse aspecto se misturam os fundamentos morais com os fundamentos sanitário-sociais.

Se nos detivermos na dimensão moral do discurso proibicionista, perceberemos que não existe o consenso indispensável a toda regra moral na proibição das drogas, razão pela qual o discurso proibicionista substituiu, paulatinamente, o argumento moral por argumentos sanitários e sociais<sup>66</sup> para fundamentar a proibição das drogas, muito embora o moralismo ainda permaneça profundamente impregnado neste discurso.

O fundamento sanitário e social constituiria, em princípio, a melhor justificativa para a proibição, por se apresentar como o discurso mais bem construído. Em tese, nenhuma pessoa ousaria contestar a legitimidade do Estado em proteger a saúde pública, mas, na verdade, esse discurso é intrinsecamente falso, apesar de formalmente válido, pois preconiza a abstinência ao uso de drogas, problema de saúde pública, mediante a utilização de meios (prisão e interferência do sistema penal) que não têm condições de solucioná-lo.

O discurso proibicionista adota algumas teorias, como a da “epidemia” e da “escalada”, para justificar a proibição, e apesar destas nunca terem sido comprovadas, e de já terem sido totalmente desacreditadas em várias pesquisas (BASTOS; BERTONI, 2014, BASTOS, 2013, ESCOHOTADO, 1997, BATISTA, V. 2013, MACRAE, 2008), permanecem no imaginário popular, repetidas como verdades absolutas, e continuam sendo aceitas sem questionamento na elaboração de políticas públicas proibicionistas.

A “teoria da epidemia” considera que o uso de drogas deve ser proibido, ao comparar a toxicomania a uma doença contagiosa, que se propaga rapidamente. Já a “teoria da escalada” considera a existência de uma hierarquia entre drogas pesadas e drogas leves, e afirma que a razão para estas últimas serem proibidas seria a escalada que necessariamente levaria do uso das consideradas leves ao daquelas tidas como pesadas. (CABALLERO; BISIOU, 2000). Como a teoria da epidemia não explica as diferenças entre o uso do álcool e do tabaco (drogas lícitas) e o uso de maconha (ilícita), os proibicionistas se defenderam com base na ideia da escalada, aplicando-se aí a teoria assim conhecida (BOITEUX, 2006, p. 235).

---

<sup>66</sup> Cf. BOITEUX, 2006, p. 235-236.

Elaborada nos anos 1930, nos EUA, a “teoria da escalada” foi resgatada pelos proibicionistas nos anos 1960, e permanece sustentando, inclusive no Brasil, o discurso proibicionista contra a *cannabis*, em resposta às pesquisas que afirmam ser esta menos perigosa do que o álcool ou o tabaco no que se refere à dependência e ao efeito tóxico sobre o organismo. De acordo com Caballero e Bisiou (2000), no livro *Droit de la drogue*, um boletim elaborado pelo Bureau of Narcotics em 1965 teria reeditado essa teoria em um relatório intitulado *Living death: True about drug addiction*.

Além de nunca ter sido comprovada empiricamente, a “escalada” foi desacreditada pelas estatísticas e pelos antiproibicionistas, que a consideram *fantasiosa*. Por mais difícil que seja esse tipo de pesquisa comparativa, que visa saber se drogas como a maconha levariam ao consumo de drogas como a heroína, a estimativa citada por Caballero é que o número de usuários de maconha que passaram a usar heroína não superaria 5%, estatística que por si só já desacredita a “escalada” dos outros 95%. Argumentam Caballero e Bisiou (2000, p. 101), com precisão, que:

[...] em todo caso, é impossível se encontrar uma relação de causalidade entre o fato de consumir maconha e o de se picar com heroína. Tampouco existirá senão uma vaga correlação, que se poderia igualmente aplicar ao álcool e ao tabaco [...]. No mais, a teoria da escalada não corresponde a nenhuma lógica farmacêutica tendo em vista que a *cannabis* (alucinógeno), a cocaína (estimulante), e a heroína (depressivo) não pertencem sequer à mesma família de psicotrópicos.

Assim, o usuário de drogas pesadas pode ter começado a usar drogas leves antes de aprofundar o seu vício, mas isso não significa dizer que todos ou a maioria dos usuários de maconha passem para outros tipos de consumo considerados mais danosos.

O ponto mais importante a ter em vista é a própria lógica proibicionista, que cria o mercado ilícito e insere o usuário no circuito clandestino, onde está disponível tanto a droga mais pesada como a droga leve, lado a lado. De fato, não seria a droga leve que levaria ao uso de outra mais pesada, mas sim a fronteira da ilegalidade, que mistura drogas leves e pesadas, contribuindo para a marginalização do usuário, que eventualmente pode levar à experimentação de outras substâncias.

De todo modo, as drogas proibidas, independentemente de sua potencialidade lesiva, são tratadas pela lei da mesma forma: proibição total. A única escalada que poderia ser verificada, portanto, seria uma “escalada jurídica”, incentivada pela própria norma proibicionista. Drogas que antes eram consumidas com certa liberdade ou restrições frouxas passaram a ser de uso restrito ou totalmente vedado; a consequência direta não foi a redução ou eliminação dos mercados, mas seu incremento. O proibicionismo estabelece um novo

crime e um novo mercado; e, como pontua Rodrigues (2008, p. 94), “[...] as normas proibicionistas, antes de banir as drogas visadas, acabam por inventar o narcotráfico”

De fato, o proibicionismo se mostra uma estratégia plena de potencialidades em termos de controle social e criminalização de parcelas da população que já deveriam ser controladas pelo “bem comum” e em nome “da paz civil”. Este movimento moralista não se restringia ao ataque às substâncias consideradas problemáticas. Vincularam de forma explícita o uso de “substâncias venenosas” a grupos sociais tidos como “perigosos”, “ameaçadores”, “virulentos” (PASSETTI, 1991; RODRIGUES, 2004). Era recorrente, nas primeiras décadas do século XX, entre grupos proibicionistas, na mídia e nos discursos governamentais nos Estados Unidos, a associação direta de negros à cocaína, hispânicos à maconha, irlandeses ao álcool, chineses ao ópio. Conforme Rodrigues, criou-se, assim, um novo tipo de crime e um novo mercado ilícito.

[...] o “novo crime” do tráfico e consumo de drogas foi imediatamente conectado a camadas das crescentes populações urbanas que representavam uma ameaça ao Estado e às classes que o controlavam: perigo de insubmissão, de greve, de higiene, de ataques à pessoa e à propriedade. (RODRIGUES, 2008, p. 95).

O autor ainda afirma ainda que:

As assustadoras hordas de pobres, imigrantes e negros faziam, supostamente, uso imoderado de drogas psicoativas, o que revelava sua degenerescência moral e física, e aumentava o perigo que representavam. Desse modo, era recorrente, nas primeiras décadas do século XX, entre grupos proibicionistas, na mídia e nos discursos governamentais nos Estados Unidos, a associação direta de negros à cocaína, hispânicos à maconha, irlandeses ao álcool, chineses ao ópio. (RODRIGUES, 2008, p. 95).

Esta ação proibicionista contra psicoativos e a vinculação entre minorias e drogas não foi exclusividade dos estadunidenses, sendo localizável em outros países das Américas e da Europa (ESCOHOTADO, 1998; RODRIGUES, 2004).

É no período de 1910 a 1920 que o Estado passa a tratar o uso de drogas psicoativas como uma “epidemia” e não mais um problema sanitário de menor importância, tendo como desdobramento quase imediato sua transformação em um “caso de polícia”. Este fato ocorre quando o hábito de usar drogas não se restringe mais apenas às prostitutas, aos pequenos criminosos, à classe trabalhadora urbana; mas também passa a se fazer presente em meio aos filhos da classe abastada<sup>67</sup>. Esta mesma conduta foi sendo atualizada com o passar do tempo, porém, a prática de controle se manteve com o mesmo intuito.

---

<sup>67</sup> Cf. RODRIGUES, 2008, p. 99.

Michel Foucault apontou como o final do século XVIII e o início do século XIX assistiram ao surgimento de um novo “problema”, percebido dessa forma por governos e intelectuais: a população. A industrialização e a modernização, que concentrou terras no campo, passaram a gerar um êxodo em direção às cidades fabris europeias de modo a multiplicar rapidamente o número de habitantes nas novas metrópoles. Governar uma cidade, um Estado, a partir de então, deveria ser a arte de administrar e conter massas humanas aglomeradas em cidades, que cresciam com expressiva velocidade<sup>68</sup>.

Como assinala Foucault (2008), a atenção necessária à população leva ao desenvolvimento de uma série de saberes conectados (medicina social, a demografia, a estatística, entre tantas outras) que, em conjunto, auxiliam a configuração de um contemporâneo poder de polícia que significa não apenas perseguir criminosos, mas gerenciar minúcias da vida individual e coletiva, uma “arte racional de governar” (FOUCAULT, 1997a, p. 85). Dessa forma, torna-se necessária a constituição de saberes que forjem corpos saudáveis para o trabalho e mansos para o trato. A passagem do século XVIII para o XIX cristaliza o que Foucault chama de “momento histórico das disciplinas”, momento no qual

[...] nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco a aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. (FOUCAULT, 1987, p. 127).

Urgia, portanto, desenvolver meios de governar que tornassem os indivíduos úteis, dóceis, produtivos e sãos. A essa forma de exercício do poder, Foucault chamou *biopoder*.

Nessa perspectiva, a biopolítica é uma tecnologia que inaugura novos mecanismos de intervenção do poder e extração de saber, com a intenção de governar a população e os fenômenos produzidos pela vida em coletividade. Esses mecanismos vão tratar, sobretudo “[...] de previsões, de estatísticas, de medições globais; [...] de intervir no nível daquilo que são as determinações desses fenômenos gerais, desses fenômenos no que eles têm de global.” (FOUCAULT, 1999, p. 293). Utilizando como estratégia ações disciplinares de cunho coercitivo, como a prisão e a ação das “forças da lei”, a biopolítica operou incrementos nas condições de vida dessas mesmas populações vigiadas, o que originou investimentos em saúde pública – campanhas de vacinação, reformas urbanas, saneamento público, regulamentação das profissões médicas etc. – que significavam, a um só tempo, a melhoria de vida e o fortalecimento para o trabalho. Assim, Foucault identifica positivamente no exercício

---

<sup>68</sup> Cf. FOUCAULT, 2008.

do poder ou, em outras palavras, que governar não se restringia a coagir (*provocar morte*), mas também, em “causar vida” (FOUCAULT, 1999).

A conjunção entre coerção e assistência, a confluência entre reprimir e oferecer é uma das formas pelas quais se pode entender o surgimento de uma política como a proibicionista. O controle e a regulamentação do uso de drogas foi parte fundamental da consolidação da autoridade médica no século XIX e princípio do XX, legitimando os usos das substâncias psicoativas baseados na ciência médica ocidental e caracterizando como ilegítimas práticas tradicionais ou que escapassem de algum modo aos cânones médicos.

Desse modo, seguindo o referencial teórico desenvolvido por Foucault, dizer que esse tipo de política proibicionista tem, por si só, uma existência coercitiva ou repressiva é empobrecer a rede de relações que permeiam a história do uso de substâncias psicoativas.

Seria muita ingenuidade acreditar que o conjunto de postulados que compõe esses projetos é neutro, pois se observa que a questão dita “repressiva” envolvida no uso de substâncias psicoativas não pertence a um conjunto de regras de direito pura e simplesmente, mas a um conjunto de técnicas disciplinares e de controle cujas relações de poder e saber estão diretamente implicadas com a norma e, conseqüentemente, com a produção de verdades.

A partir de determinado momento de sua obra, Foucault percorre os mecanismos de poder através de dois pontos de referência: por um lado, as regras de direito que incidem formalmente no poder, e, por outro lado, os efeitos de verdade produzidos pelo poder. Esses dois limites conduzem ao que ele chama de triângulo entre poder, direito e verdade<sup>69</sup>.

A interrogação básica a que esse tipo de pesquisa conduz seria a seguinte, nas palavras de Foucault:

Quais são as regras de direito de que lançam mão as relações de poder para produzir discursos de verdade? Ou ainda: qual é esse tipo de poder capaz de produzir discursos de verdade que são, numa sociedade como a nossa, dotados de efeitos tão potentes? (FOUCAULT, 1999, p. 28).

Com isso, se múltiplas relações de poder atravessam o corpo social, elas não podem se legitimar sem a produção de um discurso verdadeiro que vai além das regras de direito, pois, “afinal de contas”, escreve Foucault (1999, p. 29),

[...] Afinal, somos julgados, condenados, classificados, obrigados a tarefas, destinados a uma certa maneira de viver ou a uma certa maneira de morrer em função de discursos verdadeiros, que trazem consigo efeitos específicos de poder.

---

<sup>69</sup> Cf. FOUCAULT, 1999,

Afirmamos anteriormente que a proibição de algumas drogas não garante a diminuição ou o fim do uso; ao contrário, a proibição torna o negócio mais lucrativo, e, acrescentamos, a verdade da proibição investe o mercado, pois ela circula tal qual qualquer outra mercadoria. Como aponta Thiago Rodrigues em seu livro *Narcotráfico: uma guerra na guerra*,

[...] os produtos comercializados [...] são substâncias amplamente desejadas e que são hoje ilegais. Tal ilegalidade significa que o circuito de produção e venda de inúmeros compostos químicos é proibido de existir segundo leis específicas [...] essas leis, no entanto, não bastam para erradicar a procura por tais substâncias, fato que impulsiona um rentável negócio clandestino que se dedica a fazer chegar ao consumidor sua droga preferida. (RODRIGUES, 2003, p. 12).

Mercados de drogas são muito rentáveis e a margem de lucro no comércio ilegal é ainda maior que no legal. Não importa se as drogas são proibidas ou permitidas por lei: sempre existe alguém querendo comprá-las, e alguém querendo vendê-las. O comércio acontece e movimenta centenas de bilhões de dólares por ano.

Fernandez (1997) aponta que o proibicionismo cria novas questões associadas ao uso de substâncias psicoativas e, especialmente, agrega valor à mercadoria. Conforme Fernandez (1997, p. 120),

[...] as drogas são mercadorias, cuja proibição vem possibilitando lucros extraordinários e consolidando uma poderosa economia ilegal [...]. O proibicionismo e a política de guerra se mostraram um fracasso como política de controle de drogas.

Carneiro (2002), ao abordar a dimensão do lucro, traz o debate para a questão do “controle estatal”, pois

A noção de um Estado investido do poder de polícia mental e comportamental, que legisla sobre os meios botânicos e químicos de que os cidadãos se utilizam para interferir em seus estados de humor e de consciência e que pune os que desobedecem é um pressuposto necessário para a hipertrofia do lucro obtido no tráfico. Em outras palavras, a proibição gera o superlucro. Por essas razões, a reivindicação da discriminação das drogas choca-se tanto com os interesses dos grandes traficantes assim como com os do Estado policial. (CARNEIRO, 2002, p. 127).

A questão da ilegalidade do uso de algumas substâncias psicoativas decorre de normativas determinadas por diversos elementos, os quais, dependendo da conjuntura econômica, social e histórica, pendem para o “lado” da proibição ou da permissão. Como destaca Passeti (1991, p. 37), “a legalidade/ilegalidade das drogas é uma resultante histórica do Estado moderno: conjunto de verdades sustentando o poder calcado em relações econômicas e políticas”. Em síntese, a determinação do que pode ou não ser “livre” é conjuntural, e sofre múltiplas determinações.

Segundo Rodrigues (2003), muitos se surpreendem ao saber que no século XIX era possível a compra de cocaína, heroína e seus derivados em farmácias, até mesmo nos Estados Unidos, país que no século XX assumiu a vanguarda da *cruzada antidrogas*. O autor explica que as ações severas por parte do governo para conter a produção, venda e consumo de substâncias psicoativas respondem às exigências feitas, após a Guerra Civil norte-americana (1861-65), por alguns grupos envolvidos com igrejas e instituições protestantes. Nesse contexto, constroem-se movimentos proibicionistas pautados na tradição puritana do protestantismo calvinista, eminentemente marcado pela busca racional de ganho econômico a partir da vida disciplinada e do apego ao trabalho. Tais movimentos conquistaram espaços e garantiram legislações naquele país e, paulatinamente, foram impondo o proibicionismo para o restante do mundo.

Desde seu princípio, a estratégia de modelo penal no trato de substâncias psicoativas teve como alvo setores da população que o Estado desejava controlar. Vemos o quanto a “guerra às drogas” é utilizada como instrumento legitimador para a perseguição aos pobres. É uma guerra contra segmentos da população, exacerbando a violência do poder punitivo. Como explica Karam (2012), o paradigma da “guerra” é utilizado para construir o “inimigo” que deve ser eliminado:

A "guerra às drogas", como quaisquer outras guerras, é nociva, insana e sanguinária. A "guerra às drogas" não se dirige propriamente contra as drogas. Dirige-se, sim, como quaisquer outras guerras, contra pessoas — os produtores, comerciantes e consumidores das substâncias proibidas, especialmente os mais vulneráveis dentre eles, os mais pobres, marginalizados, desprovidos de poder, que são as maiores vítimas da violência causada pela irracional insistência na proibição das selecionadas substâncias psicoativas tornadas ilícitas. (KARAM, 2012, [s.p.]).

Neste sentido, é essencial observarmos o quanto o discurso proibicionista conforma o entendimento que se tem a respeito das "drogas ilícitas" e da política de combate a elas, fazendo com que coloquemos a questão das "drogas" no âmbito da Segurança Pública, impedindo que a pensemos a partir do âmbito da liberdade, nos afastando da percepção de que o controle social está sempre presente, pois, na maioria das vezes, quando se trata de ações voltadas a jovens e adolescentes envolvidos direta ou indiretamente com drogas, aos jovens pobres é atribuído o *status* de traficantes perigosos, que devem ser detidos, e aos de classe média e alta, o *status* de usuários, que devem ser protegidos.

## O mercado da droga

A condição de uma droga perante a lei influencia o impacto que seu comércio tem sobre a economia. O de drogas lícitas impulsiona os mercados de comunicações, embalagens, transportes, dentre outros. Já o conjunto de interesses por trás do narconegócio é impressionante: indústria bélica, exploração camponesa, mercado financeiro, indústria farmacêutica, indústria de bebidas alcoólicas, indústria de fumo, apenas para citar alguns.

O Estado enseja um jogo entre o legal e o ilegal no qual se destacam três etapas: a da produção, da distribuição-consumo e da lavagem de dinheiro<sup>70</sup> (IULIANELLI, 2000).

Também existem semelhanças na forma de ação do mercado no que diz respeito às drogas lícitas e ilícitas sobre a economia. Os produtos lícitos e ilícitos causam mortes e doenças, pondo em jogo a perda de produtividade e gastos com saúde pública, especialmente quando falamos de álcool, tabaco, drogas consumidas por um número bastante significativo da população mundial.

Comuns na sociedade contemporânea, o álcool, o tabaco e a cafeína raramente são nomeados pelo pejorativo nome de droga. Não que seus efeitos psicoativos sejam ignorados, mas sua onipresença permite que as pessoas os tratem com certa intimidade. Segundo o Relatório Global sobre Álcool e Saúde, divulgado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 2014, o álcool é consumido praticamente em todo o mundo. Globalmente, estima-se que indivíduos com idade de 15 anos ou mais consumiram em torno de 6,2 litros de álcool puro em 2010 (equivalente a cerca de 13,5g por dia). No Brasil, o consumo total estimado é equivalente a 8,7L por pessoa, quantidade superior à média mundial. Estima-se que homens consumam 13,6L por ano, e as mulheres, 4,2L por ano. Quando são considerados apenas os indivíduos que consomem álcool, esta média sobe para 15,1L de álcool puro por pessoa (sendo mulheres: 8,9L e homens: 19,6L). Apesar de o álcool e o tabaco terem restrições de propaganda, de venda e de consumo em locais públicos, ambos são produtos aceitos pela cultura e pela lei da maioria dos países. Sua produção e comércio são organizados por indústrias globais que operam nas bolsas de valores e trabalham segundo princípios modernos de administração e principalmente de *marketing*.

Os pesquisadores Zhang e Monteiro (2013) da Organização Pan-Americana de Saúde (Opas) realizaram pesquisa sobre Álcool e Saúde e constataram que a globalização e a

---

<sup>70</sup> Esse termo se caracteriza por um conjunto de operações comerciais ou financeiras que buscam a incorporação na economia de cada país, de modo transitório ou permanente, de recursos, bens e valores de origem ilícita. Cf. BRASIL, 1998.

consolidação da indústria, o patrocínio de pesquisas, o *marketing*, bem como as iniciativas de responsabilidade corporativa são as principais atividades dessas empresas que podem influenciar o estabelecimento de políticas do álcool na América Latina.

[...] As cervejarias globais, por exemplo, controlam a maior parte do mercado em 12 países da América Latina, representando mais de 90% das vendas de cerveja em oito desses países. Essas empresas entraram nos mercados da América Latina comprando novas fábricas, operando como parceiros na distribuição, criando joint ventures, comprando ações em empresas existentes, e adquirindo e comercializando produtos locais baratos e bem-sucedidos juntamente com marcas internacionais mais caras. Uma tática mais agressiva é simplesmente comprar a concorrente local. [...] essas empresas são as principais anunciantes promovendo as marcas de bebidas alcoólicas por meio de publicidade, patrocínio e marketing direto. [...] o patrocínio de eventos esportivos, musicais e culturais é outra estratégia comum [...] as empresas de bebidas alcoólicas investem milhões de dólares para patrocinar grandes eventos esportivos internacionais, como a Copa do Mundo de Futebol. (ZHANG; MONTEIRO, 2013, p. 77).

Ainda segundo a mesma pesquisa, o uso nocivo do álcool é um dos fatores de risco de maior impacto para a morbidade, mortalidade e incapacidade em todo o mundo, e parece estar relacionado a 3,3 milhões de mortes a cada ano. Desta forma, quase 6% de todas as mortes em todo o mundo são atribuídas total ou parcialmente ao álcool.

Algumas características e tendências das indústrias do café, do cigarro e da cerveja são comuns entre si. As empresas que lideram os três mercados são poucas e grandes e, com o passar do tempo, têm se tornado cada vez menos numerosas e mais poderosas. Nas últimas décadas, ocorreram algumas fusões entre as maiores do ramo, repetindo a tendência verificada em outros mercados. Atualmente, duas empresas controlam mais de 40% do mercado global de cervejas e 80% do mercado norte americano de álcool, o maior do mundo. No caso do cigarro, quatro multinacionais controlam 84,2% do mercado mundial<sup>71</sup>. No mercado do café, acabamos de presenciar a fusão entre multinacionais para enfrentar a hegemonia de uma única empresa que domina aproximadamente 23% do mercado mundial (ARAÚJO, 2012).

As empresas se fundem para sobreviver ao mercado altamente competitivo e vão usando estratégias de *lobby* como ingrediente indispensável no mercado de drogas legais para lidar com as ameaças de governos de aumentar as taxas e restringir o consumo abusivo e as propagandas. Enfim, as maiores preocupações da economia das drogas lícitas estão baseadas na diminuição de demanda, em cortar custos, fazer *lobby* contra a tributação de seus insumos.

---

<sup>71</sup>As cinco empresas que dominam o mercado do tabaco são China National Tobacco Corporation (32% do mercado), Philip Morris International (18,7%), British Tobacco (17,1%), Japan Tobacco International (10,8%) e Imperial Tobacco/Altadis (5,6%) (Cf. SHAFÉY et al., 2009, p. 50).

Existem poderosas indústrias – legais e ilegais – que produzem, publicizam e circulam substâncias psicoativas. O narcotráfico tornou-se o carro chefe de uma nova economia do ilícito que habita as cidades mundiais e faz parte da sustentação do sistema econômico vigente. O expansivo mercado representado pelo tráfico de drogas e pelas redes do crime organizado, globalizados e conectados aos circuitos desterritorializados do capital financeiro, faz propagar ofertas de substâncias. Neste sentido, poderíamos pensar em uma “pendência química”, uma disputa de mercado em que a conquista de consumidores de estados alterados de consciência tornou-se uma estratégia de corporações – legais –, e do crime negócio – ilegal.

Na análise do comportamento dos usuários de drogas, Kopp (1998, p.128) afirma que estes “[...] não são insensíveis aos sinais do mercado [...] e reagem às mudanças nos preços das drogas, substituindo um produto por outro e, em certos casos, restando o consumo”. Contudo, Kopp rejeita a tese da irracionalidade do consumo de drogas, pois entende que:

[...] mesmo tendo se tornado um consumidor regular, o indivíduo conserva um resíduo de capacidade de escolha que ele utiliza para tentar otimizar seu consumo de droga num ambiente estimulante em que as variáveis são a renda, o preço, a dependência e o prazer proporcionado pela droga. (KOPP, 1998, p. 56-57).

A participação no comércio de drogas se configura em uma possibilidade concreta de trabalho e de geração de renda para muitos jovens, de todas as classes. O tráfico de drogas faz parte da economia global e, como aponta Vera Telles (2006, p. 174), opera “como outros tantos circuitos por onde a riqueza social globalizada circula e produz valor, tornando indiscerníveis as diferenças entre emprego e desemprego, entre trabalho e não-trabalho”. O tráfico é uma atividade que compõe tendências atuais de consumo, estilo de vida e valores recorrentes entre jovens de todo o mundo.

Em *Nascimento da biopolítica* (2008), Foucault afirma que a política de combate ao tráfico de drogas, a partir dos anos 1960, passou a se orientar pela caracterização do tráfico como um fenômeno de mercado; uma política de guerra às drogas enquadrada em uma governamentalidade neoliberal<sup>72</sup>. Isto implica um cálculo que considera o tráfico de drogas como um gerador de externalidades negativas no âmbito da coletividade, embora possibilite

---

<sup>72</sup> No conjunto de aulas proferidas em 1979 no *College de France*, publicadas sob o título *Nascimento da Biopolítica* (2008), Foucault discutiu destacadamente o que chamou de governamentalidade neoliberal. A noção de governamentalidade é um veículo usado por Foucault para tratar da conexão entre prática de governo e regime de verdade. A governamentalidade neoliberal se caracteriza pela eleição do mercado como regime de verdade: o mercado passa a ser o lugar de verificação das práticas de governo – da análise das políticas estatais até a análise da racionalidade interna dos comportamentos humanos. Cf. FOUCAULT, 2008.

ao indivíduo maximizar sua utilidade própria; isto significa que o tráfico gera prejuízos para “terceiros”, custos monetários ou não monetários resultantes da interdependência social entre diferentes sujeitos – consumidores, familiares, vizinhanças, comerciantes – que de alguma forma sofrem o impacto de suas ações. Tal impacto deve ser calculado e, a partir de uma racionalidade de mercado, o cálculo deve orientar as políticas. Assim sintetiza Foucault a política penal em uma governamentalidade neoliberal:

[...] a política penal deve renunciar absolutamente, a título de objetivo, a supressão, a essa anulação exaustiva do crime. A política penal tem por sentido regulador uma simples intervenção no mercado do crime em relação à oferta do crime. É uma ação que limitará a oferta do crime, e a limitará tão somente por uma demanda negativa cujo custo, evidentemente, não deverá superar nunca o custo dessa criminalidade cuja oferta se quer limitar. (FOUCAULT, 2008, p. 349-350).

Nesta política, não se deve extinguir o tráfico, mas a punição deve antes buscar um equilíbrio entre a oferta do crime e sua demanda negativa, seu impacto em termos de custos para a coletividade. Foucault demonstra que a partir da década de 1970 (momento de grande ampliação do consumo e da circulação de drogas pelo mundo), a repressão volta-se para os “pequenos traficantes da esquina” e não para o refino e distribuição, por uma questão de cálculo econômico.

Foucault argumenta que a política de desmantelamento das redes de refino e distribuição, realizada até os anos 1960, levou a um aumento do preço unitário da droga, fortaleceu o oligopólio de grandes traficantes e aumentou a criminalidade, pois o adicto paga o preço que for necessário – a demanda nesse caso é inelástica (FOUCAULT, 2008, p. 351). Tal situação aumentou os custos da criminalidade e uma reação da política antidrogas, que se voltou para o seguinte cálculo: aumentar o custo para os novos consumidores, cujo consumo é elástico (não estão dispostos a pagar qualquer preço), e baixar o custo para o adicto.

E a partir daí toda uma política de esforço da lei voltada para os novos consumidores, para os consumidores potenciais, para os pequenos traficantes, para esse pequeno comércio que se faz nas esquinas; política de esforço da lei que obedecesse a uma racionalidade econômica quer era a racionalidade de um mercado. (FOUCAULT, 2008, p. 353).

Esta política estatal coexiste com uma complexa rede entrelaçada de práticas e significados em torno das “drogas ilícitas” e delinea um cenário de crescente conflito da polícia com pequenos traficantes varejistas, engendrando situações dramáticas de violência.

## Droga e violência

Somente uma razão entorpecida pode conciliar com uma expansão do poder de punir, que, utilizando até mesmo a repressão militarizada, crescentemente desrespeita clássicos princípios garantidores, assim ameaçando os próprios fundamentos do Estado Democrático de Direito.

Maria Lúcia Karam<sup>73</sup>

O proibicionismo, além de não ter resolvido o problema que se propôs resolver – erradicar as drogas ilegais –, criou outros tantos que são ainda mais lesivos do que o abuso de drogas. São eles, dentre muitos outros, o incremento da violência, o encarceramento em massa e a corrupção de agentes estatais.

A violência é própria do modelo bélico. O homem convive com as drogas há milênios e essa relação nunca foi violenta; o que introduziu o elemento violência nessa relação foi justamente a opção pelo modelo bélico.

A produção e o comércio de drogas ilícitas são, junto com o tráfico de armas, o maior mercado criminoso do mundo. Funcionando sem nenhum tipo de regulação, o comércio dessas drogas envolve, na maior parte das vezes, exploração de trabalho, inclusive infantil, contaminação ecológica, corrupção de agentes públicos e, o que é mais grave, utilização de violência armada para demarcação de interesses e outros conflitos. (FIORE, 2012, p. 14).

Desde a primeira metade da década de 1990, a relação entre tráfico de drogas e conflitos esteve vinculada à construção do narcotráfico como um negócio transterritorial, e se destacava como um conjunto muito fluído e difícil de caracterizar, relacionado ao tráfico internacional de drogas ilícitas. O processo histórico pelo qual um conjunto de drogas psicoativas passou a ser controlado e posteriormente proibido trouxe consigo não a realização da utopia proibicionista – o banimento completo de algumas drogas e dos hábitos associados a elas –, mas a produção de um grande mercado ilegal, que, ao longo do século XX, cresceu em potência e violência (BOITEUX, 2006).

Praticamente a maior parte dos países do mundo, ao longo do século XX, efetivaram políticas repressivas ao uso de certas drogas (VARGAS, 2008, p. 54). No Brasil, qualquer relação é criminalizada por “quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação

---

<sup>73</sup> Trecho extraído de pronunciamento da jurista no Fórum Democracia, Direitos Humanos, Guerra e Narcotráfico, realizado em 2003 no Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.narconews.com/print.php3?ArticleID=785&lang=pr>>. Acesso em: 20 jun. 2014

legal ou regulamentar [...]” (BRASIL, 2006). As penas são cada vez mais endurecidas para a produção e comercialização, o tráfico de drogas tornou-se crime inafiançável, onde o acusado não pode responder ao processo em liberdade. Há com isso um aumento e uma ampliação do encarceramento, visto que a tendência da lei é enquadrar toda e qualquer conduta como tráfico de drogas, e o fato de a lei tratar o tráfico de uma forma muito dura gera essas consequências.

No Brasil, temos hoje quase 500 mil pessoas nas prisões, sendo que o nosso sistema prisional tem capacidade para aproximadamente 250 mil pessoas. Isso significa que há um déficit de aproximadamente 50%, quer dizer, as prisões no Brasil são verdadeiras sucursais do inferno e grande parte das pessoas presas no Brasil está processada ou condenada por tráfico de drogas. (MARONNA, 2011, p. 56).

Como foi visto, em termos de práticas discursivas o traficante torna-se um dos maiores inimigos públicos, e é identificado como um vilão destruidor de lares, agente malicioso aliciador de jovens, carrasco que indica o caminho da perdição para inocentes filhos de famílias dignas. Assim como o usuário adquire *status* de corresponsável pelo tráfico.

É recorrente a caracterização do traficante de drogas como um criminoso contumaz, integrante de organização criminosa complexa e rigidamente hierarquizada, voltada para a sua atividade-fim específica, qual seja, o próprio tráfico de drogas ilícitas. O estereótipo também inclui, como característica básica, o comportamento violento do agente e a prática frequente de outros delitos. (BOITEUX, 2009a, p. 94).

A luta contra o crime, consorciado com o comércio de drogas, exige recursos crescentes, muitas vezes em detrimento do investimento em saúde pública, que inicialmente era a razão de ser da política proibicionista. Todavia, a repressão à produção em um local levou a que esta fosse transferida para outras regiões, mantendo a oferta global estável.

Mas a violência não provém apenas dos enfrentamentos com as forças policiais, da impossibilidade de resolução legal dos conflitos ou do claro estímulo ao mercado das armas. A diferenciação, o estigma, a demonização, a hostilidade, a exclusão, derivados da própria ideia de crime, sempre geram violência, seja da parte de agentes policiais, seja da parte daqueles a quem é atribuído o papel do “criminoso”. (KARAM, 2012, p. 4).

No Brasil, segundo o *Mapa da Violência* de 2014, de Waiselfisz, a guerra às drogas mata muito mais que as drogas em si. São aproximadamente 49 mil mortes anuais por violência/homicídio, contra uma média de aproximadamente 8.138 mortes anuais decorrente do uso de drogas no Brasil, conforme relatório da Confederação Nacional dos Municípios (2013), 95% das quais causadas por substâncias lícitas (82% álcool e 13% fumo).

Segundo o Relatório de 2013 da Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes (Jife), as zonas de narcotráfico intenso costumam apresentar elevados índices de violência e

corrupção. O estudo aponta ainda que as organizações criminosas que conseguem construir um império do narcotráfico tornam-se forças políticas, com o poder e a autoridade de instituições legítimas. Nesse caso, as próprias autoridades estabelecidas para controlar e reprimir o narcotráfico acabam comprometidas por causa da corrupção. “Os países em desenvolvimento e países emergentes de conflitos são especialmente vulneráveis à corrupção relacionada com a droga” (JUNTA INTERNACIONAL DE FISCALIZAÇÃO DE ENTORPECENTES, 2013, p. 88).

Além disso, os lucros gerados pelos mercados de drogas ilícitas ultrapassam frequentemente os recursos financeiros de instituições públicas. “Um fato que não pode ser esquecido é que a intimidação e a corrupção de agentes públicos facilitam a exploração desses mercados ilegais por organizações criminosas”, afirma o estudo.

De acordo com a Jife (2013), não é fácil medir o alcance real da corrupção. Os dados oficiais dos países sobre o tema costumam ser extraídos das estatísticas nacionais relativas à delinquência e indicam com mais ênfase o êxito das iniciativas de luta contra a corrupção do que a prevalência das ações ilícitas.

O relatório aponta ainda que a corrupção deteriora a credibilidade e a eficiência do sistema de Justiça criminal e debilita o Estado de Direito. Os países nos quais o narcotráfico existe são especialmente vulneráveis.

[...] o uso de violência e intimidação sistemática, a corrupção e a extorsão de funcionários públicos, os grupos criminosos ricos e poderosos têm sido capazes de enfraquecer os sistemas policiais e judiciais (JUNTA INTERNACIONAL DE FISCALIZAÇÃO DE ENTORPECENTES, 2013 p. 102).

Dentro desse discurso proibicionista é construído um estereótipo do mundo das drogas em que a violência é aceita e, ainda, os sujeitos diretamente envolvidos com a problemática das drogas são responsáveis por

[...] um forte esquema de “naturalização” e aceitação social da violência que opera em vários níveis e mediante diversos mecanismos, mas fundamentalmente pela visão que uma determinada dose de violência, que varia de acordo com a época, o grupo social e o local, deve ser aceita e torna-se até necessária, inclusive por aquelas pessoas e instituições que teriam a obrigação e responsabilidade de proteger a sociedade da violência (WAISELFISZ, 2014, p. 185).

## A droga da vez

A principal característica do debate sobre a questão drogas, hoje, no Brasil, é que este problema ficou totalmente centrado no crack, visto que este atinge uma população em extrema vulnerabilidade social, conferindo ao crack o caráter de uma questão emergente – embora do ponto de vista da saúde pública se tenha conhecimento que o maior problema das substâncias psicoativas diz respeito ao álcool (ACSELRAD, 2005). Este fenômeno do uso do crack no Brasil trouxe desafios para o poder público e os dispositivos voltados para a questão das drogas, especialmente os serviços de saúde, segurança pública e assistência social. Esta situação se evidencia a partir da suposta epidemia do crack, tornada objeto da agenda pública do Executivo Federal a partir de 2009 (LIMA; TAVARES, 2012).

Nesse cenário, como parte de uma estratégia nacional, foi executado pelo Governo Federal o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas<sup>74</sup> que instituiu o Programa “Crack, é possível vencer”, apoiado em três eixos estruturantes: cuidado, autoridade e prevenção.

O crack é um derivado da pasta base da coca, estabilizada com a adição de uma substância alcalina (base) como, por exemplo, o bicarbonato de sódio, e é primariamente consumido como uma pedra fumada. O crack foi inicialmente identificado nas ruas dos Estados Unidos na década de 1980, com forte concentração em comunidades em situação de vulnerabilidade social. Neste período inicial, os locais de maior concentração de tráfico e consumo se sobrepunham de forma marcante com minorias étnicas e linguísticas, afetando de forma desproporcional as comunidades negra e hispânica.

No Brasil, a circulação do crack não tem registro preciso, ou seja, não se sabe quando passou a haver oferta do produto nos pontos de venda e a demanda por parte dos consumidores com relação a essa nova apresentação da cocaína. Os primeiros artigos sobre o consumo do crack no Brasil, publicados em 1996, referem-se a usuários da cidade de São Paulo (NAPPO et al., 1996) e relatam que a droga estaria disponível no estado já a partir de 1991. Ainda ressaltaram ser o crack uma droga especialmente associada a danos para os seus usuários, aí incluído o quadro de dependência que poderia se instalar em um curto período de tempo. Os autores documentaram a inserção dos usuários de crack em contextos e situações de “marginalidade” devido ao isolamento social, negligência quanto aos cuidados corporais e rompimento de vínculos familiares e afetivos (NAPPO et al., 1996).

---

<sup>74</sup> Por meio do Decreto Lei nº 7.179 de 20 de maio de 2010, alterado pelo Decreto Lei nº 7.637 de 08 de dezembro de 2011.

Os usuários de crack, apesar de esta droga ser um derivado da pasta base e ter propriedades químicas em comum com outras apresentações da cocaína, constituem um grupo distinguível e delimitável dos demais usuários dessa substância, como verificado em estudo realizado com 699 usuários de cocaína atendidos em sete serviços de saúde na cidade de São Paulo, publicado por Guindalini et al. em 2006. Estas particularidades, e os danos ampliados associados a esta modalidade de consumo em relação a consumidores de outras drogas, fazem com que esta população deva ser objeto de estudos específicos, analisados com o necessário detalhe quanto a seus comportamentos e aos danos e riscos associados ao uso, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos indivíduos que fazem uso abusivo/dependente do crack e estabelecer vínculos dessa população com os serviços de saúde e assistência social.

Além do crack, outras drogas psicoativas, derivadas da pasta da cocaína vêm sendo utilizadas em nosso país, a saber: pasta base, merla e “oxi” – ainda que até o momento não se tenha uma definição clara sobre a existência ou não do “oxi” enquanto produto específico (BASTOS et al., 2011; SILVA JUNIOR et al., 2012). Estas diferentes drogas, apesar de terem a mesma composição básica, variam com relação aos diversos produtos químicos utilizados na sua preparação, conservando, porém, um aspecto físico similar – sendo todas elas habitualmente conhecidas como “pedras”. A forma do consumo destas drogas também é semelhante, podendo ser fumadas em cachimbos, latas, copos ou outros apetrechos, ou, ainda, misturadas a outras drogas e fumadas em cigarros de tabaco ou maconha.

Segundo o estudo realizado por Bastos e Bertoni (2014, p. 151), a população que faz uso regularmente de crack apresenta duas características, que consistem, historicamente, na sociedade brasileira, em marcadores de uma desvantagem social determinada já no nascimento ou, em grande medida, nos anos que precedem ao abuso de drogas: o fato de serem não brancos (80% dos entrevistados) e a baixa escolaridade.

Recentes investigações sociológicas têm demonstrado como a oportunidade do acesso universal ao ensino ainda é insuficiente para reverter a desvantagem do conjunto dos filhos das famílias mais fragilizadas socialmente. Ao mesmo tempo em que a saída precoce da escola de tantos que nunca, de fato, estiveram em igualdade de condições para aproveitar seu efeito emancipador, conduz – em regra – para o caminho da precariedade e do risco constante de marginalização (SOUZA, 2009).

A pesquisa ainda apontou que, em certos contextos sociais, o envolvimento com o crack pode tornar-se um dos elementos desse percurso de exclusão. Por outro lado, a intensidade e extensão do consumo – são, em média, 14 pedras por dia e 8 anos de uso intenso

– parecem contribuir ainda mais para agravar a exclusão social de quem já nasceu em um contexto de desigualdades.

Esses jovens com baixa escolaridade, muitos deles com precário suporte familiar, entram na vida adulta em franca desvantagem na disputa por trabalho, renda e um lugar social, levando-os a situações de conflito com a lei que podem

[...] se iniciar por ocasião do consumo de uma droga ilegal, por vezes, se aprofunda com a entrada no micro varejo do tráfico ou mesmo na prostituição, principalmente para as mulheres. Isso expõe esses jovens às violências e violações de direitos que caracterizam uma vida marginal. (BASTOS; BERTONI, 2014, p. 151).

É importante ressaltar ainda

[...] a constatação de que 44,5% das mulheres que fazem uso regular de crack revelaram já ter sofrido violência sexual. São as excluídas dos excluídos, aquelas sob vulnerabilidade social ainda maior. (BASTOS; BERTONI, 2014, p. 151).

Conforme os dados apresentados pela pesquisa realizada pela Fiocruz (BASTOS; BERTONI, 2014), pode-se concluir que o uso prejudicial do crack no Brasil é hoje principalmente um problema social. Isso não significa minimizar ou secundarizar a importância das ações de saúde, até porque muitas ações de saúde pública têm forte cunho social, na medida em que podem contribuir para reduzir as desigualdades e oferecer ou resgatar a qualidade de vida das pessoas.

**5 PASSAGEM**

Eu presto atenção no que eles dizem  
Mas eles não dizem nada

Engenheiros do Hawaii. *Toda Forma de Poder.*



*São interessantes os caminhos e descaminhos que nossos pensamentos traçam. Às vezes, uma palavra, um cheiro, uma paisagem nos fazem ir de um ponto a outro aproximando coisas que aparentemente não têm relação. Mas, em nossos movimentos de pensamento, as ideias não precisam dessa sequência lógica. A lógica que impera em nossos pensamentos é aquela dos afetos. Afetos entendidos como aquilo que nos toca, nos marca, nos provoca.*

*As lembranças do Amazonas me afetam, e me remetem a uma viagem em mim. Embrenhar-me num novo mundo, com estéticas, éticas e costumes tão diversos, colocaram-me diante dessa imensidão como uma estrangeira nativa.*

*Revisitar os centros urbanos, cidades ou apenas pequenas comunidades, e me deparar com os igarapés repletos de lixo e de jacarés. Caminhar pelas vielas e perceber pilhas e pilhas de garrafas de 51<sup>75</sup> depositadas quase como numa escultura. Imagino: “parece estar havendo uma disputa entre os frequentadores assíduos dos bares com relação a suas potências e o álcool.” Me assombro.*

*Nesses bares também são comuns mesas de jogos, como dominó, sinuca e jogos de azar, porém, neles, os prêmios costumam ser a virgindade ou algumas horas de sexo com meninas indígenas ainda muito jovens. Tudo é de conhecimento de todos. Parece que são apenas uns poucos a se incomodar.*

*Diante dessa inquietação, alguns moradores antigos destilam sua sabedoria: “O tempo no Amazonas tem o tempo do rio, varia conforme a cheia e a vazante, porém, nunca para de correr”.*

*Ou ainda, de forma tosca e simples, deixam claro que com a mente do Sul não é fácil chegar ao coração do Norte.*

---

<sup>75</sup> “Garrafa de 51” é a forma comum da população se referir à aguardente de cana de açúcar mais popular na região.

## Um caminho longo para dizer duas ou três coisas

A política ocupa-se do que se vê e do que se pode dizer sobre o que é visto, de quem tem competência para ver e qualidade para dizer, das propriedades do espaço e dos possíveis do tempo.

Jacques Rancière. *A partilha do sensível*.

Percorremos um longo caminho a propósito do modo como as drogas foram sendo utilizadas, em diversos momentos, pelas pessoas. Este percurso teve a intenção de conectar o leitor com a maneira pela qual as práticas discursivas se articulam e produzem sentido conforme as verdades da época. Entretanto,

[...] não se propõe que se viva em um mundo sem “verdades”, apenas acredita-se que elas são versões, sempre específicas, negociadas, construídas, adequadas às finalidades designadas coletivamente como relevantes. (MÉLLO et al. 2007, p. 28).

Uma vez compreendido que a "realidade" é construída a partir de nossas práticas cotidianas, pode-se afirmar que a linguagem é um instrumento imprescindível para construí-la. Em outras palavras, a linguagem constrói versões de mundo e, conseqüentemente, produz "realidades". A linguagem é condição de possibilidade para a configuração da "realidade" na medida em que é uma prática e, como toda prática, provoca efeitos: faz parte das construções, manutenções e mudanças que perpassam as relações sociais. E, ao mesmo tempo, desenvolve-se continuamente nessa tentativa de articular práticas; tendo as práticas discursivas no cotidiano como uma das vertentes importantes de pesquisa (SPINK, M., 1999).

A linguagem como uma prática, como exercício, tanto aniquila quanto liberta. Para Foucault (2004b), a liberdade é da ordem dos ensaios, das experiências, dos inventos tentados pelos próprios sujeitos que, tomando a si mesmos como prova, criarão seus próprios destinos. Assim, as experiências práticas de liberdade estão sempre sujeitas a revezes, e nunca são tomadas como algo definitivo, como numa vitória final. Tampouco como concessões do alto (Deus ou o Estado), nem como o “fim de toda dominação”, mas como vivência que se exercita cotidianamente.

Comumente, a “questão das drogas” é colocada para e por parte da população em formulações do tipo: “Toda droga leva à morte”, “a droga é a principal causa da violência nas grandes cidades”, “toda pessoa que experimentar uma droga (em geral, ilícita) irá tornar-se um viciado”, e assim por diante. Pode-se dizer que isso corresponde “ao que todo mundo

sabe”, performando o senso comum...

Paulo Freire nos alerta que a leitura do mundo precede à leitura da palavra, esta deveria ser desenvolvida dentro de um processo de conscientização<sup>76</sup>, numa intervenção que conduzisse a uma superação da consciência ingênua em favor de uma consciência crítica. De acordo com Freire (1979, p. 26), “na aproximação *espontânea* que o homem faz do mundo, a posição normal fundamental não é uma posição crítica, mas uma posição ingênua”. A conscientização implica um afastamento da apreensão espontânea da realidade e uma postura crítica em que o indivíduo assume uma atitude de construção do conhecimento.

Na verdade, a curiosidade ingênua que, “desarmada”, está associada ao saber de senso comum, é a mesma curiosidade que, criticizando-se, aproximando-se de forma cada vez mais metodologicamente rigorosa do objeto cognoscível, se torna curiosidade epistemológica. Muda de qualidade, mas não muda de essência. (FREIRE, 1996, p. 31).

Ainda sobre senso comum, Moscovici (2003) dirá que ele é formado por imagens e símbolos; seu limite de realidade é baseado no consenso; é dominado pelo "porque" (em vez do "como"); e as respostas às perguntas que se colocam emergem sob uma pluralidade de tipos e critérios de julgamento. O senso comum estaria, por sua vez, inscrito na realidade cotidiana do mundo vivido e ancorado no modelo da intersubjetividade e da integração social, diferentemente do saber científico, inscrito no mundo sistemático, menos flexível, e sujeito a outras lógicas de funcionamento.

[...] quando se estuda o senso comum, o conhecimento popular, nós estamos estudando algo que liga sociedade, ou indivíduos, à sua cultura, sua linguagem, seu mundo familiar. (MOSCOVICI, 2003, p. 322).

Para Boaventura de Sousa Santos (1989), justamente pelo fato de ser indisciplinar e não resultar de uma prática orientada para a produção, o *senso comum* é capaz de reproduzir-se espontânea e pragmaticamente sem descolar-se das trajetórias de vida dos grupos sociais.

O senso comum faz coincidir causa e intenção; subjaz-lhe uma visão do mundo assente na ação e no princípio da criatividade e das responsabilidades individuais. O senso comum é prático e pragmático; reproduz-se colado às trajetórias e às experiências de vida de um dado grupo social e nessa correspondência se afirma de confiança e dá segurança.  
[...]

---

<sup>76</sup> De acordo com Paulo Freire, o termo *conscientização* foi criado por uma equipe de professores do Instituto Superior de Estudos Brasileiros por volta de 1964. Entre os professores, figuravam os nomes de Vieira Pinto e Guerreiro (FREIRE, 1979, p. 25).

O senso comum é superficial porque desdenha das estruturas que estão para além da consciência, mas, por isso mesmo, é exímio em captar a profundidade horizontal das relações conscientes entre pessoas e entre pessoas e coisas. O senso comum é indisciplinar e imetódico; não resulta de uma prática especificamente orientada para o produzir; reproduz-se espontaneamente no suceder quotidiano da vida. Por último, o senso comum é retórico e metafórico; não ensina, persuade. (SANTOS, B., 1989, p. 40).

Uma das consequências mais importantes do trabalho de Denise Jodelet diz respeito a reforçar a enorme importância em atentar ao pensamento do senso comum. Ela ainda nos chama a atenção para o fato de que a maior parcela da humanidade vive de acordo com noções oriundas das experiências do cotidiano, das conversas entretidas em seus grupos de pertença, do saber que escorre pelos meios de comunicação, sem que estes conhecimentos sejam levados a uma reflexão crítica sobre o que se constrói no cotidiano.

[...] os modos que os sujeitos possuem de ver, pensar, conhecer, sentir e interpretar seu modo de vida e seu estar no mundo têm um papel indiscutível na orientação e na reorientação das práticas. (JODELET, 2009, p. 699).

Entendendo que o discurso tem muitas formas – históricas, culturais e intersubjetivas – percebemos que as práticas discursivas que nos permitem acessar a produção de sentido situam-se nas relações interpessoais (SPINK, M.; GIMENES, 1994, p. 155). Contudo, a compreensão das diferentes narrativas necessita de uma certa aproximação com a diversidade própria do imaginário social sobre os objetos que são foco dos processos de significação, como acontece em relação às drogas na contemporaneidade.

Em pesquisa realizada na internet, em *site* de busca, com a palavra “droga” surgem aproximadamente 107.000.000 resultados. Dentre eles, é possível encontrar diversas formas pelas quais a “questão das drogas” é discutida no senso comum. No *site* Droga Mata, o *slogan* de abertura já traz a droga como objeto responsável pela morte das pessoas<sup>77</sup>.

Figura 5 – Cabeçalho do site



Fonte: Droga Mata

Assim como podemos encontrar uma série de matérias, em revistas de circulação nacional, que tratam o tema da droga. A exemplo daquela presente na coluna de Ricardo Setti,

<sup>77</sup> Disponível em: <<http://www.drogamata.com.br/>>. Acesso em: 01 jan. 2014.

veiculada pela *Veja online* no dia 4 de janeiro de 2013, cujo tema é a droga e suas consequências<sup>78</sup>. Trata-se de matéria publicada originalmente em 2011, na qual são mostradas fotos de pessoas antes e depois do uso de drogas e como a decadência física se apresenta. Nessa matéria, em especial, o discurso sobre as drogas fica marcado, sobretudo, no efeito destrutivo que as substâncias psicoativas podem produzir nas pessoas que delas fazem uso.

**Figura 6 – Da droga para lama**

04/01/2013 às 17:00 \ Tema Livre

**Da droga para a lama: imagens chocantes mostram a destruição física de viciados**

*Publicado originalmente em 25 de julho de 2011.*



Depois de algum tempo, os cabelos já não são os mesmos. O rosto perde a cor. As bochechas somem. Os dentes caem. A pele ganha manchas, olheiras, rugas, machucados. Os olhos perdem completamente o brilho.

Esses são os efeitos físicos mais visíveis causados pela uso de uma drogas muito pesada, que vicia rapidamente e de cuja dependência é muito difícil curar-se: a metanfetamina – como você pode ver nas chocantes imagens abaixo.

As fotos à esquerda mostram viciados em drogas ao serem presos pela primeira vez.

As da direita revelam as mesmas pessoas algum tempo depois, durante a segunda, terceira ou quarta passagem pela cadeia. As imagens foram organizadas pelo gabinete do xerife do Condado de Multnomah, no Estado de Oregon, nos Estados Unidos, com o objetivo de alertar a população para os efeitos reais das drogas.

E são apenas os efeitos físicos. Imaginem os efeitos psicológicos. Assustador, não?!



Fotos com diferença de 7 anos



Diferença de 3 anos



Diferença de 3 anos



Faces of Meth 1 Year Later  
Diferença de 1 ano



Diferença de 4 anos



2005 "Faces of Meth" 3 months later  
Diferença de 3 meses

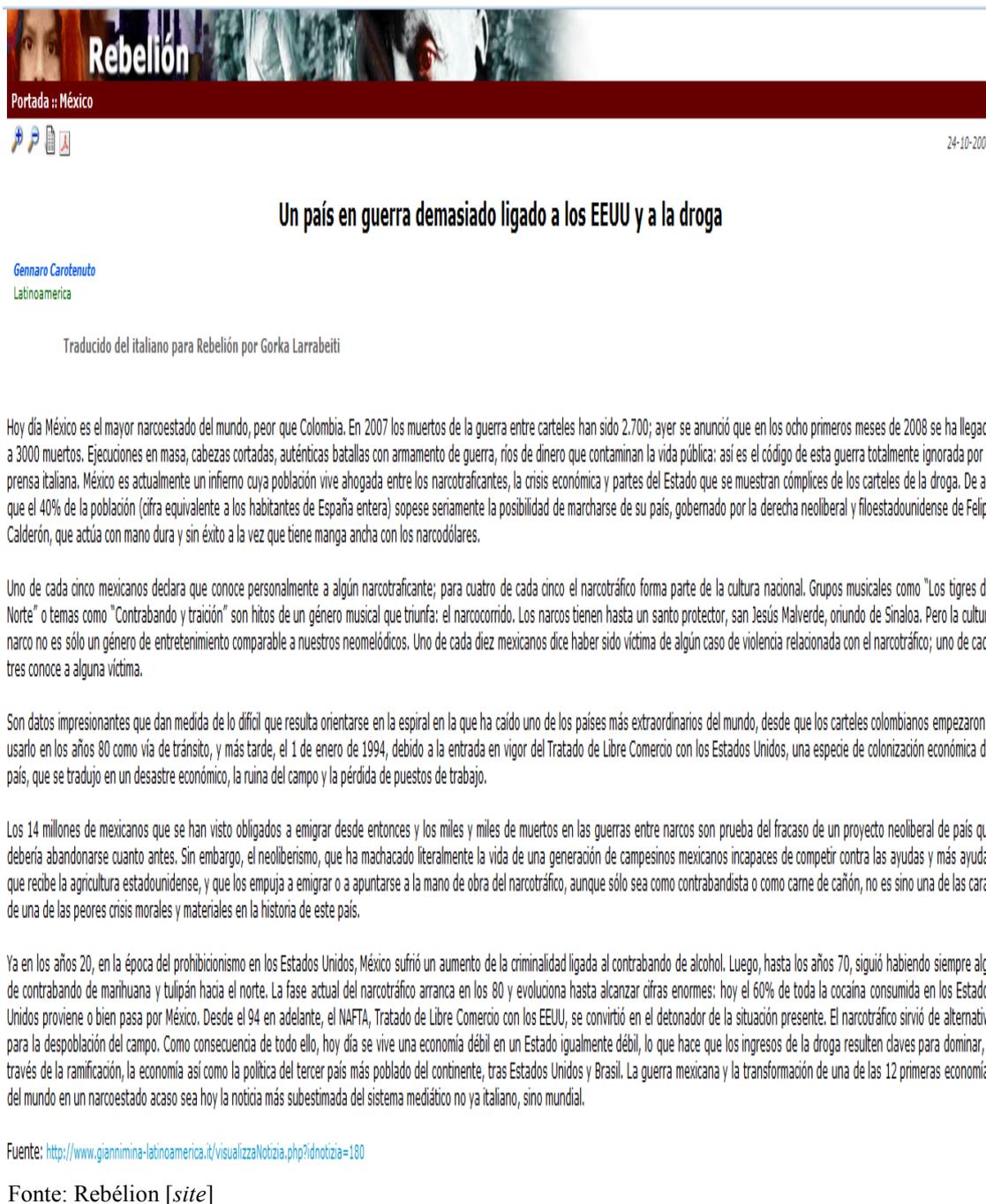
Fonte: *Veja online* - consultada em 04/01/2013

O assunto das drogas encontra-se presente em diversas partes do mundo. Podemos encontrar matérias em revistas, notícias em sites institucionais, blogs e outras ferramentas de troca e divulgação de opiniões, nas quais o tema primordial está relacionado às drogas e à

<sup>78</sup> Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/ricardo-setti/tema-livre/da-droga-para-a-lama-imagens-chocantes-mostram-o-custo-de-ser-um-viciado/>>. Acesso em: 30 nov. 2014.

ameaça que representam para a sociedade, impedindo de pensar sobre os efeitos da guerra às drogas, do proibicionismo, e de sua articulação com ideias políticas e econômicas capitalistas, que defendem a não participação do Estado na economia (ver matéria abaixo<sup>79</sup>).

**Figura 7 – O México como narcoestado na mão da máfia.**



**Rebelión**  
Portada :: México

24-10-2008

## Un país en guerra demasiado ligado a los EEUU y a la droga

Gennaro Carotenuto  
Latinoamerica

Traducido del italiano para Rebelión por Gorka Larrabeiti

Hoy día México es el mayor narcoestado del mundo, peor que Colombia. En 2007 los muertos de la guerra entre carteles han sido 2.700; ayer se anunció que en los ocho primeros meses de 2008 se ha llegado a 3000 muertos. Ejecuciones en masa, cabezas cortadas, auténticas batallas con armamento de guerra, ríos de dinero que contaminan la vida pública: así es el código de esta guerra totalmente ignorada por la prensa italiana. México es actualmente un infierno cuya población vive ahogada entre los narcotraficantes, la crisis económica y partes del Estado que se muestran cómplices de los carteles de la droga. De ahí que el 40% de la población (cifra equivalente a los habitantes de España entera) sopesa seriamente la posibilidad de marcharse de su país, gobernado por la derecha neoliberal y floestadounidense de Felipe Calderón, que actúa con mano dura y sin éxito a la vez que tiene manga ancha con los narcodólares.

Uno de cada cinco mexicanos declara que conoce personalmente a algún narcotraficante; para cuatro de cada cinco el narcotráfico forma parte de la cultura nacional. Grupos musicales como "Los tigres del Norte" o temas como "Contrabando y traición" son hitos de un género musical que triunfa: el narcocorrido. Los narcos tienen hasta un santo protector, san Jesús Malverde, oriundo de Sinaloa. Pero la cultura narco no es sólo un género de entretenimiento comparable a nuestros neomelódicos. Uno de cada diez mexicanos dice haber sido víctima de algún caso de violencia relacionada con el narcotráfico; uno de cada tres conoce a alguna víctima.

Son datos impresionantes que dan medida de lo difícil que resulta orientarse en la espiral en la que ha caído uno de los países más extraordinarios del mundo, desde que los carteles colombianos empezaron a usarlo en los años 80 como vía de tránsito, y más tarde, el 1 de enero de 1994, debido a la entrada en vigor del Tratado de Libre Comercio con los Estados Unidos, una especie de colonización económica del país, que se tradujo en un desastre económico, la ruina del campo y la pérdida de puestos de trabajo.

Los 14 millones de mexicanos que se han visto obligados a emigrar desde entonces y los miles y miles de muertos en las guerras entre narcos son prueba del fracaso de un proyecto neoliberal de país que debería abandonarse cuanto antes. Sin embargo, el neoliberalismo, que ha machacado literalmente la vida de una generación de campesinos mexicanos incapaces de competir contra las ayudas y más ayudas que recibe la agricultura estadounidense, y que los empuja a emigrar o a apuntarse a la mano de obra del narcotráfico, aunque sólo sea como contrabandista o como carne de cañón, no es sino una de las caras de una de las peores crisis morales y materiales en la historia de este país.

Ya en los años 20, en la época del prohibicionismo en los Estados Unidos, México sufrió un aumento de la criminalidad ligada al contrabando de alcohol. Luego, hasta los años 70, siguió habiendo siempre algo de contrabando de marihuana y tulipán hacia el norte. La fase actual del narcotráfico arranca en los 80 y evoluciona hasta alcanzar cifras enormes: hoy el 60% de toda la cocaína consumida en los Estados Unidos proviene o bien pasa por México. Desde el 94 en adelante, el NAFTA, Tratado de Libre Comercio con los EEUU, se convirtió en el detonador de la situación presente. El narcotráfico sirvió de alternativa para la despoblación del campo. Como consecuencia de todo ello, hoy día se vive una economía débil en un Estado igualmente débil, lo que hace que los ingresos de la droga resulten claves para dominar, a través de la ramificación, la economía así como la política del tercer país más poblado del continente, tras Estados Unidos y Brasil. La guerra mexicana y la transformación de una de las 12 primeras economías del mundo en un narcoestado acaso sea hoy la noticia más subestimada del sistema mediático no ya italiano, sino mundial.

Fuente: <http://www.giannimina-latinoamerica.it/visualizzaNotizia.php?idnotizia=180>

Fonte: Rebelión [site]

Solís González (2013) nos ajuda a compreender o surgimento dos narcoestados. Segundo o autor, assim como o México, também Colômbia, Bolívia e Peru são considerados

<sup>79</sup> Disponível em: <<http://www3.rebelion.org/noticia.php?id=74851>>. Acesso em: 30 nov. 2014.

como potentes narcoestados, um neologismo que se aplica a países cujas instituições políticas são significativamente influenciadas pelo tráfico de drogas. Trata-se de uma nova forma de Estado capitalista periférico cuja manifestação externa é de um regime político neoliberal tecnocrático com forte presença de representantes do crime organizado nas esferas de governo e na economia. Durante várias décadas, estes países vêm convivendo com atividades do crime organizado ligado ao tráfico de drogas e ao tráfico de pessoas, tráfico de armas, sequestro e extorsão, os quais têm experimentado crescimento exponencial, o que levou a uma presença significativa na vida econômica, política, social e até cultural na região. Este fenômeno é parte da crise atual do capitalismo global. Esta situação tem levado os países a altos níveis de violência e insegurança pública, assim como a militarização do aparato do Estado, comprometido com a guerra contra o narcotráfico.

As análises críticas e reflexivas dificilmente são encontradas na mídia. Os saberes veiculados pela mídia, como os referidos acima, nos ajudam a organizar os conhecimentos oriundos das experiências do cotidiano sem que sejam, entretanto, objeto de uma reflexão crítica quanto ao que, cotidianamente, é construído com eles.

Nesse sentido, é sobre *o que todo mundo sabe*, sobre o senso comum que se produz um discurso de demonização das drogas, centrado predominantemente nas drogas ilícitas. Não se trata, entretanto, de desprezar o senso comum e o conhecimento por ele produzido, uma vez que ele nos é útil para a sobrevivência e que sem ele muitas atividades cotidianas não se resolveriam. Todavia, ele é também reducionista, não produz crítica, não produz pensamento.

De acordo com Boaventura (1989, p. 37), o senso comum é

[...] o menor denominador comum daquilo em que um grupo ou um povo coletivamente acredita tendo, por isso, uma vocação solidarista e transclassista. O senso comum é o modo como os grupos ou classes subordinados vivem a sua subordinação, mas essa vivência [...] longe de ser meramente acomodatória, contém sentidos de resistência que, dadas as condições, podem desenvolver-se e transformar-se em armas de luta.

Mas que importância há no que “todo mundo sabe”? Ele é justamente a expressão da regra universalmente partilhada, que vale para todos em qualquer tempo e lugar. Por essa razão, ele possibilita o reconhecimento de padrões e nos tranquiliza, nada exigindo além do reconhecimento de algo recursivamente dado. E é precisamente aí que o senso comum se encontra com a opinião, uma vez que esta última “se molda estreitamente sobre a forma da reconhecimento” (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 190), seja de uma qualidade, de um grupo, ou de um rival que já corresponde a uma maioria. Para Deleuze e Guattari,

Mais do que o senso comum, faculdade que centralizaria as informações, é preciso definir uma faculdade abominável que consiste em emitir, receber e transmitir as palavras de ordem. A linguagem não é mesmo feita para que se acredite nela, mas para obedecer e fazer obedecer. (DELEUZE; GUATARRI, 1997 p. 12).

É através da linguagem que o senso comum se dissemina e que a opinião reproduz uma posição ingênua na leitura do mundo sem que haja certo afastamento da apreensão espontânea da realidade para possibilitar a construção do conhecimento a partir de uma posição crítica (FREIRE, 1979). Na ausência da criticidade, muitas vezes o que se produz são clichês que sustentam o senso comum. Portanto, é importante estar atento a quem serve e ao que serve “aquilo que todo mundo sabe”. No caso das drogas, a opinião elege uma qualidade qualquer e a transforma numa generalidade, num clichê, que se repete incessantemente.

É possível encontrar marcadores, principalmente a partir do início do século XX, que se repetem sistematicamente, e um deles está relacionado aos estigmas das drogas. O estudo sobre o estigma social tem como referência teórica fundamental a obra clássica de Goffman, que o descreve como um sinal ou uma marca que designa o portador como “deteriorado” e, portanto, menos valorizado do que as pessoas “normais”. Assim, entendemos estigmas como “[...] um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo. Mesmo que esses estigmas não sejam explícitos.” (GOFFMAN, 1975, p. 7).

A partir da Lei Seca nos Estados Unidos (1920 a 1933), as políticas proibicionistas se associam ao estigma criado sobre as substâncias psicoativas ilícitas, aderindo valores ao termo droga, segundo qualidades delas extraídas, ao ponto de conformar o termo como um atributo depreciativo e estereotipado, que incide perversamente sobre o usuário.

Da estigmatização para a criminalização, o ritmo foi ditado pela capacidade das práticas sociais e de governos em relacionar “grupos” e “venenos perigosos”.

Etimologicamente, o termo estigma provém do latim *stigma*, derivado do grego *stigma*, que significa cicatriz, marca, e o termo estereótipo é formado por duas palavras gregas, *stereos*, que significa rígido, e *tupos*, que significa traço.

Para os gregos, o termo designava sinais no corpo feitos com cortes ou fogo que denunciavam que o portador era um escravo, um criminoso ou um traidor. O estigma procurava anunciar que o indivíduo possuía algo de mau, e que era prudente afastar-se daquela pessoa (GOFFMAN, 1975). O estigma encarna, portanto, a diferença como algo que devemos temer. Estigmas variam da cor da pele de uma pessoa a suas crenças religiosas, nacionalidade, orientação sexual etc. No caso do usuário de drogas ilícitas, essa regra aplica-se com força total.

Desse modo, o termo *droga* é associado a um *status* tão negativo – o estigma é um *status* negativo – que seus efeitos mais notórios são propiciados menos por propriedades químicas que por cargas culturais de valores, como podemos perceber em Goffman (1975, p. 65):

[...] há estigmas importantes, como o das prostitutas, homossexuais, mendigos e viciados em drogas, que exigem que o indivíduo seja cuidadosamente reservado em relação a seu defeito como uma classe de pessoas [...].

Os processos de construção do estigma estão associados às formas como alguns atributos dos sujeitos passam ser considerados socialmente desqualificados ou indesejáveis. A desqualificação é, em geral, fabricada a partir dos deslizamentos que se dão em relação aos modelos preestabelecidos, como “desvios” das normas que visam manter em operação padrões sociais e culturais hegemônicos e conter a diferença. Frequentemente, os sujeitos que fazem uso de drogas passam a integrar o mundo sociocultural a partir de estereótipos.

Segundo Braga (2012), o estereótipo é uma simplificação porque é uma forma fixa de representação que nega a diferença. É uma espécie de construção antecipada, uma montagem acrítica em que a diferença autoriza a discriminação. O estereótipo, como estratégia discursiva, opera primordialmente no sentido de fixar a diferença e impedir a agência do outro e, para tanto, requer a repetição contínua das mesmas histórias sobre esse outro monstruoso e ameaçador cuja “diferença negativa” será sempre conhecida de antemão.

Atributo e estereótipo surgem como uma capacidade de síntese, condensação e agregação de vários elementos em uma imagem. Uma matriz que se replica, um clichê. Os estereótipos podem ser definidos, segundo Krüger (2004, p. 36-37),

[...] como crença coletivamente compartilhada acerca de algum atributo, característica ou traço psicológico, moral ou físico atribuído extensivamente a um agrupamento humano, formado mediante a aplicação de um ou mais critérios [...].

Ele é a delimitação de fronteiras, o ato de atribuir a certos grupos determinadas características. Em seu texto “O Espetáculo do ‘outro’”, Stuart Hall (1997, p. 41) define:

Estereótipo, em outras palavras, é parte da manutenção da ordem social e simbólica. Ele cria uma fronteira simbólica entre o “normal” e o “desviante”, o “normal” e o “patológico”, o “aceitável” e o “inaceitável”, o que “pertence” e o que não pertence ou é do “outro”, entre “os de dentro” e “os de fora”, “Nós” e “Eles”.

De posse dessas definições, pode-se arriscar a indicar a linha que demarca o limite entre estigma e estereótipo. Os estigmas são provavelmente os rótulos de qualificação atribuídos a um indivíduo/grupo, que geralmente são depreciativos. Tais rótulos estimulam a

instituição de crenças a respeito do indivíduo/grupo, sendo estas projetadas, ampliadas e compartilhadas no/pelo coletivo social mediante a formação dos estereótipos. Desse modo, até a contemporaneidade, os usuários de álcool e outras drogas carregam um estigma que faz com que sejam vistos como perigosos, violentos e únicos responsáveis pela sua condição por grande parte da sociedade. Diversas razões podem justificar a estigmatização do uso de drogas por parte da sociedade, incluindo o fato de que, muitas vezes, o consumo de drogas é visto como falha de caráter, fazendo com que seja atribuída ao usuário a responsabilidade pelo aparecimento e pela solução daquilo que se considera problema (RONZANI; NOTO; SILVEIRA, 2014, p. 8).

Sobre a dificuldade do debate sobre aquilo que se convencionou chamar de “a questão das drogas”, é preciso ressaltar que condenar os discursos maniqueístas sobre as drogas e sua contribuição para a estigmatização do usuário não significa afirmar que tais substâncias sejam desprovidas de risco. Entretanto, as representações fantasiosas, reducionistas ou mesmo intencionais de um fenômeno complexo não contribuem para esclarecer pontos fundamentais. Tomo emprestadas as palavras de Gilberto Velho, que ainda se mostram muito atuais:

Os debates sobre as drogas estão hoje permeados por um clima altamente emocional, às vezes mesmo truculento. Essa é uma razão fundamental para que tentemos discutir e examinar a questão do uso das drogas através de perspectivas variadas e procurando, através do diálogo civilizado, chegar a algum tipo de esclarecimento mais racional sobre a questão, que é extremamente complexa, que envolve diversas variáveis e que normalmente – nas discussões que se travam, sobretudo na imprensa - tendem a desaparecer e produzir debates maniqueístas, polarizações que em nada ajudam a uma compreensão mais complexa desse conjunto de fenômenos (VELHO, 1997, p. 61).

De outra parte, a “questão das drogas” também é marcada na pedagogia. Popkewitz (2000) sugeriu que a inscrição pedagógica da cidadania pode ser compreendida contemporaneamente atuando como uma espécie de *alquimia*:

[...] a pedagogia escolar extrai continuamente sua existência ao mesmo tempo de dois espaços sociais. Um é o espaço disciplinar em que as produções da ordem interna do saber são criadas, sustentadas e transformadas. [...] O segundo espaço é o contexto cultural e político em que funciona a disciplina. Hoje, a produção do saber disciplinar ocorre em relação com constelações sociais e culturais particulares, tais como as agências estatais concernidas com questões de bem-estar sobre os efeitos da pobreza, as organizações filantrópicas que têm como "alvo" certas questões sociais e grupos na sociedade, as empresas comerciais interessadas em um certo consumismo etc. (POPKEWITZ, 2000, p. 23).

A *alquimia* consiste em transferir a produção dos espaços sociais específicos da investigação disciplinar para o interior de práticas pedagógicas inseparáveis de contextos

socioculturais mais amplos. Nesse movimento, as práticas pedagógicas traduzem saberes disciplinares em conteúdos psicológicos indissociáveis de contextos políticos, de modo que a pedagogia passa a ter uma dimensão estratégica nos investimentos educacionais.

Assim a “questão das drogas” adentra o cotidiano escolar seja pelas práticas discursivas, seja pela grade curricular e se transverte, reengendrando-se. A escola apresenta-se então como dispositivo estratégico do proibicionismo, fazendo coincidir os programas de combate ao uso de drogas com clichês dos quais o senso comum se vale, disseminando-se por entre as tramas do cotidiano escolar.

Todavia, para conseguirmos nos aproximar das vivências no cotidiano escolar, é fundamental entender as tessituras do conhecimento que ocorrem nesse *espaçotempo*. Pois, segundo Nilda Alves (1999), os sujeitos do cotidiano da escola tecem redes de práticas e de conhecimentos, trançadas nos múltiplos contextos nos quais vivem. Nesta vivência diária, na necessidade de transmitir ao outro o que vão reunindo enquanto conhecimentos e ações, esses sujeitos se expressam em histórias, contadas e recontadas muitas vezes.

Os estudos dos cotidianos escolares nos impulsionam, desse modo, a refletir sobre os modos mais plurais de produção do conhecimento, em múltiplas fontes que constituem nossos modos de ser e de agir, impossíveis de serem quantificados, classificados e imediatamente verificáveis.

Existe, portanto, fora daquilo que à ciência é permitido organizar e definir em função das estruturas e permanências, uma vida cotidiana, com operações, atos e usos práticos de objetos, regras e linguagens historicamente constituídos e reconstituídos de acordo com ou em função de situações, de conjunturas plurais e móveis (OLIVEIRA, 2005, p. 48).

Assim, estudar os cotidianos é pensar além de um paradigma totalizante, é mergulhar em múltiplas possibilidades e supor mais do que aquilo que é informado pela modernidade no singular. Pensar o cotidiano é “supor o plural como originário” (CERTEAU, 1994, p. 223). Trata-se de questionar os caminhos que já conhecemos, perceber seus limites e sublinhar a possibilidade de novas rotas.

Ao estarmos em contato constante, em conversação e “em rede” com o outro, com o diferente, com o próximo ou com o distante, estamos diante da possibilidade de acessarmos conhecimentos, sensações, experiências que ampliam ou produzem conhecimentos sobre temas complexos. Estas aproximações são o que Nilda Alves (2000a, p. 46) define como “produção de conhecimento em rede no/do/com o cotidiano”.

Nesse sentido, o cotidiano escolar é entendido como um *espaçotempo* de produções e enredamentos de saberes, imaginações, táticas, criações, memórias, projetos, artimanhas,

representações e significados. Um espaço/tempo de ações diversas, no qual podemos estabelecer redes de relações com os que lá estão (FERRAÇO, 2001).

Paulo Freire, em *Educação como prática da liberdade* (1999), traz reflexões que nos remetem ao cotidiano escolar ao afirmar que:

[...] a educação como prática da liberdade, ao contrário daquela que é a prática da dominação, implica a negação do homem abstrato, isolado, solto, desligado do mundo, assim também a negação do mundo como uma realidade ausente dos homens (FREIRE, 1999, p. 81).

Ao compreender a educação numa perspectiva que objetiva ampliar e efetivar o sentido de cidadania, sendo, portanto, uma prática política, o cotidiano escolar torna-se espaço privilegiado para a produção de conhecimento em rede, para a transformação possível da realidade – o que Reigota e Prado (2008, p. 24) designam como “[...] nossa utopia e nossa perspectiva política de intervenção com fundamentação e pertinência [...]”.

Para ter acesso a essa dimensão e ao que nela é potência de liberdade, nos deteremos mais profundamente nas narrativas, seja no modo mesmo como se expressam os sujeitos sobre seu cotidiano, sempre que desejam transmitir o conhecimento, seja como um dos métodos mais importantes para organizar o *espaço/tempo* do cotidiano. Conforme indica Certeau (1994, p. 152-153),

[...] para explicitar a relação da teoria com os procedimentos dos quais é feito e com aqueles que aborda, oferece-se uma ‘possibilidade’: um discurso em histórias. A narrativização das práticas seria uma ‘maneira de fazer’ textual, com seus procedimentos e táticas próprios. A partir de Marx e Freud (para não remontar mais acima), não faltam exemplos autorizados. Foucault declara, aliás, que está escrevendo apenas histórias ou ‘relatos’. Por seu lado, Bourdieu toma relatos como a vanguarda e a referência de seu sistema.

[...]

Não seria necessário reconhecer a legitimidade ‘científica’ supondo que em vez de ser um resto ineliminável ou ainda a eliminar do discurso, a narratividade tem ali uma função necessária, e supondo que ‘uma teoria do relato é indissociável de uma teoria das práticas’, como a sua condição ao mesmo tempo em que sua produção? [...] Isto seria, sobretudo restituir importância ‘científica’ ao gesto tradicional (é também uma gesta) que sempre ‘narra’ as práticas. Neste caso, o conto popular fornece ao discurso científico um modelo, e não somente objetos textuais a tratar. Não tem mais o estatuto de um documento que não sabe o que diz citado à frente de e pela análise que o sabe. Pelo contrário, é um ‘saber-dizer’ exatamente ajustado a seu objeto e, a este título, não mais o outro do saber, mas uma variante do discurso que sabe e uma autoridade em matéria de teoria (CERTEAU, 1994, p. 152-153).

Neste sentido, é preciso ter clareza que, ao contar uma história, faço e sou uma narradora praticante dos relatos que chegam até mim, neles inserindo o fio do meu modo de contar. Exerço, assim, a arte de contar histórias, tão importante para quem vive o cotidiano do *aprenderensinar*. Acrescento ao grande prazer de contar histórias, o prazeroso ato da

pertinência do que é científico. E com isso, a partir das narrativas, busco compreender melhor, em rede com outros, como são tecidos no cotidiano escolar os conhecimentos sobre drogas na escola.

Por meio das narrativas, nos é permitido adentrar num espaço identitário e subjetivo sobre enredos diversos da vida daquele que narra, apreendendo representações sobre sua vida intelectual com seus pares, os outros e com o mundo, dando significados diversos à sua forma de ser e estar no/com o mundo.

Esse formato de narrativa, chamado por Reigota e Prado (2008) de bio:grafia, a partir da perspectiva que assume diante de temáticas emergentes na contemporaneidade, diverge da ideia de biografias e autobiografias. Como afirmam os autores,

Eles são registros solicitados e escritos em contextos específicos que definimos como BIO:GRAFIAS. Não são biografias no sentido mais amplo, ou seja, escritas por uma pessoa sobre outra que revelam interpretações, testemunhos e fatos pessoais de interesse histórico e/ou cultural, nem são autobiografias que trazem confissões e detalhes da vida dos autores (REIGOTA; PRADO, 2008, p. 128).

Nesta perspectiva ética e teórica, o que está em pauta, segundo os autores,

[...] é enfatizar o potencial pedagógico das trajetórias e narrativas e o seu potencial político para dar visibilidade às práxis cotidianas e enfatizar que estas práxis devem ser consideradas tanto na elaboração e execução de políticas públicas quanto em processos de formação profissional (REIGOTA; PRADO, 2008, p. 123).

O uso das bio:grafias se explica, pois

[...] seu conteúdo pautado nas trajetórias pessoais relacionadas prioritariamente com a temática ambiental, os seus aspectos culturais, políticos, sociais, econômicos e ecológicos, e por serem resultantes de processos pedagógicos [...] elas expressam representações sociais [...] e conhecimentos obtidos da observação e vivências cotidianas. Dessa forma, favorecem a visibilidade de “zonas desconhecidas” e são um convite para adentrarmos à intimidade e privacidade com cumplicidade e abertura ao diálogo entre autor/a e leitor/a. Para isso, as bio:grafias precisam refletir a veracidade dos fatos e sentimentos narrados. Por último, as bio:grafias permitem a presença de “múltiplas vozes” no espaço público sobre temáticas, conhecimentos, vivências e aspectos do cotidiano de locais específicos através dos relatos de seus cidadãos e cidadãs e de profissionais como os/as extensionistas, professores e professoras (REIGOTA; PRADO, 2008, p. 129).

Foucault nos alerta para o fato de que a concepção de ética encontra-se ligada à constituição de um sujeito capaz de se apropriar dos destinos de sua vida<sup>80</sup>. O autor propõe que não deixemos de pensar a ética como a forma privilegiada de reflexão sobre os modos de viver, ao mesmo tempo em que tomamos a vida como a expressão de uma obra de arte singular, como forma possível de resistência às formas de dominação.

<sup>80</sup> Cf. FOUCAULT, 2004, p. 260-277.

Portanto, pensar a ética é pensar a um só tempo a liberdade (como um exercício prático, dinâmico e processual de reflexão em face da alteridade) e a estética (como um exercício de sensibilidade em relação ao outro). Neste sentido, precisamos ficar atentos não só às práticas discursivas marcadas no cotidiano escolar sobre as drogas, mas também ao modo como se encontram entrelaçadas com o que repetimos sem nos darmos conta do motivo pelo qual o fazemos, e às pequenas brechas que se abrem para os investimentos em mais liberdade, ainda que tateantes e precárias.

Por isso, é importante lembrar que:

Ninguém luta contra forças que não entende, cuja importância não meça, cujas formas e contornos não discirna; [...] Isto é verdade se refere às forças da natureza [...] isto também é assim nas forças sociais [...]. A realidade não pode ser modificada senão quando o homem descobre que é modificável e que ele o pode fazer (FREIRE, 1977, p. 48).

As narrativas ficcionais presentes nesta tese são as vozes dos diversos anônimos que constituem os cotidianos escolares. Busco, nelas, trazer as contribuições política e pedagógica dos que vêm das margens. São professores e professoras, alunos e alunas que contribuem politicamente com suas existências e processos (trans)formativos. Elas e eles recriam os conhecimentos, se colocam neles, criam e modificam os sentidos do estudar, do compreender e mudar as práticas pedagógicas e políticas, e podem (trans)formar os cotidianos escolares em que se encontram. Apesar de serem produzidas com recortes de histórias vividas em minha prática docente, falo em meu nome, a fim de nomear as potências presentes nesse espaço tão rico e vivo da prática educativa.

O que significa, então, falar em seu próprio nome e não pelos outros? Evidentemente não se trata de cada um ter sua hora da verdade, nem escrever suas Memórias ou fazer sua psicanálise: não é falar na primeira pessoa do singular. É nomear as potências impessoais, físicas e mentais que enfrentamos e combatemos quando tentamos atingir um objetivo, e só tomamos consciência do objetivo em meio ao combate. Nesse sentido o próprio Ser é Político. (DELEUZE, 1992, p. 110-11)

## Parte II

Eu vou sobrevivendo sem um arranhão  
Da caridade de quem me detesta

*Cazuza. O Tempo Não Para.*



## Os outros e eu

*No final de 2006, mudo-me para o interior do Amazonas, mais precisamente para São Gabriel da Cachoeira, na tríplice fronteira entre Brasil, Colômbia e Venezuela. Fui sem grandes expectativas profissionais, mas voltei cheia de experiências pessoais e profissionais que me possibilitaram embrenhar pela trilha da educação. Viajei para lá acompanhando meu marido, militar do Exército, que havia sido transferido, e levamos nosso único filho, que na época tinha apenas três meses.*

*São Gabriel da Cachoeira está encrustada no meio da Floresta Amazônica, no alto do Rio Negro, na linha do Equador. É o segundo maior município em área territorial. Tem dimensão semelhante a Portugal. Fica a uns 1000 km de Manaus e o acesso é feito por barcos ou avião. As saídas da cidade ocorriam apenas três vezes por semana, terças e sextas-feiras, e domingos. A viagem de avião durava 2h30m, a de lancha rápida 28 horas, e a de barco regional, também conhecido como recreio, durava entre três e quatro dias.*

*A cidade é emoldurada por muitas belezas naturais, como a floresta, as imponentes serras e as corredeiras do Rio Negro, além de praias fluviais de areia muito branca e cachoeiras. Da praia era possível avistar uma serra chamada Bela Adormecida, um conjunto de montanhas que desenha o perfil da princesa do conto de fadas. O melhor local para apreciá-la era do alto do Morro da Fortaleza, onde hoje encontramos ruínas de um forte construído no século XVII. Já o morro da Boa Esperança é famoso pelos painéis de azulejo encravados nas rochas, que relatam a via-crúcis. Eles são observados ao longo da subida que leva às capelas de Nossa Senhora Auxiliadora e do Cristo Crucificado. Os indícios da colonização maciça que ocorreu e ainda ocorre nessa região está marcado em todos os lugares. Desde o nome da cadeia de montanhas, passando pelas ruínas de um forte militar até a presença da igreja católica em diversas partes da cidade.*

*Lá pude experimentar intensamente o sentimento de estranheza e a alteridade que são parte da nossa condição humana; cheia de contradições e possibilidades. Passo a desenvolver trabalho como psicóloga da Secretaria Municipal de Saúde de São Gabriel da Cachoeira, tanto na saúde mental como na gestão em saúde pública. São anos de grandes aprendizagens. Não sabia direito por onde começar... Peço ajuda a colegas do Sudeste. Mergulho em estudos e observações do cotidiano. Os maiores problemas de saúde mental das populações*

*indígenas são alcoolismo e suicídio*<sup>81</sup>. Além disso, a cidade é rota de entrada para a pasta base da cocaína no País, e em seu caminho deixa um rastro de pessoas que fazem uso dela e de problemas que daí podem decorrer.

*Neste mesmo ano de minha chegada, 2006, São Gabriel da Cachoeira vivenciou uma onda de suicídios entre adolescentes e jovens na cidade. Foram cerca de 20 suicídios*<sup>82</sup> *e outras tantas tentativas que não foram registradas. Estes episódios chegaram a ser noticiados em rede nacional por várias emissoras no País. O motivo de tantos suicídios foi investigado por diversos órgãos, como Fundação Nacional do Índio (Funai), Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e Distrito Sanitário Indígena (DSEI), sem que houvesse alguma devolução para os munícipes. É neste clima que chego à cidade e procuro espaço para trabalhar.*

*A forma utilizada pela comunidade local para o enfrentamento do problema das drogas era marcada pelo cuidado médico, em que a medicalização era a única opção. Passo a desenvolver um trabalho pautado nas rodas de conversa, valorização das atividades culturais. Encontro muita resistência para a mudança de paradigma. Resistência que também se apresenta em mim. Pouco a pouco foi ganhando força um modo de escuta em que a troca ganhava importância.*

*Os conhecimentos tradicionais mostravam-se desvalorizados pelos não índios, estes que eram os profissionais de saúde e “detentores do saber”. A busca por soluções “prontas e mágicas” era extremamente valorizada. Havia uma grande resistência em pensar coletivamente, em dialogar, em trocar experiências.*

*Diante dessa diversidade, a necessidade de fazer contato com esse novo mundo que transbordava ao meu redor me levou a exercitar o olhar de “estrangeiro” nos diversos lugares e a empatia para com os excluídos.*

---

<sup>81</sup> “[...] o alcoolismo alcança proporções epidêmicas e está relacionado diretamente à problemática da violência em geral, violência seguida de morte, suicídios, acidentes. Acrescente-se que as tentativas e o suicídio propriamente dito podem ser entendidos como atos que expressam a gravidade do conjunto dos problemas vividos pela população indígena, o que neste caso é entendido como um indicador agregado da tensão social e da impotência pessoal e social para com a solução dos problemas que permeiam todos os níveis de vida da população.” (GUIMARÃES; GRUBITS, 2007, p. 48).

<sup>82</sup> Cf. SOUZA; ORELLANA, 2012, p. 34-37.

## 6 O OLHAR DE ESTRANGEIRO NOS DIVERSOS LUGARES: EMPATIA COM O OUTRO

Em uma constatação trazida pela estudiosa Kristeva, que nos convida a detectar o sentimento de ‘estranheira’, é possível perceber que somos nós os estrangeiros e que nossa tarefa é refletir sobre a capacidade de aceitar as expressões da alteridade num mundo cada vez mais fora do comum, estranho, singular. Num mundo assim, é possível viver subjetivamente com o outro, viver *outros*, sem criar exílios.

Estranhamente, o estrangeiro habita em nós: ele é a face oculta da nossa identidade, o espaço que arruína a nossa morada, o tempo em que se afundam o entendimento e a simpatia, Por reconhecê-lo em nós, poupamo-nos de ter que detestá-lo em si mesmo. Sintoma que torna o “nós” precisamente problemático, talvez impossível, o estrangeiro começa quando surge a consciência de minha diferença e termina quando nos reconhecemos todos estrangeiros, rebeldes aos vínculos e às comunidades (KRISTEVA, 1994, p. 9).

Em uma definição aparentemente simples, a autora nos apresenta, então, o conceito de estrangeiro.

Quem é o estrangeiro?

Aquele que não faz parte do grupo, aquele que não “é dele”, o outro.

Do estrangeiro, em geral se notou isso, somente existe definição negativa.

Negativa do quê? Outro de qual grupo?

Se voltarmos no tempo e nas estruturas sociais, o estrangeiro é o outro da família, do clã, da tribo. Inicialmente, ele se confunde com o inimigo. Exterior à minha religião também, ele pode ser o infiel, o herético. Não tendo prestado fidelidade ao meu senhor, ele é nativo de uma outra terra, estranho ao reino e ao império (KRISTEVA, 1994, p. 100).

Respondendo a uma pergunta elaborada por si mesma, Kristeva destaca na caracterização do estrangeiro aquele “que não faz parte do grupo”, “que não ‘é dele’, o outro”.

O pesquisador, assim como um estrangeiro, considerado como aquele que “não faz parte do grupo”, tem a possibilidade de mergulhar numa outra cultura que não a sua, e vivenciar uma experiência única. Essa estranheira se exprime num certo olhar, um olhar de estrangeiro, que passa a ser o instrumento primordial para que o pesquisador se coloque no campo, pois o modo como este olhar é construído marcará o modo de relação com aquilo/aqueles que se busca pesquisar: alteridade ou estigma.

Na constatação cotidiana das diferenças vai se estabelecendo um certo olhar sobre o outro, pondo em jogo a capacidade de apreendê-lo na plenitude da sua dignidade, dos seus direitos e, sobretudo, da sua diferença, de modo que ele não se constitua num objeto para mim.

Prado, em *Educação ambiental no cotidiano de escolas rurais de Itapetininga: a recuperação de matas ciliares* (2004), nos ajuda a encontrar um estilo e uma maneira de cotidiano em que as narrativas ficcionais ou não nos auxiliam, durante o caminhar, a pensar e a repensar a importância de desconstruir conceitos e pré-conceitos, assumindo-se o olhar do viajante, daquele que faz seu caminho ao caminhar e que faz de cada momento uma nova descoberta.

Cenas do cotidiano que a um olhar desatento poderiam ser corriqueiras e por isso desprovidas de valor, ganham luz e pessoas comuns ganham voz; através das narrativas saltam do seu meio para serem reconhecidas e compreendidas em um contexto ampliado. (PRADO, 2004, p. 87).

A leitura de Reigota (1999a) nos mostra que o que importa é a acuidade do olhar do viajante; sendo que o pesquisador deve apropriar-se desse olhar atento e criterioso para compreender, analisar e descrever o contexto estudado.

Ainda segundo o autor, cabe ao pesquisador “observar” um grupo social distinto do seu, com referenciais próprios, procurando entendê-lo e descrevê-lo, e para isso utilizando o que aprendeu na universidade. Por sua vez, o pesquisador não apenas observa uma cultura diferente da sua, mas procura se inserir nela, fazer parte dela como um de seus membros, vivenciando a rotina diária, ainda que provisoriamente, *procurando integrar-se ao grupo o mais possível*: “[...] estabelece relações de confiança, parceria, cumplicidade, amizade, enfim, relações afetivas e sociais que vão permitir-lhe observar e dar significados ao cotidiano vivenciado. (REIGOTA, 1999a, p. 39).

Ao se embrenhar naquela cultura, convivendo com hábitos e costumes de um grupo social diferenciado do seu, o pesquisador pode representar como um ator de teatro, pois, por mais que aparente estar inserido no grupo, na verdade, ele representa um papel num tempo e espaço preestabelecidos.

Contudo, continua Reigota (1999a, p. 39), é primordial estabelecer, no convívio diário, certa personalidade entre os interlocutores, que permita a obtenção de dados preciosos; convém ao pesquisador, nessa relação de alteridade, revelar-se ao outro tal como é, ou seja, sem qualquer subterfúgio ou “máscara”, tanto no que se refere à sua identidade como pesquisador quanto à sua ideologia, ainda que, por vezes, sinta-se como um ator num palco. Afinal, entre “ser” e “estar” membro de um grupo ou cultura específica que se quer estudar há um abismo.

Por outro lado, quanto menor a abertura para a alteridade nas relações pessoais e sociais, mais conflitos ocorrem. O silêncio de um diante da voz do outro causa sequelas, produz estigmas. O discurso do estrangeiro diante da suposta mudez do nativo, o olhar

estrangeiro que se pretende dominante já atesta sua relação de colonizador em relação ao outro, o colonizado. Assim como a postura relativamente comum na relação professor-aluno, em que se parte do princípio de que o primeiro tem o conhecimento e o outro, o aluno, nada sabe, residindo aí uma das grandes críticas de Paulo Freire.

Para Paulo Freire, a relação professor-aluno deve partir do reconhecimento das condições sociais, culturais, econômicas dos alunos, suas famílias e o seu entorno. A ação educativa acontece na relação educador/educando, mas é permeada pelo desejo incessante que aguça a curiosidade, que traz a dinâmica de aprender com significado, em que o educador saiba o que vai ensinar e, portanto, estimula o aluno a perguntar, a conhecer.

Compreender a educação como transformação social, pressupõe ver o indivíduo não como mero reservatório, depósito de conteúdos, mas sujeito construtor da própria história, e em consequência, capaz de problematizar suas relações com o mundo. De acordo com Paulo Freire,

Antes de qualquer tentativa de discussão de técnicas, de materiais, de métodos para uma aula dinâmica assim, é preciso, indispensável mesmo, que o professor se ache “repousado” no saber de que a pedra fundamental é a curiosidade do ser humano. É ela que me faz perguntar, conhecer, atuar, mais perguntar, reconhecer. (FREIRE, 1996, p. 86).

Uma das premissas básicas da filosofia de Paulo Freire é que, além de ser um ato de conhecimento, a educação é também um ato político, não havendo, portanto, neutralidade nas práticas educativas. Há uma escolha que os educadores precisam fazer entre ensinar para reproduzir o atual sistema opressivo ou ensinar para mudar a realidade. Aqueles que veem a educação como uma atividade apolítica estão, consciente ou inconscientemente, a apoiar a primeira opção.

O debate sobre a educação precisa levar em consideração fundamentalmente duas dimensões, dentre outras. A primeira dimensão é: educação para quem? E a segunda, seu principal objetivo: educação para quê? Nestas duas dimensões os conceitos principais são “opressão” e “libertação”. Assim como as duas dimensões mencionadas, estes dois conceitos – opressão e libertação – estão profundamente ligados.

Para Freire (1975, p. 30),

[...] não é a educação que forma a sociedade de uma determinada maneira, senão que esta, tendo-se formado a si mesma de uma certa forma, estabelece a educação que está de acordo com os valores que guiam essa sociedade [...] A sociedade que estrutura a educação em função dos interesses de quem tem o poder, encontra na educação um fator fundamental para a preservação desse poder.

Reconhecer a presença do oprimido e do opressor em nós mesmos, a um só tempo, convida-nos a esse processo de libertação, inicialmente pela libertação em relação ao opressor que reside em cada um, para então conseguirmos libertar todos os demais.

Nas considerações de Paulo Freire (1991, p. 126),

Você, eu, um sem-número de educadores sabemos todos que a educação não é a chave das transformações do mundo, mas sabemos também que as mudanças do mundo são um fazer educativo em si mesmas. Sabemos que a educação não pode tudo, mas pode alguma coisa. Sua força reside exatamente na sua fraqueza. Cabe a nós pôr sua força a serviço de nossos sonhos.

## Conversações

*Ela assumiu a supervisão de uma escola de educação infantil, uma tarefa e tanto!*

*- No início, achei que seria muito simples, a escola era na região central de Sorocaba, e as pessoas pareciam muito comigo e com todo mundo que eu conhecia... Com o passar do tempo fui percebendo que as semelhanças se resumiam às aparências.*

*Surpreendeu a si mesma, várias, várias vezes mesmo, com raiva daquelas pessoas, achava que eram folgadas. A forma como viviam suas vidas, esperavam coisas da escola que ela nunca poderia dar... Recebia muitas reclamações das professoras sobre as mães que deixavam as crianças na escola e ficavam trançando pela rua sem nada o que fazer. As queixas estavam sempre marcadas pelo julgamento de valor. Ela também se incomodava...*

*Numa conversa entre ela, a diretora da escola e uma mãe o assunto girava em torno dos problemas de uso de bebida alcoólica.*

*-Oh mãe, fica muito complicado para a escola receber sua filha todos os dias, sua filha aqui e a senhora ficar batendo perna na rua o dia inteiro – inicia a conversa a Professora.*

*- As outras mães cobram da escola! A senhora passa o dia no bar da esquina, bebendo. Todo mundo que passa pode ver a senhora lá – emenda a Diretora.*

*- Mas não tô conseguindo arrumar emprego, nem nada. E o que é que essa gente toda tem com a minha vida!*

*- Tem pais que chegam aqui contando que a senhora passou o dia bebendo e chega bêbada para buscar sua filha. Você vai acabar me obrigando a te denunciar para o Conselho Tutelar. Insiste a Diretora.*

*- Tá bom, vou ficar no sapatinho. Mas esse povo é muito falador...*

*A mãe se dirige para a sala da filha para buscá-la, e as duas professoras ficam a observar.*

*Havia um enorme abismo entre aquelas mulheres. Conseguir entender, compreender de verdade aquele outro, principalmente em suas diferenças, era fundamental.*

Algumas formas de ler o mundo trazem à tona as contradições, complexidades e conflitos que fazem parte da trama em que estamos envolvidos no tecido social. As possibilidades de ampliação e a forma como a leitura do mundo vai sendo tecida nos

propiciam, a partir do diálogo e das interações sociais, perceber limites e sublinhar a possibilidade de novas rotas.

Professores, alunos, pais, funcionários, diretores, orientadores. As relações com todos estes personagens no espaço da escola reproduzem, em escala menor, a rede de relações que configura a sociedade.

É neste sentido que Nilda Alves (2000) nos ajuda a pensar que é preciso uma outra escrita para além da já aprendida.

Há, assim, uma outra escritura a aprender: aquela que talvez se expresse com múltiplas linguagens e que, talvez, não possa ser chamada mais de “escrita”; aquela que não obedeça à linearidade de exposição, mas que teça, ao ser feita, uma rede de múltiplos, diferentes e diversos fios; aquela que pergunte muito além de dar respostas; aquela que duvide no próprio ato de afirmar, que diga e desdiga, que construa uma outra rede de comunicação, que indique, talvez, uma *escritafala*, uma *falaescrita* ou uma *falaescritafala*. Ou seja, a questão da narratividade não está unicamente no contar, oralmente, um fato, mas em transcrevê-lo de uma determinada maneira. Tem a ver, assim, tanto com a linguagem oral que conta como com a linguagem escrita que re-conta. (ALVES, N., 2000, p. 3-4).

Narrar histórias é, então, uma vasta experiência humana, as narrativas podem ser encontradas em todos os espaços deste planeta, até hoje. Mas, ela é bem mais funcional nos *espaçostempos* culturais cotidianos. A autora nos coloca a refletir sobre a necessidade de reconhecer o valor teórico do romance, lugar para onde foi ‘rejeitada’ a vida cotidiana desde que surgiu a ciência moderna, num movimento de “Narrar a vida e literaturizar a ciência” (ALVES, N., 2001, p. 3).

O livro *Resumo de Ana*, de Modesto Carone (1998), é um excelente exemplar que trata de nos colocar em contato com a história do Brasil contemporâneo, retratando, mesmo que indiretamente, as relações de trabalho na transição do regime escravocrata para o capitalista, o processo de industrialização, fatos políticos e mudanças na economia. Mas não se trata de um relato histórico, antes é a vida do País que serve de pano de fundo para as histórias de vida de Ana e Ciro – “seres precários da cena paulista e brasileira”<sup>83</sup>.

São duas histórias interligadas, ambas com base em fatos reais. A primeira, que dá título ao livro, acompanha a rápida trajetória de Ana, uma mulher sensível, encerrada nas funções domésticas, que se vê completamente derrotada no seu empenho de ser feliz. A segunda – ‘Ciro’ – emenda na primeira, relatando agora as desventuras do filho de Ana no mundo implacável do trabalho alienado.

---

<sup>83</sup> Definição para os dois personagens apresentada na contracapa do livro *Resumo de Ana*.

As duas histórias são contadas de forma resumida, breve, objetiva, sem sentimentalismos, mas com grande sensibilidade e respeito. As vidas dos dois personagens – sujeitos anônimos da cena paulista e brasileira – formam um conjunto que cobre cem anos, chegando até a última década do século XX. São vidas aprisionadas na falta de perspectiva, à margem da modernização, vítimas de uma exclusão violenta. Trabalho e exploração ainda na infância, abortos sucessivos, sonhos não realizados, violência física, alcoolismo, enterro em cova errada.

*Resumo de Ana* apresenta momentos de intensa dor seguidos de outros, sem alarde. Assim, aborto, violência doméstica e doença, por exemplo, surgem no meio da narrativa sem serem “noticiados”. Talvez esteja aí a chave para explicar o estranhamento ou o incômodo causado no leitor, acostumado a ver esses fatos na pauta das reportagens diárias. No romance de Carone, a narrativa passa a ser brutal por não seguir esta fórmula: os fatos emergem em frases que começam com “quando” ou com outras expressões de tempo, como marcas temporais.

Aguardava com ansiedade o primeiro filho e nos momentos em que devaneava não o via tosco nem assediado pela necessidade. **Quando a criança nasceu morta**, enforcada no cordão umbilical depois de um parto doloroso realizado no quarto do casal, Ana caiu numa depressão grave que o marido suspeitou se tratar de uma doença incurável. (CARONE, 1998, p. 34, grifo meu).

**Foi no ano em que perderam o quarto filho** [...] que ele trocou a padaria por um armazém de secos e molhados [...] (CARONE, 1998, p. 34, grifo meu).

[...] a aversão de Ana por Balila só se consumou **quando a violência física destruiu** o que ainda restava de solidariedade no casal. (CARONE, 1998, p. 38, grifo meu).

De fato **quando Ana começou a ficar seriamente debilitada** pela diarreia e a dar alguns sinais de delirium tremens o único adulto que tomou a iniciativa de levá-la ao médico foi Adelaide [...] (CARONE, 1998, p. 47, grifo meu).

**Quando no mês de maio de 1933 ela leu na máscara de cera do rosto da mãe que Ana estava morrendo**, o pai estava na iminência de partir [...] (CARONE, 1998, p. 49, grifo meu).

Estavam casados fazia dois meses **quando Ciro começou a sentir as dores** de cabeça provocadas pelo antimônio [...] (CARONE, 1998, p. 78, grifo meu).

**Na manhã do dia** em que morreu, Ciro acordou bem disposto e decidiu ir trabalhar mais cedo. (CARONE, 1998, p. 110, grifo meu).

Nos trechos acima, cada informação precedida do “quando” estava sendo apresentada pela primeira vez ao leitor, ainda não era algo sabido. O que chama a atenção, ao ler o romance, é o não estranhamento do narrador, a forma como conta os infortúnios como se

fossem, e de fato são, “naturais” na vida dessas pessoas, denotando uma crítica social contundente, não panfletária, sem exclamar em nenhum momento o absurdo que ali existe.

Diante dessa realidade, que romances como o de Carone (1998) nos apresenta, vale retomar as considerações de Freire em relação à importância de certa prática de educação que põe em jogo a relação entre oprimido e opressor. Como afirma Paulo Freire (1979, p. 100), “não sou se você não é, não sou, sobretudo, se proíbo você de ser”.

A sociedade é contraditória e, portanto apresenta nela próprias situações de opressão, reflexo de atos de injustiça marcado pelas desigualdades sociais, próprios da sociedade capitalista, gerando um contexto de violência. Violência que se percebe também no contexto escolar. Seja pelos conflitos da sociedade excludente, injusta e desigual, seja pelo discurso autoritário, ou mesmo pela permissividade. Nesse sentido, urge repensar a formação de sujeitos para que sejam capazes de transformar a si mesmos e ao seu entorno, onde o fazer torna-se ação e reflexão transformadora de si e do mundo, práxis pedagógica.

Nessa *rede de relações* que é a escola (ALVES, N., 2001), as maneiras de fazer indicam formas de expressão, às vezes silenciosas, que precisam ser desveladas para que sejam entendidas, o que somente é possível caminhando por dentro dessa rede.

O atual conceito de sujeito em uma sociedade cujos fatos têm promovido sua transformação precisa também ser reconstruído. Uma vez que as paisagens social, econômica e cultural estão se transformando com rapidez, “o próprio processo de identificação através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais tornou-se mais provisório, variável e problemático” (HALL, 2002, p. 12). Não há uma crise do sujeito, de identidade ou da profissão; os problemas referem-se à adoção de uma concepção que já não é adequada ao momento vivido, uma vez que a identidade do sujeito é formada e modificada em um diálogo contínuo com os mundos culturais exteriores e as identidades que esses mundos oferecem. A ideia de uma única e imutável identidade é uma ilusão, “uma cômoda estória sobre nós mesmos ou uma confortadora ‘narrativa do eu’” (HALL, 2002, p. 13). A crise está no fato de que a complexidade da vida atual leva a contradições entre as muitas identidades dos sujeitos.

O professor e a professora, como qualquer homem/mulher contemporâneo (a), vivem essas contradições e as dificuldades para construir/reconstruir suas concepções, uma vez que a modernidade “não é definida apenas como a experiência de convivência com a mudança rápida, abrangente e contínua, mas uma forma altamente reflexiva de vida” (HALL, 2002, p. 15). Viver é, portanto, romper com as condições sociais anteriores e com fragmentos internos dessas condições, ou seja, com internalizações que os sujeitos insistem em manter. É construir identidades a partir de relações complexas.

Para Guattari e Rolnik (1986), a identidade é entendida como:

[...] um conceito de referenciação, de circunscrição da realidade a quadros de referência, quadros esses que podem ser imaginários [e, por conseguinte, idealizados]. Essa referenciação vai desembocar tanto no que os freudianos chamam de processo de identificação quanto nos procedimentos policiais, no sentido da identificação do indivíduo – sua carteira de identidade, sua impressão digital, etc. [...] Em outras palavras, a identidade é aquilo que faz passar a singularidade de diferentes maneiras de existir por um só e mesmo quadro de referência identificável. (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p. 68-69).

Guattari e Rolnik (1986) nos convidam a abordar o sujeito sob uma outra perspectiva, enquanto singularidade, vinculando-o não a uma idealização mas a sua própria existência, remetendo-o não a um único quadro de referência, mas a uma multiplicidade de experiências.

Deleuze, abordando a questão da identidade, nos faz refletir que é em torno das multiplicidades e de certas despessoalizações que conseguimos fortalecer nosso mundo de ações.

Dizer algo em nome próprio é muito curioso, pois não é em absoluto quando nos tomamos por um eu, por uma pessoa ou um sujeito que falamos em nosso nome. Ao contrário, um indivíduo adquire um verdadeiro nome próprio ao cabo do mais severo exercício de despessoalização, quando se abre às multiplicidades que o atravessam de ponta a ponta, às intensidades que o percorrem. (DELEUZE, 2010, p. 15).

A ideia de multiplicidade aqui esboçada instaura uma nova lógica. Abordar o sujeito sob este ponto de vista – desde o plano da multiplicidade – significa considerar que nada é igual a si mesmo o tempo todo, e nem num só momento, e sob um mesmo aspecto.

Nesse exercício, vamos construindo nossa identidade e nos identificando com grupos, instituições e culturas. Como uma “colcha de retalhos”, tecida em suas tramas por outras menores que se emendam em linhas tão tênues que nem sempre se percebe claramente onde se iniciam as características de um e onde terminam as de outros.

Conceber a sociedade enquanto “pluralidade” significa concebê-la como complexidade marcada por descontinuidades, o que pressupõe a tessitura de uma identidade “plural”, na medida em que os indivíduos estão sujeitos a uma variedade de situações. Michel Serres (1993) pontua a importância de assimilarmos e retermos as diversas diferenças vividas ao longo dos percursos de vida, de absorvermos o novo em nossa identidade, mestiçando-a. Para o autor, isso se dá pela aprendizagem, pois é através dela que nos misturamos. Segundo Serres (1993, p. 61),

O aprendizado consiste numa mestiçagem assim. Estranha e original, já misturando os genes de pai e de mãe, a criança só evolui por novos cruzamentos; toda pedagogia recomeça o engendramento e o nascimento de uma criança: canhoto nato aprende a se servir da mão direita, permanece canhoto, renasce destro, na confluência dos dois sentidos; nascido gascão, ele assim permanece e se torna francês, de fato, mestiço; francês viaja e se faz espanhol, italiano, inglês ou alemão; esposa e aprende a cultura deles, sua língua, ei-lo mestiço de quarta ou oitava geração, alma e corpo mesclados. Seu espírito se assemelha ao casaco furta-cor de Arlequim.

Assim vamos construindo a nós mesmos, cheios de misturas e nuances de outros em nós. É no encontro com a alteridade, em sua abertura, que as relações ético-pedagógicas se inscrevem e que a construção ética do processo emancipatório, tal como pensado por Paulo Freire ao longo de sua obra, torna-se possível. Pois é aí que enfrentamos a forma colonizadora de olhar para o outro e de pensar a diferença.

Para Freire, a educação jamais é neutra, contém uma intencionalidade. Portanto pressupõe escolhas, estejamos, ou não conscientes delas, referentes aos conteúdos, às metodologias, à avaliação, a comunicação, a convivência etc. Dependendo das decisões, ou seja, das escolhas que fazemos, a educação que realizamos pode ser transformadora e emancipadora ou conservadora – contribuir para a manutenção da organização e dinâmica social, do *status quo*.

O que se coloca à educadora ou educador democrático, consciente da impossibilidade da neutralidade da educação, é forjar em si um saber especial, que jamais deve abandonar, saber que motiva e sustenta sua luta: se a educação não pode tudo, alguma coisa fundamental a educação pode. Se a educação não é a chave das transformações sociais, não é também simplesmente reprodutora da ideologia dominante. O que quero dizer é que a educação nem é uma força imbatível a serviço da transformação da sociedade, porque assim eu queira, nem tampouco é a perpetuação do 'status quo' porque o dominante o decreta. O educador e a educadora críticos não podem pensar que, a partir do curso que coordenam ou do seminário que lideram, podem transformar o país. Mas podem demonstrar que é possível mudar. E isto reforça nele ou nela a importância de sua tarefa político-pedagógica. (FREIRE, 1996, p. 69).

A prática educativa libertadora deve propiciar aos sujeitos envolvidos a compreensão de que a forma como o mundo *está sendo* não é a única possível. O conhecimento construído nessa perspectiva tem a função de motivar e impulsionar a ação transformadora. O ser humano deve entender a realidade como modificável e a si mesmo como capaz de modificá-la.

Somente quem escuta paciente e criticamente o outro, fala com ele, mesmo que, em certas condições, precise de falar a ele. O que jamais faz quem aprende a escutar para poder falar com é falar impositivamente. Até quando, necessariamente, fala contra posições ou concepções do outro, fala com ele como sujeito da escuta de sua fala crítica e não como objeto de seu discurso. O educador que escuta aprende a

difícil lição de transformar o seu discurso, às vezes necessário, ao aluno, em um a fala com ele. (FREIRE, 1996, p. 71).

Paulo Freire, por sua postura, princípios e construção teórica e metodológica, revelou-se um sujeito esperançoso, e como afirma em seu livro *Pedagogia da esperança*: “não por teimosia, mas por imperativo histórico e existencial” (FREIRE 1992, p. 10). Ele dizia que uma das condições fundamentais é tornar possível o que parece não ser possível. “A gente tem que lutar para tornar possível o que ainda não é possível. Isto faz parte da tarefa histórica de redesenhar e reconstruir o mundo” (FREIRE, 2002, p. 59).

A partir desta concepção de educação, é possível educadores e educandos situarem-se e agirem reflexivamente no contexto local e geral da sociedade. O educador é o provocador no processo de construção de saberes do mundo e na compreensão do 'mundo' que o cerca, estimulando o educando, por meio do diálogo, a trocar experiências, ampliar saberes e a intervir na realidade. Para Freire, o diálogo é condição para o conhecimento, que implica comprometimento com a promoção da vida; e o ato de conhecer, por sua vez, se dá num processo social em que o diálogo é o mediador.

Na perspectiva do educador, a educação é também dialógico-dialética, porque é uma relação entre educando, educador e o mundo, no círculo de cultura, que deve substituir, no caso da educação escolarizada, a aula. E, ao contrário da “educação bancária”, o professor e a professora não são a mediação entre o conhecimento, porque nela, quem faz a mediação, no sentido da transformação do imediato em mediato, é o (a) próprio aluno e aluna. “Já agora ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 1987, p. 79). Nessa citação, percebe-se toda a riqueza da concepção freiriana de educação. Em primeiro lugar, apesar da dupla negativa “ninguém educa ninguém”, o professor e a professora são importantes, na medida em que “tampouco ninguém se educa a si mesmo”.

Freire (1987) utiliza o termo “mediatizados” para não ser confundido com os diversos sentidos emprestados ao termo “mediar”. Busca enfatizar que a mediação não se dá entre o aluno e a aluna e o conhecimento, por meio do professor e da professora que atuariam como uma espécie de ponte, mas entre ambos e o mundo. Assim, a educação apresenta uma dupla dimensão: política e gnosiológica. A dimensão política é a leitura de mundo, e a dimensão gnosiológica é a leitura da palavra, dos conceitos, das categorias, das teorias, das disciplinas, das ciências, enfim, das elaborações humanas anteriormente formuladas. A dimensão política dá os fundamentos da dimensão gnosiológica (de conhecimento).

O conhecimento é a forma de libertação do indivíduo e o educador precisa estar preparado para essa tarefa libertadora. “Como professor não me é possível ajudar o educando a superar sua ignorância se não supero permanentemente a minha.” (FREIRE, 1996, p. 95).

Em segundo lugar, a pedagogia de Freire inverte a relação verticalizada da “educação bancária”, que estabelece a primazia do professor e da professora sobre o (a) estudante, do ensinar sobre o aprender, da comunicação de saber docente sobre o processo de reconstrução coletiva dos saberes dos educandos e das educandas e do professor e da professora.

A educação, para Paulo Freire, é ainda práxis, isto é, uma profunda interação necessária entre prática e teoria, nesta ordem. E, em decorrência da relação entre a dimensão política e a dimensão gnosiológica da relação pedagógica, a prática precede e se constitui como princípio fundante da teoria. Esta, por sua vez, dialeticamente, dá novo sentido à prática, especialmente se for uma teoria crítica, ou seja, resultante de uma leitura consciente do mundo e de suas relações naturais e sociais.

## Colonizador/colonizado

*Estava de saída para o trabalho, quando começou a prestar atenção numa reportagem do jornal local na televisão. Falavam sobre fraude no programa federal Bolsa Família. Mais de 50% da população do município vizinho é beneficiado pelo programa, e o município enfrenta suspeitas de irregularidades no pagamento do benefício.*

*Moradores dizem que muita gente recebe indevidamente o benefício. “Tem funcionários da prefeitura e até vereador que leva dinheiro sem precisar, enquanto quem precisa não ganha”, disse um morador que pediu anonimato.*

*Foi trabalhar com essa história martelando em sua cabeça. Chegando à sala dos professores, comentou com uma colega sobre a notícia. Imediatamente ela foi se posicionando:*

*- Ah, você tá chocado! Eu heim, parece que não conhece esse povo. Tem gente que prefere ficar em casa só pra receber. Hoje tem bolsa pra tudo. Agora tem até ‘Bolsa crack’. E o governo ainda obriga a gente a sustentar vício de crackeiro.*

*– A miséria foi institucionalizada, este povo foi reduzido a estas condições. O governo precisa de gado para manipular e muita gente nem percebe que é manipulado – outra professora se manifesta.*

*Volta a se envolver com seus pensamentos enquanto o assunto sobre fraudes vai se desenrolando a sua revelia. Começa então a refletir sobre sua prática em sala de aula. Como rapidamente tomamos posição em relação ao outro. Acreditamos saber o que é melhor e possível para os outros. Estamos sempre a dar palpite na vida alheia.*

*A nossa tendência é quase que colonizar o outro, ou partir do princípio de que eu sei e ensino para ele. Ele não sabe. Eu sei melhor e sei mais do que ele. Principalmente nós, professores.*

*Aqui no Brasil, nossa estrutura de ensino é assim... O professor ensina e o aluno aprende.*

*É evidente que nós sabemos algumas coisas e aqueles que não foram à escola sabem outras tantas, e graças a essa complementação vivemos em sociedade. Como disse um pai de aluno: “Sei, como todo mundo, que não sei muitas coisas”. (Professor)*

Em nós todos convivem o colonizador e o colonizado de forma tensa, às vezes pacífica, ou melhor, pacificada. O que está marcado nessa convivência é a existência de um

povo de segunda categoria; um povo de segunda categoria para servir e não questionar esta servidão.

Freire (1978) nos ajuda a refletir sobre as marcas deixadas principalmente no processo educacional nas relações entre opressor e oprimido, entre colonizador e colonizado.

Reproduzindo, como não podia deixar de ser, a ideologia colonialista, procurava inculcar nas crianças e nos jovens o perfil que deles fazia aquela ideologia. O de seres inferiores, incapazes, cuja única salvação estaria em tornar-se "brancos" ou "pretos de alma branca". Daí o descaso que essa escola necessariamente teria de ter por tudo o que dissesse de perto aos nacionais, chamados de "nativos". Mais do que descaso, a negação de tudo o que fosse representação mais autêntica da forma de ser dos nacionais: sua história, sua cultura, sua língua. (FREIRE, 1978, p. 15).

Faz parte do "processo civilizatório" a tentativa de fazer o colonizado abandonar seus hábitos, língua, crenças, modos de pensar e perceber a si e o mundo. Corresponde ao processo de transformação do outro em um "mesmo", em um "assemelhado". Ou melhor, faz parte do discurso da igualdade, quando sabemos que na verdade é impossível haver igualdade entre colonizador e colonizado. As relações de colonização têm a desigualdade e o racismo (sem raça) como princípio, fundando-se nessas bases.

Paulo Freire (1978) nos aponta que a possibilidade da "descolonização das mentes" ocorre através de um processo no qual se dá uma decisão política compromissada com a transformação radical.

[...] para os colonizados que passaram pela alienante experiência da educação colonial, a "positividade" desta educação ou de alguns de seus aspectos só existe quando, independentizando-se, a rejeitam e a superam. Quando, assumindo com seu povo, a sua história, se inserem no processo de "descolonização das mentes" [...] E isto implica na transformação radical do sistema educacional herdado do colonizador, o que não pode ser feito, porém, de maneira mecânica. Envolvendo fundamentalmente uma decisão política, em coerência com o projeto de sociedade que se procura criar, esta transformação radical requer certas condições materiais em que se funde, ao mesmo tempo em que as incentive. Requer não apenas o aumento indispensável da produção mas a sua reorientação, ao lado de uma diferente concepção da distribuição. A clareza política na determinação do que produzir, do como, do para que, do para quem produzir. (FREIRE, 1978, p. 16).

De acordo com Hall (2002), a identidade do sujeito pós-moderno se caracteriza pela fragmentação, pela não fixação, pelo desmoronamento dos valores até então concebidos como imutáveis. Nesse novo contexto, o indivíduo torna-se um sujeito mosaico, não mais tendo a sua identificação definida por uma relação biológica, mas se constituindo historicamente em função de elementos nacionais, culturais, de gênero, de classe, de posição política e religiosa, mas não apenas esses. Determinam a formação da identidade do sujeito pós-moderno elementos contraditórios, posicionamentos conflitantes, imagens dissonantes. Se, além de

pertencer a um contexto pós-moderno, esse sujeito experimenta o fenômeno da diáspora, é um desenraizado, estando em desconformidade com o espaço social em que habita. A construção de sua subjetividade se torna, então, ainda mais complexa.

Avaliemos melhor essa reflexão. Não se trata de opor os saberes. Há traços em comum a partir mesmo do fato de existir o eixo dominador/dominado (ou colonizador/colonizado, eu/outro). Pensar nessa ambivalência posta pelo encontro colonizador/colonizado implica, assim, em deslocar uma série de noções como centro/periferia, nós/eles, dentro/fora, rompendo com essas oposições binárias para pensar as relações sociais de modo mais complexo, múltiplo e transversal.

As contradições, as multiplicidades que configuram as relações sociais se mostram presentes quando o tema das drogas adentra ao cotidiano escolar, num mergulho na leitura de mundo em que a trama entre saúde mental, escola e drogas passa a ser o espaço privilegiado de estudo e pesquisa neste trabalho.

É neste cenário que os indivíduos-mosaicos constroem a subjetividade de maneira extremamente complexa. Assim vivenciamos o problema das drogas no mundo contemporâneo como um dos grandes problemas do século passado e início deste.

A problemática acerca do uso de substâncias psicoativas é crescente em todo o mundo. O fenômeno não é exclusividade do nosso País; é uma característica da nossa sociedade em que o atual estágio da globalização e seus valores de consumo e acumulação estão produzindo ainda mais desigualdades<sup>84</sup>. E a escola funciona como um dos elementos privilegiados para a máquina da globalização. Ela contribui para o delineamento das identidades que vão coabitar neste mundo global; para a institucionalização de uma língua e da cultura do colonizador em território colonizado. Neste contexto, encontram-se indivíduos de universos culturais distintos, mas com uma diferença bastante definida: a superioridade do colonizador – que é quem ensina, quem organiza, quem se veste melhor, quem domina as tecnologias mais eficientes – em oposição à “inferioridade” do colonizado, que deveria aprender sobre sua própria condição inferior para obedecer aos ditames do colonizador.

Vamo-nos sujeitando à produção de uma subjetividade e à construção de um sujeito subalterno. Falar de saberes subalternos não é, portanto, apenas dar voz àquelas e àqueles que foram privados de voz. Mais do que isso, é participar do esforço para prover outra gramática, outros modos de conhecer, outras referências que não aquelas que aprendemos a ver como as “verdadeiras” e, até mesmo, como as únicas dignas de serem aprendidas e respeitadas

---

<sup>84</sup> Cf. SANTOS; RIBEIRO; GONÇALVES, 2002, p. 80.

(PELÚCIO, 2012, p 399). Esforço supõe uma aliança concreta com o outro, mais especificamente com esse outro a quem Freire chamou “oprimido”, e cuja existência é permanentemente ameaçada.

Paulo Freire (1978) nos auxilia a vislumbrar a potencialidade nas relações com o outro para o enfrentamento e as possibilidades de um processo de resistência a essa transformação radical.

[...] as resistências ideológicas são as mesmas que se opõem à sobrepassagem do modo incorreto de conceber o conhecimento como algo concluído, terminado, a que corresponde o papel do educador, enquanto “possuidor” de tal “conhecimento acabado”, de transferi-lo ao educando que dele carece. Resistências, às vezes, o que é pior, não propriamente a uma compreensão, a nível intelectual, correta, ao conhecimento, mas a uma prática em coerência com essa compreensão. Daí que a transformação radical do sistema educacional herdado do colonizador exija um esforço interestrutural, quer dizer, um trabalho de transformação ao nível da infraestrutura e uma ação simultânea ao nível da ideologia. A reorganização do modo de produção e o envolvimento crítico dos trabalhadores numa forma distinta de educação, em que mais que “adestrados” para produzir, sejam chamados a entender o próprio processo de trabalho. (FREIRE, 1978, p. 17).

A construção de uma subjetividade em proveito da promoção de outra gramática, de outros modos de conhecer, de ler o mundo, diferentes das que aprendemos, herdadas do colonizador, pode ser feita através da atitude atenta sobre suas expressões no domínio da cultura e da formação de um povo.

Mais uma vez, é em Paulo Freire (1978) que encontramos eco para expressar a aliança concreta estabelecida com o outro através da educação.

[...] a da unidade da prática e da teoria, a escola jamais se define como uma instituição burocraticamente responsável pela transferência de um saber seletivo. Nem tampouco se define como um “mercado” de conhecimento. É preciso, porém, que a superação da dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, entre prática e teoria, se prolongue na superação igualmente da dicotomia entre ensinar e aprender e entre conhecer o conhecimento hoje existente e criar o novo conhecimento. Com a superação destas dicotomias, a escola como “mercado de conhecimento” (FREIRE, 1978, p. 115).

## As drogas no mundo contemporâneo

*Francisco, homem forte, de etnia Baniwa, alto e com olhar cheio de vitalidade. Professor, atuando desde longa data em área indígena, na comunidade da Pari Cachoeira, percorria 10 horas de voadeira para chegar lá. Vivia distante de sua família, residente na sede do município, e com isso acabava muito longe dos parentes mais próximos. Ao mesmo tempo, desempenhava, naquela comunidade, papel de enorme influência. O que o envaidecia por demais.*

*Certo dia foi chamado à Secretaria Municipal de Educação. Estava sendo alvo de processo administrativo devido ao uso abusivo de álcool. Uma humilhação e tanto. Estava impedido de retornar a comunidade onde trabalhava e, ainda por cima, deveria ficar a vagar pela cidade sem atividade alguma até que o inquérito fosse concluído.*

*Surgiu, então, uma nova perspectiva, oferecida pelo gestor. O professor poderia fazer um tratamento psicológico e se ver livre desse mal, enquanto isso ministraria aulas em outra comunidade mais próxima da sede do município, o que possibilitaria que voltasse diariamente para sua casa.*

*Com o orgulho ferido, aceitou o “castigo”, para purgar seus erros. E assim as duas atividades iniciaram quase que concomitante. Aulas na comunidade Itaquatiara Mirim e as consultas com o ‘doutor psicólogo’, não índio, que, ao final do mês, emitia laudo com as presenças nas consultas e o andamento do tratamento.*

*Esse processo durou tempo suficiente para que o doutor aprendesse um pouco mais sobre a força e a potência desse povo que, muitas vezes violentado, foi obrigado a esconder suas crenças, valores e força – apesar de muitos terem sucumbido pelo uso abusivo de álcool e outras drogas como última forma de resistência.*

*As consultas eram momentos de conversa e construção de novas possibilidades de ver o mundo, para ambos. Ao professor cabia o lugar de refletir sobre suas decisões. Recontar trajetória, mergulhar no passado e recordar momentos nem sempre tranquilos e agradáveis. Ao doutorzinho, a reflexão marcada por dúvidas e contradições em relação ao que até então tinha como verdade.*

*Em uma das sessões de psicoterapia, o assunto enveredou para a época em que ele morou numa missão católica, a fim de estudar e aprender o português. Conta que os padres eram muito rigorosos e se algum indígena fosse pego falando na sua língua natal sofria castigos físicos com palmatórias e só poderia se alimentar após todos já terem comido.*

*Enquanto o professor narrava aquela história, o doutor ficava surpreso de ainda existirem castigos físicos no fim do século XX; e comentou com intenção de amenizar o relato: – Nossa, que ruim ser o último a comer, devia ser pouca comida e ainda por cima fria! Com um sorriso enigmático, o professor retruca. – Ah doutor, deixa de ser ingênuo. O senhor não sabe que as moscas pousam e colocam bicho na comida!?! A gente tinha que comer como estava servido sem sequer poder tirar os bichos fora. E, pra espairer, a gente acabava descontando no caxiri<sup>85</sup>.*

*Nessa troca, quem mais cresceu como sujeito foi o doutorzinho que perdeu na marra a ingenuidade boba de seu conhecimento científico, antes tão valorizado. Conseguiu, com o convívio, perceber que por trás de um problema existem pessoas e um universo de singularidades.*

O uso de drogas se apresenta como um problema sociopolítico e cultural em nível nacional e internacional, e as ciências humanas são convocadas para instrumentalizar novas práticas que possam responder a esse desafio<sup>86</sup>. A droga, como problema, exige uma abordagem que evite as interpretações punitivas tradicionais, fundamentadas em concepções moralistas, limitadas ao caráter ilegal das substâncias ou à difusão de estereótipos sociais; requer, sim, uma visão sociopolítica e cultural interdisciplinar a respeito do tema.

Segundo o relatório mundial sobre drogas, publicado anualmente pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (Unodoc), em 2010 estimava-se que cerca de 230 milhões de pessoas, ou seja, 5% da população mundial adulta, já fizeram uso de drogas pelo menos uma vez. Globalmente, as duas drogas ilícitas mais utilizadas são a maconha e os estimulantes (cocaína e anfetaminas)<sup>87</sup>.

Bastos e Bertoni (2014) na *Pesquisa Nacional sobre o uso de crack*, descrevem o surgimento, no final da década de 1980, do fenômeno político, cultural e econômico do crack: a emergência das drogas como “problema social” a partir de uma visão catastrofista, descolada da realidade epidemiológica, que articula práticas de estigmatização e criminalização de populações já vulneráveis a uma retórica sanitária, em um cenário mundial em que políticas assistenciais do Estado cedem espaço à repressão, em cadência com as

---

<sup>85</sup> Caxiri é uma bebida fermentada à base de macaxeira (mandioca), utilizada em comemorações nas aldeias indígenas da Amazônia.

<sup>86</sup> Cf. BIRMAN, 2007, p. 199.

<sup>87</sup> Cf. UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME, 2012, p. 1-6.

convenções internacionais sobre drogas. Para os produtores, o crack surge como alternativa ao controle dos precursores químicos necessários ao refino de cocaína (notadamente éter e acetona), política planejada pelo departamento de repressão às drogas do governo dos Estados Unidos (DEA), e rapidamente endossada pelas Nações Unidas (ESCOHOTADO, 2003, p. 182). Além disto, como já em 2003 Escohotado constatava, a pedra tornou o consumo de cocaína acessível às classes menos favorecidas, já que diminuiu muito os custos de fabricação e transporte. “Se a cocaína representa o luxo dos vencedores, a pasta base e o crack são o luxo dos miseráveis, como um sucessor mais potente e dez ou doze vezes mais barato que seu original” (ESCOHOTADO, 2003, p. 181, tradução nossa).

O luxo dos miseráveis não é feito só do crack, mas do que se impõem na vida. A miséria está distribuída socialmente e culturalmente entre os oprimidos. É uma miséria de vida em que muitas vezes colonizados e colonizador encontram-se presos numa mesma miséria subjetiva. O professor Francisco, personagem da narrativa, vive uma miséria da vida humana marcada por anos de colonização. Colonização que se mantém viva nos castigos físicos e psicoterápicos. Castigos que buscam a disciplinarização dos corpos e o controle das ações.

A disciplinarização dos corpos ocorre quase sempre legitimada pelo discurso da ordem e do bem, constituindo um conjunto de estratégias que funcionam de tal forma que regras e valores sejam internalizados pelos sujeitos sem que eles as percebam. A partir dessa internalização, os sujeitos passam a atuar de forma “adequada” ao espaço onde estão inseridos. Essa é uma estratégia que vai sendo impressa nas relações e naturalizada sem que se perceba o investimento na manutenção da relação colonizador/colonizado.

Na história narrada sobre Francisco podemos notar a presença quase que concomitante de discursos que estigmatizam o outro, desde a imposição de uma nova língua até os castigos (incluindo o tratamento psicoterápico), assim como a relação dialógica que foi sendo estabelecida entre Francisco e o doutorzinho.

Coexistem, atualmente, dois discursos a respeito da questão das drogas. Um dominante, referido como tradicional, centrado no modelo da abstinência, do controle social, da estigmatização dos dependentes e sua segregação como delinquentes ou como doentes. O outro discurso, o da redução de danos, centrado no modelo do resgate da cidadania e da reinserção social dos dependentes de drogas através da promoção da melhoria da qualidade de vida destes, visa minimizar os efeitos nocivos do consumo de drogas. As políticas de redução de danos enfatizam a prevenção, incorporando os próprios interessados e a comunidade no planejamento e na execução das ações, sem colocar como objetivo a abstinência total.

Mas, o que está “em jogo” entre o discurso hegemônico, pautado na busca pela abstinência, no controle social, na estigmatização, segregação dos usuários de drogas e o discurso da redução de danos, que busca o resgate da cidadania e a reinserção social? O que distingue esses dois discursos?

Os discursos por si só não diferem ou se aproximam, antes apontam para algumas direções. Ambos podem carregar noções sobre drogas enraizadas no proibicionismo e na repressão. A imposição da abstinência tende a aprisionar as pessoas em rótulos, categorias, em perspectivas teóricas que diminuem a potência, em vez de trazer à tona todo o potencial de autonomia e liberdade. Existe uma frase histórica, do psiquiatra e professor na Unifesp, Dartiu Xavier da Silveira, estudioso das questões sobre drogas; diz ele: “o contrário de dependência não é abstinência, o contrário de dependência é liberdade”. Já as ações de redução de danos constituem um conjunto de medidas voltadas a minimizar as consequências adversas do uso de drogas. O princípio fundamental que as orienta é o respeito à liberdade, mas existem formas de execução das ações de redução de danos que são tão estigmatizantes quanto aquelas que claramente têm como objetivo-fim a abstinência.

A noção de liberdade em que cada uma das abordagens está apoiada é o que as diferencia. É a partir da dimensão da autonomia como um processo dialógico de construção da subjetividade individual, que depende das relações interpessoais desenvolvidas no espaço vivencial, que a liberdade se firma. A construção da autonomia precisa “estar centrada em experiências estimuladoras da decisão e da responsabilidade, vale dizer, em experiências respeitadas da liberdade” (FREIRE, 1996, p. 121). Tais experiências possibilitam o desenvolvimento da subjetividade autônoma, elementar para a instauração das relações com outro.

Imersos nestes cenários em que a liberdade enquanto prática é posta em jogo, os atores sociais produzem sentido em suas conversas cotidianas, mostrando-se marcados pela ambiguidade e a pungência quando o assunto é drogas.

## As drogas e a mídia

*Como pesquisadora sobre drogas, fui convidada a ministrar aula para a guarda municipal de uma cidade no interior do estado de São Paulo abordando a política sobre drogas.*

*Lá fui eu. Um auditório repleto de homens e mulheres fardados, alguns inclusive armados. Como meu marido é militar do exército, as fardas fazem parte de nosso cotidiano, mas as armas não. Apresento-me e começo a conversar. Brinco que a aula vai ser uma contação de vários 'causos'. De início, todos os alunos e alunas estão arredios, mas conforme a aula se desenrola, o gelo vai se quebrando aqui e ali. Começam a surgir algumas brechas. Continuo fazendo uma retrospectiva histórica sobre a legislação. Temos o primeiro intervalo, transito pelos alunos a observar e escutar as conversas.*

*Percebo que grande parte da turma já se mostra mais acessível à reflexão. Vários relatos de atividades diárias que envolvem usuários de drogas passam a dar o tom das conversas.*

*Retornamos ao auditório. Proponho que façamos alguns esquetes com temas previamente determinados. Busco construir com a classe a ideia de que toda "verdade" tem uma intencionalidade como pano de fundo, e muitas vezes a repetimos sem perceber que desempenhamos um papel que nos engessa.*

*A atividade pareceu ter dado fôlego para o grupo se posicionar. Marcar posições e contradições. Surge uma questão que parecia uníssona. Os alunos e alunas começam a revelar suas preocupações, medos de serem identificados como 'polícia' nos espaços de vida cotidiana. Uma avalanche de histórias em que o tema das drogas associadas a situações de violências vividas por esses profissionais invadem a discussão. Sinto-me esmagada por tanta desgraça. Até que pontuo estarmos vivenciando uma guerra, e numa guerra o objetivo de cada lado é acabar com o inimigo. Instala-se novamente um clima hostil, como se eu e os alunos e alunas estivéssemos em times opostos.*

*Aos poucos, vou tentando desfazer os nós de uma teia extremamente tesa. Comento que somos bombardeados diariamente por notícias na mídia que nos mostram tendências opostas com relação às drogas.*

*O tema das drogas nos é servido envolto em preconceitos, tabus e crenças, e costuma gerar uma polarização de posições que se expressam, num extremo, pela ideia de "liberar geral" e, no outro, por concepções de "lei e ordem" ou "tolerância zero".*

*Mais uma vez o debate começa a fluir. A discussão passa por todo o grupo e não mais polarizada entre eles e eu. Até que um aluno conta*

*uma vivência familiar em que se desnuda o sofrimento. E por traz daquele usuário de droga daquela família surge a imagem de um sujeito, uma pessoa. Por um lampejo aquele grupo busca ressignificar aquele estereótipo. Mas rapidamente retornam ao modelo binário.*

*Termino a aula com a sensação de que a estratégia havia funcionado. O intuito era estimular, provocar reflexões, abalar as certezas. Afinal, são as perguntas que nos movem, e não as respostas.*

*Uns dois alunos me acompanham até a saída. Até que fica apenas um. O assunto ganha um tom mais intimista e ele começa a falar de suas experiências pregressas como usuário de drogas. Antes de terminar, pede sigilo, pois a corporação não admite 'essas coisas'. E ainda conclui: - Aqui temos muitos colegas que usam várias coisas, mas isso é tabu. Aqui dentro todo mundo parece santo.*

Falar de drogas é falar de um tema complexo, impossível de ser compreendido dentro de uma única área de conhecimento. Não existe outra forma de refletir sobre o assunto, senão agregando pontos de vista e experiências de diversas áreas. Questões como, por exemplo, tráfico, violência, delinquência, aspectos morais, entre outros são extremamente presentes quando o assunto são as drogas.

A mídia assume um papel fundamental na compreensão da produção de sentido, seja porque penetra no mundo contemporâneo e, portanto, funciona como instrumental na conformação da consciência moderna, seja porque confere uma visibilidade sem precedentes aos acontecimentos, incluindo aí as novas informações e descobertas.

Para Michel Foucault, a mídia é um elemento importante quando se pensa o biopoder: há o surgimento de mídias rizomáticas, atuando como um “poder pastoral” invisível, caracterizadas por micropoderes; este “poder pastoral” é individualizante (age pelo bem geral, porém controla cada indivíduo). No livro *Microfísica do Poder* (1998), Michel Foucault faz um comentário sobre século XVIII em que diz que os reformadores desconheciam as condições reais de opinião e a mídia: “uma materialidade que obedece aos mecanismos da economia e do poder em forma de imprensa, edição, depois de cinema e televisão.” (FOUCAULT, 1998, p. 125). Eles desconheciam que era preciso “passar por esta mídia”,

*E que estes media seriam necessariamente comandados por interesses econômico-políticos. Eles não perceberam os componentes materiais e econômicos da opinião. Eles acreditaram que a opinião era justa por natureza, que ela se difundiria por si mesma e que seria um tipo de vigilância democrática. No fundo, foi o jornalismo – invenção fundamental do século XIX – que manifestou o caráter utópico de toda esta política do olhar (FOUCAULT, 1998, p. 125).*

Consequentemente, faz-se necessário ressaltar a construção discursiva na mídia. Deleuze e Guatarri (1997) explicam que

Os jornais, as notícias, procedem por redundância, pelo fato de nos dizerem o que é “necessário” pensar, reter, esperar, etc. A linguagem não é informativa nem comunicativa, não é comunicação de informação, mas — o que é bastante diferente — transmissão de palavras de ordem, seja de um enunciado a um outro, seja no interior de cada enunciado, uma vez que um enunciado realiza um ato e que o ato se realiza no enunciado. (DELEUZE; GUATARRI, 1997, p. 12).

Mary Jane Spink (1999) nos ajuda a refletir que a mídia não é apenas um meio poderoso de criar e fazer circular conteúdos simbólicos, mas possui um poder transformador capaz de reestruturar os espaços de interação propiciando novas configurações aos esforços de produção de sentido.

De uma sociedade vista por Foucault como “disciplinar”, para um modelo de sociedade identificada por Gilles Deleuze (1992) como de “controle”, encontramos hoje num momento de transição entre um modelo e outro. Estamos a sair de uma forma de encarceramento completo para uma espécie de controle aberto e contínuo.

A chamada sociedade de controle é uma mutação em relação à sociedade disciplinar. Não que esta tenha deixado de existir, mas foi expandida para o campo social de produção. Segundo Foucault, a disciplina é interiorizada, e é exercida fundamentalmente por três meios globais absolutos: o medo, o julgamento e a destruição. Logo, com o colapso das antigas instituições imperialistas, os dispositivos disciplinares tornaram-se mais limitados. As instituições sociais no contemporâneo produzem indivíduos sociais muito mais móveis e flexíveis que antes. Essa transição para a sociedade de controle envolve, portanto, uma subjetividade que não está fixada na individualidade. O indivíduo não pertence a nenhuma identidade e pertence a todas. Mesmo fora do seu local de trabalho, ou de qualquer ambiente de reclusão, continua a ser intensamente governado.

Dessa forma, a população recebe, via tecnologias de comunicação, informações disparatadas em alguns aspectos. Um evidente descompasso diz respeito ao conjunto de informações sobre “drogas ilícitas” (maconha, cocaína, entre outras) em comparação às “lícitas” (álcool e tabaco). De um lado, a população recebe uma série de informações sobre a violência relacionada ao tráfico e sobre os “perigos das drogas” e, de outro, é alvo de sofisticadas propagandas para estímulo da venda de bebidas alcoólicas e de cigarro. Nesse contexto, esses grupos de “drogas”, semelhantes em vários aspectos farmacológicos, passam a

ser encarados de modo distinto pela opinião pública, gerando posturas extremamente incoerentes.

Mas é nesse jogo entre tecnologias de comunicação e informação, subjetividade, e drogas que se produz medo, insegurança e a necessidade de suprimir o medo (via segregação, medicalização) e aumentar a segurança (via aparato policial, penalização, criminalização). Quanto maior o medo e a insegurança, maior e mais lucrativa a indústria de armas, de dispositivos de segurança, de fármacos, e de especialistas. Assim, a guerra às drogas se faz sempre presente, mesmo quando invisível: uma guerra permanente que atravessa todas as dimensões da vida.

Os usos das novas tecnologias são, ainda, objeto de disputa no que tange à arquitetura mundial das redes e à sua regulação. Dependendo do funcionamento dos poderes e contrapoderes, as tecnologias da informação podem corroborar a manutenção do *status quo*, produzindo as subjetividades que lhe são adequadas, ou podem se incorporadas de maneira crítica e criativa, abrindo espaços para o novo, o extramuros do controle.

## 7 DROGAS E AMBIENTE ESCOLAR

Em uma única escola podemos encontrar realidades extremamente heterogêneas, desde a sua localização, o território<sup>88</sup> onde está inserida, até as práticas pedagógicas utilizadas pela equipe de professores e professoras, funcionários e funcionárias. Busco, ao adentrar nas conversas do cotidiano para analisar as práticas discursivas produzidas ou reproduzidas na escola por professores e professoras, alunos e alunas e todos os outros atores sociais envolvidos nas práticas da educação escolar, capturar novos significados políticos da dimensão pedagógica. Estar em pesquisa no cotidiano significa viver situações comuns, habituais, próprias desses espaços escolares, como um fluxo de fragmentos corriqueiros e de acontecimentos em microlugares.

O termo “microlugares” é utilizado por Peter Spink (2008, p. 70) para destacar a importância do cotidiano, com ênfase no espaço e no tempo, como um cenário de pesquisa.

[...] Seu propósito é de chamar atenção para a importância do acaso diário, dos encontros e desencontros, do falado e do ouvido em filas, bares, salas de espera, corredores, escadas, elevadores, estacionamentos, bancos de jardins, feiras, praias, banheiros e outros lugares de breves encontros e de passagem. Com a expressão ‘microlugares’, buscamos recuperar a noção da psicologia social como prática social, de conversa e de debate, de uma inserção horizontal do pesquisador nos encontros diários – encontros estes que não acontecem no abstrato ou no ar, mas que acontecem sempre em lugares, com suas socialidades e materialidades (SPINK, P., 2008, p. 70).

Peter Spink (2008, p. 71) continua:

[...] a noção de micro lugares é um duplo desafio: primeiro de aprender a prestar atenção a nossa própria cotidianidade, reconhecendo que é nela que são produzidos e negociados os sentidos e, segundo, de aprender a fazer isso como parte ordinária do próprio cotidiano, não como um pesquisador participante e muito menos como um observador distante, mas simplesmente como parte.

Nas escolas, encontramos matizes infinitos das relações humanas. Tanta riqueza e colorido cultural não podem ser desperdiçados em um mundo que cada vez mais assume tons uniformes sob a forma da massificação dos olhares, resultado da globalização. Embora Milton Santos (2000, p. 23) aponte a globalização como responsável por colocar o homem pós-moderno em um estado de confusão de espírito que “[...] impede o nosso entendimento do mundo, do país, do lugar, da sociedade e de cada um de nós mesmos”, ele também aponta uma resistência a esse processo ao afirmar que:

---

<sup>88</sup> A noção de território está marcada pela concepção de Boaventura de Sousa Santos (2014), como mais que um espaço econômico e de trabalho; como um espaço marcado pela identidade cultural, simbólica e estética.

[...] uma sociedade e um território estão sempre à busca de um sentido e exercem, por isso, uma vida reflexiva. Neste caso, o território não é apenas o lugar de uma ação pragmática e seu exercício comporta, também, um aporte da vida, uma parcela de emoção, que permite aos valores representar um papel. O território se metamorfoseia em algo mais do que um simples recurso e, para utilizar uma expressão, que é também de Jean Gottmann, constitui um abrigo. (SANTOS, M., 2000, p. 54).

Estas conversas cotidianas são fontes riquíssimas de dados que permitem construir abordagens e definições do objeto de estudo. Nesta mesma linha de raciocínio, Batista, Bernardes e Mincoff (2014, p. 101) confirmam a importância das conversas espontâneas entre pesquisadores e interlocutores da pesquisa, porque significa “[...] posicionar as pessoas participantes como protagonistas na construção do conhecimento”.

Dessa forma, é necessário valorizar os encontros e reencontros permeados pelas socialidades e materialidades específicas de cada lugar. Em síntese, há de se adotar uma postura dialógica, articulada à ética e à política, buscando romper com determinadas epistemologias clássicas. (BATISTA; BERNARDES; MINCOFF, 2014, p. 104).

Assumir as conversas do cotidiano como metodologia de pesquisa construtiva requer, sobretudo, uma postura ética por parte do pesquisador.

Certo grau de alteridade foi também necessário como condição para elaboração dessa tese. Alteridade, segundo o dicionário Houaiss é natureza ou condição do que é outro, do que é distinto. A alteridade no viés da filosofia, já apresentada por Kristeva (1994), nos mostra que, no encontro com o outro, descobrimos a nós mesmos, sem mútuos julgamentos de valor, apenas como sujeitos diferentes se encontrando. Daí a importância de valorizar os lugares de vivência, de diversidade, de diálogos e de encontros pontuados por Batista, Bernardes e Mincoff (2014).

O registro das conversas do cotidiano possibilita que ideias, preconceitos, concepções, desconstruções e ressignificações conceituais sejam trazidos para a tese como registros importantes de assuntos que perpassam a vida cotidiana, fazendo-se, portanto, relevantes para a presente pesquisa (MENEGON, 1998).

Como o tema das drogas é extremamente sensível politicamente, tentar garantir o acesso a eles de forma que as identidades possam ser resguardadas se torna fator importante no que diz respeito à ética na pesquisa. Tais conversas captadas fazem parte da pesquisa a partir das narrativas ficcionais, assim denominadas e sugeridas por Reigota (1999c) para proteger, numa perspectiva ética, aqueles que estarão efetivamente contribuindo com a sua

composição e, ainda, porque está ligada a uma pertinência temática cara ao momento atual, como muitas outras.

### **A arte das narrativas ficcionais no/do/com o cotidiano escolar**

A expressão “narrativas ficcionais”, formulada por Marcos Reigota (1999c), refere-se às montagens textuais nas quais o cotidiano vivido é integrado aos textos sem que as pessoas e os locais visitados sejam explicitados com base num princípio de identidade ou relação especular com uma dada realidade.

Segundo Reigota (1999c), as narrativas ficcionais se embasam em dois critérios: o compromisso ético e a pertinência temática. O autor, ainda explorando os recursos que a construção de cenários lhe possibilitaria, deixa claro que os trechos justapostos como uma colcha de retalhos – embaralhados nas montagens – que compõem as narrativas não são ficção.

Na construção dos “cenários”, os meus informantes, evidentemente, tiveram suas identidades preservadas e, embora eu tenha usado e abusado das possibilidades ficcionais, as suas “falas” não são ficção, mas sim fragmentos de relatos justapostos baseados em fatos. Utilizo na construção de cenários tanto as histórias de vida que ouvi e presenciei entre os ecologistas, como os artigos sobre pessoas desse grupo publicados na imprensa internacional. (REIGOTA, 1996, p. 51).

As narrativas ficcionais, tal como formuladas e praticadas por Reigota (1999c), contemplam personagens, apontando as suas “errâncias” e nomadismos em diversas atuações. Ao abordar questões teóricas, o autor utiliza as múltiplas faces dos/das personagens e os diversos cenários para contextualizar e acenar modos de vida mais complexos e difusos, em que “A fragilidade e a porosidade identitária que permitem muitas entradas e saídas, num processo circulatório constante, se manifestam concretamente no encontro ou desencontro com o/a outro/a [...]” (REIGOTA, 1999c, p. 88).

Valho-me das narrativas ficcionais como recurso metodológico para lidar com a temática das drogas no cotidiano escolar especialmente pelo fato do cuidado ético com os que fazem parte da pesquisa. Trata-se de um recurso valioso para trabalhar com temas nos quais a identidade das pessoas com as quais obtive dados e informações, com quem convivi no cotidiano das várias escolas, precisa ser preservada. Por meio das narrativas ficcionais, memória, política e escrita são acionadas como recursos de composição de cenários, personagens e tramas.

Com a intenção de analisar os discursos produzidos, ecoados na escola por seus professores e professoras, alunos e alunas e todos os envolvidos/as na comunidade escolar, num esforço de apreender os possíveis significados políticos presentes nas práticas da educação escolar em relação às drogas, recorro às conversas no/do/com o cotidiano escolar e as transformo em narrativas ficcionais.

A utilização de narrativas ficcionais numa pesquisa significa a mistura entre as possibilidades mais criativas e etnográficas de uma pesquisa científica, tal como nos ajuda pensar Reigota (1999c, p.73).

Quando percebi que possuía a fundamental e cara liberdade para escrever, fui me despindo dos (maus) hábitos científicos, mas não de suas contribuições. A possibilidade de escrever um texto dentro da perspectiva inicial (“um estudo etnográfico”) foi sendo substituída pela possibilidade, menos científica e mais criativa, mas não menos etnográfica, que denominei “narrativas ficcionais”.

A partir de tais narrativas, busco “o compromisso ético e a pertinência temática” (REIGOTA, 1999c, p. 87) para construir cenários, identidades e personagens que contribuam para trazer ao cenário atual o debate, a reflexão, e novas possibilidades de compreender a questão das drogas no cotidiano escolar.

Somam-se às narrativas ficcionais presentes nessa seção, todas as demais narrativas, bem como aquelas sobre minhas trajetórias de vida e de meu percurso profissional já apresentadas. Utilizo esse recurso enquanto um conjunto de múltiplas fontes que apresentam diferentes versões sobre o tema das drogas. Elas são recortes que evidenciam discursos e práticas pedagógicas, ou não, no cotidiano escolar. Entrecruzando os textos, abordam assuntos ora presenciados, ora ouvidos ou vividos por mim nos diferentes níveis de ensino, mas também se relacionam com memórias em que os eventos produziram repercussões.

Reuni aqui algumas narrativas que podemos considerar como emblemáticas. Nelas, encontramos marcas de como a sociedade na qual estamos mergulhados apresenta-nos uma grande problemática: a formação do indivíduo mediante os infinitos procedimentos de sujeição. Buscamos aqui realizar uma análise a partir dos dispositivos de poder-saber na sua relação com a questão da verdade, em outras palavras, a constituição social do indivíduo a partir da produção de verdades, que traz em seu bojo o jogo de forças do exercício do poder. E é justamente a análise deste exercício que se apresenta como uma tarefa político-histórica necessária em nossa sociedade atual.

É preciso lembrar que cada época diz tudo o que pode dizer em função de suas condições de enunciação, assim como vê e faz ver tudo o que pode em função de seus campos

de visibilidade. Tudo é sempre dito e visto em cada época histórica segundo um regime de visibilidade e dizibilidade produzido pelo dispositivo social.

### **Qual prevenção?**

*A coordenadora da escola passa de sala em sala avisando que no dia 10, às 9 horas, virá uma psicóloga falar sobre drogas a todos os alunos da escola.*

*Durante o comunicado, vários alunos se entreolham com um ar que não dava para identificar se era de aprovação, desdém, colaboração ou deboche. Logo após a saída da coordenadora, os alunos emendam numa conversa que mobilizou quase toda turma. A conversa era mais ou menos assim:*

*– Ai que saco! Tô cansado de escutar estas palestras que não têm nada a ver com a gente! As pessoas costumam inventar um monte de coisas em cima do real, para ver se convencem a galera a não usarem as drogas.*

*– É mesmo, tá ligado. Quando falam de drogas, ficam querendo nos assustar, com cenas horríveis, com slides e uns filmes ainda mais treva.*

*– E o pior é que, quem usa, morre de rir; os manos sabem que não é bem assim. Falam só do mal que a droga provoca, mas nem admitem que ela também faz bem. Eu bem vi isso num programa da TV.*

*– Essa história de palestrinha é uma babaquice. Acho que as palestras deveriam ser mais reais, mais concretas mesmo. Não deviam falar com a gente como se não soubéssemos de nada. Pelo menos deviam lembrar que vem pelo menos um otário a cada ano falar de como a droga mata.*

*O professor tenta ponderar – Gente, gente, vamos acalmar. Tem sempre novidades surgindo. Outro dia saiu uma reportagem na Veja em que um pesquisador fala que é na escola que os jovens aprendem a beijar e têm sua iniciação sexual, mas também pode ser aqui o lugar onde vocês terão o primeiro contato com as drogas. Não podemos ignorar esse fato.*

*Rapidamente uma menina bem franzina, lá da fila da frente, toma a palavra: – Mas esse povo se esquece de falar que, geralmente, os jovens começam usando bebida, cigarro e cola de sapateiro.*

*Outro aluno assume a liderança na conversa e afirma: – Todos os palestrantes que vêm na escola dizem a mesma coisa: falam do mal que a droga traz. Fazem aquele teatro que o final todo mundo já*

*sabe... Quem usa droga vai acabar se dando mal. Mas na verdade, o pessoal que usa pensa assim: "comigo é diferente, este pessoal não está com nada". É assim que escuto aqui. Na realidade, este tipo de trabalho é cansativo, entra num ouvido e sai pelo outro, não traz nenhum proveito, mas isto acontece porque o pessoal não sabe conversar com os adolescentes. O trabalho de prevenção na escola não deveria ser esta canseira, que impõe uma certeza de fora pra a gente. Eles não sabem fazer prevenção. Prevenção com repressão a gente não quer, não.*

### **A propósito do proibicionismo em pleno HTCP<sup>89</sup>**

*Mal acabara de começar o recreio e a sala de professores já estava cheia. Nem sei como o assunto começou, mas acabou sendo um dos mais debatidos e com maior participação. Quando me aproximei já estavam muitos envolvidos, e mais parecia uma discussão sobre futebol, tamanha a paixão presente em cada retórica. Peguei a conversa pelo meio e era mais ou menos assim:*

*– Precisamos colocar grades em todas as portas e janelas, nossa escola fica aqui na periferia e estamos mais expostos ao roubo. Argumentava a diretora.*

*– Que inferno! Hoje, quem manda aqui são esses moleques viciados desde criança, sem estrutura familiar, que brincam de guerra. Quem vem aqui comprar drogas não entendeu ainda que toda coca cheirada tem sangue no meio. Por isso que eu sou a favor de leis mais severas, igual na Indonésia. Lá, o malandro pego com droga, pena de morte nele!!! – comemorava o professor.*

*– Não é disso que se trata. A violência a que somos expostos não é culpa do drogado. O uso de drogas existe desde que o mundo é mundo, o importante é acabar com a violência causada pelo tráfico. Inclusive saiu no jornal que 80% dos crimes, excluindo os crimes passionais, têm raízes no tráfico de drogas. Entra no assunto a professora.*

*– Não me venha a senhora com essa história. A droga está em todo lugar e quem usa está alimentando a violência do tráfico. Vai dizer que a senhora também é do time do liberou geral, que devemos também legalizar as drogas?!?! No Facebook tem um montão de*

---

<sup>89</sup> A sigla refere-se ao Horário de Trabalho Coletivo Pedagógico.

*gente querendo se passar por moderninho e fica pedindo a liberação da maconha. Retrucou com veemência o professor.*

*– O que disse e repito é que o poder público é inoperante no combate ao tráfico de drogas, atira no culpado que consegue enxergar. Como o usuário é o lado mais fraco, nada mais cômodo do que responsabilizá-lo. O usuário é tratado como o médico e o monstro. Responde a professora.*

*– Cruzes! Nunca pensei que a senhora fosse desse time. Não acredito nessas campanhas na tevê, em passeatas com camisetas brancas, em abraços simbólicos, isso tudo é bobagem. Acredito em lei, em cana dura. Esse povo precisa se responsabilizar pelo que faz. Temos que acabar com a hipocrisia e tirar nossas máscaras. Os usuários sustentam o tráfico, sim! Afirma o professor como se pusesse um ponto final na discussão.*

*O clima fica pesado e rapidamente surgem outros assuntos. Fico com meus botões a pensar que discussões como estas precisam ser feitas mais vezes, só assim conseguiremos pensar, refletir enfim, nos aproximar do tema.*

## **Liberdade assistida**

*A escola estava recebendo de uns tempos pra cá alunos e alunas em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida (LA). Virava e mexia chegava uma conversa na sala dos professores em que os alunos e alunas em LA eram citados. O diretor Seu Adail era um cara novo e cheio de boa vontade. Ficou curioso em saber como eram vistos e tratados os jovens e as jovens. Eram muitas questões... Quais os significados que a escola tem para eles e elas? Quais as concepções que os educadores, funcionários e alunos constroem sobre o adolescente autor de ato infracional e sua relação com a escola? E principalmente o modo como as escolas têm atuado para incluir os adolescentes em liberdade assistida nos processos formais de escolarização ou excluí-los desses processos.*

*A história de Ismael pode ser um bom exemplo. Estudava numa escola próxima a sua casa e ao retornar às aulas, já em liberdade assistida (LA), começa a viver um período de certa dificuldade na escola. Conta que a escola o obrigou a se retirar. – Acho que deram graças a Deus, quando pedi minha transferência, não é? Estava no 9º ano, sabe. Chamaram minha mãe para uma reunião. Ela foi lá, eles*

*pediram pra eu ser retirado e arrumar vaga em outra escola porque lá não podia mais estudar... Nem explicaram nada, mas eu acho que foi depois que a polícia me pegou fazendo movimento na biqueira. Daí cumpri uns dias no NAIS e entrei em LA de lá pra cá as coisas mudaram. Minha mãe achou melhor a gente não criar caso. Isso podia complicar com o Juiz. Parece que você fica marcado, tá ligado.*

*Continua Ismael: – Fui então pra essa escola nova eu até que fui bem recebido no início. Falaram o que eu tinha que estudar que eles não iam me repetir por causa de tudo o que já tinha acontecido comigo, que tinha ido parar o NAIS e já tinha perdido matéria. Me ajudaram, eu estou no 9º ano agora, graças a Deus, não me repetiram de ano, só que quando eu fui conversar, só que quando a minha mãe foi fazer a minha matrícula pra eu ir pro 1º ano eles não aceitaram. Eles falaram que eu ia ter que vim pra mais uma outra escola. Aí aproveitaram e já me encaminharam pra cá.*

*Com um ar de certa tristeza conclui: – Eu sempre gostei da outra escola, então a má lembrança foi que tudo o que aconteceu comigo, que eu fiz, andei mexendo com bagulho, foi a discriminação, porque eles sempre me tratavam bem e depois que eu rodei e tive minha passagem pelo NAIS daí eles não aceitaram mais. Eu senti que eles não me queriam mais na escola, por causa de outras vezes que entrava outros alunos que tinham problema, eles tiravam, eles arrumavam um jeitinho do aluno fazer uma baguncinha pra expulsarem ele da escola.*

*Sem se dar por satisfeito Adail passou a ficar mais atento aos pedidos de suspensão de aluno, transferência dentre outras coisas. Chegando a participar de um diálogo entre a coordenadora Dona Ana e uma professora categoria O. Elas conversavam sobre um aluno que havia sido expulso naquela semana.*

*– Ah, Dona Ana, quando ele é expulso da escola é porque já aprontou muito dentro da escola. Ele teve todas as chances pra fazer e não fez. Então, é em último caso só que acontece isso. Pondera a professora*

*– Eu discordo. E olha que já estou com 28 anos de escola. Deixar esse aluno fora da escola, e ficar pensando ‘ai que bom, que alívio’; isso eu acho que é muito errado, porque, com certeza a gente está contribuindo para aluno na rua, para cometer outro ato infracional. Vai de novo se meter com essa gente que não presta. Já dizia o ditado: “Cabeça vazia, oficina do diabo”.*

*– Meninas, precisamos discutir mais sobre isso. Podíamos levar esse assunto pro HTCP, o que vocês acham?*

– Adail, vou te falar, porque sou antiga e já estou quase aposentando... Ninguém quer discutir nada, não. Os professores estão doidos pra que o horário do HTCP passe logo pra irem embora. Eu já desisti de discutir com o grupo de professores, prefiro fazer aliança com os alunos. Comenta Dona Ana, desiludida.

### **Professor Mediador: mediar o quê?**

*João logo que assumiu a tarefa, trabalhar como conciliador ficou seduzido. Sua função era intermediar os conflitos escolares e ajudar os professores a lidar com alunos com dificuldade do cotidiano escolar. Acreditou que seu trabalho estava meio caminho andado, já conhecia professores, professoras, alunos e alunas daquela escola; afinal só estava em outra função. A escola era bem grande com cerca de 900 alunos, desde Ensino Fundamental até o Ensino Médio. Funcionava nos três turnos e contava com dois professores mediadores, ao João cabia o acompanhamento dos turnos da manhã e tarde. Era uma escola que, assim como tantas outras, sempre tinha conflitos, entre os próprios alunos e também entre alunos e professores. Mas a situação era desconfortável.*

*Além de João, a escola contava com mais uma professora mediadora que atuava no turno da tarde e da noite, já que a escola era grande e a quantidade de problemas também.*

*Estava encontrando muitas dificuldades na atuação sentia-se responsabilizado pela indisciplina de toda escola pela gestão da escola, assim como pelos os professores e professoras. Já não suportava mais essa situação... Reuniões de conselho de classe ou planejamento eram uma tortura... Pensara diversas vezes até em desistir da função de mediador.*

*Precisava fazer alianças e acreditou que com os alunos e alunas seria o caminho mais propício para o que tinha como intenção. Queria criar um clima mais solidário entre os que coabitavam o espaço escolar. Resolver promover rodas de conversas sobre todo tipo de tema. Estes seriam escolhidos previamente através votação anônima e divulgados entre alunos, alunas, inspetores, inspetoras, gestores(as), professores e professoras. Todos eram bem-vindos.*

*Sua colega de função não se sentia tão mal com as tensões da função de mediadora. Mesmo assim aceitou a empreitada de participar desse novo formato de atividades. Mas a execução ficou por conta de João.*

*João montou uma lista com quatro temas e deixou cédulas com as opções por toda escola. Qualquer um podia votar e ao final daquela semana o tema mais votado seria trabalhado numa roda de conversa que ocorreria sempre no horário do recreio nos dois turnos em um dia específico.*

*Como cada turno tinha um público específico, tentou separar os temas por relevância para cada fase. Pela manhã eram alunos do Ensino Médio, pela tarde eram alunos do Ensino Fundamental II, de 6º ao 9º ano. João ficou responsável pelo turno da tarde e sua colega pelo da manhã.*

*Trabalhar com público mais velho lhe deixou um tanto apreensivo, será que haveria adesão na votação? E nas rodas de conversas, teriam pessoas pra movimentá-las? Acreditava que os temas eram mobilizadores, tinham sido tirados de suas atuações ali mesmo na escola. Os temas traziam questões como alimentação, drogas, sexualidade, mídia e relação com o corpo.*

*Enfim chegou o dia de ver o que havia sido depositado nas urnas. Para sua surpresa e satisfação havia um número razoável de cédulas. O assunto mais escolhido no turno da manhã foi sexualidade e no da tarde mídia e corpo.*

*No dia marcado e horário e local marcado João havia organizado o espaço num canto da quadra coberta. Organizou umas cadeiras e ainda contou com a possibilidade de utilizar parte da pequena arquibancada, não tinha a menor ideia de quantos iriam comparecer.*

*O sinal do recreio soou e seu coração disparou. As crianças foram descendo ao pátio, pareciam nem lembrar que havia uma atividade proposta para aquele dia. Aos poucos, foram chegando três meninas do 1º ano C, logo depois mais uma dupla de meninas. As aproximações foram ocorrendo de forma bem tímida por parte dos alunos e alunas. Já os educadores e educadoras ficaram de longe a observar a movimentação. Esperou uns minutos até que alguns se acomodassem, a arquibancada funcionou para possibilitar uma participação não tão evidente.*

*Começou a conversa explicando a ideia da roda de conversa e suas regras básicas. As regras eram simples e tentavam garantir a voz e a vez dos participantes. Logo trouxe o assunto mídia e corpo para a conversa.*

*Deu o ponta pé inicial e esperou para ver se alguém dava continuidade. Houve uma série de intervalos marcados pelo silêncio. Ao longe algumas professoras ficavam a observar, mas não se*

*juntaram a roda. Mas com o desenrolar o grupo foi conversando e pareceu estar estabelecendo algum tipo de aliança.*

*Até que uma menina, dessas bonitas e toda maquiada fala:- Não sei mais o que fazer! Vejo na TV as modelos e quero ser igual, mas não consigo. Tem dia que fico sem comer quase nada.*

*Essa fala desencadeia uma série de conversas sobre o modelo de beleza que são postos a nós na tv. E as meninas se colocam como as mais atingidas por essa obrigatoriedade. Até que um menino fala que na academia em que malha tem uns produtos que ajudam a queimar gordura.*

*João percebe que há uma questão que está por trás dessa fala e comenta: – Mas os meninos também precisam ficar sarados. Tem muita gente tomando anabolizante. Assim que falou pensou sua afirmativa fosse ser desqualificada. Que nada, vários adolescentes começaram a contar o que tomam, tomaram e estão pensando em tomar. Tratavam do assunto como se fosse a coisa mais banal. João não se conteve: – Pessoal essa história de anabolizante é muito grave, isso pode fazer muito mal. É droga, como qualquer outra.*

*Um silêncio se instalou no grupo até que um aluno de uns 18 anos falou: – As drogas são condenadas por todo mundo, mas o remédio para emagrecer não. O cara da academia disse que o que ele vende é tudo natural. O assunto vai esquentando, todo mundo quer dar sua opinião.*

*Vai chegando a hora de encerrar a roda de conversa. Como primeiro encontro foi interessante, alguns saíram perguntando quando seria o próximo. João estava exausto, principalmente pela ansiedade e expectativa de sua ousadia. Foi tomar um café na sala dos professores. Lá se perdeu em seus pensamentos. Não parava de refletir sobre suas posturas, condutas e principalmente sobre o papel da escola. Seu pensamento deslizava por reflexões sobre a maneira como a escola lida com situações complexas, que martelavam sua cabeça. Situações que começaram a ser desveladas: como a escola costuma esquecer-se do aluno que não cumpre suas tarefas escolares e que sustenta a si e seus irmãos vendendo drogas; da aluna que dorme na sala de aula porque tem que cuidar dos irmãos menores à noite, pois a mãe sai para vender seu corpo; e da aluna que se declara bissexual e é rechaçada pelos próprios professores.*

*São tantas as histórias, tanta a riqueza, tanta a singularidade, e elas acabam se perdendo em meio à burocracia. Muitas vezes na escola priorizamos a disciplina e o controle em detrimento da possibilidade de nos embrenharmos nas relações socioculturais presentes no*

*cotidiano escolar; do que sempre foi feito na escola acabamos por valorizar apenas a disciplina.*

## **O Proerd<sup>90</sup> está em todo lugar, o que produz?**

*Sempre que me perguntam de que trata minha tese de doutorado e respondo que é sobre drogas e escola. A reação inicial da maioria dos professores e professoras é de simpatia, e vão logo perguntando: – Que legal!!! Você vai falar sobre o Proerd? E vão dando continuidade ao assunto, sem nem mesmo esperar minha resposta, normalmente com histórias de aproximação e valorização das atividades da polícia militar dentro das escolas.*

*Quando consigo responder ao que me foi perguntado, e explicar que busco compreender como o tema das drogas adentra no cotidiano escolar e quais as suas implicações na produção de sentido em nossa história, através das práticas discursivas, surge uma curiosidade, manifesta por muitos, já que o modelo mais difundido é o que personifica nas drogas toda a mazela existente no mundo e, como tal, deve ser expurgada da sociedade.*

*Essas reações me põem a refletir. O que o Proerd tem que faz com que suas ideias sejam tão bem aceitas? Como conseguem ter tamanha capilaridade? Que modelo de prevenção é difundido neste programa? O que ele produz? Será que esse modelo cabe em todos os espaços?*

*Lembro-me quando ainda morava no interior do Amazonas, na linha do Equador, em São Gabriel da Cachoeira. Lá conheci Paulo, um policial militar, instrutor do Proerd. Era um sujeito bacana, calmo, cheio de boas intenções. Conhecemo-nos em 2009, na escola indígena de Camanaus, comunidade bem próxima da sede do município de São Gabriel da Cachoeira, distante apenas 30 km, percorridos pela única estrada asfaltada que existe no município. Lugarejo pequeno, com uma população que não chegava a 500 pessoas.*

*Estávamos lá para atividades ligadas à prevenção ao uso de drogas promovidas pela Secretaria Municipal de Educação em parceria com a Secretaria de Saúde.*

---

<sup>90</sup> Programa Educacional de Resistência às Drogas (Proerd) tem como base o DARE (Drug Abuse Resistance Education), e foi criado pela Professora Ruth Rich em conjunto com o Departamento de Polícia da cidade de Los Angeles, EUA, em 1983. No Brasil, ele chegou em 1992 através da Polícia Militar do estado do Rio de Janeiro, e, em 2002, no Amazonas, quando passou a estar presente em todas as unidades federativas do Brasil. Informações disponíveis em:

<[http://pm.am.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=707:apresentacao-do-proerd&catid=33&Itemid=95](http://pm.am.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=707:apresentacao-do-proerd&catid=33&Itemid=95)>. Acesso em: 10 out. 2015.

*Antes de iniciar a atividade propriamente dita com a comunidade, fomos convidados a conversar sobre nossos trabalhos e a nos apresentarmos. Éramos um pequeno grupo. Paulo representando a Polícia Militar do Amazonas, eu como psicóloga da Secretaria de Saúde interessada nas questões relacionadas à saúde mental, o professor indígena, o agente indígena de saúde, e o tuxaua, o cacique-liderança da aldeia.*

*Eu, não índia e mulher, era a única que destoava naquele grupo, estava marcada em minha pele branca a minha estrangeiridade. Paulo, apesar de não índio, era figura conhecida por todos, além, é claro, de ter em sua pele morena e nos cabelos negros e lisos as marcas características dos manauaras.*

*Paulo estava fardado, e logo tomou para si o início da conversa, contando entre explicações muito teóricas e algumas colocações pessoais o que entendia do Proerd. Explicou o funcionamento e a importância das aulas de “boas práticas”, que ocorrem uma vez por semana durante três meses e têm como objetivo prevenir o uso de drogas e de violência entre as crianças e os adolescentes.*

*Conta orgulhosamente que o ponto alto do Proerd é o momento da formatura, que ocorre após os três meses de curso, quando as crianças recebem o diploma do Programa. Na ocasião, selam o compromisso de manterem-se afastados das drogas e da violência, além de se tornarem soldados mirins na guerra às drogas.*

*Sou absorvida pelos meus pensamentos enquanto o assunto se desenrola. A primeira coisa que me chama a atenção é o caráter militaresco do Programa, em que as formaturas militares são o ápice da formação. Associo este fato à maciça presença do Exército na região. Afinal, estamos numa região de fronteira e numa das rotas da entrada da cocaína e da pasta base no Brasil.*

*Parecia haver uma associação mecânica entre drogas e violência no discurso utilizado nas aulas de “boas práticas” ministradas às crianças durante a formação do Proerd.*

*Tento voltar para a conversa coletiva com os representantes locais. Nesse momento, ela gira em torno de alguns episódios violentos que ocorreram dias atrás por ocasião da tradicional festa de santo e o dabokuri<sup>91</sup>. Estas festas são comemorações de datas do calendário*

---

<sup>91</sup> Cf. BARROS; SANTOS, 2007, p. 38. O termo *dabokuri* é de uso corrente nos segmentos da população tradicional do Alto Rio Negro, significando uma grande festa cerimonial de encontro entre grupos indígenas, quando são oferecidos frutos silvestres, peixes, bebidas fermentadas etc., sempre com muita música e dança. Ocorre tanto nos povoados indígenas quanto na sede do município. Por extensão, pode haver uma forma de *dabokuri* também para recepcionar convidados de fora, ou incorporada em eventos, como as festas de santo, conforme será mais bem referido adiante.

*cristão e têm duração de uma semana. Nelas, ocorrem muitas festividades, com rezas, correrê<sup>92</sup> ou roda de bebidas, momentos de roda de danças, e comidas.*

*O professor conta que houve muita briga e até ferimento por terçado<sup>93</sup>. – É, meus amigos, nós indígenas estamos perdendo nossas tradições. Antes todos os parentes participavam do correrê. Agora, ficam todos bebidos durante todo o festejo. Vão atrás de mais bebidas além do caxiri e acaba acontecendo essas coisas.*

*Paulo intervém – Mas no Proerd o adolescente vai aprender a não usar cachaça. Vamos formar verdadeiros soldados nessa luta. Pra isso preciso da colaboração de vocês. É sempre bom que vocês me contem quem tá andando fora da linha pra eu poder corrigir. E eu sou brabo, linha dura com os meninos. A senhora não acha que não deve ser assim? Paulo me inclui na conversa.*

*Tendo responder com toda delicadeza que sou radicalmente contra a postura dele, mas meu lugar naquele encontro precisava ser conquistado, e digo: – Penso que a melhor forma de prevenirmos esses problemas do álcool, das drogas e da violência esteja nas palavras do professor, que mostra a comunidade se afastando da tradição.*

*O professor, envaidecido, começa a relatar suas atividades na escola, em que o resgate e a valorização da tradição são os temas que mais agradam aos alunos e alunas.*

*Do lugar de líder da comunidade, o tuxaua encerra a conversa pedindo que as aulas da polícia sejam dadas para ensinar como as crianças devem lutar, mas a toda a comunidade cabe a função de transmitir a tradição.*

*O clima fica um pouco estranho, mas Paulo, sempre muito eloquente, vai convidando os que chegam a sentarem-se e acomodarem-se para a palestra.*

*No caminho de volta para a sede de São Gabriel da Cachoeira, vou pensando sobre tudo que vivi naquela manhã. Penso na sabedoria do povo indígena, em como ela é potente. Ao mesmo tempo em como os programas das instituições públicas oficiais invadem os espaços com soluções prontas para qualquer atitude indisciplinada.*

---

<sup>92</sup> Cf. BARROS; SANTOS, 2007 p. 38 O correrê constitui um dos rituais fixos que se estabelecem na ordem cronológica das festas de santo. Pode ser compreendido como um ato de troca ritualizada e possuindo algo de partilha que permeia todo o acontecimento das festas de santo.

<sup>93</sup> É uma designação para facão, é amplamente usado no Norte do Brasil, especialmente no estado do Amazonas.

## Uma possível leitura das relações de poder

Para a construção dessa tese, os pensamentos de Paulo Freire e Michel Foucault são fundamentais. A maneira como esses autores pensam/analisa a educação está marcada em suas conexões. Uma leitura mais atenta de Foucault e de Freire nos “permite afirmar que, por olhares diferentes, trabalham, sistematicamente, a tríade liberdade, poder, opressão” (MAFRA, 2008, p. 41).

Ambos elegeram poder e liberdade como questões centrais em suas obras, e as ferramentas construídas por eles em muito ultrapassaram os campos específicos em que se inscrevem. Para Freire, o tema liberdade é constantemente exposto, no título mesmo de seus principais livros. Já Michel Foucault trata a questão do poder explicitamente em livros como *Vigiar e punir*, *Microfísica do poder*, entre diversos outros.

Paulo Freire elege a liberdade para analisar o poder em convergência com a perspectiva foucaultiana. Demonstrando as formas pelas quais a atitude opressora se impregna em opressores e oprimidos, busca revelar a configuração do uso e abuso do poder não apenas em suas estruturas, mas em sua materialização:

O grande problema está em como poderão os oprimidos que ‘hospedam’ o opressor em si, participarem da elaboração como seres duplos, inautênticos da pedagogia de sua libertação. Somente na medida em que se descobrem ‘hospedeiros’ do opressor poderão contribuir para o partejamento de sua pedagogia libertadora (FREIRE, 1987, p. 32).

Tanto Paulo Freire quanto Michel Foucault entendem o poder como relação, manifestando-se no cotidiano das existências, isto é, no espaço das relações.. Ele toma corpo nas práticas regulamentadoras, disciplinadoras, de modo que não são as leis que dão substância ao poder, exigindo uma recuperação da consciência, do olhar na esfera da subjetividade, que é onde, de fato, o poder se materializa (MAFRA, 2008, p. 42).

É nesse sentido que escreve Freire: “Nem objetivismo, nem subjetivismo ou psicologismo, mas subjetividade e objetividade em permanente dialeticidade” (FREIRE, 1987, p. 37). Paralelamente, Foucault observa que

Ninguém se preocupava com a forma como ele [o poder] se exercia concretamente e em detalhe, com sua especificidade, suas técnicas e suas táticas. Contentava-se em denunciá-lo no ‘outro’, no adversário, de uma maneira polêmica e global. (FOUCAULT, 2003, p. 6).

Foucault, assim como Freire, nos propõe um olhar de estrangeiro, de exilado, de estranhamento e de desnaturalização do real. É por isso que afirma:

Não tenho de forma alguma intenção de diminuir a importância e a eficácia do poder de Estado. Creio simplesmente que de tanto se insistir em seu papel, e em seu papel exclusivo, corre-se o risco de não se dar conta de todos os mecanismos e efeitos de poder que não passam diretamente pelos aparelhos de Estado, que muitas vezes o sustentam, o reproduzem, elevam sua eficácia ao máximo (FOUCAULT, 2003, p. 161).

Nessas narrativas ficcionais temos uma série de possibilidades de análise dos discursos e do lócus em que foram produzidos. Como esta pesquisa versa sobre a noção de drogas em sua articulação com o cotidiano escolar e o foco de análise são as conversas ou possibilidades de conversas entre educadores e alunos, enfim comunidade escolar, adentramos por este viés o terreno das práticas discursivas e do cotidiano escolar.

As relações de poder pautadas pelas questões que envolvem as drogas vêm sendo produzidas, tal como as conhecemos hoje, desde o início do século XX. Como pontua Rodrigues (2009,[s.p.]), “Racismo, xenofobia, negócios e moralismo são as raízes da atual conjuntura proibicionista”. Podemos perceber nas narrativas ficcionais apresentadas anteriormente as possíveis reverberações de tal política proibicionista. Assim, senso comum, estigmas e estereótipos participam da maneira como as práticas discursivas sobre as drogas vêm sendo construídas durante o último século.

De acordo com Foucault (1996, p. 8-9),

[...] em toda a sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos [...] têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seus acontecimentos aleatórios, esquivar sua pesada e temível materialidade.

Do ponto de vista analítico, é de interesse considerar nas e pelas práticas sociais os fatos discursivos como jogos estratégicos que orientam e provocam condutas. O jogo analítico discursivo proposto por Foucault (1996) refere-se ao estudo das práticas sociais, que ele posteriormente denominará de práticas discursivas, para capturar, enunciar as regras que efetivamente orientam, conduzem, governam, significam nossos modos de ser e agir. Essa orientação, condução, governo evidenciam o caráter estratégico das regras e dos jogos que constituem. Assim, para Foucault (2000), prática discursiva é entendida como sendo “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas pelo tempo e pelo espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 2000, p. 133).

De acordo com Veiga-Neto (2005), uma prática discursiva “[...] não é um ato de fala, não é uma ação concreta e individual de pronunciar discursos, mas é todo o conjunto de enunciados que formam o substrato inteligível para as ações” (VEIGA-NETO, 2005, p. 112).

Com efeito, as práticas discursivas moldam a forma de o sujeito compreender o mundo e também de dizê-lo. Embora uma prática discursiva “dependa da nossa vontade, essa não é suficiente para gerá-la e fazê-la funcionar” (VEIGA-NETO, 2005, p. 113), estando sempre atrelada a outras práticas discursivas. Veiga-Neto (2005, p. 113) diz ainda que “são os enunciados dentro de cada discurso que marcam e sinalizam o que é tomado por verdade, num tempo e espaço determinado, isso é, que estabelecem um regime de verdade.” Para ele, o que mais interessa, então, é mapear o regime de verdade que acolhe os enunciados e que, ao mesmo tempo, ele sustenta, reforça, justifica e dá vida.

Se antes as relações de poder eram permeadas pela hierarquia, vigilância, autoridade e centralização do poder, contemporaneamente passam a trabalhar sob uma perspectiva descentralizadora, onde a participação de todos é não só esperada como estimulada pelos núcleos que gerenciam os processos de gestão. A obediência cega, que evita o conflito, o questionamento, o embate, dá lugar a um processo educativo e inclusivo, que além de gerar nas organizações o sentimento de pertencimento à instituição, também gera o senso de responsabilidade, posto que, se todos participam da gestão, a responsabilidade é de todos. Um reflexo, talvez, da própria democracia, uma forma de governo que marca, em grande parte do mundo, o nosso tempo.

Além da participação nas decisões e a divisão das responsabilidades, há a perspectiva da impossibilidade de controle centralizado. Os espaços de convivência são muitos, múltiplos e com configurações plurais e infinitas. E além dos espaços físicos, hoje vivemos sob a perspectiva de um espaço virtual que influencia as relações e os julgamentos fora dele. A vigilância entre pares, nova forma de controle da sociedade, é fortalecida com a criação de uma rede virtual alimentada pela vaidade, culminando na disputa pelo poder, transpassada pela dificuldade que o ser humano tem de lidar com a própria solidão.

O estudo dessa passagem não anula a caracterização diferencial das formas de poder nas sociedades disciplinares e de controle; no entanto, parece-me que, ao mostrar o nascimento da biopolítica, Foucault insiste em uma não cisão total dessas formas.

Ora, durante a segunda metade do século XVIII, eu creio que se vê aparecer algo de novo, que é uma outra tecnologia de poder, não disciplinar dessa feita. Uma tecnologia de poder que não exclui a primeira, que não exclui a técnica disciplinar, mas que a embute, que a integra, que a modifica parcialmente e que, sobretudo, vai utilizá-la implantando-se de certo modo dela, e incrustando-se efetivamente graças a

essa técnica disciplinar prévia. Essa técnica não suprime a técnica disciplinar simplesmente porque é de outro nível, está em outra escala, tem outra superfície de suporte e é auxiliada por instrumentos totalmente diferentes. (FOUCAULT, 1999a, p. 288-289).

Para Hardt (1996, p. 359), “não há mais o fora”, pois os muros que definiam as instituições foram desmoronados. Agora, a “dialética moderna do fora e do dentro foi substituída por um jogo de graus e intensidades, de hibridismo, e artificialidade”. O autor argumenta que o espaço público foi privatizado ao ponto de não se compreender mais a organização social em termos da dialética espaços privados/públicos (dentro/fora).

Esse controle disseminado nas relações sociais leva os sujeitos a se depararem com um muro que precisa ser atravessado. A grande questão não é derrubá-lo, mas criar formas de atravessá-lo, e “é ao nível de cada tentativa que se avalia a capacidade de resistência ou, ao contrário, a submissão a um controle”. (DELEUZE, 2010, p.218).

Foucault nos mostrou a sociedade disciplinar, Deleuze nos apontou aquela do controle, a sociedade da “fabricação da miséria humana”. Talvez nestas palavras deleuzianas encontremos o que ele tanto suscitou: “resistência ao presente”.

Acreditar no mundo é o que mais nos falta; nós perdemos completamente o mundo, nos desapossaram dele. Acreditar no mundo significa principalmente suscitar acontecimentos, mesmo pequenos, que escapem ao controle, ou engendrar novos espaços-tempos, mesmo de superfície ou volume reduzidos. [...] É ao nível de cada tentativa que se avalia a capacidade de resistência ou, ao contrário, a submissão a um controle. Necessita-se ao mesmo tempo de criação e povo. (DELEUZE, 2010, p.218)

## **Ecos e reverberações das práticas discursivas nos cotidianos escolares**

Durante a tese, as narrativas foram a minha casa, e passaram a fazer parte da minha vida. São as minhas narrativas endereçadas aos outros; são os reencontros com o acolhimento, as contradições, as potências das relações. Nessas narrativas, foram muitos os lugares por onde passei. Foram muitas geografias diferentes, muitas etnias, muitas vidas. Todos que passaram por mim e pelos quais passei emprestaram um viés, uma perspectiva sobre o meu tema. A partir das narrativas, faço um esforço intelectual e rigoroso sem perder de vista experiências afetivas fortes que me movem na vida. Elas são a contribuição daqueles que vêm das margens, contribuição das vivências políticas e pedagógicas dos alunos e alunas, pais e mães, professores e professoras, com suas existências e processos transformativos, com muito mais do que aquilo que a academia reconhece. Estes atores recriam e reinventam os

conhecimentos, se colocam neles, criam e modificam os sentidos do estudar, do compreender e da importância de mudar as práticas pedagógicas e políticas seja nas escolas, seja na academia.

As narrativas ficcionais nos ajudam a extrair a vida onde ela se encontra aprisionada, enxergar as potências singulares no cotidiano escolar, inclusive (e talvez principalmente) em relação ao tema das drogas. Ao dar espaço à reflexão e reelaboração de si, de sua trajetória como cidadão e cidadã, professor e professora, estudante, os que vêm das margens se redescobrem, se identificam como sujeitos políticos que enfrentam os mais diversos preconceitos e privilégios de classe cristalizados na sociedade brasileira.

Aqueles personagens que participaram das cenas montadas em cada narrativa seguiram vivendo, sabe-se lá como continuaram vivendo, mas as narrativas em que são personagens reverberam as várias situações. As posições que a droga ocupa nelas e o modo como condiciona a posição dos sujeitos dentro e fora da escola, os embates e conflitos experienciados, os sentimentos postos em jogo, as limitações e aberturas sinalizadas passam a ser, aqui, objeto de reflexão.

De saída, são situações em que as práticas impõem uma devastadora despotencialização da vida, um estreitamento e empobrecimento das relações institucionais. Todos os personagens estão às voltas com instituições – educacionais, de saúde, de justiça, ou seja, às voltas com práticas. As existenciais sociais que se apresentam estão marcadas pela própria pobreza institucional, pela desvalorização e subalternização que as relações de poder produzem. Nesse cenário, nos sentimos entristecidos e enfraquecidos.

Ao pensar sobre o ato de educar, Silvio Gallo (2010) pondera que a educação é um empreendimento coletivo. Porém, para que seja possível educar e ser educado, faz-se necessário que haja ao menos duas singularidades em contato, pois a educação é justamente o encontro de singularidades.

Se quisermos falar espinosamente, há os bons encontros, que aumentam minha potência de pensar e agir – o que o filósofo chama de alegria – e há os maus encontros, que diminuem minha potência de pensar e agir – o que ele chama de tristeza. A educação pode promover encontros alegres e encontros tristes, mas sempre encontros. (GALLO, 2010, p. 231).

Ismael, o personagem da narrativa sobre a liberdade assistida, é para a escola apenas um garoto que cumpre uma medida socioeducativa, mas na verdade ele, sua vida, é muito mais do que essa perspectiva reducionista pretende que seja. Ismael tem amigos, interesses, coisas que gosta de fazer; quando entra na escola, tudo isso desaparece. Ele *passa a ser a*

*própria liberdade assistida*, e o perigo que ele encarna no imaginário das pessoas. Ele e a droga tornam-se a mesma coisa, e tudo o mais que faz com que a vida de Ismael seja potente se esvai na relação com a instituição escolar.

### **Alteridade, singularidade e droga**

Nessa teia em que vamos construindo a nós mesmos, cheios de misturas e nuances de outros em nós, nos deparamos com a alteridade, que possibilita a construção ética do processo emancipatório, e o enfrentamento da forma colonizadora de olhar para o outro e de pensar a diferença.

O endurecimento, resultado da insensibilidade ao que torna o modo de vida do outro singular, vai gradativamente se instalando. Situações como a do adolescente que se encontra em medida socioeducativa de liberdade assistida escancara o descaso para com o outro. Os espaços escolares por onde ele passa parecem estar apenas querendo se ver livre do problema, que, neste caso, é um adolescente marcado pelo estigma, pela hostilidade, a exclusão, derivados da própria ideia de crime, gerando uma violência muitas vezes silenciosa, mas insidiosa. Somente a crítica e o questionamento são capazes de romper com o processo de cristalização e enrijecimento da vida cotidiana.

Ao falarmos em alteridade na educação, temos, às vezes, muita dificuldade em ver no outro a possibilidade de encontros potentes para pensar e agir. Não fazê-lo, leva-nos a investir em modelos, a falar e agir do mesmo modo, a investir, portanto, na redução ao *mesmo*, que diminui as potências impedindo qualquer possibilidade de encontro.

Socialmente e culturalmente, modos de dizer e fazer, pensar e agir, perceber e sentir foram sendo instituídos em nós. Como enfrentar esse poder que nos atravessa? Entendo que pensar a alteridade na educação exige justamente um esforço na maneira como se percebe o outro, de modo ele seja visto como tal, o que significa pensá-lo como portador da diferença. Para isso, é preciso compreender, como nos propõe Jacques Rancière (1996), que a política não é a busca do consenso, mas é a arte de viver no desentendimento, e que a democracia se faz no dissenso, pois “a política advém nas sociedades como uma ruptura no processo de passagem de uma lógica da dominação a outra, do poder da diferença no nascimento ao poder indiferente da riqueza” (RANCIÈRE, 1996, p. 371).

É preciso, então, propiciar bons encontros, aqueles que nos fortalecem. É preciso que nos abramos às singularidades e à diferença que nelas se afirma. João, Dona Ana são como que casos exemplares que assinalam não só possibilidade, mas a potência de professores e

professoras para proporcionar tais encontros. Mesmo marcados pelas inscrições que as instituições e as relações de poder impõem em suas vidas, eles vão abrindo brechas, fendas, a fim de criar o novo.

Trata-se, então, da busca de uma educação *pelo* outro e não da educação *do* outro. Entendemos a educação pelo outro como um processo, uma mudança de estado. Esta maneira de pensar e produzir o processo educativo implica abrir mão do objetivo de formar o sujeito, para, ao invés disso, investir na produção de singularidades e multiplicidades. Uma experiência educativa pensada nestes moldes pode ser repetida sempre como experiência, uma vez que produzirá diferença, e não o mesmo.

Não é diverso o processo educativo em relação às drogas no cotidiano escolar. Trazer o tema das drogas para o processo educacional no cotidiano escolar significa lançar convites aos outros; mas o que cada um fará – e se fará – com estes convites foge ao controle daquele que educa. Na relação com a temática das drogas, interessa trazer para discussão as relações dos sujeitos com o dispositivo droga, ou seja, compreender os discursos, os enunciados científicos, as proposições morais que permeiam a questão das drogas, em síntese: tanto o dito quanto o não dito sobre o tema.

Para educar, portanto, é necessário ter o desprendimento daquele que não deseja discípulos, que mostra caminhos, mas sem esperar e muito menos controlar os caminhos que os outros decidem seguir.

### **Pedagogização da sociedade**

Vivemos hoje a ruína de muitas instituições, que já não mais atendem as demandas do contemporâneo. E a escola é uma delas. A nossa liberdade está na possibilidade de criar novas instituições que respondam às necessidades que se apresentam, e que expressem outros modos de fazer, de pensar as coisas – não devemos nos esquecer que as instituições existem para dar conta de nossas necessidades, e que somos nós quem as criamos.

As práticas educativas estão cada vez mais disseminadas por todos os espaços da sociedade, não se restringindo ao espaço escolar, marcando uma tendência de pedagogização da sociedade, a chamada sociedade do conhecimento. Práticas em que se prioriza a instrução sobre um tema, em oposição à emancipação para a construção do conhecimento.

Rancière (2002) nos alerta que, para além do fundamento educacional que busca a igualdade como pressuposto, a questão educacional é propriamente filosófica e, sobretudo política.

Quem estabelece a igualdade como objetivo a ser atingido, a partir da situação de desigualdade, de fato a posterga até o infinito. A igualdade jamais vem após, como resultado a ser atingido. Ela deve sempre ser colocada antes. (RANCIÈRE, 2002, p. 11)

Pois partir da igualdade significa, para o professor, partir de si mesmo. Reconhecer em si a igualdade, pois

[...] para emancipar a outrem, é preciso que se tenha emancipado a si próprio. É preciso conhecer-se a si mesmo como viajante do espírito, semelhante a todos os outros viajantes, como sujeito intelectual que participa da potência comum dos seres intelectuais. (RANCIÈRE, 2002, p. 57).

Contudo, quando o assunto a ser tratado são as drogas, o caráter instrutivo é justamente aquele que prevalece como o meio mais utilizado no cotidiano escolar. O conhecimento instrumental sobre as drogas habitualmente adentra no cotidiano escolar por meio de palestras promovidas por agentes externos a comunidade. Paulo, ao apresentar o funcionamento do Proerd e a importância das aulas de “boas práticas”, deixa claro que o objetivo é a instrução sobre os efeitos das drogas e o combate a elas. Nesse discurso da instrução, tudo parece garantido, Paulo se sente moralmente seguro, pois o que faz é uma aposta na construção de um ‘mundo melhor’, aquele que virá quando “derrotarmos as drogas”. O próprio Paulo está aprisionado nessa maneira de enxergar o mundo. A narrativa “Qual a prevenção?” nos traz então um contraponto a esta abordagem instrucional. Em suas falas, os alunos e alunas deixam claro o quanto se sentem desrespeitados quando sujeitados a palestras informativas maçantes e repetitivas, infantilizadas e infantilizantes sobre um assunto tão rico e polêmico, tão pregnante na vida contemporânea.

Como pontua Rancière (2002), uma sociedade que busca quase que exclusivamente a instrução, ignorando a potência das singularidades, é aquela que dispõe de apenas um meio para alcançá-la: “[...] a pedagogização integral da sociedade, isto é, a infantilização generalizada dos indivíduos que a compõem” (RANCIÈRE, 2002, p. 138).

Na narrativa sobre o professor mediador, João se coloca como o professor que possibilita a emancipação. Mas este lugar é de desconforto, produz insegurança, traz à tona os muitos medos que habitam professores e professoras e os jovens com os quais trabalham: o medo de falar, de se expor, o medo do julgamento, que frequentemente obturam a busca por formas outras de se colocar em relação com as incertezas da vida. Nessa experiência relatada, João se empenha, junto com os alunos e alunas que ali estão, em abrir espaço para encontros, desencontros, silêncios e falas. É nesses espaços cotidianos que vão sendo desveladas as

maneiras como a escola lida com situações complexas – seja atuando como um instrumento de embrutecimento dos espíritos, ignorando as riquezas e singularidades nas relações socioculturais presentes no cotidiano escolar, seja como espaço de experimentação dos processos de liberação que o encontro com as singularidades pode propiciar, e que convidam ao enfrentamento dos medos e incertezas individuais e coletivos.

A vida se mostra rica, vigorosa enquanto há desejo em aprender, razão pela qual é preciso buscar uma vida em que a autonomia e a emancipação estejam presentes para além dos espaços escolares. A proposta freiriana de uma educação emancipatória talvez seja, então, aquela para a emancipação *na vida* e para longe da escola, onde a violência experimentada pelos alunos e alunas é justamente a que impossibilita a vida, tornando muito difícil enfrentar o poder. Paulo Freire (1987) incita-nos a pensar, portanto, para além dos muros da escola, a abrir espaço para o mundo. Ao afirmar que a escola só tem sentido quando atrelada à realidade, relacionando as aprendizagens à vida, assegurando a construção de conhecimentos que servirão para interagir no espaço social e político, seu pensamento emerge com a força de um contrapositionamento. Nesse sentido, a escola pautada na instrução torna-se irrelevante perto da vontade de aprender que podemos encontrar no cotidiano escolar. E o que interessa é essa vontade, o caráter criador do ato de conhecer, que está para além do aprendizado de um conteúdo específico. Trata-se de um apre(e)nder a vida. Aprender no sentido de encontrar com o outro, aprender a ficar perplexo, aprender a abandonar as posições conhecidas, aprender a se mover no mundo nessa relação com o outro, nessa relação pautada pela igualdade na diferença.

Como pontua Rancière (2002), a igualdade não é nem formal nem real, mas sim algo cuja existência deve ser verificada a todo o momento, apesar de todos os riscos – uma vez que se trata de “[...] aprender a ser homens iguais em uma sociedade desigual – é isto que *emancipar* significa” (RANCIÈRE, 2002, p. 138).

Não se trata, pois, de instrução, mas, sim, de *emancipação*. Não é, portanto, uma vontade só do aluno, é também uma vontade do professor e da professora.

Mas é preciso lembrar que o espaço escolar em nossa sociedade é muito maior do que o espaço físico da escola. Aquele prédio onde as escolas se localizam podem ser muitos, com arquiteturas diversas, podem até ser como aqueles que conheci em São Gabriel da Cachoeira. Trata-se, então, de buscar germinar nesses espaços territoriais – onde prevalece o empenho em “*reduzir* indefinidamente a desigualdade” para chegar um dia a construir uma sociedade igual com homens desiguais” (RANCIÈRE, 2002, p. 138) – a ideia de que emancipar é partir do princípio de que somos iguais numa sociedade desigual. No entanto, e é o que nos

mostram as narrativas, é sobre as bases da desigualdade que nossas experiências educacionais vêm sendo construídas e, com elas, nossos ideais, nossas expectativas, nossas concepções acerca do mundo, e das coisas no mundo, do ensinar, do aprender, do professor, da professora, da aluna e do aluno. De modo que a emancipação, “Esta coisa tão simples, é, no entanto, a mais difícil de compreender” (RANCIÈRE, 2002, p. 138).

No contexto de uma pedagogia libertadora e progressista, outras aproximações passam a ser possíveis, já que uma das virtudes desta forma de se colocar no mundo é a capacidade de não se fechar sobre si próprio.

Assim, a questão das drogas no cotidiano escolar perde a centralidade, o que importa é a autonomia e emancipação, que passam a ser o foco da educação: uma intervenção cotidiana nos diferentes espaços da vida social – dimensão política da educação. É ao entender que a construção da subjetividade se dá por meio de um processo dialógico, que depende das relações interpessoais desenvolvidas no cotidiano escolar (mas não apenas nele), que a liberdade se firma. Experiências respeitadas de liberdade possibilitam o desenvolvimento da subjetividade autônoma e emancipada, elementar para a instauração das relações com outro.

### **Estigmas, senso comum, mídias e drogas**

Fazer uma leitura das práticas discursivas sobre drogas no cotidiano escolar implica manter uma posição ética e crítica sobre as elaborações teóricas universalizantes, em que se estabelecem conexões duais – sujeito e objeto, indivíduo e sociedade, humanos e não humanos, tecnologia e modos de viver, pessoas e materialidades etc., e sobre os desafios singulares das práticas cotidianas. O trabalho de investigação e pesquisa sobre drogas no cotidiano escolar precisa buscar sempre uma leitura polissêmica da vida no cotidiano, tendo em vista que as práticas cotidianas são vivas como o acontecer da vida, no seu fluir imprevisível, e não como um espaço separado dela, marcado pela mesmice, pelo habitual. Assim fica mais claro, como afirmam Mary Jane Spink e Emerson Rasera (2013, p. 3), que “os caminhos da produção de sentidos são necessariamente rizomáticos”.

Atualmente, a forte presença dos dispositivos midiáticos no nosso dia a dia aponta para processos de midiaticização que atravessam muitas das práticas sociais, interferindo na nossa percepção sobre o mundo e sobre as ações que desenvolvemos nele.

A mídia não relata simplesmente, e de uma forma transparente, acontecimentos que são só por si ‘naturalmente’ noticiáveis. ‘As notícias’ são o produto final de um processo

complexo que se inicia numa escolha e seleção sistemática de acontecimentos e tópicos de acordo com um conjunto de categorias socialmente construídas. Persiste o papel central da grande mídia na construção de um debate público efetivo no que se refere à consolidação das prioridades da agenda social e, com isso, persiste uma leitura e uma narrativa dominante construída por ela. Ambas conferem à grande mídia um poder bastante amplo nos processos de produção dos sentidos sociais contemporâneos.

Isso posto, é preciso considerar então que os cotidianos escolares estão igualmente imersos nos sentidos produzidos pelas mídias sobre a questão das drogas. Diariamente são veiculadas notícias, propagandas com cunho preventivo normalmente pautado pelo discurso de que as drogas são uma das tragédias que assolam a sociedade mundial desde o século passado, cúmplice de toda uma variedade de crimes e delinquências. Com isso, o senso comum constrói um saber sobre as drogas que guarda uma enorme distância do que de fato são, e as formações imaginárias em relação aos que delas fazem uso terminam por reforçar a tendência ao consumo, à marginalização e, sobretudo, à criminalidade.

A escola não é só um lugar de frustração e queixa, é o lugar onde se sente mais fortemente esses enunciados marcados pelas relações de poder. Ao refletir sobre os preconceitos, estigmas e estereótipos implicados no discurso, é preciso ter em mente que "ao falarmos, somos falados", segundo afirma Michel Foucault; ou seja, as relações e os enunciados de poder nos fazem dizer a verdade do poder, incitando-nos a reproduzir incessantemente os preconceitos e estigmas que a sustentam e que nos atravessam no fluxo das ordens discursivas, também presentes fortemente na instituição escolar.

Esse cenário nos obriga a problematizar a ação da mídia não mais nos termos de uma narrativa que concorre com tantas outras, mas como um movimento que vai paulatinamente deslocando discursos de seus campos de origem para amalgamá-los e pasteurizá-los, buscando produzir verdades. A centralidade da mídia, nestes termos, revelaria como ela

Assume um papel fundamental na compreensão da produção de sentido, seja porque é pervasiva no mundo contemporâneo e, portanto, instrumental na conformação da consciência moderna, seja porque confere uma visibilidade sem precedentes aos acontecimentos, incluindo aí as novas informações, e descobertas (SPINK, M., 2013, p. 38).

Discursos presentes em quase todas as narrativas ficcionais que compõem essa tese estão permeados pelos “conceitos” difundidos pela mídia. A noção de que o uso de drogas está intimamente associado ao crime e à marginalidade perpassa em uníssono todos eles, de modo que as informações produzidas pela mídia sobre o uso de drogas são facilmente

encontradas nas páginas e programas de cunho policial, quase sempre pautados por uma abordagem sensacionalista e vinculada à violência. Esses espaços constantemente reforçam o estigma que cerca os usuários. Os efeitos desse tipo de cenário, que cotidianamente é alimentado pela mídia, são as reações de produção de medo e ansiedade diante do outro, do desconhecido, impedindo que os sujeitos elaborem uma compreensão contextualizada e consistente deste fenômeno tão complexo.

Na narrativa “Colonizador/colonizado”, os diálogos são impulsionados a partir de noticiário sobre desvio de verba em programa de transferência de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País. Rapidamente, as falas explicitam um teor moralista e recaem sobre outro programa social destinado aos familiares de usuários de drogas. Independente da concordância ou não em relação ao modelo adotado pelo governo, fica nítido na conversa o tom desqualificante para com esta parcela da população que recebe o benefício, vista como sendo constituída de cidadãos de segunda categoria. Categorização esta que transforma imediatamente todo indivíduo pobre em usuário de droga e, por conseguinte, em bandido ou delinquente.

Outra questão presente nesta narrativa é a padronização, na qual “formas simbólicas são adaptadas a um referencial padrão, que é proposto como um fundamento partilhado e aceitável de troca simbólica” (THOMPSON, 2007, p. 86). Nessa estratégia, os usuários, que são praticamente “tudo igual”, passam a ser vistos como “os crackeiros”, como um grupo uniforme. Essa estratégia é tipicamente utilizada na mídia quando o tema abordado é o uso e/ou usuário de drogas. Essa visão padronizada do grupo de usuários, entretanto, parece estar incorporada no discurso dos interlocutores como algo natural.

Ainda quando o tema das drogas é divulgado pela mídia, alguns dos jovens trouxeram, na narrativa “Qual a prevenção?”, que a curiosidade gerada a partir de debates sobre drogas propostos pela TV seria um fator de risco ao consumo. Esse aspecto alerta para como discussões limitadas e pouco esclarecedoras a respeito do assunto podem favorecer uma compreensão errônea e empobrecida do próprio exercício da dialogicidade, uma vez que ele foi subsumido aos debates rasos de convencimento e intimidação que proliferam na TV. Se estes jovens tem razão naquilo que dizem é porque identificam o poder de condução da mídia e explicitam sua porosidade a ele, uma vez que os debates televisivos longe de estimular o consumo, estimulam o medo difuso em relação a qualquer experimentação, inclusive a de estar vivo, um risco permanente. Conforme Chauí (2012), a mídia utiliza do recurso de promoção de um discurso do conhecimento, que ideologicamente produz a figura do especialista.

Ideologicamente, o poder da comunicação de massa não é um simples inculcação de valores e ideias, pois, dizendo-nos o que devemos pensar, sentir, falar e fazer, o especialista, o formador de opinião e o comunicador nos dizem que nada sabemos e por isso seu poder se realiza como manipulação e intimidação social e cultural. (CHAUI, 2012, [s.p.]).

Análises críticas e reflexivas raramente são encontradas na mídia. Um dos principais poderes dos meios de comunicação se manifesta nos procedimentos midiáticos de produção de medo, de culpados e a penalização quase que imediata dos indivíduos. Esse tribunal comum, que opera na dimensão do senso comum, investe igualmente no inimigo comum qualquer, contra o qual nada resta a fazer exceto encarcerar, medicalizar ou simplesmente eliminar.

Percebe-se que, mesmo a mídia não estando diretamente presente nas demais narrativas, o que ela produz e põe em circulação ali está sob a forma do medo que subjaz as conversas.

O medo talvez responda pela facilidade com que grande parte da população se deixe intimidar, favorecendo debates rasos em que se busca convencer o outro, intimidando-o, isto é, prolongando o trabalho da grande mídia, dizendo o que se deve pensar, sentir, falar e fazer a partir de um referencial padrão compartilhado. Daí a necessidade de a sociedade discutir mais e profundamente a presença das substâncias psicoativas no contexto de vida de seus cidadãos. Para isso, entretanto, é fundamental abrir mão de preconceitos, buscando acessar as múltiplas visões existentes sobre a questão e encarando o usuário em sua singularidade como um sujeito de fato e de direito.

### **Cultura em risco**

Na contemporaneidade, a cultura passou a ser entendida nas ciências humanas e sociais por meio de dois vieses em que a centralidade da cultura descreve dois caminhos. Um caminho marcado pela centralidade substantiva, o outro marcado pelo peso epistemológico que a própria cultura merece.

Por centralidade substantiva entende-se “o lugar da cultura na estrutura empírica real e na organização das atividades, instituições, e relações culturais na sociedade, em qualquer momento histórico particular” (HALL, 1997, p. 16). No que diz respeito ao peso epistemológico, refere-se “à posição da cultura em relação às questões de conhecimento e

conceitualização, em como a ‘cultura’ é usada para transformar nossa compreensão, explicação e modelos teóricos do mundo” (HALL, 1997, p. 16).

Ao abordar as questões das drogas, as trocas culturais possibilitam um aprofundamento nas diferenciações culturais, e o surgimento de alternativas. Estas serão singulares a cada grupo em que o tema emerge, dependendo do tempo social, econômico e, por que não, cultural a que o grupo esteja submetido.

Para Hall (1997), a cultura é uma centralidade acentrada, ela borra fronteiras, corrói hierarquias, e torna sem sentido, inclusive, uma suposta disputa por ocupar o que seria o lugar da “melhor”.

Essa forma pela qual a cultura vai se organizando nos possibilita perceber a formação de um mosaico das crescentes fragilidades que atingem o assim denominado pensamento moderno. E, na outra face desse mosaico, essas mesmas questões inscrevem possibilidades de invenção de saberes que não sejam formatados pela linearidade arrogante e/ou "higienizados".

Nas narrativas presentes nesta tese presenciamos a manifestação dessa cultura-mosaico preñe de fragilidades e possibilidades de invenções de novos saberes. É neste contexto que passamos a perceber a existência de um outro tipo de ameaça à cultura. Trata-se da ameaça à cultura instituída, esta que se caracteriza pela abordagem do tema das drogas quase que exclusivamente pelo viés moral, sanitário e de segurança pública. O ambiente em que a droga está culturalmente inserida faz dela caso de polícia ou, dependendo da ótica, um grande negócio com mercado em franca e constante expansão, apesar dos altos riscos envolvidos. Estabelece-se aí, então, um novo paradigma para a contracultura.

A contracultura a que me refiro é aquela que busca confrontar pela crítica e pela reflexão o pânico moral instalado na sociedade brasileira, e não somente nela. A necessidade e a urgência dessas reflexões e críticas decorrem principalmente da maciça violência implicada no tráfico, do sensacionalismo da mídia ao abordar o tema, uma vez que isto dificulta a aceitação mais ampla de estratégias que valorizem os controles societários e os direitos do usuário. Para garantir a legitimação dessas novas perspectivas de intervenção no campo das drogas é preciso um amplo processo de sensibilização social. Neste processo, é necessário ampliar as conexões com a sociedade civil, com os professores e professoras, incluindo a imprensa, a polícia, os líderes religiosos etc. (MASSARD et al., 2006).

Esses movimentos contraculturais se manifestam na fala dos alunos quando estes se mostram cansados das estratégias utilizadas nos cotidianos escolares para tratar o tema das drogas. As estratégias da cultura hegemônica, recursivamente utilizadas, acabam por ser uma repetição dos recursos midiáticos, cujo propósito é convencer alguém de alguma coisa. As

falas das narrativas apresentam mais nitidamente esse movimento contracultural e a crítica nele implicada:

*Ai que saco! Tô cansado de escutar estas palestras que não têm nada a ver com a gente! As pessoas costumam inventar um monte de coisas em cima do real, para ver se convencem a galera a não usarem as drogas.*

[...]

*Essa história de palestrinha é uma babaquice. Acho que as palestras deveriam ser mais reais, mais concretas mesmo. Não deviam falar com a gente como se não soubéssemos de nada. Pelo menos deviam lembrar que vem pelo menos um otário a cada ano falar de como a droga mata.<sup>94</sup>*

Nessas falas, percebemos pistas de que esses jovens estão disponíveis ao diálogo, mas um diálogo franco, distante dos especialismos que buscam a persuasão. Diálogo no sentido do encontro entre pessoas *mediatizadas* pelo mundo, no desejo de produzir e reconstruir conhecimento. Essa comunicação solidária entre as pessoas não se embasa na relação de um sobre o outro, mas na solidariedade de saberes entre ambos, intencionado a transformar o mundo.

Trazer o tema das drogas para o cotidiano escolar exija uma alegria embutida na aventura de conhecer, de desvendar e de descobrir, sem a qual o ato educativo pode se tornar desgostoso, insosso e enfadonho. A prática educativa que adentra na escola como uma teia, busca a “construção da responsabilidade que assume [...] a reinvenção do ser humano no aprendizado de sua autonomia” (FREIRE, 1996, p. 105). Mas sendo o tema das drogas quase um tabu a ser discutido na vida, percebemos que a tarefa do professor e da professora que ousa inserir o tema é “estar atento à difícil passagem ou caminhada da heteronomia para a autonomia” (FREIRE, 1996, p.78). A autonomia está relacionada com o que Freire (1987, p 108) chama de “ser para si” e também com a libertação. Já heteronomia é a condição em que indivíduo ou grupo social se encontra em situação de alienação, de opressão, em que se é “ser para o outro” (FREIRE, 1987, p. 38).

A cultura hegemônica que percebe o tema das drogas como o mal do século, como comumente é tratado no cotidiano, favorece a perpetuação da heteronomia, da alienação. Tomando por base a leitura de Paulo Freire, a inclusão das questões das drogas no cotidiano

---

<sup>94</sup> Ver narrativa “Qual a prevenção?”, nesta tese.

escolar propõe uma educação que busca construir uma realidade social que possibilite a autonomia, propõe um processo de ensino que possibilite a construção de condições para que possamos ser “seres para si”. Essas tentativas são presentes nas narrativas, através de posturas como as de João, Adail, Dona Ana, entre outros. Para eles, o educador necessita buscar, criar condições para que seus alunos criem sua própria autonomia e, se não se quer ter uma prática autoritária, é preciso saber escutar.

Escutar é obviamente algo que vai mais além da possibilidade auditiva de cada um. Escutar, no sentido aqui discutido, significa disponibilidade permanente por parte do sujeito que escuta para a abertura à fala do outro, ao gesto do outro, às diferenças do outro (FREIRE, 1996, p. 135).

Colocar-se como se fosse o portador da verdade não propicia a dialogicidade; é preciso escutar, e a partir da escuta aprender a falar com eles e não para eles (FREIRE, 1996, p. 127). Se quisermos promover no educando a autonomia, o processo educativo como um todo deve ser conduzido pelo “falar com”. Pode haver momentos de falar para, desde que como um momento do falar com (FREIRE, p. 131). A escuta é fundamental para que o processo educativo aconteça; como ensinar não é transferir conhecimento, e exige a problematização e o acompanhamento para que os educandos vão construindo seus conhecimentos, a escuta do outro é essencial, sem isso, o processo educativo de construção da autonomia fica comprometido. Também é importante que os educandos aprendam a fazer o uso responsável da palavra, que aprendam a falar autonomamente.

Paulo, quando se apossa do lugar de especialista, autorizado pelo Proerd, na questão da prevenção às drogas, assume uma postura de portador de uma ‘verdade’. Age e se coloca acima dos modos pelos quais como aquele grupo étnico se organizou ao longo do tempo para enfrentar toda forma de invasão. Esta atitude de Paulo reflete outras tantas atitudes que muitos de nós tomamos. Acabamos por colocar em risco toda uma estrutura cultural organizada em nome de uma arrogância bastante comum aos donos dos saberes. Paulo se apropria de um autoritarismo introjetado por uma estrutura social rígida, dominadora, antidialógica, que favorece o desenvolvimento de pessoas que aceitam a dominação e a opressão, propiciando uma cultura que acata irrefletidamente os preceitos verticalmente estabelecidos, apenas obedecendo sem pensar.

O professor e a professora que em sua práxis busca promover a autonomia de seus alunos e alunas deve se manter atento à relação entre autoridade e liberdade, questionando assim a relação entre autoritarismo e autoridade.

O autoritarismo é a ruptura em favor da autoridade contra a liberdade e a licenciosidade, a ruptura em favor da liberdade contra a autoridade (FREIRE, 1966, p. 99).

Para Freire (1996), a autoridade está relacionada com promover, incentivar, por isso demanda generosidade. Relações justas e generosas geram um clima em que a autoridade do professor e a liberdade do aluno se assumem em sua ética. A autoridade não pode cair no autoritarismo, caso em que educará para a servilidade. A autoridade que é democrática se preocupa com a construção de um clima de respeito. Procura criar as possibilidades para o educando construir, por meio de sua liberdade e fundado na responsabilidade, a autonomia. Assim, a autoridade democrática é a que se empenha em realizar o seguinte sonho fundamental:

O de persuadir ou convencer a liberdade de que vá construindo consigo mesma, em si mesma, com materiais que, embora vindo de fora de si, sejam reelaborados por ela, a sua autonomia. É com ela, a autonomia, penosamente construindo-se, que a liberdade vai preenchendo o 'espaço' antes 'habitado' por sua dependência. Sua autonomia que se funda na responsabilidade que vai sendo assumida. (1996, p. 105).

O movimento contracultural que presenciamos nessas narrativas apresenta em si a busca pela construção de uma autonomia, que vai preenchendo o 'espaço' antes ocupado pela 'certeza' de um único viés sobre as drogas – “droga mata”. Há nesse movimento uma certa inquietação, um certo descontentamento com uma forma de viver, enfrentar e pensar a vida cotidiana. A pasteurização que o modelo hegemônico tenta apresentar como 'verdade' começa a se mostrar insuficiente para os sujeitos, com suas identidades híbridas, construírem estratégias para pensar e lidar com as questões das drogas. É esse processo de construção de autonomia que urge ser exercitado, pois ele é uma ferramenta extremamente importante para o estabelecimento de relações éticas entre professor (a) aluno (a), e mais amplamente entre as pessoas quaisquer.



## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS - POR UMA PERSPECTIVA ECOLOGISTA DE EDUCAÇÃO

A primeira observação que cumpre apresentar é que o cotidiano escolar é um espaço privilegiado para estabelecer relações mais disponíveis à reflexão, à experimentação no próprio pensamento, com as pessoas que constituem a comunidade escolar, sobre assuntos que as afetam cotidianamente, e as drogas são um deles. É no cotidiano escolar que as experiências individuais e coletivas se manifestam com muita força, visto o grande número de pessoas e a infinidade de encontros que se dão.

Para podermos acessar as redes de conhecimento existentes nesse espaço tão rico e diverso, construímos a estrutura deste trabalho baseada numa perspectiva teórico-metodológica que busca construir o conhecimento a partir da proposta dialógica, em que os encontros e desencontros têm lugar.

A potência da perspectiva ecologista de educação reside na valorização do que há de mais forte na pedagogia freiriana e nas tendências pós-modernas de educação que mantêm diálogos com a Etnografia e os Estudos Culturais. Dessa forma, os discursos e trajetórias dos “sujeitos da história”, sua “leitura de mundo” – conceitos caros à pedagogia freiriana – e a intervenção cotidiana nos diferentes espaços da vida social – dimensão política da educação pós-moderna – são contribuições teóricas fundamentais e base política de nosso trabalho.

Através das narrativas ficcionais – que foram os meios pelos quais tornamos perceptíveis as riquezas e os conflitos presentes em experiências tão diversas, vividas pelos personagens que vêm das margens –, pudemos dar visibilidade para aspectos desta temática tão multifacetada e que exige reflexão. As narrativas foram recolhidas no cotidiano escolar, do lugar posto a partir do diálogo, com o intuito de trazer à discussão as contradições existentes em nós mesmos, fundamentalmente nas práticas discursivas sobre drogas na escola.

Ao atentar para a importância de refletir com rigor sobre questões que se mostram prementes no mundo atual, compreendendo o que está implícito e incrustado em cada discurso enunciado pelos órgãos oficiais e pela mídia em geral, entende-se, assim como o faz Marcos Reigota (1999c, p. 85-86) ao por em pauta as questões ligadas à perspectiva ecologista de educação,

[...] que esses temas precisam ser discutidos com profundidade, não apenas por algumas pessoas dispersas e sem contatos entre si, mas por grupos e instituições voltadas para o estudo das questões contemporâneas que possam desfazer o emaranhado tornando-os um pouco mais claro, tendo em vista, repito, uma atuação política planetária, com base em pelo menos representações sociais mais elaboradas.

Parte-se do pressuposto, nessa perspectiva, que a educação é uma forma de intervenção no mundo intrinsecamente política, pois pode contribuir para manter ou transformar a sociedade a partir das práticas sociais dos “sujeitos da história”. São eles e elas os/as protagonistas da ação política de transformação coletiva e pessoal<sup>95</sup>.

Essa constatação nos coloca, como ativistas, pesquisadores/as e educadores/as ambientais frente à necessidade e ao desafio de buscarmos fundamentos aos nossos argumentos, nas mais diversas atividades da vida cotidiana. (LIMA; REIGOTA; PELICIONI, 2012, p. 126).

A perspectiva ecologista de educação nos possibilita, portanto, outras vias teórico-metodológicas e críticas que, para além da produção do conhecimento científico, oferecem modos de resistência social, desvendando o que está em operação. Esta possibilidade nos habilita como cidadãos para a resistência.

Para o professor e a professora comprometidos com essa perspectiva de educação, é intrínseco o compromisso com a instauração de um contexto social, cultural, político e ecológico que busque a transformação das macroestruturas e das relações humanas, e no qual está implícita a concepção de uma sociedade justa e democrática.

Pensar numa perspectiva ecologista de educação nos exige, então, travar diálogos constantes com nossos colegas que trabalham com vertentes avizinhas às nossas e com aqueles que trabalham com vertentes teóricas opostas, mas com a mesma preocupação política.

Apoiada na ideia de que o contexto é condição de produção de sentido e de que a relação dos discursos com a situação em que se dão produz efeitos de sentido, gostaria de ressaltar – embora já o tenha feito nas análises e reflexões construídas nesta tese – que a intenção foi não apenas elaborar uma crítica contundente e reflexiva ao proibicionismo e ao que é produzido por esta prática na vida das pessoas, mas sobretudo fazê-lo a partir do modo complexo por meio do qual o cotidiano escolar tem tomado para si essa discussão e de quais maneiras isso vem afetando aqueles que nele transitam. Entende-se que é na dimensão do cotidiano vivido e praticado, especialmente no escolar, que se tornam perceptíveis as pequenas brechas a serem investidas e os grandes enrijecimentos a serem desfeitos na relação com o tema das drogas, e que perfazem a urgência desta questão no contemporâneo. Fechar os olhos para isso e para os desafios postos pode significar ignorar uma dimensão fundamental da existência dos sujeitos no mundo, especialmente daqueles mais vulnerabilizados.

---

<sup>95</sup> Cf. LIMA, REIGOTA, PELICIONI, 2012, p. 120.

Neste curto período do primeiro semestre de 2015, pudemos presenciar algumas ‘novas’ falas sobre a questão das drogas, seja na grande mídia, seja na produção acadêmico-científica. Apenas para citar alguns exemplos, em 22 de junho de 2015, a *Folha de São Paulo* publicou editorial cujo título era “Legalização sem temor”. O texto reúne informações sobre países que iniciaram o processo de legalização de drogas e termina afirmando “que os temores em torno de uma legalização ampla podem ser exagerados”. Já o artigo publicado em 14 de julho de 2015, no caderno Opiniões do jornal *O Globo*, de autoria de Julita Lemgruber e Luciana Boiteux, e cujo título é “Mudança nas mãos do STF”, versa sobre os processos de descriminalização e legalização das drogas em diversos países, apontando a possibilidade de que o Superior Tribunal Federal venha a rever o posicionamento do Brasil sobre a questão.

Já com relação aos textos acadêmicos, também no primeiro semestre de 2015 a revista *Educação e Pesquisa* (USP) publicou artigo de Moreira, Vóvio e De Micheli, intitulado “Prevenção ao consumo abusivo de drogas na escola: desafios e possibilidades para a atuação do educador”, enfocando a importância do diálogo sobre as drogas no âmbito escolar e os desafios para a atuação do (a) educador (a) na prevenção ao consumo abusivo de álcool e outras drogas. Traz ainda algumas indicações de possíveis brechas para a construção de uma reflexão sobre o tema. A propósito da importância de uma atuação interssetorial sobre a temática, Telmo Mota Ronzani e Pollyanna Santos da Silveira, da Universidade Federal de Juiz de Fora, organizaram o volume intitulado *Prevenção ao uso de álcool e outras drogas no contexto escolar*, publicado em 2014.

Assim, outra observação que também merece destaque é o fato de uma mesma questão requerer um olhar multifacetado, observando aspectos tanto de natureza política quanto sociocultural, econômica e educacional. Existem desafios na prevenção do uso de drogas que implicam o envolvimento de vários setores e atores sociais dos campos da saúde, da educação e da justiça. Integra esse esforço o desenvolvimento de práticas educativas capazes de contemplar aspectos caros da interação, como o contexto sociocultural e econômico e a dimensão simbólica das populações que são alvo das ações (ACSERALD, 2005).

Apesar de haver iniciativas nas áreas mencionadas, visando à capacitação de professores para o manejo do tema, como o Curso de Prevenção do Uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas – organizado pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD) em parceria com a Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (MEC), e que participa do Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas desde 2004 –, ainda vivemos um cenário em que a questão das drogas encontra-se

imersa em discursos clichê, sem consistência teórica. São esses discursos os que mais aparecem no cotidiano escolar.

Embora o contexto formal de ensino seja reconhecido como um local privilegiado para as ações educativas sobre drogas, os estudos sinalizam um descompasso entre as diretrizes acadêmicas e o preparo teórico e afetivo do educador para assumir essa tarefa, o que se expressa nas simplificações, omissões e/ou negações em relação ao assunto. Ou seja, os educadores recebem a demanda para incluir o tema nas atividades curriculares, mas não são fornecidos subsídios para isso. A literatura constata que a resistência dos educadores em desenvolver tal conteúdo no contexto escolar está vinculada à falta de formação apropriada e às ideias preconcebidas acerca das relações entre droga, violência e criminalidade (MARTINI; FUREGATO, 2008; MOREIRA; SILVEIRA; ANDREOLI, 2006).

Acreditamos que, no campo da educação sobre drogas, é preciso buscar uma perspectiva de educação para autonomia, baseada na teoria freiriana, que afirma que o processo de aprendizagem deve ser permeado por um conhecimento crítico da realidade. Nesta concepção, aprender transcende o armazenamento de saberes, instrução exclusivamente técnica, que visa principalmente à formação para o trabalho e com ela a aquisição de um corpo de conhecimentos e procedimentos específicos. Aprender é o resultado de uma constante reflexão sobre a realidade em que professor (a) e aluno (a) são sujeitos ativos do processo de construção de conhecimento, aprendendo mutuamente por meio de sucessivas aproximações e reflexões sobre determinado assunto. Assim, o processo educativo é marcado pela construção do que vem a ser um cidadão potente em relação com uma cidadania ampliada, buscando transformar a realidade social e levando em consideração não só os interesses individuais, mas também os coletivos (FREIRE, 1996). Em outras palavras, é preciso perceber a educação para além de um processo de socialização e integração somente, mas concomitante a um caminho a partir do qual se constroem sistemas normativos e valores para a vida, marcando assim sua dimensão política.

Posto isso, as questões relativas às drogas no cotidiano escolar mostram-se como assunto de extrema relevância, a ser abordado por uma educação que busque pensar em profundidade as práticas discursivas que se apresentam sobre o tema, dispondo-se a correr o risco de não saber, abrindo-se ao desconhecido e ao que nele é o por vir.

Ciente da incompletude dessa ocupação, que nunca mostra toda a dimensão do pesquisado e registrado, despeço-me acalentada pelas palavras de José Saramago (1999): “o ser humano é demasiadamente grande para caber nas palavras com as quais ele mesmo se define”.

## REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Gilberta A educação para a autonomia: construindo um discurso democrático sobre as drogas. In: ACSELRAD, Gilberta (org.). **Avessos do Prazer: drogas, AIDS e direitos humanos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2005.

ANDERSON, Harlene; GOOLISHIAN, Harold A. O cliente é o especialista: a abordagem terapêutica do não-saber. In: MCNAMEE, Sheila; GERGEN, Kenneth J. **A terapia como construção social**. Trad. C. O. Dornelles. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. p. 34-50.

ANDRADE, Tarcísio Mattos. Redução de danos: um novo paradigma? In: Almeida, Ala Riva et al. (org.). **Drogas: tempos, lugares e olhares sobre seu consumo**. Salvador: EDUFBA, 2004. p. 87-95. Disponível em:

<[http://www.twiki.ufba.br/twiki/pub/CetadObserva/ReducaoRiscosDanos/Redu%e7%e3o\\_de\\_danos-\\_um\\_novo\\_paradigma.pdf](http://www.twiki.ufba.br/twiki/pub/CetadObserva/ReducaoRiscosDanos/Redu%e7%e3o_de_danos-_um_novo_paradigma.pdf)>. Acesso em: 07 jul. 2014.

ALVES, Nilda. **Trajetórias e redes na formação de professores**. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

\_\_\_\_\_. Tecer o conhecimento em rede. In: ALVES, Nilda; GARCIA, Regina Leite. (Org.). **O sentido da escola**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999, p.111-120.

\_\_\_\_\_. A narrativa como método na história do cotidiano escolar. . In: I Congresso Brasileiro de História da Educação, 2000, Rio de Janeiro. I Congresso Brasileiro de História da Educação. **Anais...** Rio de Janeiro: SBHE, 2000. p. 10. Disponível em: <[http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/124\\_nilda\\_alves.pdf](http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/124_nilda_alves.pdf)> Acesso em: 30 jun. 2014

\_\_\_\_\_. **A aula: redes de práticas; os processos cotidianos de aprender e ensinar**. 2000a. Tese de titular. Faculdade de Educação, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. Decifrando o pergaminho – o cotidiano das escolas nas lógicas das redes cotidianas. In: OLIVEIRA, Inês Barbosa de; ALVES, Nilda. (Org.). **Pesquisa no/do cotidiano das escolas: sobre redes de saberes**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p.13-38.

\_\_\_\_\_. Sobre o movimento das pesquisas nos/dos/com os cotidianos. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, ano 4, n. 7-8, p. 1-7, 2003.

\_\_\_\_\_. Políticas e cotidianos em redes educativas e em escolas. In: ENDIPE - ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICAS DE ENSINO, XVI, Universidade Estadual de

Campinas. **Anais...** Campinas: Junqueira & Marin, 2012. Disponível em: <[http://www.infoteca.inf.br/endipe/smarty/templates/arquivos\\_template/upload\\_arquivos/acer/vo/docs/0004m.pdf](http://www.infoteca.inf.br/endipe/smarty/templates/arquivos_template/upload_arquivos/acer/vo/docs/0004m.pdf)>. Acesso em: 30 jun. 2014.

ALVES, Rubens. **A complicada arte de ver**. 26/10/2004. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/sinapse/ult1063u947.shtml>>. Acesso em: 30 jun. 2014.

ARAÚJO, Tarso. **Almanaque das Drogas**. São Paulo: Leya, 2012.

BARROS, Liliam Cristina da Silva; SANTOS, Antonio Maria de Souza. Fronteiras étnicas nos repertórios musicais das ‘festas de santo’ em São Gabriel da Cachoeira (alto rio Negro, AM). **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, v. 2, n. 1, p. 23-53, 2007.

BASTOS, Francisco Inácio; BERTONI, Neilane (Org.). **Pesquisa Nacional sobre o uso de crack: quem são os usuários de crack e/ou similares do Brasil? Quantos são nas capitais brasileiras?** Rio de Janeiro: ICICT/FIOCRUZ, 2014. Disponível em: <<https://www.icict.fiocruz.br/sites/www.icict.fiocruz.br/files/Pesquisa%20Nacional%20sobre%20o%20Uso%20de%20Crack.pdf>>. Acesso em: 1 mar. 2014.

BASTOS, Francisco Inácio et al. Smoked crack cocaine in contemporary Brazil the emergence and spread of “oxi”. **Addiction**, v. 106, n. 6, p. 1191-1192, 2011.

BASTOS, Francisco Inácio; MONTEIRO, Pinkusfeld. Sigmund Freud. “The Cocaine Papers”: a personal appraisal. **International Journal of Drug Policy**, v. 12, p. 115-117, 2001.

BATISTA, Cristina Santos; BERNARDES, Jefferson; MINCOFF, Vera Sônia. Conversas no cotidiano: um dedo de prosa na pesquisa. In: SPINK, M. J. et al. **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014. p. 98-122.

BATISTA, Nilo. Política criminal com derramamento de Sangue. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, ano 5, n. 20, p. 129, out./dez. 1997.

BATISTA, Vera Malaguti. O mito da droga. 2013. **Ensaios Jurídicos**. Disponível em: <<http://ensaiosjuridicos.wordpress.com/2013/06/25/o-mito-da-droga-vera-malaguti-batista/>>. Acesso em: 15 abr. 2014.

BECKER, Gary S; MURPHY, Kevin M.; GROSSMAN, Michael. The economic theory of illegal goods the case of drugs. **National Bureau of Economic Research – NBER**, Working

Paper nº 10976, dez. 2004.

BENJAMIN, Walter. **Haxixe**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BIRMAN, Joel. **Mal-Estar na atualidade**: a psicanálise e as novas formas de subjetivação. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

\_\_\_\_\_. Dionísios Desencantados. In: **Drogas**: uma visão contemporânea. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

BOITEUX, Luciana et al. (Org.). **Tráfico de Drogas e Constituição**. Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2009a.

BOITEUX, Luciana. **Controle penal sobre as drogas ilícitas**: o impacto do proibicionismo no sistema penal e na sociedade. 2006. 273f. Tese (Doutorado em Direito Penal) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em:  
<<http://www.comunidadessegura.org.br/files/controlenalsobredrogasilicitas.pdf>>. Acesso em: 7 jul. 2014.

BOMFIM, Alexandre Maia et al. Parâmetros curriculares nacionais: uma revisita aos temas transversais meio ambiente e saúde. **Trabalho, Educação e Saúde** [online], Rio de Janeiro, v. 11, p. 27-52, jan./abr. 2013.

BRAGA, Denise da Silva. A experiência transexual: estigma e desqualificação social no intramuros da escola. **Revista Periferia**, v. 4, n. 1, p. 5-24, jan./jul. 2012.

BURROUGHS, William. **Junky**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CABALLERO, Francis; BISIQU, Yann. **Droit de la drogue**. 2. ed. Paris: Dalloz, 2000.

CARLINI, Elisaldo Araújo. A História da maconha no Brasil. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria** [online], v. 55, n. 4, p. 314-317, 2006. Disponível em:  
<<http://www.scielo.br/pdf/jbpsiq/v55n4/a08v55n4.pdf>>. Acesso em: 7 jul. 2014.

CARNEIRO, Henrique. **Filtros, Mezinhas e Triacas**: as drogas no mundo moderno. São Paulo: Xamã, 1994.

\_\_\_\_\_. **Amores e sonhos da flora:** afrodisíacos e alucinógenos na botânica e na farmácia. São Paulo: Xamã, 2002.

\_\_\_\_\_. Transformações do significado da palavra “droga”: das especiarias coloniais ao proibicionismo contemporâneo. In: VENÂNCIO, Renato Pinto; CARNEIRO, Henrique (Org.). **Álcool e Drogas na História do Brasil**. São Paulo: Alameda; Belo Horizonte: PUC-Minas, 2005.

\_\_\_\_\_. **Pequena enciclopédia da história das drogas e bebidas:** histórias e curiosidades sobre as mais variadas drogas e bebidas. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2005b.

\_\_\_\_\_. Drogas, muito além da hipocrisia. **Outras Palavras**, São Paulo, 25/05/2011.

\_\_\_\_\_. Uma breve história dos estudos sobre a maconha no Brasil. **Estudos Universitários**, Pernambuco, v. 28, p. 79-92, 2011b.

CARONE, Modesto. **Resumo de Ana**. São Paulo. Companhia das Letras, 1998.

CARROL, Lewis. **Alice no país das maravilhas**. Ed. coment. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHAUI, Marilena. **O que é ideologia?** São Paulo: Brasiliense, 1984.

\_\_\_\_\_. Mídia produz culpa e condena sumariamente. **Blog de Luis Nassif**, 16/09/2012. Disponível em: <<http://jornalggn.com.br/blog/luisnassif/midia-produz-culpas-e-condena-sumariamente-chau>> Acesso em: 17. jun. 2015.

COHEN, David. **Freud e a Cocaína**. A História do uso da droga nos primórdios da Psicanálise. Rio de Janeiro: Record, 2014.

COIMBRA, Cecília Maria B. **A Produção do Medo e da Insegurança**. 1997. Disponível em: <[http://www.slab.uff.br/images/Aquivos/textos\\_sti/Cec%C3%ADlia%20Coimbra/texto64.pdf](http://www.slab.uff.br/images/Aquivos/textos_sti/Cec%C3%ADlia%20Coimbra/texto64.pdf)>. Acesso em: 7 mar. 2015.

CORRÊA, Guilherme. Drogas para além do bem e do mal. In: SANTOS, Loiva Maria De Boni (Org.). **Outras palavras sobre o cuidado de pessoas que usam drogas**. Vol. I. Porto

Alegre: Ideograf, 2010, p. 167-176. Disponível em: <<http://www.crprs.org.br/upload/edicao/arquivo48.pdf>>. Acesso em: 7 jul. 2014.

CRUZ, Marcelo Santos. Redução de Danos, prevenção e assistência. In: **Prevenção ao uso indevido de drogas: capacitação para conselheiros e lideranças comunitárias**. Brasília: Ministério da Justiça/SENAD, p. 155-177, 2011.

DALLA-DÉA, Hilda et al. A inserção do psicólogo no trabalho de prevenção ao abuso de álcool e outras drogas. **Psicologia Ciência e Profissão**, Brasil, v. 24, n. 1, p. 108-115, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v24n1/v24n1a12.pdf>>. Acesso em: 7 jul. 2014.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo: Ed. 34, 2010.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**. Capitalismo e Esquizofrenia, Vol. 2. São Paulo: Ed. 34, 1997.

DELGADO, Pedro Gabriel. Drogas: o desafio da Saúde Pública. In: ACSELRAD, Gilberta. (Org.). **Avessos do Prazer: Drogas, AIDS e Direitos Humanos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005. p. 165-181.

DI TOMASO, Emmanuelle; BELTRAMO, Massimiliano; PIOMELLI, Daniele. Brain cannabinoid in chocolate. **Nature**, v. 382, p. 677-678, 1996.

DOYLE, Arthur Conan. **Sherlock Holmes – O sinal dos quatro**. Trad. Jorge Ritter. São Paulo: L& PM Pocket, 2005.

DUARTE, Danilo Freire. Uma Breve História do Ópio e dos Opióides. **Revista Brasileira de Anestesiologia**, v. 55, n. 1, p. 135-146, 2005.

ESCOHOTADO, Antonio. **História de las drogas**. Madri: Alianza, 1998.

\_\_\_\_\_. **Historia elemental de las drogas**. 2. ed. Barcelona: Anagrama, 2003. Disponível em: <<http://www.escohotado.com/historiageneralde lasdrogas.asp>>. Acesso em: 20 abr. 2014.

ESPINHEIRA, G. A Complexidade do Homem: Liberdade e Dependência. In: MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Drogas, Aids e Sociedade**. Brasília: CDIC, 1995.

ESTEBAN, Maria Tereza. **O que sabe quem erra:** reflexões sobre avaliação e fracasso escolar. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

FERNANDEZ, Osvaldo. Drogas e (des)controle social. In: PASSETTI, Edson; SILVA, Roberto B. Dias. (Org.). **Conversações abolicionistas:** uma crítica do sistema penal e da sociedade punitiva. São Paulo: IBCCrim, 1997.

FERRAÇO, Carlos Eduardo. Ensaio de uma metodologia efêmera: ou sobre as várias maneiras de se sentir e inventar o cotidiano escolar. In: ALVES, Nilda; OLIVEIRA, Inês B. (Org.). **Pesquisa no/do cotidiano das escolas.** Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 91-108.

FERREIRA, Pedro Eugênio M.; MARTINI, Rodrigo K. Cocaína: lendas, história e abuso. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, v. 23, n. 2, p. 96-9, 2001.

IORE, Maurício. **Uso de “drogas”:** controvérsias médicas e debate público. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006.

\_\_\_\_\_. O lugar do Estado na questão das drogas: o paradigma proibicionista e as alternativas. **Novos estudos** - Cebrap, São Paulo, n. 92, p. 9-21, mar. 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002012000100002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002012000100002)>. Acesso em: 23. jun. 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Legalização sem temor.** Editorial. 22/06/2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2015/06/1645953-legalizacao-sem-temor.shtml>>. Acesso em: 23. jun. 2015.

FONSECA, Eliza Massard. **Políticas de Redução de Danos ao uso de drogas:** o contexto internacional e uma análise preliminar dos programas brasileiros. 2005. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Escola Nacional de saúde Pública Sérgio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2005.

FONSECA, Elize Massard et al. Programas de redução de danos no Brasil: avaliação preliminar de 45 programas. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 4, 2006.

FOUCAULT, Michel **A crise atual da medicina.** Conferência pronunciada no Instituto de Medicina Social, da UERJ, Rio de Janeiro, 1982b. p. 1-22 [mimeo].

\_\_\_\_\_. **Vigiar e Punir:** nascimento da prisão. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso**. Trad. L. F. de A. Sampaio. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

\_\_\_\_\_. **História da Sexualidade: a vontade de saber**. Vol. I. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade: o uso dos prazeres**. Vol. II. 10. ed. São Paulo: Graal, 2003.

\_\_\_\_\_. **Em Defesa da Sociedade**. Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999a.

\_\_\_\_\_. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

\_\_\_\_\_. Outros espaços. In: **Estética: literatura e pintura, música e cinema**. Org. Manoel B. da Motta. Trad. Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p. 411-422. (Ditos e Escritos, III).

\_\_\_\_\_. Michel Foucault, uma entrevista: sexo, poder e política. Trad. Wanderson Flor do Nascimento. **Verve**, São Paulo, Nu-Sol, v. 5, p. 260-277, 2004.

\_\_\_\_\_. **A Hermenêutica do Sujeito**. Trad. Márcio Alves da Fonseca e Salma Thanus Muchail. São Paulo. Martins Fontes, 2004.

\_\_\_\_\_. A Ética do Cuidado de Si como Prática da Liberdade. In: **Ética, Sexualidade, Política**. Org. Manoel B. da Motta. Trad. Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004b. p. 264-287. (Ditos e Escritos V).

\_\_\_\_\_. **Nascimento da biopolítica**. Curso dado no Collège de France (1978-1979). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FREDA, Hugo. A Toxicomania: uma das formas da modernidade. In: INEM, Clara; BAPTISTA, Marcos (Org.). **Toxicomanias: Abordagem Clínica**. Rio de Janeiro, NEPAD/UERJ: Sette Letras, 1997.

FREIRE, Paulo. **A mensagem de Paulo Freire: textos de Paulo Freire selecionados pelo INODEP.** São Paulo: Nova Crítica, 1977.

\_\_\_\_\_. **Cartas a Guiné-Bissau.** Registros de uma experiência em processo. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1978.

\_\_\_\_\_. **Conscientização: Teoria e prática da libertação.** Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.

\_\_\_\_\_. **Educação e Mudança.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. **A Educação na Cidade.** São Paulo: Cortez; 1991.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Esperança: Saberes Necessários à Prática Educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1992.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. **Educação como prática da liberdade.** 23. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

\_\_\_\_\_. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos.** 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da indignação.** São Paulo: Ed. da Unesp, 2000.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e Ousadia: o cotidiano do professor.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FREIRE, Paulo; ILLICH, Ivan. Diálogo. In: SEMINARIO INVITACIÓN A CONCIENCIAR Y DESESCOLARIZAR: CONVERSACIÓN PERMANENTE, Genebra, 1974. **Atas...** Buenos Aires, Búsqueda Celadec, 1975.

FREUD, Sigmund. Über coca. Viena 1884. **Revista da Sociedade de Psicanálise de Porto Alegre, Tóxicos e manias**, n. 26, p. 100-126, 2004. Disponível em: <[http://www.appoa.com.br/revista/toxicos\\_e\\_manihas/398](http://www.appoa.com.br/revista/toxicos_e_manihas/398)>. Acesso em: 08 jul. 2014.

\_\_\_\_\_. O mal-estar na civilização. **Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas**, v. XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1930/1996. p. 67-153.

GALINDO, Dolores; MARTINS, Mário; RODRIGUES, Renata Vilela. Jogos de armar: narrativas como modo de articulação de múltiplas fontes no cotidiano da pesquisa. In: SPINK, Mary Jane P. et al. (Org.). **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014. p. 295-322 (publicação virtual). Disponível em: <<https://www.dropbox.com/s/4210b1g699nl1le/2014-Livro-spink-producao-de-informacao.pdf>>. Acesso em: 8 dez. 2014.

GALLO, Silvio. Eu, o outro e tantos outros: educação, alteridade e filosofia da diferença. In: GARCIA, Regina Leite (Org.). **Diálogos Cotidianos**. Vol. 1. Petrópolis: DP et alii, 2010. p. 231-246.

GARCIA, [Sonia Izecksohn](#). **Implicações Psicossociais do Uso de Drogas: Uma História de Perdas e Danos**. 1996. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 1996.

GERGEN, Kenneth J. The social constructionist movement in modern psychology. **American Psychologist**, v. 40, n. 3, p. 266-75, 1985. Disponível em: <[http://www.swarthmore.edu/Documents/faculty/gergen/Social\\_Constructionist\\_Movement.pdf](http://www.swarthmore.edu/Documents/faculty/gergen/Social_Constructionist_Movement.pdf)>. Acesso em: 7 jul. 2014.

\_\_\_\_\_. **Construir la realidad**. Barcelona: Paidós, 2006.

GOFFMAN, Erwing. Estigma e Identidade Social. In: **Estigma, notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 1975.

GOMES, Bruno Ramos. **O sentido do uso ritual da ayahuasca em trabalho voltado ao tratamento e recuperação da população em situação de rua em São Paulo**. 2011. 176p. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6136/tde-09092011-160114/pt-br.php>>. Acesso em: 7 jul. 2014.

GRIEVE, John. Dez razões para legalizar as drogas. **Le Monde Diplomatique**, 09/09/2009. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/editorial.php?edicao=2>>. Acesso em: 3 jul. 2014.

GUATTARI, Félix; RONLINK, Suely. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1986.

GUIMARÃES, Lilian A. M.; GRUBITS, Sonia. Alcoolismo e violência em etnias indígenas: uma visão crítica da situação brasileira. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, n. 1, p. 45-51, jan./abr. 2007.

GUINDALINI, Camila et al. Concurrent crack and powder cocaine users from Sao Paulo: do they represent a different group? **BMC Public Health**, n. 6, p. 10, 2006.

HALL, Stuart. The spectacle of "other". In: \_\_\_\_\_. (Ed.). **Representation**: cultural representations and signifying practices. London/Thousand Oaks/New Delhi: Sage/The Open University, 1997. p.. 2-73

\_\_\_\_\_. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HARDT, Michael. A sociedade mundial de controle. In: ALLIEZ, Éric (Org.). **Gilles Deleuze**: uma vida filosófica. São Paulo: Ed. 34, 2000.

HOBSBAWM, Eric J. **A Era das Revoluções**. São Paulo: Paz e Terra, 2009

IBÁÑEZ, Tomás. **Municiones para disidentes**: realidad, verdad, política. Barcelona: Gedisa, 2001.

\_\_\_\_\_. O giro linguístico. In: IÑIGUEZ, Lupicínio (Coord.). **Manual de análise do discurso em ciências sociais**. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 19-49.

IÑIGUEZ, Lupicínio. La psicología social en la encrucijada postconstruccionista: historicidad, subjetividad, performatividad, acción. In: ENCONTRO NACIONAL DA ABRAPSO, XII, Porto Alegre, 2003.

\_\_\_\_\_. **Manual de análise do discurso em ciências sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

ISRAEL-PINTO, Alexandre. **O uso de substâncias psicoativas: história, aprendizagem e autogoverno.** Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Paraná, 2012.

IULIANELLI, Jorge Atílio Silva. O gosto bom do bode: Juventude, Sindicalismo, Reassentamento e Narcotráfico no Submédio. In: RIBEIRO, Ana Maria M; IULIANELLI, Jorge Atílio Silva (Org.). **Narcotráfico e violência no campo.** Rio de Janeiro: DP & A, 2000. p. 192-227.

JACOBINA, Ronaldo Ribeiro; NERY FILHO, Antonio. **Conversando sobre drogas.** Salvador: EdUFBA, 1999.

JODELET, Denise. O movimento de retorno ao sujeito e a abordagem das representações sociais. **Soc. estado.**, Brasília, v. 24, n. 3, p. 679-712, Dec. 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69922009000300004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922009000300004)> Acesso em 09 mar. 2014.

KARAM, Maria Lucia. **Não são as drogas que causam violência e criminalidade.** Entrevista. In: FÓRUM DA LIBERDADE, XV. Rio Grande do Sul, 7 fev. 2012. Disponível em: <<http://forumdaliberdade.com.br/fl25/blog/2012/nao-sao-as-drogas-que-causam-violencia-e-criminalidade-afirma-maria-lucia-karam/>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

\_\_\_\_\_. **A política proibicionista e a ampliação do poder do estado de punir.** Fórum Democracia, direitos humanos, guerra e narcotráfico, Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <<http://www.narconews.com/print.php3?ArticleID=785&lang=pr>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

KELTER, Paul Jürgen; SILVA, Nilson Tadeu Reis. Legalidade e finalidade da internação compulsória dos dependentes de crack. **Revista Jurídica Cesumar**, v. 13, n. 2, p. 541-559, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.unicesumar.edu.br/pesquisa/periodicos/index.php/revjuridica/article/view/3058/2138>>. Acesso em: 3 jul. 2014.

KOPP, Pierre. **A economia da droga.** Bauru: EdUsc, 1998.

KOUTOUZIS, Michel (Coord.) **Atlas Mondial des Drogues.** Observatoire Géopolitique des Drogues. Paris: PUF, 1997.

LACHENMEIER, Dirk W; REHM, Jürgen. Comparative risk assessment of alcohol, tobacco, cannabis and other illicit drugs using the margin of exposure approach. **Scientific Reports**, v. 5, p. 8126, jan. 2015. Disponível em:

<<http://www.nature.com/srep/2015/150130/srep08126/pdf/srep08126.pdf>>. Acesso em: 20. fev. 2015.

LEMGRUBER, Julita; BOITEUX, Luciana. Mudança nas mãos do STF. **O Globo**, Caderno Opiniões, 14/07/2015. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/opiniao/mudanca-nas-maos-do-stf-16747550>>. Acesso em: 19 jul. 2015.

LIMA, Adriana Teixeira et al. Frans Krajcberg e sua contribuição à educação ambiental pautada na teoria das representações sociais. **Cadernos CEDES**, v. 1, p. 117-131, 2012.

LIMA, Rita de Cassia C.; TAVARES, Priscilla. Desafios recentes às políticas sociais brasileiras sobre as drogas. **Argumentum**, Vitória, v. 4, n. 2, p. 6-23, jul./dez. 2012.

LIMA, Rita de Cassia C. **Uma história das drogas e do seu proibicionismo transnacional: relações Brasil-Estados Unidos e os organismos internacionais**. Rio de Janeiro: UFRJ, Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social, 2009.

MACRAE, Edward; SIMÕES, Júlio Assis. **Rodas de fumo: o uso da maconha entre as camadas médias urbanas**. Salvador: EdUFBA, 2000.

MACRAE, Edward. Antropologia: aspectos sociais, culturais e ritualístico. In: SEIBEL, Sergio Dario; TOSCANO JR., Alfredo. **Dependência de drogas**. São Paulo: Atheneu, 2001. p. 25-34.

\_\_\_\_\_. Aspectos socioculturais do uso de drogas e políticas de redução de danos. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL, XIV. **Anais...** Rio de Janeiro: ABRAPSO, 2007. Disponível em: <<http://www.neip.info/downloads/edward2.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2014.

\_\_\_\_\_. A Elaboração das Políticas Públicas brasileiras em relação ao uso religioso da ayahuasca. In: LABATE, Beatriz Caiuby (Org.). **Drogas e Cultura: novas perspectivas**. Salvador: EdUFBA, 2008. p. 289-314.

MAFRA, Jason. A conectividade do presente com a história em Freire e Foucault. **Múltiplas Leituras**, v. 1, n. 2, p. 36-46, jul./dez. 2008.

MALATESTA, Enrico. Le danger de la cocaine: une proposition... qui ne sera pas acceptée. In: RENOF, Israel (Org.). **Enrico Malatesta: articles politiques**. Paris: Union Générale, 1979. p. 335-336.

MARONNA, Cristiano Ávila. Drogas: aspectos jurídicos e criminológicos. In: CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6ª REGIÃO (Org.). **Álcool e Outras Drogas**. São Paulo: CRP, 2011. p. 51-59.

MARTINS, António Gomes Lourenço. **Historia Internacional da Droga**. 2007. Disponível em: <<http://www.encod.org/info/HISTORIA-INTERNACIONAL-DA-DROGA.html>>. Acesso em: 25 maio 2014.

MARTINI, Jussara Gue; FUREGATO, Antonia Regina Ferreira. Representações sociais de professores sobre o uso de drogas em uma escola de ensino básico. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 16, n.spe, p. 601-606, 2008.

MÉLLO, Ricardo Pimentel et al. Construcionismo, Práticas Discursivas e possibilidades de pesquisa em Psicologia Social. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, n. 3, p. 26-32, 2007.

MOREIRA, André; VÓVIO, Claudia Lemos; DE MICHELI, Denise. Prevenção ao consumo abusivo de drogas na escola: desafios e possibilidades para a atuação do educador. **Educação & Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 1, p. 119-135, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v41n1/1517-9702-ep-41-1-0119.pdf>>. 20 jun. 2015.

MOREIRA, Fernanda Gonçalves; SILVEIRA, Dartiu Xavier; ANDREOLI, Sérgio Baxter. Redução de Danos do uso indevido de drogas no contexto da escola promotora de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 807-816, jul./set. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v11n3/30995.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

MOURÃO, Carla. A função do objeto droga na ideologia da contracultura e da cultura contemporânea. In: BAPTISTA, Marcos; CRUZ, Marcelo Santos; MATIAS, Regina. **Drogas e Pós-Modernidade** – faces de um tema proscrito. Vol. 2. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003. p. 109-118.

MURRAY, Roseana. **Tantos medos e outras Coragens**. São Paulo: FTD, 1999. (Coleções Segundas Histórias).

NAPPO, Solange A.; GALDURÓZ, José Carlos Fernandes; NOTO Ana Regina. Crack use in São Paulo. **Substance Use & Misuse**, v. 31, n. 5, p. 565-79, 1996.

NERY FILHO, Antônio. Mesa de abertura. In: SIMPÓSIO NACIONAL SOBRE DROGAS - Notícias do campo, lei e movimentos sociais, Salvador, Bahia, 2010.

OGALDE Juan P.; ARRIAZA, Bernardo T.; SOTO, Elia C. Identification of psychoactive alkaloids in ancient Andean human hair by gas chromatography/mass spectrometry. **Journal of Archaeological Science**, v. 36, p. 467-472, 2009. Disponível em: <[https://www.erowid.org/references/refs\\_view.php?A=ShowDocPartFrame&ID=7401&DocPartID=6551](https://www.erowid.org/references/refs_view.php?A=ShowDocPartFrame&ID=7401&DocPartID=6551)>. Acesso em: 3 jul. 2014.

OLIVEIRA, Inês Barbosa; NILDA, Alves. Contar o passado, analisar o presente e sonhar o futuro In: **Pesquisa no/do cotidiano: sobre redes de saberes**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p. 7-12.

OLIVENSTEIN, Claude. **A Droga**. Trad. Marina Camargo Celidônio. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

\_\_\_\_\_. Toxicomania: Exclusão e Marginalidade. In: **Toxicomanias: abordagem multidisciplinar**. Rio de Janeiro: Nepad/Uerj; 7 Letras, 1997.

PAULINO, Wilson Roberto. **Drogas**. São Paulo: Ática 1998.

PASSETTI, Edson. **Das “fumeries” ao narcotráfico**. São Paulo: Educ, 1991.

PEDRINHA, Roberta Duboc. **Notas sobre a política criminal de drogas no Brasil: elementos para uma reflexão crítica**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009. Disponível em: <[http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/salvador/roberta\\_duboc\\_pedrinha.pdf](http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/salvador/roberta_duboc_pedrinha.pdf)>. Acessado em: 18 jul. 2014.

PELÚCIO, Larissa. Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos queer. **Revista Contemporânea**, Revista de Sociologia da UFSCar, São Carlos, v. 2, n. 2 p. 395-418, jul./dez. 2012.

PETUCO, Denis Roberto da Silva. **Entre imagens e palavras: o discurso de uma campanha de prevenção ao crack**. Dissertação. (Mestrado em Educação) - Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal de João Pessoa, João Pessoa, Paraíba, 2011.

\_\_\_\_\_. Os discursos com estatuto de verdade e o dispositivo. In: PASINI, Elisiane (Org.). **Educando para a diversidade**. Porto Alegre: Nuances, 2007. p. 35-40.

\_\_\_\_\_. **Pontes entre Redução de Danos e Educação Popular**. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: SUBJETIVIDADE, CIDADANIA E POLÍTICAS PÚBLICAS, V., Salvador, 2009. Disponível em:

<<http://denispetuco.blogspot.com.br/2011/05/o-cuidado-de-pessoas-que-usam-drogas.html>>. Acesso em: 30 out. 2013.

\_\_\_\_\_. Educação Popular em Saúde e o cuidado de pessoas que usam álcool e outras drogas. In: MORAES, Maristela; CASTRO, Ricardo; PETUCO, Denis Roberto da Silva (Org.). **Gênero e Drogas: contribuições para uma atenção integral à saúde**. Recife: Instituto Papai, 2010. p. 21-27.

PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA AS DROGAS – PROERD. Disponível em:  
<[http://pm.am.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=707:apresentacao-do-proerd&catid=33&Itemid=95](http://pm.am.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=707:apresentacao-do-proerd&catid=33&Itemid=95)>. Acesso em: 30 jan. 2015

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível: estética e política**. 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 2009.

\_\_\_\_\_. **O mestre ignorante**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

\_\_\_\_\_. O Dissenso. In: NOVAES, Adauto (Org.). **A Crise da Razão**. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

REIGOTA, Marcos; PRADO, Bárbara Heliodora Soares do (Org.). **Educação ambiental: utopia e práxis**. São Paulo: Cortez, 2008. (Coleção cultura, memória e currículo, 8).

REIGOTA, Marcos. Ciência e sustentabilidade: a contribuição da educação ambiental. **Revista de Avaliação da Educação Superior**, v. 12, n. 2, p. 220, jun. 2007.

\_\_\_\_\_. Da etnografia às narrativas ficcionais da práxis ecologista: uma proposta metodológica. **Revista de Estudos Universitários**, Sorocaba, v. 25, n. 1, p. 36-60, jun. 1999a.

\_\_\_\_\_. **A floresta e a escola: por uma educação ambiental pós-moderna**. São Paulo: Cortez, 1999b.

\_\_\_\_\_. **Ecologistas**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1999c.

\_\_\_\_\_. Narrativas ficcionais da práxis ecologista. In: NASCIMENTO-SCHULZE, Clelia M. (Org.). **Novas contribuições para a teorização e pesquisa em representação social**.

Florianópolis: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia, 1996. p. 47-58. (Coletâneas da Anpepp, 10).

\_\_\_\_\_. A contribuição política e pedagógica dos que vêm das margens. **Teias** (Rio de Janeiro. Impresso), v. 11, p. 1-6, 2010.

RODRIGUES, Thiago. **Narcotráfico: uma guerra na guerra**. São Paulo: Desatino, 2003.

\_\_\_\_\_. Política de drogas e a lógica dos danos. **Verve**, São Paulo, Nu-Sol/PEPG- Ciências Sociais, n. 3, p. 257-277, 2003b.

\_\_\_\_\_. Drogas, proibição e a abolição das penas In: PASSETTI, Edson (Org.). **Curso livre de abolicionismo penal**. Rio de Janeiro: Revan/Nu-Sol, 2004a.

\_\_\_\_\_. **Política e drogas nas Américas**. São Paulo: Educ / Fapesp, 2004b.

\_\_\_\_\_. Tráfico, Guerra, Proibição. In: MACRAE, Edward et al. **Drogas e Cultura: novas perspectivas**. Salvador: Edufba, 2008. p. 91-104.

\_\_\_\_\_. Tráfico, guerras e despenalização. **Le Monde Diplomatique Brasil**.

Setembro de 2009. Disponível em:

<<https://www.diplomatique.org.br/print.php?tipo=ar&id=537>>. Acesso em: 20 jun. 2013.

RONZANI, Telmo Mota; NOTO, Ana Regina; SILVEIRA, Pollyana Santos (Org.).

**Reduzindo o estigma entre usuários de drogas: guia para profissionais e gestores**. Juiz de Fora: Ed. da UFJF, 2014.

RONZANI, Telmo Mota; SILVEIRA, Pollyana Santos (Org.). **Prevenção ao uso de álcool e outras drogas no contexto escolar**. Juiz de Fora: Ed. da UFJF, 2014.

RUI, Taniele Cristina. Só se vive uma vez: uma reflexão acerca de distintas concepções e práticas do uso de 'drogas'. **Mediações**, Londrina, v. 11, n. 2, p. 187-202, jun./dez. 2006.

Disponível em:

<<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/8993/7484>>. Acesso em: 3 jul. 2014.

\_\_\_\_\_. **Corpos abjetos: etnografia em cenários de uso e comércio de crack**. 2012. 335f.

Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2012. Disponível em:

<<http://www.abpn.org.br/Revista/index.php/edicoes/article/view/44>[http://www.neip.info/downloads/Taniele\\_Rui\\_Tese.pdf](http://www.neip.info/downloads/Taniele_Rui_Tese.pdf)>. Acesso em: 3 jul. 2014.

SAAD, Luísa Gonçalves. Medicina Legal: o discurso médico, a proibição da maconha e a criminalização do negro. **Revista da ABPN**, América do Norte, v. 1, n. 2, p. 103-111, jul./out. 2010. Disponível em: <<http://www.abpn.org.br/Revista/index.php/edicoes/article/view/44>>. Acesso em: 21 maio 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Democratizar o espaço, democratizar o território. **Educere et Educare**, Cascavel, v. 9, n. 17 p. 169-180, 2014.

\_\_\_\_\_. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro. Graal, 1989.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização - do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Record, 2000.

SARAMAGO, J. A UFMG agora é minha casa. **Encarte UFMG**, Disponível em: <<https://www.ufmg.br/boletim/bol1230/encarte.html>> Acesso em 20 de jul. 2015.

SCHEERER, Sebastian. Estabelecendo o controle sobre a cocaína (1910-1920). In BASTOS, Francisco Inácio; GONÇALVES, Odair Dias. **Drogas é legal? Um debate autorizado**. Rio de Janeiro: Imago, 1993

SERRES, Michel. **Filosofia mestiça**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

SEVCENKO, Nicolau. **O Renascimento: os humanistas, uma nova visão de mundo: a criação das línguas nacionais: a cultura renascentista na Itália**. São Paulo: Atual, 1985.

\_\_\_\_\_. A Capital Irradiante: técnicas, ritmos e ritos do Rio. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). **Historia privada no Brasil**. Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p 513-519.

SILVA, Leonardo Rabelo de Matos. Belford Roxo: Razões para a queda da criminalidade. **Âmbito Jurídico**. Disponível em: <[http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=3642](http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=3642)>. Acesso em: 30 out. 2014

SILVA JUNIOR, Ronaldo et all. Demystifying “oxi” cocaine: chemical profiling analysis of a “new Brazilian drug” from Acre State. **Forensic Science International**, v. 221, n. 1-3, p. 113-9, 2012.

SODELLI, Marcelo. A abordagem proibicionista em desconstrução: compreensão fenomenológica existencial do uso de droga. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, n. 3, p. 637-644, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v15n3/v15n3a05.pdf>>. Acesso em: 5 jul. 2014.

SOUZA J. A **Ralé Brasileira: Quem é e como vive**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2009.

SOUZA, Maximiliano Loiola Ponte de; ORELLANA, Jesem Douglas Yamall. Mortalidade por suicídio em São Gabriel da Cachoeira, um município brasileiro predominantemente indígena. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, v. 34, p. 34-37, 2012.

SPINK, Mary Jane P. et al. (Org.). **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014 (publicação virtual). Disponível em: <<https://www.dropbox.com/s/4210b1g699n11e/2014-Livro-spink-producao-de-informacao.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2014.

SPINK, Mary Jane, RASERA, Emerson Fernando. Reflexões sobre as múltiplas expressões do biopoder. **Saúde & Transformação Social**, Florianópolis, v.4, n.3, p. i-iii, 2013. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=265328845001>>. Acesso em: 29 out. 2013.

SPINK, Mary Jane P. (Org.). **Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano**. São Paulo: Cortez, 1999.

\_\_\_\_\_. **Linguagem e produção de sentidos no cotidiano**. Porto Alegre: Ed. da PUCRS, 2004.

SPINK, Mary Jane P.; GIMENES, Maria da Glória. Práticas discursivas e produção de sentido: apontamentos metodológicos para a análise de discursos sobre a saúde e a doença. **Saúde e Sociedade**, v. 3, n. 2, p. 149-171, 1994.

SPINK, Peter. O pesquisador conversador no cotidiano. **Psicologia & Sociedade**, [s.l.], v. 20, n. esp., p. 70-77, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v20nspe/v20nspea10.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2014.

\_\_\_\_\_. Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista. **Psicologia & Sociedade**, [s.l.], v. 15, n. 2, p. 18-42, 2003.

STEVENSON, Robert L **O médico e o monstro**. Trad. Adriana Lisboa. São Paulo. Saraiva de Bolso, 2011.

STOTZ, Eduardo Navarro. Saúde pública e movimentos sociais em busca do controle do destino. In: VALLA, Victor Vincent; STOTZ, Eduardo Navarro. **Educação, saúde e cidadania**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

TRANSNATIONAL INSTITUTE - TNI. **Reformas a las leyes de drogas en América Latina**. 2010. Disponível em: <<http://www.drogasyderecho.org/leyes-de-drogas-y-c%C3%A1rceles-en-am%C3%A9rica-latina.html>>. Acesso em: 2 jul. 2014.

TELLES, Vera da S. Mutações do trabalho e experiência urbana. **Tempo Social**, São Paulo, v. 1, n. 18, p. 173-195, 2006.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna** – teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

VARELLA, Alexandre Camera. **A cultura do Uso de Psicoativos nas Grandes Civilizações Pré-Colombianas (aproximações e perspectivas)**. São Paulo: USP/Neip, 2005. Disponível em: <[http://www.neip.info/html/objects/\\_downloadblob.php?cod\\_blob=640](http://www.neip.info/html/objects/_downloadblob.php?cod_blob=640)>. Acesso em: 25 maio 2014.

VARGAS, Eduardo Viana. Uso de drogas: a alteração como evento. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 49, n. 2, p. 581-620, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ra/v49n2/03.pdf>>. Acesso em: 3 jul. 2014.

\_\_\_\_\_. Fármacos e outros objetos sócio-técnicos: notas para uma genealogia das drogas. In: LABATE, Beatriz Caiuby; GOULART, Sandra; FIORE, Maurício; MACRAE, Edward; CARNEIRO, Henrique (Orgs.). **Drogas e cultura: novas perspectivas**. Salvador: EdUFBA, 2008. p. 41-63.

\_\_\_\_\_. **Entre a extensão e a intensidade**: corporalidade, subjetivação e uso de “drogas”. 2001. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/VCSA-78CSU2>>. Acesso em: 20 mar. 2014.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault e a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

VELHO, Gilberto. Drogas, Níveis de Realidade e Diversidade. In: RIBEIRO, Maurides de Melo; SIEBEL, Sérgio Dario (Org.). **Drogas: a hegemonia do cinismo**. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 1997.

\_\_\_\_\_. Dimensão Cultural e Política do Mundo das Drogas. In: INEM, Clara Lúcia de O.; ACSELRAD, Gilberta. **Drogas: uma visão contemporânea**. Rio de Janeiro: Imago, 1993. p. 274-279.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2014**. Os jovens do Brasil. Rio de Janeiro: FLACSO, 2014.

ZINBERG, Norman Earl. **Drug, set and setting: the basis for controlled intoxicant use**. New Haven: Yale University Press, 1984.

ZHANG, Ce; MONTEIRO, Maristela. Tactics and practices of the alcohol industry in Latin America: What can policy makers do? **The International Journal of Alcohol and Drug Research**, v. 2, n. 2, p. 75-81, 2013.

### **Legislação e documentos**

BRASIL. Ministério da Justiça. Conselho Federal de Entorpecentes. **Proposta para uma Política Nacional de Drogas**. Brasília, DF: 1992.

\_\_\_\_\_. Ministério da Justiça. Conselho Federal de Entorpecentes. **Legislação sobre Entorpecentes no Brasil**. Brasília, DF: 1992.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. SVS/CNDST/AIDS. **A Política do Ministério da Saúde para a atenção integral a usuários de álcool e outras drogas**. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2004.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Cadernos de Textos de Apoio da III Conferência de Saúde Mental**. Brasília, DF: Ministério da Saúde/Conselho Nacional de Saúde, 2001.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Política nacional sobre drogas**. Brasília: Secretaria Nacional Antidrogas, 2005.

\_\_\_\_\_. Ministério das Relações Exteriores. **Decreto Nº 154**, de 26 de junho de 1991. Promulga Convenção contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, 1988.

\_\_\_\_\_. Ministério das Relações Exteriores. **Acordo Básico entre o Governo do Brasil e o Fundo das Nações Unidas para o Controle do Abuso de drogas (UNFDAC)**. 1987. Disponível em: <[www.mre.gov.br](http://www.mre.gov.br)>. Acesso em: 18 de jun. 2008.

\_\_\_\_\_. Ministério das Relações Exteriores. **Decreto N° 2.994**, de 17 de agosto de 1938. Promulga a Convenção para a Repressão do Tráfico Ilícito das Drogas Nocivas, de Genebra, 1936.

\_\_\_\_\_. Senado Federal. **Lei n° 11.343**, de 23 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. Brasília, 2006.

\_\_\_\_\_. Senado Federal. **Lei n° 9613**, de 3 março de 1998 (Lei de Lavagem de Dinheiro). Dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, e dá outras providências. Brasília, 1998.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Secretaria Nacional Antidrogas. **Inovação e Participação: Relatório de Ações de Governo na Área da Redução da Demanda de Drogas (2003/2006)**. Brasília, DF: Presidência da República, Gabinete de Segurança Institucional, SENAD, 2007.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Secretaria Nacional Antidrogas. **Política Nacional sobre Drogas**. Brasília, DF: Presidência da República, SENAD, 2005.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Mensagem ao Congresso Nacional**. Brasília, DF: Presidência da República, 2003, capítulo 18.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Secretaria Nacional Antidrogas. **O Sistema Nacional Antidrogas e a Redução da Demanda**. Brasília, DF: Presidência da República, Gabinete de Segurança Institucional, SENAD, 2002.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>>. Acesso em: 7 nov. 2014.

\_\_\_\_\_. Senado Federal. **Lei N° 6.368**, de 21 de outubro de 1976. Dispõe sobre medidas de prevenção e repressão ao tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica, e dá outras providências. Brasília, 1976.

\_\_\_\_\_. Senado Federal. **Constituição Federal de 1967**. Brasília, DF, 1967.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 54216**, 27 de agosto de 1964. Promulga a Convenção Única de Entorpecentes.

COMISSÃO LATINO-AMERICANA SOBRE DROGAS E DEMOCRACIA. **Drogas e Democracia: rumo a uma mudança de paradigma**. Declaração da Comissão Latino-Americana sobre Drogas e Democracia. 2009.

CONGRESS OF THE UNITED STATES. **Marijuana Tax Act**, 01 de setembro de 1937.

CONGRESS OF THE UNITED STATES. **Harrison Narcotics Tax Act**, 17 de dezembro de 1914.

JUNTA INTERNACIONAL DE FISCALIZAÇÃO DE ENTORPECENTES - JIFE. **Report of the International Narcotics Control Board for 2013**. Disponível em: <  
[http://www.unodc.org/documents/lpo-brazil//Topics\\_drugs/INCB/2014/AR\\_2013\\_S.pdf](http://www.unodc.org/documents/lpo-brazil//Topics_drugs/INCB/2014/AR_2013_S.pdf)  
Acessado em: 6 jun. 2014

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE (OPAS). **Nota Técnica da OPAS/OMS no Brasil sobre internação involuntária e compulsória de pessoas que usam drogas**. Brasília, 2013. Disponível em:  
<[http://www.paho.org/bra/index.php?option=com\\_content&view=article&id=3206:nota-tecnica-da-opasoms-no-brasil-sobre-internacao-involuntaria-e-compulsoria-de-pessoas-que-usam-drogas&catid=1016:bra-01-noticias](http://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=3206:nota-tecnica-da-opasoms-no-brasil-sobre-internacao-involuntaria-e-compulsoria-de-pessoas-que-usam-drogas&catid=1016:bra-01-noticias)>. Acesso em: 3 jul. 2014.

UNITED NATIONS. **Single Convention on Narcotic Drugs**. 1961. Disponível em <  
[http://www.unodc.org/pdf/convention\\_1961\\_en.pdf](http://www.unodc.org/pdf/convention_1961_en.pdf)>. Acesso em: 6 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. **Single Convention on Narcotic Drugs**. 1971. Disponível em:  
<<http://www.unodc.org/en/treaties/psychotropics.html>>. Acesso em: 6 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. **Global status report on alcohol and health**. 2014. Disponível em:  
<[http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/112736/1/9789240692763\\_eng.pdf?ua=1](http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/112736/1/9789240692763_eng.pdf?ua=1)> Acesso em: 6 ago. 2014.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME (UNODC). **Relatório Mundial sobre Drogas 1997**, World Drug Report, Oxford University Press. 1997.

\_\_\_\_\_. **The International Drug Control Conventions** - Single Convention on Narcotic Drugs of 1961 as amended by the 1972 Protocol; Convention on Psychotropic Substances of 1971; United Nations Convention against Illicit Traffic in Narcotic Drugs and Psychotropic Substances of 1988. 2013. Disponível em:

<[http://www.unodc.org/documents/commissions/CND/Int\\_Drug\\_Control\\_Conventions/Ebook/The\\_International\\_Drug\\_Control\\_Conventions\\_E.pdf](http://www.unodc.org/documents/commissions/CND/Int_Drug_Control_Conventions/Ebook/The_International_Drug_Control_Conventions_E.pdf)>. Acesso em: 24 maio 2014.

\_\_\_\_\_. **Relatório Mundial sobre Drogas**. 2009. Disponível

em: <[http://www.unodc.org/documents/lpo-brazil//Topics\\_drugs/WDR/2009/WDR\\_2009\\_Sumario\\_Executivo\\_em\\_portugues.pdf](http://www.unodc.org/documents/lpo-brazil//Topics_drugs/WDR/2009/WDR_2009_Sumario_Executivo_em_portugues.pdf)>.

Acesso em: 20 maio 2014.

\_\_\_\_\_. **Relatório Mundial sobre Drogas**. 2014. Disponível em:

<[http://www.unodc.org/documents/wdr2014/World\\_Drug\\_Report\\_2014\\_web.pdf](http://www.unodc.org/documents/wdr2014/World_Drug_Report_2014_web.pdf)>. Acesso em: 3 jul. 2014.

\_\_\_\_\_. **United Nations Convention against Illicit Traffic in Narcotic Drugs and Psychotropic Substances of 1988**. 1988. Disponível em:

<[http://www.unodc.org/pdf/convention\\_1988\\_en.pdf](http://www.unodc.org/pdf/convention_1988_en.pdf)>. Acesso em: 2 jul. 2014.

\_\_\_\_\_. **Political Declaration**. Guiding principles of drugs demand reduction and measures to enhance international cooperation to counter the world drug problem. 1998. Disponível em:

<[http://www.unodc.org/pdf/report\\_1999-01-01\\_1.pdf](http://www.unodc.org/pdf/report_1999-01-01_1.pdf)>. Acesso em: 2 jul. 2014.

\_\_\_\_\_. **Principles of Drug Dependence Treatment**. 2008. Disponível em:

[http://www.who.int/substance\\_abuse/publications/principles\\_drug\\_dependence\\_treatment.pdf?ua=1](http://www.who.int/substance_abuse/publications/principles_drug_dependence_treatment.pdf?ua=1) Acesso em: 2 jul. 2014.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME - UNODC. **Relatório Mundial sobre Drogas**. 2009. Disponível em: [http://www.unodc.org/documents/lpo-brazil//Topics\\_drugs/WDR/2009/WDR\\_2009\\_Sumario\\_Executivo\\_em\\_portugues.pdf](http://www.unodc.org/documents/lpo-brazil//Topics_drugs/WDR/2009/WDR_2009_Sumario_Executivo_em_portugues.pdf)

Acesso em 20 maio 2014.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME - UNODC. **Relatório mundial sobre drogas**. 2012, p. 01-06. Disponível em:

<[http://www.unodc.org/documents/southerncone//Topics\\_drugs/WDR/2012/WDR\\_2012\\_Sumario\\_Executivo\\_PORT.pdf](http://www.unodc.org/documents/southerncone//Topics_drugs/WDR/2012/WDR_2012_Sumario_Executivo_PORT.pdf)>. Acesso em: 14 ago. 2013.

## Filmes

GRASS. Documentário. Direção: Ron Mann. Canada, 1999.